

Erick Assis de Araújo

Nos Labirintos da Cidade: *Estado Novo e o Cotidiano das Classes Populares em Fortaleza*



Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento do
Estado do Ceará

Fortaleza - Ceará
2007

Copyright - © 2007 by INESP

Coordenação Editorial: Antonio Nóbrega Filho

Diagramação: Mário Giffoni

Ilustração da Capa: Foto da Rua Major Facundo com Senador Alencar, Fortaleza – CE, década de 1940 (Arquivo Nirez)

Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP

Revisão: Vessilho Monte

Catalogado por: Tereza Cristina Bessa Raupp

A658l Araújo, Erick Assis de

Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza._
Fortaleza: INESP, 2007.
338P.

ISBN: 85-87764-79-9

1. Fortaleza, História. 2. Estado Novo(1937-1945). 3.Estado de Guerra. 4. Planos urbanísticos.
I. Título.

CDDdir:981.31

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira 2807, Dionísio Torres,
Fone: 3277-3701 - fax (0xx85) 3277-3707
CEP - 60.170-900 / Fortaleza-Ceará Brasil
al.ce.gov.br/inesp - inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em curso desde fins de 1935, a aliança com a hierarquia militar e com setores das oligarquias criou as condições para que o presidente da República, Getúlio Vargas, inaugurasse um dos períodos mais autoritários da história do País. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas determinou o fechamento do Congresso e extinguiu os partidos políticos. Em cadeia de rádio, anunciou o Estado Novo, que contou com o apoio da classe média e por alguns setores das burguesias agrária e industrial.

O Golpe caracterizou-se pela forte concentração de poder no Executivo federal. Nos oito anos de ditadura, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu inimigos do regime, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT, em 1943.

A propaganda do Governo sustenta a ideologia da tutela do Estado sobre os trabalhadores, uma vez que os pobres são percebidos como elementos indefesos e incapazes de conduzir e garantir seus projetos. O livro faz abordagem sobre os movimentos populares de Fortaleza, no período que vai de 1930 a 40, como eles se posicionaram na ditadura Vargas. O pesquisador retrata o cotidiano dos fortalezenses, o papel das classes sociais e as relações com o poder instituído a partir das tensões sugeridas na intervenção policial, nos processos judiciais e em toda imagem veiculada na imprensa local sobre os conflitos desta população com a ditadura Vargas.

A maior importância desta publicação reside no fato de resgatar um momento histórico tão conturbado e ao mesmo tempo marcante na vida dos brasileiros e, em particular, do

povo cearense, pelo enfoque dado ao contexto histórico local, além de constituir-se em valorosa fonte de pesquisa para estudiosos e apreciadores da História e de bons textos.

Deputado Domingos Filho

Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará

AGRADECIMENTOS

Compartilhar este momento é mais do que seguir um ritual acadêmico. Na verdade, significa reconhecer que, dentro da caminhada, existe uma memória afetiva que nos chama ao compromisso para despertar nossa sensibilidade e gratidão.

Sou grato pelo apoio e incentivo do Prof. Dr. Eurípedes Funes e da Profa.Dra. Adelaide Gonçalves, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará que, no início desta jornada, facilitaram o contato com minha orientadora.

Agradeço ao amigo e professor Antônio César Ferreira da Silva por sua hospitalidade e convivência nos primeiros passos em São Paulo, onde a cidade, as pessoas, a tese e nossas vidas foram sempre alvo de muitas conversas. Esta amizade de mais de 20 anos foi e será sempre renovada.

Sou grato pela amizade e companheirismo do Prof. Ms. José Hilário Ferreira Sobrinho que, a mais de 20 anos compartilho de sua atenção e senso de justiça. Axé pra você Hilário.

Agradeço aos amigos e professores Francisco José Gomes Damasceno e Marco Aurélio Ferreira da Silva, colegas da Universidade Estadual do Ceará, que, gentilmente, leram e criticaram parte deste trabalho ainda no período de sua qualificação. Suas contribuições foram importantes pela sinceridade e estímulo de continuar apostando no trabalho. Acredito que muitas aventuras nos esperam nesta vida, o encontro estará sempre marcado.

Agradeço, de forma especial, à minha orientadora, Profa.Dra. Maria Helena Rolim Capelato, por ter tido uma postura carinhosa, criteriosa e profissional. Desde sua acolhida em São Paulo, senti que havia uma identificação ao seu trabalho, e como pessoa humana, sou seu admirador. Sua

sinceridade e inteligência nunca excluíram uma abertura para o bom humor, onde tive a oportunidade de ouvir suas observações com leveza e serenidade. A crítica na hora necessária e a vibração no momento de algumas conquistas foram atitudes fundamentais para o bom andamento e conclusão deste trabalho. A você, Capelato, meus sinceros agradecimentos e um grande abraço.

Agradeço à Prof^a.Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e à Prof^a.Dra. Inez Garbuio Peralta pelas contribuições feitas enquanto participantes da banca de qualificação, a forma e o conteúdo das críticas e sugestões foram pautados num clima de muita cordialidade, apontando questões relevantes para o amadurecimento da tese.

Agradeço ao Prof.Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende, da Universidade Federal de Pernambuco, que ministrou, juntamente com a Prof^a.Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, da USP, a agradável disciplina sobre História e Modernidade. As conversas com Rezende fortaleceram nossas experiências como nordestinos em São Paulo.

Agradeço a Adriana, pelo incentivo, carinho e dedicação, principalmente quando estive no "exílio" provocado pelo processo de produção do conhecimento. Um grande beijo.

Sou grato à minha família pelas inúmeras demonstrações de compreensão. Meus pais, irmãos, irmãs e sobrinho foram essenciais na produção desta tarefa, um abraço fraterno a todos.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal, na pessoa de Paulo Cardoso; e ao pesquisador André Frota. Agradeço, ainda, aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel: Elmadan, Gestrudes, Sr. Gerônimo, Renato, Raimundinha, Aparecida Lavor, bibliotecária e amiga de muitos momentos, sua contribuição foi indispensável na fase da coleta de dados. Destaco, ainda, Madalena, funcionária do Setor da Hemeroteca, amiga e muito atenciosa no seu trabalho. A todos, o meu abraço.

Agradeço aos colegas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, em Quixadá, por terem proporcionado todas as condições para a realização deste trabalho, liberando-me das atividades de ensino durante a vigência do período regular do curso.

Gostaria de agradecer o incentivo e apoio carinhoso dos colegas Prof.Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas, Prof.Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa e Profa.Dra. Silvia Siqueira, que por sua generosidade, me apoiou na revisão técnica do livro, todos do curso de História da Universidade Estadual do Ceará.

Agradeço ao Vessilho Monte, pela revisão do texto. Acabei descobrindo que era meu ex- professor de História do Colégio Estadual Aduino Bezerra, aquele abraço renovado pra você.

Gostaria de agradecer imensamente a presença e energia positiva de Iael de Souza, uma pessoa que tive a feliz oportunidade de conhecer e de estar conhecendo mais um pouco de sua alma cativante.

Sou muito grato, ainda, à jornalista Suzete Nocrato, que apesar de termos nos conhecido a pouco tempo, foi fundamental no apoio e encaminhamento da publicação do livro junto à editora da Assembléia Legislativa do Ceará.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História da USP, pela prestação de inúmeros serviços. Agradeço à CAPES, ao programa PICDT, e, principalmente, ao povo trabalhador brasileiro dirijo meus respeitos e consideração por ter possibilitado minha bolsa de estudos durante os quatro anos de curso e de ter, nesse momento, patrocinado a publicação do livro por um órgão público e de ter sua distribuição sem fins lucrativos, fato que me envaidece e marca meu reconhecimento, em especial, ao povo trabalhador cearense.

PREFÁCIO

Este livro, que tenho a grande satisfação de apresentar aos leitores brasileiros, é fruto de um doutorado que Erick Assis de Araujo realizou junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Trata-se de uma reflexão muito bem fundamentada num conjunto de fontes e bibliografia inovadora que deu suporte a uma análise original sobre o "Cotidiano das classes populares na cidade de Fortaleza durante o Estado Novo".

Muitas pesquisas foram realizadas sobre o Estado Novo a partir dos anos 1980. Os historiadores que se interessaram em reinterpretar esse período foram motivados por questões postas pelo presente, ou seja, a recente redemocratização no Brasil. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia no país, devido a resquícios autoritários herdados do passado, muitos se voltaram para um período relativamente recente – o do Estado Novo – tentando entender como ai se formaram matrizes de uma cultura política autoritária que persistia até o presente.

A renovação historiográfica sobre o período se deu a partir de novas fontes que permitiram, não só discutir análises consagradas, como também compreender questões importantes como a natureza do Estado e o papel de Getúlio Vargas no que se refere a uma política de massas que, em última instância, introduziu as classes populares no cenário da história a partir de um novo tipo de relação de poder. Num primeiro momento, os estudos sobre o Estado Novo focalizaram problemáticas mais ligadas ao poder central, mas, pouco a pouco, foram sendo realizados trabalhos que procuraram entender aspectos dessa experiência em outros

Estados da federação. Aqui se insere a importante contribuição de Erick Assis de Araújo.

Já no Mestrado, dedicou-se ao estudo desse período tendo como objeto o discurso tradicionalista da imprensa católica cearense durante o Estado Novo e a imagem que ele construiu sobre as mulheres de Fortaleza. No doutorado, seus conhecimentos sobre o período se ampliaram a partir do estudo de um novo tema, mais amplo, que envolveu o universo das classes populares e suas relações com o poder local. Trata-se de uma investigação complexa que procurou dar conta das tensões surgidas entre as diferentes práticas populares e diferentes formas de poder (intervenção policial, processos judiciais, especialmente). Também se dedicou ao estudo das imagens negativas das classes populares, produzidas e divulgadas pela imprensa local que, identificada com o discurso oficial, contribuía para a exacerbação dos conflitos e justificativas para a repressão.

Em diálogo com a mais conceituada e atualizada bibliografia brasileira e estrangeira sobre o assunto, procurou compreender aspectos do cotidiano das classes populares de Fortaleza, que inclui não só trabalhadores formais e informais, como também desempregados, mendigos e os considerados "marginais" (prostitutas, por exemplo).

Ao longo da investigação, Erick foi mostrando como se deu a relação desses atores sociais com os representantes do Estado protetor/repressor.

O livro está dividido em duas partes nas quais o leitor encontra uma amplitude de fontes que dão sustentação às reflexões sobre questões de extrema relevância, não só para o conhecimento do período focado, mas também para a reflexão sobre problemas ainda vividos em nosso presente.

Na primeira parte, o autor apresenta o cenário – a cidade de Fortaleza - no qual se desenrola o drama vivido pelas classes populares em suas relações com os poderes instituídos ao longo dos tempos. A cidade é palco, não só das tensões sociais, mas das práticas de sociabilidade dessas

classes; é palco também de festividades promovidas pelo poder político e religioso que criam representações de harmonia social com o intuito de ocultar desigualdades e contradições diversas. O autor procura mostrar a natureza do controle social implícito nas festas promovidas em nome do lazer.

Na segunda parte, talvez a mais inovadora, analisa as práticas adotadas pelas classes populares no que se refere ao jogo de controle social x resistência, de exclusão x inclusão das classes populares. Estuda formas de resistência passiva, práticas de negociação e resistência radicalizada inventadas por diversos setores dessas classes, não só na luta pela sobrevivência, mas também para transformar suas experiências em expectativas de vida futura.

Nada mais quero comentar sobre o texto pois não desejo retirar do leitor o gosto de desfrutar desta leitura na companhia, apenas do autor, que reconstituiu os meandros das ações sociais praticadas por atores anônimos, reconhecidos neste exaustivo trabalho de pesquisa que tive o prazer de acompanhar ao longo dos anos.

Maria Helena Rolim Capelato

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PRIMEIRA PARTE: CONTROLE SOCIAL	43
CAPÍTULO 1 - FORTALEZAS DO ESTADO NOVO.....	45
1.1 Os Planos Urbanísticos: do deslumbre ao descaso	51
1.2 Alternativas Urbanísticas em Fortaleza no pós-1930	56
1.2.1 Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza - 1933.....	57
1.3 A Centralização política e a questão da cidade	62
1.4 Relações políticas com os estados: o caso do Ceará	67
1.5 Ascensão do Conservadorismo.....	72
1.6 Multidões e gestão urbana	77
1.6.1 Descompassos urbanos.....	81
1.7 Panorama infra-estrutural	91
1.8 Custo de Vida	101
CAPÍTULO 2: ESTADO DE GUERRA.....	119
2.1 Polícia para quem precisa de política	123
2.1.1 Arbitrariedades.....	128
2.2 Moldar imagens e modernizar a máquina	131
CAPÍTULO 3: DEMARCAÇÃO DAS SOCIABILIDADES PERIGOSAS	139
3.1- Espetáculo da Ordem	160
CAPÍTULO 4: MORALIDADE PÚBLICA.....	173
4.1 Civilização: "a cidade avança e o povo não acompanha"	179
4.2 O Jogo de Bicho	190
4.3 Polêmicas em torno das "filhas de Eva"	196
4.4 Militância Católica	205
4.5 Política de povoamento	209
4.6 Construção social e moral do delito.....	212

CAPÍTULO 5: VIGILÂNCIA E REPRESSÃO: DIVERSÕES POPULARES E PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-AMERÍNDIAS	215
5.1 Diversões populares.....	217
5.2 Rituais Afro-Ameríndios	235
SEGUNDA PARTE:ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	251
CAPÍTULO 6:RESISTÊNCIA PASSIVA.....	253
6.1 Cumplicidades	255
6.3- A Negociação.....	261
CAPÍTULO 7: RESISTÊNCIA RADICALIZADA	285
7.1- Permanências e Mudanças	305
CONCLUSÃO.....	313
FONTES	317
Jornais:	317
Relatório de Governo	317
Fontes Judiciais: inquéritos e processos	317
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	319

INTRODUÇÃO

Nos estudos mais recentes sobre as relações entre Estado e classes populares na república brasileira, especialmente durante o período de 1930-45, as abordagens historiográficas têm dado algum destaque aos aspectos da chamada história vista de baixo.¹ O universo popular é debatido enquanto objeto de fecunda redefinição metodológica, haja vista o diálogo intrigante que se estabelece entre projetos políticos e seus efeitos no cotidiano da população mais pobre. Antigas e novas fontes são lidas com olhos atentos para as inúmeras formas de inserção do sujeito no processo histórico, trazendo outros elementos na polêmica discussão do que se entende por cultura popular². Neste sentido, tais perspectivas podem significar um passo importante na compreensão do complexo movimento de permanências e mudanças observáveis ao longo dos diferentes contextos da república brasileira.

Grosso modo, na Primeira República, especialmente no Nordeste, as oligarquias instituem relações de poder com as classes populares através dos elementos do apadrinhamento,

¹ Para análise deste tipo de construção ver Jorge Ferreira, **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

² Ao invés de considerá-la como um sistema simbólico coerente e autônomo, absolutamente alheia à cultura letrada, ou de outra forma, como inteiramente dependente e carente em relação à cultura dominante, prefiro conceituá-la nos parâmetros de Chartier: “O ‘popular’ não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca, necessariamente, o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar, não conjuntos culturais dados como ‘populares’ em si, mas as modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados.” Ver CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, p.185.

da lealdade, da troca de favores, enfim de componentes que desprezam mecanismos racionais da lei. A descentralização política e as ingerências de grupos no "mando" político local favorecem a construção de uma noção domesticada do poder, onde as classes populares não teriam sentido sem a dependência ao fazendeiro proprietário e o respectivo apoio de instituições garantidoras de seus interesses.

De outro modo, a imagem construída pelo discurso oficial sobre as classes populares a partir da ascensão de Vargas ao poder, é sustentada pela ideologia da outorga, do Estado demiurgo, paternalista e harmônico. Os pobres são percebidos como elementos indefesos e incapazes por si próprios de conduzirem e garantirem seus projetos. O Estado, mais do que organizar os trabalhadores, servia como instância protetora, onde se desenvolve a idéia fundamental de cidadania outorgada, emprestada pelo Estado através do acesso dos pobres ao mundo do trabalho regulamentado.³ Este projeto pretendia dar soluções políticas ao problema do distanciamento entre governo e classes populares, instaurando um modelo de cooptação no gerenciamento das questões sociais.

A categoria trabalho tornou-se peça fundamental na confecção do perfil do cidadão brasileiro, definindo para as classes trabalhadoras uma agenda social tutelada pelo governo. As criações do Ministério do Trabalho e da legislação trabalhista seriam medidas que, além da simples persuasão, provocariam, na prática, uma "proteção" ao trabalhador jamais experimentada na trajetória política entre Estado e sociedade no Brasil. Este empreendimento, por seu lado, teria um preço político: a restrição de liberdade para a tentativa de desconstrução da memória dos movimentos sociais ocorridos na história daquele conturbado contexto brasileiro.

³ Uma detalhada análise do que significou a criação do Ministério do Trabalho e toda sua influência na construção de uma identidade política do regime ver GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

O que chama atenção, nesta passagem da primeira República para o governo de Vargas, é o silêncio imposto às classes populares. Um dos problemas verificados neste trajeto é a tentativa de se forjar uma identidade estranha à vida das classes populares, tenta-se imputar-lhe uma característica ora passiva, obediente, subjugada; ora selvagem e desordeira.

Cabe ressaltar ainda que o uso exclusivo de categorias como autoritarismo e populismo não permitem compreender como as classes populares filtram estes projetos no seu cotidiano. A leitura da realidade brasileira é aqui marcada pela história da longa duração,⁴ onde as estruturas econômicas e políticas formam o critério de entendimento deste Brasil, que vive a simbiose entre o tradicional e o moderno. Este traço tautológico de prescrever um tipo ideal de sociedade acaba por deixar de lado elementos que análises mais concretas sobre as historicidades vividas pelas classes sociais no Brasil permitem trazer à tona. O importante aqui foi o descompasso muitas vezes existente entre sistemas teóricos abstratos e as experiências específicas.

As teses que insistiam na fraqueza política e no equívoco ideológico dos trabalhadores que, incapazes de pensar por si próprios, delegariam ao Estado o direito de forjar-lhes uma identidade, têm sido contestadas arduamente. Neste sentido, a aproximação do regime com experiências totalitárias apenas confirma certa precipitação de comparar Vargas a regimes nazi-facistas, não considerando elementos específicos da cultura política brasileira do período, que historicamente ajudam a explicar a afetiva e efetiva aproximação dessa população com o governante que, embora tenha restringido a liberdade da classe, foi responsável pela

⁴ Um balanço de como surgiram críticas e inovações historiográficas ao uso do conceito de totalitarismo, populismo, classes populares e Estado Novo na historiografia brasileira pode ser visto em CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-212.

realização de benefícios materiais aos mais desprestigiados socialmente.

Não se está com isso negligenciando a repressão e o monopólio da violência do Estado, todos sabemos que aqueles foram anos difíceis, onde a tortura e arbitrariedade campeavam nos mais diversos cenários, inclusive dedicamos um capítulo para mostrar como o Estado Novo se instalou, com todo seu aparato burocrático, institucional e repressivo, em Fortaleza.

Levamos em conta também a eficiência da propaganda política que encontrou ressonância, nada desprezível, verificada nos espetáculos políticos que demonstram a reverência coletiva em inúmeras solenidades patrocinadas pelo Estado em vias públicas e estádios de futebol. De alguma forma, a propaganda varguista teria tocado em regiões muito sensíveis do imaginário brasileiro, onde a proteção e a aproximação talvez desempenhassem um papel estratégico.

É evidente a capacidade do regime Vargas em mobilizar as massas através de imagens, símbolos e mitos veiculados por diferentes meios propagandísticos.⁵ Entretanto, a mitificação em torno do poder manipulador de Vargas vem sendo crescentemente questionada, a crença de que a propaganda política teria sido capaz de subjugar totalmente os trabalhadores começa a ser posta em dúvida, a história das classes trabalhadoras vem sendo reescrita, negando que suas iniciativas tivessem, como única referência, a legitimação de um Estado "protetor" e a tese de passividade vai cedendo lugar à idéia de que os direitos políticos eram uma reivindicação antiga dos trabalhadores, fato que explica a adesão de grande parte deles ao governo que atendeu-a.

É também perfeitamente possível compreender que a sociedade una e harmoniosa proposta pelo discurso político

⁵ Interessante estudo comparativo entre o Peronismo e o Varguismo enquanto forças políticas mobilizadoras de massas através do caráter autoritário de suas propagandas pode ser examinado em CAPELATO, Maria Helena R. Capelato. **Multidões em Cena**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

não se concretiza na prática, como mostram pesquisas recentes que estudam o papel das classes populares, suas experiências próprias e reivindicações particulares dos grupos dominados.⁶ Nesses casos, a dominação é filtrada por costumes, práticas e experiências pertencentes a um universo cultural, político, plural e diversificado, capaz até mesmo de produzir desvios e formas de resistências variadas.

Sobre estas questões, a historiografia recente está a se perguntar até que ponto a política social do período conseguiu interferir na vida das classes trabalhadoras. Indaga-se quais outras possibilidades para se analisar a ação destas classes fora destes canais de controle. Sugere a possibilidade de se estabelecer uma dialética entre controle social e formas autônomas de vida. Nesta perspectiva, a análise poderia dar conta da complexidade da questão social deste período se se levar em consideração que a imposição de uma política de controle sempre se depara com formas diversas de enfrentamento.

Construir um discurso de comportamentos estereotipados das classes sociais implica em suprimir outras formas de inserção social. Na cidade de Fortaleza, o exercício do controle, através da representação estigmatizada dos pobres, cria uma impressão do seu desaparecimento como

⁶ WOLFE, Joel. “Pai dos pobres”ou “Mãe dos ricos”?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, Brasil 1954-1964. São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, 1994. p.27-59. Ainda neste trabalho são citadas algumas pesquisas que analisam até que ponto as classes populares foram passivas consumidoras do discurso populista: FERREIRA, Jorge Luiz A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos** 3,6 (1990): 180-95; MANGABEIRA, Wilma Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial operário. **Dados** 32-2 (1989): 225-240; LOPES, José Sérgio Leite **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés**. São Paulo: Marco Zero/ Universidade de Brasília, 1988; LOYOLA, Maria Andréa **Os sindicatos e o PTB**: Estudo de um caso em Minas Gerais..Petrópolis: Vozes, 1980.

sujeito histórico. Tal invisibilidade é reforçada quando percebemos as relações de poder como algo homogêneo, negligenciando situações conflituosas na esfera do cotidiano.

Uma interessante perspectiva do cotidiano está contida no trabalho de Maria Odila⁷, cujo percurso metodológico privilegia os espaços e papéis informais e improvisados das mulheres em São Paulo. Geralmente, estes papéis estão relacionados ao consumo e à distribuição dos gêneros alimentícios nas ruas da capital paulista durante o Império. Foi desta atividade marginal que a autora descobriu a forma de inserção dessas mulheres, inclusive com "um sentido importante na desmistificação do tão discutido sistema patriarcal brasileiro".⁸

O trabalho de Maria Odila levanta uma questão muito importante no trabalho sobre o cotidiano: a problemática das fontes. Suas considerações chamam atenção para a filtragem ocorrida "na consciência hegemônica das fontes escritas". A fala dos pobres, além de fragmentada, é transcrita de forma desvirtuada por escrivães, autoridades policiais e jornalistas, o historiador deve estar atento como estas transcrições são articuladas aos diversos interesses em jogo na trama social. A autora lembra que os documentos escritos não se compatibilizam com cenas cotidianas, pois a natureza destas fontes é avessa à lógica do dia-a-dia de classes desprovidas de escolaridade, prestígio, terras, dinheiro....

O que se coloca como desafio é a desmontagem do argumento sutil de desqualificação da experiência dos mais pobres. Muitas vezes encontramos nas fontes a aquiescência de debates em torno do processo de modernização e urbanização das cidades através de temas "consagrados", tais como: o espírito burguês nas remodelações urbanas, a inserção da cidade no novo sistema de organização capitalista e outras temáticas afins. Maria Odila considera que, nesses

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁸ Id., p.53.

casos, a tendência da documentação é deixar na invisibilidade as classes populares.

Testemunhos esparsos da presença de mulheres pobres no processo de urbanização da cidade de São Paulo se insinuam da tradição oral para os registros da Câmara Municipal, onde assinalaram menos a sua presença do que pinceladas pitorescas de uma passagem fugaz pela vida, pela história, como se fossem imobilizadas pela memória em cantos e desvãos: o valo da crioula Josefa, o beco de Inês Vieira, a ponte de Catarina Dias...⁹

Esta lógica aparece na documentação aqui investigada, os lugares são descritos com distanciamento e preconceito, porém no decorrer da pesquisa e na releitura paciente destas fontes, as informações casuais sobre as formas de vida das classes populares começam a remeter o pesquisador à presença dessas classes nos mais diversos conflitos.

O corpo documental aqui utilizado sugere uma investigação sobre o cotidiano enquanto espaço que envolve sua rotina e a própria experiência¹⁰ de vida das classes populares. É nesse vaivém que elas conseguem inserção, onde tudo pode ser válido: o poder do segredo das meretrizes em denunciar publicamente as traições conjugais ocorridas nas famílias moralmente impecáveis; os atos violentos da

⁹ Id., p. 22

¹⁰ Utilizo este termo a partir do trabalho de THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Em síntese, este termo é sugerido pelo autor como forma de estabelecer uma correspondência entre a dimensão estrutural – modo de produção, classe social – da análise e a complexidade do processo histórico. Aqui Thompson critica a negligência de Althusser em considerar a experiência humana reduzida aos parâmetros do “empirismo”. Importante reter neste aspecto a compreensão de Thompson quando afirma que as pessoas experimentam “suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos...”(p.182). Neste sentido, cria-se uma consciência e uma cultura complexamente diversificada sobre uma determinada situação, portanto, a estrutura das relações sociais e o processo histórico mantêm um intenso diálogo, onde os sujeitos históricos agem baseados nestas “condições experimentadas”.

polícia sobre a população mais pobre; as festas improvisadas nas pensões do centro da cidade, nas vizinhanças destas famílias tradicionais, sugerindo a idéia de um espaço de vida que dribla a normatização, através de códigos próprios de sociabilidade, pois a polícia era sabedora destas ocorrências, mas não conseguia desarticular este “incômodo”.

Portanto, é no cotidiano que a arte de fazer ganha força, basta o historiador estar atento às formas de inserção do sujeito histórico. Como afirma Maria Odila: documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista o estritamente o normativo.¹¹

Tal referência conceitual pode ser verificada se considerarmos o aspecto ideológico das classes dominantes como força mistificadora, capaz até mesmo de impor a dominação como uma espécie de máquina de exclusão planejada, sujeitando os dominados e desmantelando completamente suas reações. Neste sentido, Thompson alerta para a importância da investigação empírica como forma de desconfiar destas mistificações:

*Ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela cãibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros.*¹²

É importante apreender as diversas maneiras que as classes populares estabelecem para sua manutenção no jogo

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.40.

¹² THOMPSON, op.cit. p. 185.

da exclusão x inclusão, aliás, a complexa rede de relações sociais faz com que a categoria de sujeito histórico seja percebida através dos parâmetros do pacto social, da rede de solidariedade, das formas de cumplicidade e de todo universo surpreendente do cotidiano.¹³

Apesar de se debruçar em um outro contexto, o trabalho de Maria Inez M. B. Pinto traz questões interessantes sobre como o historiador pode trabalhar a dispersa documentação referente ao dia-dia dos pobres em realidades urbanas. Analisando matérias jornalísticas, estatísticas criminais, legislação vigente e inquéritos policiais, a autora articula o fenômeno da miséria e marginalização dos pobres inseridos num processo de luta. Neste sentido, o trabalho trata - especialmente no 4º capítulo - do roubo, do furto, da delinquência, do meretrício, do jogo de bicho e da mendicância como práticas integrantes "da cultura de resistência das classes pobres, como um recurso necessário para não perecer na miséria absoluta".¹⁴

É no terreno da ilegalidade que Maria Inez localiza as chances de o trabalhador pobre suprir as deficiências do próprio salário e buscar melhores condições de vida. O ilícito, longe de representar degradação ética e moral, passa a ser expediente paralelo às formas do discurso burguês de se obter riqueza - o trabalho "digno". Além deste aspecto, as relações de poder e a dominação são verificadas no interior das práticas sociais. Aqui se percebe uma perspectiva teórica aberta ao entendimento da heterogeneidade das classes populares, considerando as relações de poder e a luta pela exploração do outro não só entre classes sociais antagônicas, mas como recursos usuais mesmo entre os empobrecidos. Portanto, as classes populares e sua sobrevivência são

¹³ Trabalho de fundamental importância neste aspecto pode ser analisado em PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

¹⁴ Id., p. 187.

discutidas como um processo tenso e conflituoso, onde cumplicidades, subterfúgios, disfarces, oportunismos e sutilezas servem como formas de impor determinados mecanismos de defesa à opressão.

É possível criar outros caminhos de análise a partir de outras formas de inserção. Segundo Inês Garbuiio Peralta, a percepção do espaço urbano pelos que nele habitam, tem fornecido novos elementos para a cotidianidade e, portanto, para o fazer da história. A especificidade da cidade foi, sem dúvida alguma, enriquecida por estudos que privilegiaram o papel da percepção que os homens têm de seu "mundo" – cidade, bairro.¹⁵

Henri Lefbvre percebe que a vida cotidiana se situa no centro real da práxis. A produção da sociedade não vem das esferas mais "elevadas": estado, ciência, filosofia, cultura, mas do cotidiano, onde as coisas ganham dinâmica para além da burocratização das relações e da lógica consumista. O que interessa a Lefbvre é ressaltar que o mundo moderno do consumo tenta se reproduzir de forma alienada no cotidiano dos indivíduos. Portanto, o que se propõe é uma análise filtrada por uma crítica à vida cotidiana.¹⁶

Para Agnes Heller, o cotidiano também é o espaço onde as transformações estruturais ganham visibilidade, é no cotidiano que os indivíduos se apropriam do conteúdo dessas transformações. Segundo a autora, o cotidiano não é uma realidade dada, prescrita, mas se configura num conflito, onde o exercício da liberdade é plenamente possível, pois aí também se produz a alienação. Este conflito pode levar à superação da dominação e à instalação de uma consciência emancipatória.¹⁷

¹⁵ PERALTA, Inez Garbuiu. História e semiótica do espaço urbano. **Revista de Estudos Universitários**, v.4, n° 8., São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1990, p. 29.

¹⁶ LEFVBRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

¹⁷ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

Michel de Certeau aborda o cotidiano preocupando-se com o modo criativo e até subversivo da reação das pessoas comuns. Ele elege, como núcleo da discussão, a apropriação do cotidiano. Apropriação aqui se confunde com invenção, criação nas formas de ler, escrever, cozinhar, morar, crer, morrer, etc. Esta compreensão do cotidiano sugere o emprego de táticas de intervenção no dia-a-dia, surgidas de forma sutil, quase invisível, visto que as pessoas comuns se utilizam de maneiras próprias de conduzir os produtos da ordem econômica dominante. Estas táticas se manifestam numa rede de relações, que não são autônomas, mas obedecem a circunstâncias resultantes do jogo da sobrevivência. Para Certeau, as táticas são respostas a determinadas situações, o indivíduo aproveita as chances que são ofertadas e decide de forma flexível como atuar. Neste sentido, tenta romper com a concepção de consumidor passivo.¹⁸

Outra abordagem de cotidiano está em Maffesoli.¹⁹ A questão central aqui é pensar o cotidiano na sua dimensão subterrânea. A tese do autor é apostar na existência de uma vitalidade do social na relação deste com as instituições ou sistemas de valores impostos. Emana do social uma fecundidade capaz de criar solidariedades, tirando o indivíduo do seu isolamento, estimulando relações sociais mais profundas do que a simples associação racional. A isto Maffesoli chama de "a socialidade". Para o autor, o cotidiano pode gerar conformismo, mas até nestas condições é possível estabelecer uma situação de solidariedade. Com a presença do coletivo na experiência cotidiana, o social ganha dinamismo e produz uma base para se expressar: as novas formas de agregação. O legado do autor é pensar o cotidiano enquanto uma instância da qual emana solidariedade, porém sem dar pistas mais palpáveis na configuração política destas redes.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹⁹ MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

A historiografia cearense, que examina o período, já deu passos importantes na análise das instituições políticas - partidos políticos, entidades eleitorais e religiosas, movimentos sociais - bem como no estudo da história das idéias - tradicionalismo católico, integralismo, os discursos, os intelectuais e a imprensa.²⁰

Influenciados por um quadro analítico de reflexões gramscianas, os trabalhos de PARENTE e MIRANDA estudam o integralismo e a Igreja Católica, respectivamente, enquanto organizações tipicamente partidárias, onde se observa ainda o uso de categorias como infra-estrutura e super-estrutura. As instituições são estudadas a partir da atuação dos intelectuais, agentes que promovem o consenso dado pelas grandes massas ao grupo dominante, que por sua vez garante coerção e disciplina ao resto da sociedade. Neste sentido, a ênfase desses estudos recai na capacidade das instituições em estabelecerem uma hegemonia.

Preocupado em caracterizar períodos históricos do Ceará através de sistemas filosóficos e ideologias políticas, o trabalho de MONTENEGRO valoriza o mundo das idéias na contextualização de acontecimentos. O destaque aqui é verificar como o tradicionalismo, elemento substancialmente ideológico, consegue definir perfis sociais e políticos.

Um trabalho descritivo e composto de inúmeras informações sobre a história política do Ceará, assim pode ser ressaltado a pesquisa de MOTA. Detido em aspectos evolutivos da vida política de partidos, governos e entidades,

²⁰ MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1930-45)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1989; SOUZA, Simone. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930-35)**. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1982; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: Imprensa oficial, 1986; MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: o discurso e prática católica no início dos anos de 1930**. Fortaleza: Edições UFC, 1987; PARENTE, Josênio. **Os Camisas Verdes no Poder: a Igreja e o Integralismo no Ceará**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, UFC, 1984.

este livro traz uma análise factual do período que vai de 1930-45. Atos governamentais, formação de candidaturas e resultados eleitorais são alguns dos temas selecionados por esta obra que trata da política institucional.

Preocupada em estudar as relações políticas entre interventoria, oligarquia e operariado, o trabalho de SOUZA tenta articular a História Regional com a Nacional, procurando estabelecer a totalidade que permeia uma análise histórica. Três momentos de análise definem este estudo: interventorias e forças políticas locais; a reorganização partidária no Ceará; a luta pelo poder estadual entre Liga Eleitoral Católica (LEC) e o Partido Social Democrático. Seguindo as trilhas da tradição gramsciana, esse trabalho aborda a política, privilegiando a hegemonia enquanto categoria de análise, assim os conflitos políticos e sociais durante 1930-35 são analisados no estrito espaço do partido, do sindicato e da entidade eleitoral.

De outro modo, é necessário reconhecer que parte da historiografia cearense vem analisando a cidade de Fortaleza durante a primeira metade do século XX por outras perspectivas. A partir da análise dos jornais do período, destacam-se aqui, por exemplo, questões relevantes sobre as atitudes transgressoras durante os trinta primeiros anos do século XX, momento onde a cidade experimentou significativas transformações urbanas e sociais. A vontade de civilizar a população, em geral, se deparou com hábitos populares de teor espontâneo, ocorridos nas ruas da cidade.²¹

Ainda, sobre as primeiras décadas do século XX, existem estudos que analisam os fatos cotidianos de moradores da cidade, através da publicidade organizada pelos jornais, nos registros policiais e nos depoimentos dos processos criminais de defloração e homicídio. Destaca-se aqui a moral como norteadora de uma geografia da coação, a

²¹ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A Força do Hábito: Condutas Transgressoras na Fortaleza Remodelada (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC (Universidade Federal do Ceará), 1997.

polícia delimitando os espaços e o tempo com regras de como agir, os jornais, na tarefa de regenerar os costumes e todo um conjunto de práticas moralizadoras e moralizantes.²²

Já a partir da década de 1930, Fortaleza é estudada a partir dos casos de violência envolvendo homens e mulheres no cotidiano do meretrício, através de processos criminais, rol dos culpados, queixas-crime e jornais do período. O objetivo aqui foi discutir a relação entre a violência na prostituição e as práticas de ordenação do espaço urbano existentes na cidade à época. Os discursos moralistas sobre o meretrício e as definições de papéis sociais para mulheres ajudaram a definir perfis comportamentais da sexualidade.²³

O cotidiano de Fortaleza sofre significativas transformações com a seca de 1932. Estudos realizados em jornais e relatórios de governo, demonstram que os poderes urbanos elaboraram o discurso da legitimação do isolamento dos retirantes da seca que, ao invés de circularem pela cidade, seriam confinados em Campos de Concentração para flagelados. Essas formas de isolamento foram perpassadas por constantes embates entre classes dominantes e flagelados.²⁴

Sobre os anos de 1940, Fortaleza é estudada pelo descompasso entre comportamentos da população local e o imaginário civilizado. A pavimentação a concreto, a introdução da eletricidade na iluminação pública, o adensamento do tráfego motorizado, os grandes prédios, o fim do bonde elétrico e o aumento demográfico imprimiram transformações na paisagem urbana que contribuíram na convivência tensa entre progresso técnico e formas

²² BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na Contramão:** Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP (Pontifícia Universidade de São Paulo), 1996.

²³ GUEDES, Mardônio e Silva. **O Preço da Recusa:** Violência e limites morais no meretrício em Fortaleza (1930-40). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP (Pontifícia Universidade de São Paulo), 1997.

²⁴ RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará:** isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

tradicionais de vida. Através de jornais, crônicas e memórias se realiza uma análise sobre as ambigüidades da modernidade na cidade daquele período.²⁵

Alguns estudos regionais já se lançaram no propósito de repensar as interpretações mais generalizantes, questionando a uniformização de certas análises. Neste sentido, é importante destacar um trabalho desenvolvido sobre o impacto da legislação trabalhista dos anos 1930-35 entre os trabalhadores urbanos do Nordeste.²⁶ A questão central desta pesquisa é investigar as especificidades da experiência nordestina, analisar em que medida o projeto sindical varguista provocou resistências sob formas as mais variadas.

*Assim, há uma série de variáveis, amplamente utilizadas quando se pretende diferenciar a situação dos trabalhadores no nordeste – baixo nível de industrialização, origem rural, analfabetismo, coronelismo, relações paternalistas, ambigüidade entre os setores formal e informal – que são ignoradas quando se pretende produzir os grandes marcos interpretativos.*²⁷

Geralmente, pesquisas como a de FERREIRA têm tentado ultrapassar o espaço fabril e incluir os bares, os blocos de carnaval, a cachaça, o sindicato, a sensualidade, a família, o futebol, o namoro, o prazer, as doenças, a repressão, a escola, a casa, a cidade, a fome, o vestuário e a fé como outros lugares em que podemos encontrar as classes populares. Porém, essas relações só podem ser articuladas quando os limites delimitados na pesquisa assim o permitirem, daí a

²⁵ SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. **Paisagens do Moderno**: Fortaleza, Paisagem e Técnica nos anos 40. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC-SP (Pontifícia Universidade de São Paulo), 2000.

²⁶ FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania**: os trabalhadores na Era Vargas. São Paulo: Estudos e edições *Ad Hominem*, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

²⁷ Id., p. 33.

idéia de se trabalhar na discussão sobre o cotidiano sem perder de vista o diálogo com as estruturas de poder, o que significa que ao se falar do referencial teórico do cotidiano não se eliminará o peso e os efeitos de toda uma história de dominação, principalmente de um período em que o social fora inserido na agenda política do Estado.

Tal perspectiva acabou por mostrar a importância do exame do cotidiano da população mais pobre, a qual incluiria não só os trabalhadores formais e informais, mas os desempregados, os mendigos, as meretrizes, setores considerados marginais que também foram alvo da ação do Estado protetor/repressor.

Cabe observar ainda que pretendo trabalhar a dimensão cotidiana do conflito como aspectos gerais da cultura. Alguns valores genéricos da sociedade impõem-se como discurso de verdade, penetrando persuasivamente em todo modo de vida e aí considera-se necessário tomar a questão como uma via de mão dupla. Como lembra Chalhoub:

[...] os significados sociais gerais muitas vezes revelam aos sujeitos históricos os “lugares” onde as lutas de classe ou outros conflitos presentes numa determinada sociedade se revestem de um caráter político mais decisivo – isto é, potencialmente transformador. Para o historiador, talvez haja aqui uma pista decisiva: no processo de definição de seu objeto, seria importante delimitá-lo na confluência de muitas lutas, no “lugar” onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão²⁸.

A complexidade das questões que cercam as relações de dominação no Brasil solicitam um exame mais detido sobre os delineamentos das práticas sociais. Exige que se faça uma

²⁸ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.25.

leitura acurada de como se comportaram as classes sociais mais pobres nos conflitos, perceber como elas se lançaram e de alguma forma se aproveitaram de determinadas circunstâncias para fazer valer seus interesses. Esta foi a inspiração básica que motivou a idéia da pesquisa, que resumidamente passo a delimitar.

Sem sombra de dúvida o leitor perceberá que este trabalho partiu dos "incômodos" já esboçados. Na historiografia cearense sobre o período não encontramos maiores preocupações com estas questões; as análises não se detiveram no problema da contrapartida da dominação, do diálogo entre o controle social e as diversas formas de participação política dos subalternos.

Pensar os anos 30 e 40 pelo viés do cotidiano, é problematizar a lógica do controle social, é tentar incluir um argumento que perceba a dominação política a partir da complexa experiência dos pobres. Este é um outro trajeto que me aventurei a construir através das várias perguntas que foram se colocando na leitura das fontes.

Minha dissertação de Mestrado²⁹ focalizou o discurso tradicionalista através da imprensa católica e a imagem que a mesma fazia do cotidiano das mulheres fortalezenses durante o Estado Novo. A partir desse trabalho, meu interesse se voltou basicamente para o universo popular e sua relação com o poder instituído a partir das tensões sugeridas na intervenção policial, nos processos judiciais e em toda imagem veiculada pela imprensa local sobre o cotidiano desta população.

Inicialmente, a elástica periodização de 1930-45 demonstrou-se inviável para uma análise mais demorada

²⁹ ARAÚJO, Erick Assis de. **Conservadorismo e Desordem na Cidade de Fortaleza (1940-45)**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1985.

sobre o tema. A periodização se restringe ao Estado Novo. Na realidade, percebi que inúmeras perguntas sopravam em meus ouvidos a respeito do que teria acontecido com os outros segmentos das classes populares.

No momento em que estudava o comportamento da mulher frente aos preceitos moralistas e patriarcais, percebi a riqueza de dados que as experiências cotidianas poderiam fornecer para a compreensão de grupos dominados em dois níveis: da presença do poder da repressão nas relações micro-sociais e, por outro lado, as estratégias de resistência da população frente à autoridade e à política controladora do período.

Considerando que, para uma análise do cotidiano, os jornais constituem fonte privilegiada, optei por mergulhar nas fontes hemerográficas e esboçar uma análise de como era tratada a trajetória das classes populares na cidade. Basicamente, o levantamento inicial demonstrou fissuras e arranjos encontrados no dia-a-dia dos populares que apontavam para formas sutis de inserção política na defesa dos interesses e da sobrevivência destas classes. Complementar a esta atividade, realizei uma pesquisa com inquéritos policiais e processos judiciais junto ao Arquivo Público do Estado, no intuito de averiguar como os poderes repressivo e judiciário, tratavam a questão dos conflitos que envolviam membros das classes populares. Neste instante, a avaliação provisória era de que havia muito a dizer em relação às estratégias de resistência implementadas por estas classes.

Optei por tratar o material levantado de forma a verificar como os sujeitos históricos dominados, dotados de capacidade e vontade de atuação e transformação social, atuaram frente àquela situação histórica que representou uma forma inovadora no que se refere às estratégias de controle social na sociedade brasileira.

O principal problema metodológico seria trabalhar a dimensão cotidiana do conflito, as cenas envolvendo polícia, religiosidade popular, lazer, delitos, disputas por espaços

urbanos e articulá-las aos aspectos gerais da cultura, aos valores genéricos da sociedade conservadora de Fortaleza, às relações de mando e obediência muito marcantes nas tradições políticas do Nordeste. Na realidade, o desafio metodológico se constituiu em tomar a questão da dominação como uma via de mão dupla, ou seja, levando em conta tanto a dominação como as formas de resistência ativas ou passivas, sem desconsiderar as razões que levaram esses sujeitos a apoiar o governo autoritário.

De fato, é preciso frisar que nem todo conflito social aqui examinado significou necessariamente um rompimento com as formas tradicionais de poder, ao contrário, pequenas vitórias não representavam a redenção da classe, mas conquistas de espaço para os de baixo que, na luta cotidiana pela sobrevivência, inventaram artifícios inovadores de barganha política.

A respeito da imprensa cearense, de acordo com Adisia Sá, até a Primeira Grande Guerra, os jornais cearenses eram, a grosso modo, "folhas políticas", permanecendo nas mãos dos políticos e o pessoal das redações era formado por afilhados desses políticos ou indivíduos desejosos de, também, fazerem carreira política.³⁰

Dos seis jornais pesquisados – **O Correio do Ceará, O Nordeste, A Gazeta de Notícias, O Povo, O Unitário e O Estado** - muitas matérias apresentavam, avaliavam e prescreviam os comportamentos adequados das classes populares. Criando estigmas sociais, higiênicos, criminais, morais e religiosos, cunharam denominações pejorativas tais como: vagabundos, sujos, delituosos, perniciosos, supersticiosos, etc. Estes periódicos, apesar de pertencerem a diversas forças políticas, eram unânimes em apoiar o regime do Estado Novo, não representavam qualquer ameaça à governabilidade na sua esfera federal, estadual ou municipal.

³⁰ SÁ, Adisia. Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará. **Revista de Comunicação Social e Biblioteconomia**, v.12, n°1/2. Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 1982, p.9.

De acordo com Adisia Sá, a imprensa cearense chega ao Estado Novo como *informativa*[sic] e nessa linha se mantém, dando ênfase ao noticiário internacional e policial.³¹

A maioria destes periódicos situava-se na chamada grande imprensa, sem vínculos a uma categoria mais específica, tais como a imprensa operária, sindical, estudantil ou de qualquer organização de esquerda. Segundo Adisia Sá, os grandes problemas nacionais e as aspirações populares, bem como as denúncias necessárias sobre os desmandos do poder do Estado não são objeto da imprensa.³² Estes periódicos eram pautados na cobertura de eventos políticos, sociais e acontecimentos cotidianos, "sempre ansiosos em estabelecer o controle e a ordem almejada."³³

Segundo Geraldo Nobre, o decênio de 1930-1939 caracterizou-se por uma atividade bastante intensa do jornalismo, em Fortaleza, relacionada, de perto, com os acontecimentos mundiais, nacionais e locais, então, verificados, notadamente o surto das ideologias, as guerras da Etiópia e da Espanha, a campanha presidencial de 1937 no País, encerrada bruscamente com a implantação do Estado Novo e os reflexos da situação gerada por tudo isso na vida do povo cearense.³⁴

Até 1945, a Segunda Grande Guerra concorreu para que estes periódicos conseguissem maior tiragem. No entanto, como afirma Nobre, a situação nacional, com a vigência do Estado Novo, impossibilitou a saída de novos órgãos jornalísticos, na capital cearense.³⁵

³¹ Id., *ibid.*

³² Id., *ibid.*

³³ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A História de Fortaleza através da Imprensa e dos depoimentos dos Idosos. **Trajeto**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, v.1, n°1. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001, p. 46.

³⁴ NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1975, p.145.

³⁵ Id., p.149.

O jornal **O Nordeste**, órgão da Arquidiocese de Fortaleza, criado em 29 de junho de 1922, era o que representava mais abertamente um segmento social, priorizando o caráter doutrinário, com uma forte militância da doutrina social da Igreja, na formação dos "bons costumes" e "protegendo as massas" da ameaça do comunismo e do liberalismo.

O jornal **O Povo**, fundado em 7 de abril de 1928, era, segundo Gisafran, um jornal que procurava firmar-se ante a concorrência de outros noticiosos, como os jornais dos Diários Associados, difusores da visão da elite local, na busca de um público leitor, que lhe garantisse o reconhecimento público. Ressalta ainda que:

...a posição tomada ante os acontecimentos divulgados nem sempre seguia um mesmo roteiro, em prol da defesa das autoridades constituídas, variando de acordo com o teor do assunto tratado e da sua relação com os objetivos defendidos pelos diretores do Jornal³⁶.

Surgido aos 24 de setembro de 1936, **O Estado** foi, durante o Estado Novo, um divulgador dos diversos aspectos da administração do interventor federal Menezes Pimentel. O **Unitário**, restituído à circulação aos 16 de fevereiro de 1935, desaparecendo logo após, foi um periódico fadado a interromper por diversas vezes suas atividades. A partir de 1940, o jornal foi encampado pelo consórcio jornalístico dos "Diários Associados", cuja presença, no Estado do Ceará, se verificou a partir de 13 de maio de 1937, com a aquisição do **Correio do Ceará**, existente desde 1915.³⁷

De forma geral, Gisafran considera que estes mesmo trazendo informações relevantes sobre os diferentes aspectos da vida da cidade, mantiveram uma distância social com a realidade vivida na cidade de Fortaleza, em que o enfoque das

³⁶ JUCÁ, op.cit. p 46.

³⁷ NOBRE, op.cit. p. 140.

questões não ultrapassava os limites do suporte ideológico de uma elite.³⁸

Por outro lado, a fonte do jornal é rica por seu sentido eminentemente plural, basta o historiador analisar de que maneira o jornal oferece espaços para a diversidade das falas e interesses em jogo. Segundo Capelato, a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.³⁹

A partir da leitura destes periódicos verificou-se o encaminhamento de inúmeros conflitos a serem resolvidos na esfera dos mais de trezentos inquéritos e processos pesquisados, principalmente em situações que envolviam casos de disputas entre policiais e moradores de bairros pobres, luta por espaço urbano, arbitrariedades, defesa de direitos e tantos outros mencionados com mais detalhe nos capítulos.

A imprensa, a polícia e o judiciário formaram o tripé político e cultural da trama que envolvia as classes populares. A posição que assumiram frente a essas instituições sugere pensar que, apesar dos limites impostos por elas, mostra que sabiam se utilizar das brechas para expor os seus problemas e lutar pela defesa de seus interesses. Este comportamento

³⁸ JUCÁ, Id., Ibid.

³⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.34.

sublinhou o caráter plural e heterogêneo de suas maneiras de agir.

É preciso considerar que, devido à dispersão de dados, optei por dividir o livro em duas partes. Assim, a primeira contempla a questão do **Controle Social** e a segunda discute as **Estratégias de Sobrevivência**. Dessa maneira, considera-se, em última análise, que nem o Estado nem as classes populares agiram separadamente, pois havia conexões entre esses sujeitos em luta o que permite entender os avanços e recuos nos confrontos cotidianos.

Na primeira parte, procura-se analisar os parâmetros de atuação do Estado e demais instituições nas mais diversas formas de controle utilizadas durante o Estado Novo em Fortaleza.

O primeiro capítulo é um mergulho nas diversas cidades que Fortaleza abriga. Para isso é utilizado o exemplo da construção de um forte pelos holandeses e que, de certa forma, iniciou o núcleo urbano da cidade. A partir daqui, trabalhou-se com a metáfora da solidez e da defesa para justificar o uso da pluralidade de cidades, onde se opõem, disputam, mas principalmente se entrecruzam: a cidade "moderna" e o seu "outro", onde se encontra a realidade vivida pelas classes populares.

Complementar a esta incursão, a cidade é avaliada inicialmente por seus planos urbanísticos, a influência da centralização política na gestão da cidade, a ascensão das forças conservadoras do Ceará e, particularmente, em Fortaleza. Serão detalhados seu panorama infra-estrutural e situação conjuntural.

O segundo capítulo consiste basicamente em apresentar a implantação do Estado de Guerra que antecedeu oficialmente o Estado Novo, análise detida na esfera local. A organização da D.O.P.S (Delegacia de Ordem Política e

Social), o clima de denunciamento e terror na cidade, as arbitrariedades e o surgimento do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) como matriz da censura e da imagem do regime constituem outros elementos deste capítulo.

O terceiro capítulo apresenta a demarcação do controle territorial frente a uma sociabilidade perigosa no centro – coração - da cidade. Conversas de vagabundos, cafés de segunda categoria, retreta dominical, vista como prática provinciana, e a defesa da idéia de praça apenas como fluxo de mercadorias fazem parte de uma política de intervenção no espaço da cidade. Importa ressaltar que a cidade também é usada pelos governantes como teatro, palco de festividades políticas de caráter cênico e apoteótico, onde o regozijo coletivo é utilizado para consolidar e fortalecer a imagem de harmonia social.

O quarto capítulo procura estudar o papel da Igreja Católica, a Polícia de Costumes, as pregações do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) mostrando as preocupações em traçarem um perfil moral dos moradores da cidade, distinguindo quem, como e onde devem se comportar os indivíduos. O comportamento ideal indica quem deve ser perseguido e o que deve ser condenado: práticas do jogo de bicho, o comportamento da meretriz e da mulher “moderna”, o pobre perigoso. A apresentação do delituoso está inserida na construção de uma trama social e moral. É neste campo que florescem os estereótipos do ladrão incorrigível, a ilegitimidade das falas de pessoas inadequadas – meretrizes -, a imagem dos pobres como elementos indesejados, as ameaças e represálias às testemunhas, a proteção política às ações arbitrárias de policiais e referências aos antecedentes do delituoso.

O quinto capítulo aborda a vigilância e a repressão sobre as práticas de diversão e da religiosidade popular da cidade. Preocupados em estabelecer um lazer “saudável”, ordeiro e pacato, a polícia, a Igreja Católica e demais

indivíduos incomodados com a proliferação de diversões "inadequadas" às tradições da Fortaleza do requinte e dos bons costumes, passaram a combater o futebol nas ruas, as noites de fandango, censura aos blocos carnavalescos, algumas letras de músicas, a exigência de autorização para festas dançantes e demais práticas. Para finalizar a primeira parte, são analisadas as práticas de rituais afro-ameríndios do Brasil, com destaque para a macumba e o catimbó. Tais manifestações se submeteram à forte crítica jornalística, intervenção policial e judiciária, pois estas religiões eram acusadas de praticar exercício ilegal da Medicina, além de criar uma "consciência ilusória e demoníaca". Assim, todo controle social será analisado a partir das tensões e conflitos sociais.

A segunda parte tem como objetivo apreender as diversas formas que as classes populares adotaram para sustentar-se no jogo da exclusão x inclusão. A complexa rede de relações sociais permite pensar a categoria de sujeito histórico sob os parâmetros do conflito, do pacto, da cumplicidade, da solidariedade no universo do cotidiano. O sexto e o sétimo capítulos procuram dar conta das formas de inserção no jogo político do cotidiano.

O sexto capítulo destaca a resistência passiva, onde se desenvolvem práticas de cumplicidade e de negociação como formas complementares de barganhar direitos dentro das demandas das classes populares. É apresentada a prática de cumplicidade entre as classes populares. Esta era uma prática de difícil caracterização, pois a complexidade que cercava as relações de poder entre elementos influentes – advogados - polícia e classes populares era marcada por uma série de circunstâncias e disputas. Algumas situações que compreendem esta prática se referem à cumplicidade de populares na atividade policial – colaboração de indivíduos

nas subdelegacias dos bairros através de participações em investigações e capturas. Estas são atividades ilegais, porém usuais e recorrentes. Este tipo de recurso político demonstra uma vontade destas classes em jogar com as autoridades, no sentido de tirar proveito nas disputas de poder, mesmo que para isso tenham que correr os riscos de conflitos internos muito complexos, oriundos, muitas vezes, dos limites morais construídos no contexto da cultura dos pobres. Assim, o uso do termo cultura destaca-se enquanto elemento heterogêneo, pertencente às mais variadas formas de viver a experiência da classe social.

O segundo e último item deste capítulo discute as práticas de negociação, onde o infrator, o delituoso ou qualquer membro das classes populares em situação de ameaça pondera e negocia com a autoridade policial, com o redator ou articulista do jornal questões relevantes no processo de sobrevivência destas classes. É aqui que o improviso surge como uma arte, uma maneira de desembaraçar-se dentro de uma rede de perdas e ganhos, onde o uso das táticas dos empobrecidos sugere pensar em barganhas consideráveis, que vão desde a um pedido de retratação pública em jornais até uma conquista mais organizada e previamente articulada por direitos às formas tradicionais de trabalho. Neste ínterim, a negociação obtém força suficiente para metamorfosear-se em resistência política, tema tratado no último capítulo.

O destaque do último capítulo do livro é a reflexão em torno da resistência radicalizada nas classes populares. Propositadamente, este capítulo destacou-se do anterior para que fosse possível analisar práticas de reação à prisão, defesa e solidariedade entre pobres em casos de discriminação social, queixas contra abusos de poder da polícia, denúncia de população de bairros pobres contra agressão aos seus recursos naturais, combate ao alto preço dos produtos, denúncia de pobres contra perseguições, casos de insubordinação, conflitos entre policiais e moradores, enfim, práticas que resultaram de

um confronto direto, com mínima intermediação de autoridades.

Mais uma vez a contribuição de E.P. Thompson sugeriu pensar nas características da ação popular: a anônima, o contrateatro e a ação direta. Todas elas podem manifestar-se em confrontos explícitos entre classes dominantes e classes populares. Outro debate interessante é a noção de justiça entre estas classes, onde, de maneira prática, ela vai vivenciando uma noção de direito que legitime a defesa de suas demandas, sem desprezar, em hipótese alguma, os veículos institucionais de justiça social.

Estas cenas cotidianas permitem questionar as afirmações da paz social pelos órgãos do regime, bem como a apregoada política de proteção aos pobres, pois o policiado mundo das classes populares se caracterizava por enorme desamparo. Este era o quadro geral frente ao qual foram se criando laços de solidariedade, de interação e atuação resistente dos populares face à injustiça social. Muitas vitórias pontuais, porém significativas, estimularam reações individualizadas ou de caráter mais organizado.

O último item deste capítulo avaliará o ponto de onde lançamos nossas preocupações, trata-se de estabelecer uma relação dinâmica entre as permanências e mudanças engendradas nas práticas do controle social e das estratégias de sobrevivência. Na realidade, procura-se considerar que as variadas tentativas do Estado Novo em controlar os impulsos desordeiros esbarrava numa constante reformulação de "fazer", talvez esse aspecto tenha sido considerado o fio condutor de nossas considerações nesta introdução.

Primeira Parte

CONTROLE SOCIAL

Capítulo 1

FORTALEZAS DO ESTADO NOVO

As contradições sociais e a diversidade cultural experimentadas pela cidade de Fortaleza, no período aqui estudado, nos garantem uma leitura caleidoscópica do fenômeno urbano. Cidades lado a lado, coexistindo no mesmo espaço, esta é a imagem mais desafiadora e necessária na análise sobre Fortaleza. Situada em um período de expansão do capitalismo internacional com o chamado consumo de massa, onde o EUA obtém plenos poderes na condução desse processo, marcada por uma tradição religiosa e política conservadora que tanto influenciou em suas políticas públicas, apresentada por romancistas, poetas e memorialistas com candura e singeleza, vivida pela exclusão e medo dos pobres, Fortaleza é sem dúvida uma cidade no plural.

O Forte de Schoonenborch, fundado pelos holandeses em 1649, é um ícone interessante na formação da cidade. Ele foi a primeira grande construção que irradiou o núcleo urbano de Fortaleza. Além de sua importância estratégico-militar, ele foi o espaço do poder, centralizando atividades e vigiando os nativos rebeldes. Depois da expulsão dos holandeses em 1654 a Coroa Portuguesa conquista o Forte e rebatizou-o catolicamente de Fortaleza de Nossa Senhora D'Assunção. A metáfora da solidez, da invulnerabilidade, da defesa firme sugere a idéia de espaço "protegido" e "controlado". É através da metáfora Forte/Fortaleza, que retrata o caráter político de defesa, que a cidade será aqui apresentada.⁴⁰ Classes sociais e

⁴⁰ Sobre as cidades coloniais no Brasil há uma interessante revisão que não se restringe à discussão epistemológica da urbanização, mas inclui um debate historiográfico que vai da colônia ao século XIX. Este estudo destaca a importância maior do Estado português na organização territorial e urbana da colônia. Grosso modo, desenvolve-se a idéia de que a criação de vilas e cidades no Brasil colonial não fôra obra do acaso e da imprevidência, mas que se articulou a um amplo projeto de política territorial. Não foram apenas os critérios geopolíticos que orientaram essas ocupações, mas obedeceram também a um ordenamento, através "da intervenção direta que os ouvidores da Coroa faziam sobre os assuntos locais em suas correições (auditorias) anuais, exigindo a adoção de posturas urbanísticas as mais variadas[...] na delegação de poderes à Igreja para que essa legislasse sobre aspectos da vida religiosa e mesmo mundana..." Ver ABREU, Mauricio de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzacchiello

instituições irão estabelecer relações tensas em Fortaleza durante o Estado Novo, cada uma defendendo e atacando um tipo de referência estética, moral, social, política e econômica de cidade.

Lutas sociais cotidianas demonstram que, na cidade de Fortaleza, os paradigmas da ordem e da harmonia não garantem a efetivação do projeto político do Estado Novo de cooperação entre as classes sociais. Neste período, a cidade cresce demográfica e geograficamente, os problemas urbanos intensificam-se, inseridos no conhecido precário cenário das cidades brasileiras: falta de saneamento básico, alto custo de vida, habitações subumanas, segregação espacial, falta de planejamento urbano democrático e miséria social, tudo isso conduzido por um Estado que tenta manter um difícil equilíbrio entre um poder, ao mesmo tempo, protetor e repressivo.

Por um lado, este Estado tenta definir um perfil de cidade antenado com as diretrizes básicas do poder que se instaurava no País, tais como a integração nacional e a harmonização das classes sociais. Este é um Forte emblemático, com muros e regras normatizadoras. A defesa de uma Fortaleza "harmoniosa" tinha como parceiros de sustentação, grupos de grandes comerciantes, intelectuais, veículos de comunicação, grandes proprietários, especuladores de imóveis, banqueiros, industriais, empresários, enfim todos aqueles que contaram com a hábil conivência do Estado em não contrariar seus interesses.

da; COSTA, Maria Clélia Lustosa e DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997. p.35. Este balanço permite problematizar a difundida idéia de que não há rigor e planejamento na construção das cidades brasileiras em comparação ao resto da América Espanhola. É evidente que não nos deteremos a esta periodização em Fortaleza, mas usaremos a idéia de Forte para designar os diversos cuidados do poder com os "territórios perigosos" da cidade.

De outro lado, as classes populares⁴¹ experimentam outras Fortalezas. À sua maneira, estas classes sofrem a dor das más condições infra-estruturais e da espoliação. Denunciam e protestam contra tal situação, brigam entre si, mas, acima de tudo, negociam, estão sempre atentas para barganhar serviços, vantagens, proteções. Vivendo em subúrbios, dentro ou próximo ao centro da cidade, estas classes participam da Fortaleza, lutando pela sobrevivência, com suas armas do censo de oportunidade.

Cabe lembrar que sob esta Fortaleza paira o olhar repressivo e controlador do Estado Novo, por isso as possibilidades cotidianas são importantes devido à falta de liberdade política para contestações partidárias, sindicais ou de movimentos sociais. Neste palco de tensões, há de se considerar a inegável habilidade do Estado Vargasista em estabelecer um mínimo de agenda social, negligenciada por décadas pelo Estado brasileiro.⁴²

É importante considerar que a Fortaleza não é estática, mas dinâmica, nelas se movimentam sujeitos que não vivem isoladamente. Quando surgem os conflitos, os atores sociais – classes populares – interagem com outros e conseguem abrir caminho para diversas formas de inserção social. Neste sentido, é interessante a noção de circularidade que Ginzburg

⁴¹ Procurando manter uma distância crítica do conceito genérico e idealizado de povo ou massa, prefiro utilizar a categoria de classes populares. O elemento popular indica um exame na questão da cultura: “O designativo de popular não se trata de um mero derivado de povo, mas a nosso ver, acrescenta um novo véies de abordagem; a questão da cultura”. Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1820-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p. 14. Portanto, neste aspecto, é inegável a contribuição de outras pesquisas que se detiveram a este universo popular de forma dinâmica: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.; BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

⁴² Uma detalhada análise do que significou a criação do Ministério do Trabalho e toda sua influência na construção de uma identidade política do regime pode ser vista em GOMES, op.cit..

aplica a partir do trabalho de Bakhtin.⁴³ Basicamente, este termo - desenvolvido por Bakhtin no contexto da Europa pré-industrial - designa um influxo - recíproco entre a cultura popular (subalterna) e a cultura dominante:

*[...] entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do 'conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa' que me foi atribuído por certo crítico).*⁴⁴

É fascinante desvendar o jogo da sobrevivência que permeia a atuação destas classes sociais nas encruzilhadas da cidade, tanto no momento do combate explícito à exclusão social como no caráter híbrido verificado nas relações sociais, em que a troca entre culturas é um dado importante a ser considerado.

Antes deste mergulho na(s) Fortaleza(s), cabe um parêntese de referência à formação arquitetônica da cidade, perceber como determinadas regiões tornaram-se privilegiadas para o controle social. Neste sentido, o centro da cidade é o grande cenário do poder. Sua importância fica evidenciada ainda no século XIX, através da embriaguez da *bellépoque* no imaginário das classes dominantes da cidade. A influência parisiense está presente no seu plano urbanístico, o apreciado "charme" francês que interfere no estilo e costumes dos habitantes, a construção de praças e *boulevares* para passeio deu à cidade uma configuração complexa e onerou os cofres públicos.

⁴³ BAKHTIN, Mikail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec.

⁴⁴ GINZBURG, 1987, p.12.

Posteriormente, no Estado Novo o acúmulo de problemas sociais, como migração de retirantes das secas, estrutura fundiária e alto custo de vida, provocaram um processo de exclusão em que o cinturão de pobreza nos arredores do centro foi tratado com completo descaso do poder público. Uma multidão já habitava os arrabaldes, os areais, os subúrbios da cidade. Esse contingente novo estabeleceu-se no centro, mas de lá foi escorraçado em nome do embelezamento da Fortaleza. Estas questões serão discutidas, posteriormente, quando da análise do controle social e das estratégias de sobrevivência no período aqui delimitado.

1.1 Os Planos Urbanísticos: do deslumbre ao descaso

A partir do século XIX, Fortaleza apresenta um delineamento urbano mais regrado e planejado. Espaços do comércio, do lazer, da moradia, da vida política e social foram moldados por um poder baseado num saber científico – médico – sobre a cidade.⁴⁵ A consolidação de Fortaleza como

⁴⁵ A partir de meados do século XIX surgiu a Medicina social no Brasil. Preocupada em intervir de forma planejada e preventiva nos espaços sociais que causassem enfermidades, o saber médico avança no Brasil no ritmo do crescimento urbano de suas cidades, eram os médicos que detinham a legitimidade de curar através da ciência, somente eles poderiam diagnosticar, prevenir e julgar as medidas normativas para uma vida mais “saudável”. A noção de saúde pública é a questão fundamental que conferiu tanto poder aos médicos na vida urbana, é esta questão que garante governabilidade e produtividade às cidades. A dimensão política deste fenômeno se dá na transformação do médico em um cientista social, reunindo conhecimentos da história, da geografia, da estatística, da demografia e de todo um complexo de informações que auxiliassem o discurso e a prática médica no reajustamento social e moral das aglomerações urbanas. Em Fortaleza, sabe-se que: “No momento em que a cidade inicia um movimento inédito de crescimento econômico e social, o saber médico local se estabelece com a volta dos médicos cearenses formados nas academias de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, faculdades existentes desde 1832. Esse corpo médico só se constitui como saber sócio-urbano a partir da análise que passa a proceder sobre a vida urbana, por intermédio de seus recorrentes discursos e práticas relacionadas à saúde pública da Cidade.” In: PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993. p.78-79.

entreposto comercial e seu contato com metrópoles européias proporcionaram um aquecimento na vida econômica e social da cidade:

Se Fortaleza dependia de sua função comercial e se o contato com o mercado europeu tendia a se dinamizar, então a Cidade prescindia de novo porto, ferrovias, calçamentos e ordenação espacial. Tratava-se de estabelecer reformas, equipamentos e serviços urbanos que racionalizassem a circulação de mercadorias, transportes e pessoas⁴⁶.

A partir de 1812, Fortaleza vivencia a sua primeira expressão de projeto urbanístico com o Governador Manoel Inácio de Sampaio e seu engenheiro Antônio José da Silva Paulet. A cidade ainda era uma comunidade assentada no desenvolvimento de produtos agrícolas, através de referências geográficas do tipo: rios, vales, barrancas e suas sinuosidades, com ruas mal retificadas e edificadas. Paulet executa um plano que regulariza os alinhamentos, remodelando e ampliando a própria lógica do desenvolvimento urbanístico. Verifica-se aqui o propósito do engenheiro em retirar o estigma da desordem urbana através do desprezo ao sentido do "velho" crescimento da vila. Resolveu Paulet reorganizar a cidade para o estilo quadrangular que, segundo seus estudos, seria a opção mais adequada para a natureza relativamente plana do terreno.

A Câmara, em sessão de 15 de maio de 1813, estuda a planta de Paulet. Nesta apreciação, a planta é criticada por atender somente as partes oeste e sul da praça Carolina, principal logradouro da cidade. Em 06 de agosto de 1813, aquela casa legislativa solicita outra planta que contemple a parte oposta da cidade.

Obedecendo a estas determinações, Silva Paulet conclui seu plano, e Fortaleza vai ganhando um padrão em

⁴⁶ Id., Ibid., p.78.

suas construções sob o traçado delineado e é neste momento que surgem os primeiros sobrados (1825). Com tais construções,

rasgava-se o preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar. Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa – madeira amarrada para trás e para frente, em beira e bica ou beira e sub-beira, paredes lisas, raros com platibandas ou frontões, sem arabescos decorativos, sem frisos, sem colunatas, sem azulejos, sem coisa alguma que a acusasse o menor gosto arquitetural⁴⁷.

Fortaleza nesse novo delineamento se estende para os lados leste e oeste, faltando ainda um plano que dê mais unidade urbana. A partir da elevação à cidade, em 17 de abril de 1823, Fortaleza daria passos mais acelerados dentro do quadro geral de urbanização das cidades no Brasil.

A execução e aperfeiçoamento do plano de Silva Paulet, duas figuras se destacam: o presidente da Câmara, Antônio Rodrigues Ferreira, e seu engenheiro, Adolfo Herbster, contratado em 1855. O "Boticário Ferreira" assume o comando administrativo da cidade por 16 anos (1843-1859). Neste período, Fortaleza chegou a contar, em 1848 com cerca de 8.900 habitantes, ocupando 1.418 casas, das quais 571 de tijolo e telha, ao passo que 40 anos antes a sua população era pouco superior a 1.000 habitantes, havendo apenas 159 prédios. Neste mesmo ano, é inaugurada a iluminação pública a azeite de peixe, contando com 44 lampiões.⁴⁸

⁴⁷ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979. p.78.

⁴⁸ RIBEIRO, Saboya. Memorial Justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza: v.57, 1943.

Adolfo Herbster executa três plantas para Fortaleza: em 1859, 1875 e 1888, respectivamente.

A primeira planta (1859) já destacava a obediência à geometria, ao traçado ortogonal retangular, porém esta **Planta Exata da Capital do Ceará** não alcança maiores conquistas, pois o conjunto urbano não vencia as areias que o cercavam, as ruas finalizavam subitamente, deixando os passantes à mercê do cansativo percurso arenoso. No ano de 1863, Fortaleza, com base neste plano, contava com 16 mil habitantes, apresentando 960 casas de tijolo e telha, ocupando unicamente oito ruas, ficando o subúrbio povoado de palhoças. Acrescente-se a estes dados a existência de oito praças públicas com cacimbas e arvoredos.

A segunda planta (1875), contou com um estudo decisivo para a capital dessa data para frente, pois ampliava o traçado para além do construído e conferia-lhe 3 boulevards - as atuais Avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel - margeando o perímetro central, cuja finalidade seria em um futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano. Na realidade, esta **Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios** dava continuidade ao plano do traçado em xadrez de Silva Paulet; era a ocasião em que a cidade se definiria pelo longo enxadrezamento, onde algumas ruas mal dispostas tiveram que desaparecer para que prevalecessem os alinhamentos das quadras ou quarteirões projetados. Este traçado em xadrez traz uma preocupação histórica com a estratégia do controle social. Tal plano, utilizado em cidades do antigo Egito, representadas em hieróglifos, por uma malha ortogonal dentro de um círculo, são encontradas também em fundações etruscas e romanas, e mais tarde com as cidades fundadas por Alexandre, o Grande. Conquistadores romanos, ingleses e espanhóis constroem cidades baseadas neste modelo em xadrez. O controle social se expressa neste plano através da correção de becos, desvios e ruas desalinhadas que favoreciam movimentos revolucionários urbanos, substituindo-os por vias alinhadas, longas e cruzadas em

ângulo de 90° que possibilitavam o olhar do poder sobre as cidades.

Segundo Liberal de Castro, arquiteto e historiador da arquitetura e urbanismo, a disposição de três *boulevards* que Herbster inclui em sua planta seria uma imitação das reformas realizadas pelo Barão Haussmann em Paris, em meados do século XIX. Para Liberal tal sistema de grandes avenidas "resultava da devastação de grandes áreas, tendo duplo objetivo de embelezar a cidade e o de antepor um sistema seguro contra a organização de barricadas, que usavam o velho emaranhado das ruas"⁴⁹.

Para constatar estas projeções sociológicas na arquitetura urbana é importante verificarmos as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da província. A produção algodoeira crescia em exportação, contando com as melhorias de seu porto e a construção da estrada de ferro de Baturité – Fortaleza (1873). Emergia, na sociedade fortalezense, uma burguesia constituída por cearenses e estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses, bem como surgiam camadas médias formadas por profissionais liberais, além do crescente número de trabalhadores. Este fenômeno propiciava um quadro sócio-histórico composto de equipamentos institucionais e tensões sociais envolvendo forças políticas – intelectuais, proletários, desempregados... – nas quais a relação de dominação passava também pelo poder de um tipo de arquitetura.

Neste contexto, o plano de Herbster, com boulevards e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente para a observação dos olhares e do poder e do

⁴⁹ CASTRO, Liberal de. *Arquitetura Eclética no Ceará*. In: FABRIS, Annateresa (Org). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. p.214.

*saber urbanos e tornou-a mais aberta à circulação crescente de seus fluxos (de pessoas, mercadorias, policiais...)*⁵⁰.

O último plano de Herbster (1888) tenta ampliar e consolidar ainda mais o enxadrezamento e a remodelação da cidade. A **“Planta da Cidade de Fortaleza, Capital da Província do Ceará”** não teve prioridade por parte de outras administrações,

*[...] prefeitos municipais realizadores, como Guilherme Rocha, Idelfonso Albano e Álvaro Weyne, ajardinaram praças e construíram obras, porém foram alheios a qualquer pensamento em favor da sistematização imprescindível*⁵¹.

A fase do deslumbre de uma cidade racionalizada e sintonizada com as novidades francesas resiste, em tese, até os anos de 1930, quando se impõem outros debates sobre a questão urbana. Porém, esta discussão não produziu uma práxis capaz de implementar amplos projetos em Fortaleza. Acabou, por esse motivo, deixando um déficit urbanístico de grandes proporções, principalmente no tratamento à população mais pobre da cidade.

1.2 Alternativas Urbanísticas em Fortaleza no pós-1930

A capital alencarina, no século XX, não teve o mesmo ritmo de urbanização da segunda metade do século XIX. Desde o início do século XX, passaram-se mais de cinco décadas sem execução de qualquer plano. Sucessivos governos, devido à impotência política, não puderam comandar e fazer valer um plano amplo de urbanização. Oposições e pressões vindas de vários setores estão entre algumas justificativas da inviabilidade dos projetos, em que a falta de consenso não permitiu um possível acordo no poder

⁵⁰ PONTE, *Ibid.*, p. 28-29.

⁵¹ GIRÃO, *Ibid.*, p.80.

público. É apenas em 1962 que surge a aprovação por lei do "Código Urbano" e do "Plano Diretor de Fortaleza", realizados por uma equipe coordenada pelo urbanista Hélio Modesto.

O Plano Diretor de Fortaleza era o primeiro a se preocupar com o comportamento e organização social da população e a considerar as formas e as tendências de ocupação do solo. Apesar de estar baseado no senso de 1960, as diretrizes deste plano foram adulteradas com a indefinição de uma nova legislação, obrigando o arquiteto apresentar um plano incompleto.

Não cabe aqui avaliar todos os projetos pensados neste período do século XX, embora esse levantamento pudesse contribuir para o entendimento da evolução urbana da cidade. Apenas um plano – seus bastidores políticos - será analisado, porque ele sugere a retomada da sistematização e disciplinarização urbana ocorrida no passado. Trata-se do Plano de Nestor de Figueiredo, em 1933. O interesse por este plano se define na tentativa insistente e oportuna de reestruturação do espaço urbano a partir da iniciativa do Estado. Desde sua elaboração até seu alcance prático, este plano despertou polêmicas, pois interesses econômicos estavam em jogo. Fortaleza, evidentemente, não era mais a cidade pensada por Herbster em 1859, 1875 e 1888.

1.2.1 Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza - 1933

Em 1933, o então prefeito Raimundo Girão contrata o pernambucano Nestor de Figueiredo para executar uma nova planta para Fortaleza, visto que o projeto de Herbster estava desgastado e desatualizado.

Para o prefeito, era uma oportunidade única para viabilização deste projeto, pois contava com o apoio financeiro do interventor Carneiro de Mendonça, o qual auxiliou a prefeitura com 50% do preço do contrato firmado com o arquiteto. Nestor de Figueiredo, escolhido por confiança e mérito, pediu 120:000 \$ 000. Como a prefeitura já teria

garantido 60:000 \$ 000 isto foi o bastante para motivar Raimundo Girão a seguir viagem para Recife e João Pessoa, a fim de examinar os planos das respectivas capitais para melhor julgar de seu encaminhamento.

Para diminuir suas preocupações, Girão providenciou uma consulta ao Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro – a entidade máxima em assuntos urbanísticos do País -, ao qual pediu esclarecimentos e subsídios para uma decisão mais abalizada. Girão considera que:

A elaboração desse plano envolve questões transcendentais de ordem higiênica, econômica e estética que devem ser ou mesmo já deviam ter sido resolvidas para o bem-estar da população, não há como cogitar-se de economia ou oportunidade em matéria tão relevante⁵².

Em resposta, o Instituto dá seu aval favorável à capacidade e idoneidade técnica e profissional do arquiteto Nestor de Figueiredo, aconselhando também a inexistência de uma concorrência pública para a execução técnica deste plano em cidades antigas. Assim, Raimundo Girão se convence e endossa suas próprias projeções. Em síntese, o plano de Nestor de Figueiredo propunha:

- implantação de um sistema radial – concêntrico de vias principais, através de ruas periféricas e alargamento das radiais;
- traçado viário para áreas da periferia urbana observando o relevo do solo;
- retirada do ramal ferroviário da Avenida José Bastos;
- zoneamento urbano tendo por base as diretrizes da Carta de Atenas.

Do ponto de vista técnico o plano de Nestor de Figueiredo se preocupava com o zoneamento urbano, preso as

⁵² GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. Ce, v.57, p.105,1993.

concepções dos paisagistas americanos. O plano já tinha que levar em conta o automóvel, introduzido em 1909, embora esse meio de transporte fosse ainda numericamente insignificante na cidade.⁵³ Entre a cidade conceitual, planejada e a cidade vivida e efetivada é necessário compor uma unidade, através da racionalidade urbanística, que seja capaz de articular a diversidade dos espaços.

Nos bastidores políticos, a guerra estava declarada entre o prefeito Raimundo Girão e o Conselho Consultivo do Município. O prefeito envia a proposta ao Conselho e tem, no primeiro momento, o projeto aprovado, principalmente porque contava com o apoio do conselheiro Eurico Salgado. No entanto, este conselheiro teve que viajar ao Rio de Janeiro, fato que enfraqueceu o apoio ao plano, que foi desaprovado pelo conselheiro Júlio Rodrigues.

O argumento do Conselho Consultivo foi o de que Fortaleza carecia, prioritariamente, de um instituto para menores abandonados e delinqüentes. Esta tese é combatida por Girão, que entendia que tal empreendimento seria compromisso do Estado. Outro aspecto denunciado pelo Conselho era a falta de concorrência pública na execução do plano. Em sua resposta, o Prefeito baseava-se no argumento de que um plano de cidade é essencialmente técnico e artístico, não cabendo a qualquer concorrente o seu emprego, mas a profissionais idôneos e conhecedores das condições mesológicas da cidade.

Sabemos que a idoneidade destes profissionais da arquitetura "morre" no primeiro traçado que tente, em nome da racionalidade espacial, instalar um tratamento eliminatório de práticas "anti-modernas", como bem testemunham as insistentes críticas jornalísticas à Fortaleza dos coretos, dos lugares não planejados, antiquadros e arcaicos utilizados por classes sociais desprestigiadas. Na realidade, o que o prefeito

⁵³ CASTRO, Liberal de. Cartografia e Planejamento Urbano. A **Administração Lúcio Alcântara**, Fortaleza.Ce, março 1979/maio 1982.

Raimundo Girão afirma é reflexo da linguagem de um poder urbanizado, onde o administrador tenta se apropriar de uma tecnologia científica e política capaz de estabelecer um cálculo supostamente seguro sobre a cidade, que garanta uma margem de controle sob as condutas multiformes.

Insistia, ainda, o Conselho em considerar o projeto como suntuoso para as modéstias condições de nossa "urbe", ao mesmo tempo em que afirmava que Fortaleza estava muito longe de se equiparar em movimento ao tráfego de cidades cuja população orçava por dois milhões de almas. Esta afirmativa está baseada na própria análise de Nestor de Figueiredo para com o traçado em xadrez. Para o arquiteto, esta disposição de ruas proporcionara uma dificuldade com o aumento do tráfego e deficiência na ligação da periferia com a zona central. Diante desta constatação, o Conselho Consultivo coloca o exemplo de Fortaleza como uma capital que ainda não havia alcançado os excedentes urbanos como nos casos da Filadélfia e de Buenos Aires, caracterizadas pelo saturamento desse cruzamento retangular.

O Conselho Consultivo confia no traçado "xadrez" para disciplinar a ampliação e o desenvolvimento sem a elaboração de altos custos, feita por grandes técnicos estranhos ao meio. Um último argumento se referia à proposta de Nestor de Figueiredo em determinar um zoneamento para localizar as diferentes atividades da cidade: zonas residencial, comercial, industrial, universitária e hospitalar. Acima de tudo, esta proposta para o Conselho era inexequível por tratar-se Fortaleza de uma cidade adulta e acostumada aos seus processos "naturais" de desenvolvimento e progresso, portanto, que obedecia a leis "naturais", sem a necessidade de prescrições artificiais do poder público.

Com estes argumentos e com a justificativa de incapacidade financeira do município, fecha-se o cerco contra o investimento de Raimundo Girão. O projeto fora recusado. O Prefeito não se deu por vencido e encaminhou a proposta com obstinação. Percorreu todo o caminho que descrevemos,

nadou em águas agitadas e morreu nos interesses "obscuros". Sobre isso Liberal lastima:

É provável que nenhuma decisão Municipal tenha proporcionado efeito mais maléfico sobre a cidade do que a rescisão do contrato de Figueiredo –1935 -. Não apenas pelo fato em si, cuja aplicação teria começado a resolver, há meio século, alguns dos sérios problemas que afligem a cidade do presente, mas também, pelo momento histórico, caracterizado por total reformulação política, social e econômica do País e, portanto, inteiramente favorável a uma intervenção ordenadora na cidade⁵⁴.

A frustração do plano de Nestor de Figueiredo demonstra que o quadro político em Fortaleza era bem mais complexo do que o "sucesso" da Fortaleza de Herbster no século XIX. Mesmo assim, o aumento demográfico, as más condições de moradia, o sistema viário e a especulação imobiliária durante o pós-1930 foram crescendo na lógica *hausmaniana* de Herbster, em que o centro da cidade é racionalmente pensado para proteger a circulação de mercadorias e dispor uma arquitetura de ruas e praças que melhor auxilie no controle social.

Inventar panoramas e criar perspectivas sobre as cidades desencadeia uma ficção sobre elas. Os pintores medievais e renascentistas, por exemplo, representavam a cidade vista em perspectiva e "inventavam ao mesmo tempo a visão do alto da cidade e o panorama que ela possibilitava".⁵⁵ Certeau fala de um olho totalizador, uma imensa texturologia, uma visão arquitetônica impulsionada por um artefato ótico, uma arte de colocar tudo à distância, sem a participação dos comportamentos humanos estranhos a esta projeção. "A cidade-panorama é um simulacro 'teórico'(ou seja, visual), em

⁵⁴ Id..

⁵⁵ CERTAU, op.cit. p.170.

suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento de práticas."⁵⁶

A arquitetura em xadrez estava em xeque, o centro da cidade ainda mantinha as características de um Forte, porém sem aquela pujança de outrora.

1.3 A Centralização política e a questão da cidade

Muito pode ser dito do final da primeira República à efeméride de 1930, entretanto é inegável a capacidade que se forjou do Estado em centralizar as atividades políticas e administrativas do País.⁵⁷ Aliás, a unidade centralizadora é uma proposta que está no bojo da Revolução de 1930, numa clara crítica ao federalismo, o qual possibilitara a hegemonia de alguns estados sobre os demais. Neste sentido, é representativa a ação da queima das bandeiras estaduais promovidas pelo novo regime de 1937 como forma simbólica de destruição do modelo anterior.

Segundo Aspásia Camargo, o golpe de 37 foi longamente preparado pela lenta erosão das lideranças estaduais descompromissadas com as reformas políticas que a nova elite decidira implantar. A queima das bandeiras estaduais, inaugurando o Estado Novo, foi o ponto culminante deste descrédito que degenerou em hostilidade contra o símbolo máximo da autonomia estadual, identificada com os interesses menores que impediam o Estado de se organizar

⁵⁶ Id., p.171.

⁵⁷ As análises sobre o período coincidem na ênfase do caráter centralizador do Estado brasileiro, ressaltando, principalmente, “o fortalecimento do poder de Estado, aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social, bem como dos mecanismos de integração e consolidação do poder nacional”. Ver DINIZ, Eli. Estado Novo: Estrutura de Poder, Relações de Classes. In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. t.3, v.3, 6ª ed, 1996, p.79.

como verdadeiro promotor do desenvolvimento nacional e do progresso.⁵⁸

O Estado Novo adotou o centralismo político e cooptou as lideranças estaduais, dando poder de decisão aos seus interventores, mas com o cuidado de domesticá-los e ajustá-los à novas diretrizes da centralização.

*A contribuição maior da era Vargas foi ter incorporado simbolicamente as regiões, absorvendo no plano nacional suas especificidades e tratando-as como atores relevantes, seja inserindo-as na dinâmica do processo político, seja acelerando seu desenvolvimento econômico*⁵⁹.

Tal fenômeno é fruto de uma orquestração política de Getúlio Vargas, a qual fundamentava o conceito de Revolução na idéia de construção, diferentemente das experiências de 1822 e 1889, em que se visava apenas a "destruição de estruturas obsoletas, sem conotação construtiva". Esta era a maneira de Vargas estabelecer o corte, o diferencial, a ruptura com outros marcos revolucionários da história do País.

O discurso Varguista entendia a situação da Primeira República como clara decomposição nacional, como desordem em todos os campos da realidade social. Decomposição pressupõe perda, então o que de fundamental o Brasil havia perdido? A tradição da nação. Esta era a imagem que Getúlio se preocupou em veicular através de toda sua propaganda política.⁶⁰ O nacionalismo seria um elemento ideológico importante na crítica que se faria, principalmente ao liberalismo, entendido como excessivamente objetivo e materialista, que dispensava o homem e o que era nacional.

⁵⁸ CAMARGO, Aspásia. Federalismo e Identidade Nacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p.313-314.

⁵⁹ Id., Ibi..

⁶⁰ CAPELATO, op.cit.

A perda do sentido da nação se confundia com a perda da autoridade, a ameaça da anarquia e, principalmente, com o abandono das tradições de ordem do País. Todo este leque de ameaças seria provocado por uma interrupção da trágica experiência liberal no curso "natural" da evolução "normal" do País.⁶¹ As agitações políticas ocorridas antes e depois de 1930 no País eram resultante das idéias europeizantes de revolução – o anarquismo, o comunismo -, da inconsistência e irrealidade da legislação liberal e da ausência de um poder político centralizador. Eram valores estranhos ao ritmo de nossa história, que desconheciam as potencialidades do povo brasileiro. Este povo – genérico e homogêneo - guardava em seu subconsciente as tradições mais puras do País, assim, a busca desta autenticidade só poderia advir de um governo que mantivesse um contato harmonioso com este povo, esta era a unidade da nação, forjada politicamente através de mecanismos de um Estado forte e interventor nos conflitos.

Restaurar o curso dos acontecimentos "naturais" do País significava, antes de tudo, a fundação de um novo Estado, um novo começo, porém não se tratava de um retorno.⁶² A forma mais inovadora seria estabelecer uma

⁶¹ Azevedo Amaral pensa no sentido restaurador da revolução. Para ele, a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo fundamentaram-se na restauração dos sentidos da ordem e revolução, tradição e inovação. Em tese, a tarefa primordial do Estado Nacional seria interferir no divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas. Entretanto, a ameaça crucial era o descontentamento popular, que seria enfrentada com habilidade política através da chamada *questão social*. Portanto, o problema emergente no momento seria o controle da grande massa do proletariado que crescia em escala mundial desde o término da Primeira Guerra. Ver GOMES, op.cit., p.209.

⁶² Castro Gomes, ao analisar as avaliações de Azevedo Amaral sobre o período, chama atenção ao aspecto do retorno, que aqui não tem haver com a procura de uma experiência política anterior do país. O Império, por exemplo, é exaltado apenas por sua estabilidade e aspectos positivos de seu poder político centralizado, ele era antes um símbolo do nosso passado político por suas tradições centralistas, mas não poderia ser um modelo revivido. Da Independência até 1889, ocorreria apenas um lento avanço de nossa nacionalidade, pois fora literalmente prejudicado com a Primeira República. Neste sentido, criava-se um vazio político que fora ocupado

simbiose entre o governo e povo, identificar um ao outro, como uma imagem ao seu espelho. Restaurar seria construir e explorar a rica terra brasileira e o homem bom que aqui morava. Tal sentido implicava introduzir um novo elemento condutor deste processo:

*[...] 'restaurar' a sociedade brasileira era retirá-la do estado da natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político.....A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional..... A 'restauração' seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano*⁶³.

Getúlio Vargas representa uma revolução na medida em que funda uma prática política de reconhecimento de uma temática desprezada das preocupações políticas dominantes, ele iria conduzir a *questão social* para os fóruns da política do "bem-estar nacional e na realização do bem comum".⁶⁴ Este fenômeno distingue-se do resto da história política brasileira. Ele iria afastar-se da retórica formalista e dos modelos jurídicos sobre a realidade de pobreza da grande maioria da população, provocando um tratamento mais "humanizado" da questão.

Dar visibilidade à *questão social* credenciava o papel do Estado como interventor. A solução para a grave situação das classes trabalhadoras no Brasil veio por meio de uma

pela liderança de Getúlio Vargas, o qual estabelece um novo estilo de governar. Ver Id., *ibid.*, p.212-13.

⁶³ Id., *ibid.*, p.211-12.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 213.

legislação social capaz de proteger o trabalhador. Assim, o Estado consegue ganhar legitimidade através da materialização da inclusão social. Os trabalhadores brasileiros encontrariam, principalmente no Estado Novo, a realização de uma democracia, de feição "realista e humana", que abandonava as doutrinas generalizadoras sobre cidadania presas às questões dos direitos civis e políticos. Configurava-se, nesse ponto, o cidadão identificado pela posse dos direitos sociais.

O grande trunfo do Estado Novo foi produzir uma auto-imagem de democracia social. O elemento principal para este fim foi a criação de uma personalidade do trabalhador. Tal missão pressupunha uma crítica à estatização do operário nos regimes totalitários bem como à desintegração do trabalhador no liberalismo. Nem a hipertrofia do Estado, muito menos o abandono e abstração do homem, o Estado democrático nasceria da valorização do trabalho, era nele que o homem se realizaria como pessoa. A condução desta temática ganharia um tratamento prioritário durante o Estado Novo, é em torno do trabalho que o governo lança suas bases de legitimidade política, é através das imagens do cidadão trabalhador que Getúlio Vargas estruturará ministérios, sindicatos, órgãos de comunicação, comícios, desfiles, canções, monumentos, enfim uma memória institucionalizada da categoria trabalho.

Em síntese, o processo de centralização política durante o Estado Novo foi construído a partir dos aspectos da necessidade de um **Estado Nacional**, do enfrentamento da **questão social** e do surgimento de um novo conteúdo de **democracia social**. Grosso modo, são estas questões que nortearam a instalação de um Estado do bem comum, promotor da justiça social, que tentava equilibrar "o valor da iniciativa individual na esfera econômica e ao mesmo tempo salvaguardasse os interesses da sociedade, sem atingir os excessos de coletivização proclamados por extremistas."⁶⁵

⁶⁵ Id., p.221.

Essa manobra seria realizada por uma engenharia política que não evitaria negociações contraditórias.

1.4 Relações políticas com os estados: o caso do Ceará

As relações entre o Ceará e o novo regime mobilizaram inúmeras iniciativas de cooperação política. O interventor Menezes Pimentel, que desde 1935 assumia o governo, foi mantido como figura de confiança de Getúlio. Considerado um "bom cearense, moderado, que atende os amigos sem perseguir os adversários",⁶⁶ um homem católico e ligado às forças políticas conservadoras, Menezes Pimentel conduziu o governo de forma discreta, sem comprometer as novas diretrizes políticas.

Outra referência é Waldemar Falcão, cearense que ocupou a pasta do Ministério do Trabalho.⁶⁷ Sua indicação é louvada como prestígio do Ceará na conjuntura nacional, principalmente por Waldemar possuir "cultura jurídica, formação católica" e que suas "qualidades de caráter e de inteligência" que o credenciavam a prestar um serviço inestimável naquela "delicada phase de transição".⁶⁸ Este clima de euforia por parte de alguns cearenses favorecia a propagação de toda e qualquer iniciativa que tivesse a presença de um representante da terra alencarina:

⁶⁶ O Ceará prestigiado. **O Nordeste**, Fortaleza, 26 nov.1937. p.1.

⁶⁷ Falcão "havia sido constituinte em 1933/34 e deputado em 1935/37, ligado ao movimento da Liga Católica. Sua experiência política parlamentar demonstrou tanto vinculação com os assuntos trabalhistas quanto sua estreita relação com a orientação da Igreja Católica. Ele foi "encarregado de 'adaptar' o ministério à orientação e aos postulados do Estado Novo, consagrados na Carta Constitucional de 1937." Consta que sua "exoneração em meados de 1941 é algo nebulosa, já que fica claro que ela não ocorreu sem certos atropelos. O ministro se retirou voluntariamente, mas é sabido que esta era a forma como Vargas fazia as substituições que julgava interessantes. Não era Vargas quem pedia o afastamento de seus colaboradores. Ele apenas sugeria dificuldades para o curso de um projeto, nomeava o renunciante para um novo posto e, com certa frequência, aguardava um tempo até tomar a decisão sobre a pessoa que ocuparia definitivamente o cargo." Ver GOMES, Op.cit. p.199.

⁶⁸ O Ceará prestigiado, Id.

*Rio, 22 - Causou boa impressão no meio católico desta capital a atitude do ex-deputado pelo Ceará, dr. Olavo Oliveira, afirmando, em entrevista ao 'O Globo', que vai dirigir um apelo, em nome do seu Estado, o mais católico do Brasil, ao presidente Getúlio Vargas, para que inscreva o nome de Deus na constituição e oficialize o ensino religioso, como base espiritual da nova constituição política do país*⁶⁹.

Antes do golpe de 1937, Getúlio Vargas foi minando os focos oposicionistas à esquerda e à direita, embora sua maneira de conduzir este processo nem sempre refletisse um rompimento radical com as forças perdedoras. Alguns exemplos no Ceará ilustram este processo.

No governo Vargas estabeleceu-se uma prática de negociação com as oligarquias perdedoras após 1930.⁷⁰ O período de transição foi marcado pelos benefícios oriundos das manifestações de lealdade ao chefe da Nação. O presidente procurou em cada Estado um conchavo entre representantes da "velha política oligárquica" e grupos novos de poder.⁷¹

⁶⁹ As reivindicações católicas como base da nova construção política. **O Nordeste**, 23 nov., 1937, p.1.

⁷⁰ Apesar de alguns analistas apontarem para uma ruptura estrutural do sistema de dominação da oligarquia agro-exportadora é necessário considerar que as formas de dominação tradicionais não iriam se decompor abruptamente, pois o poder local funcionaria com uma modalidade baseada em um sistema de cumplicidades e trocas de favor, onde essas forças políticas ainda predominavam. Para esta tese da ruptura ver IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p.25.

⁷¹ Alguns autores vieram definir esta relação política através da tese da "política de compromisso". Grosso modo, estes estudos revelam que antes do Estado Novo se estabelece uma crise de hegemonia política e ideológica, havia um acirramento nas oligarquias regionais e uma pressão contra a ascensão política da burguesia cafeeira, bem como de setores urbanos emergentes. Assim, ocorre uma reformulação da estrutura de poder, não mais caracterizada pelo revezamento entre as tradicionais oligarquias, mas pela acomodação de interesses e atores sociais em confronto. Portanto, dar-se-ia um arranjo institucional pelo fortalecimento do Estado como força canalizadora destes conflitos. Ver principalmente: WEFFORT, Francisco. **Classes Populares e Política**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

No complexo jogo de alianças políticas no Ceará é possível perceber um "desvio" na fidelidade ideológica aos compromissos assumidos, pois

[...]o período interventorial cearense mostra como o interventor-tenente, para manter-se no poder, chega a favorecer a recomposição dos grupos oligárquicos 'decaídos' em detrimento dos objetivos da 'Revolução de 30'⁷².

As articulações políticas no Ceará no pós-30 sempre contaram com a presença de setores oligárquicos. Carneiro de Mendonça, por exemplo, segundo interventor do Ceará, pertencente ao grupo dos tenentes, legítimo representante da "neutralidade" política, somente consegue administrar com a participação de setores das oligarquias que foram afastadas do poder no período do primeiro interventor Fernandes Távora.

Tal é o caso da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, que é ocupada pelo magistrado Olívio Câmara, identificado com os grupos mais tradicionais do Estado. Este, nas constantes idas do Interventor Carneiro de Mendonça ao Rio de Janeiro, o substitui na interventoria, o que facilita o acesso dos 'decaídos' ao poder⁷³.

Por outro lado, Juarez Távora – cearense e Delegado Militar do Norte - tentou reduzir a força clientelista da Primeira República através da presença de um elemento militar e "neutro politicamente", na tentativa de estabelecer uma racionalidade político-administrativa.

Um exemplo deste novo perfil estava no tratamento da "problemática" da seca, a começar pela de 1932. Uniformidade de comando e tratamento técnico aos problemas sociais foi a tônica da ação política. Em primeiro

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968. p.72; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**, São Paulo: Brasiliense, 1970. p.104-111.

⁷² SOUSA, op.cit.. p. II.

⁷³ Idem, p.22-23

lugar, as decisões de assistência às vítimas da seca seriam tomadas diretamente pelo governo federal.

*A agilidade administrativa demonstrada pelas autoridades em 1932 contrasta com a hesitação comumente evidenciada em outros momentos. Talvez isso se deva à presença do paraibano José Américo de Almeida à frente do Ministério da Aviação e Obras Públicas num momento em que o Governo provisório necessitava demonstrar um amplo controle da situação política, especialmente em função da guerra civil em São Paulo*⁷⁴.

Verifica-se que a conduta do Estado prevenia ingerências políticas locais e procurava contornar os "respingos" da agitação sociopolítica vivida naquele período. Além disso, a miséria era uma temática muito delicada se fosse associada às insatisfações oposicionistas, era mais oportuno tratá-la como um flagelo ocasionado pela ausência de um Estado protetor.

O novo papel do Estado era proteger o homem contra a fome e a miséria, assegurando um meio de subsistência através do trabalho, contemplando assim a dimensão individual dentro de um desenvolvimento social. Além disso, a intervenção estatal iria produzir formas de controle sob a imensa mão-de-obra disponível nestes períodos de estiagem. Percebe-se que há uma preocupação em assegurar uma ordem social através da regulação dos exageros provocados pelas desigualdades econômicas. O Estado atuava como coordenador das riquezas, procurando dar um uso "racional" ao capital. Tal racionalidade significava desatrelar o agravamento da situação econômica a um patamar de ameaça à segurança nacional, fortalecendo o Estado como órgão

⁷⁴ NEVES, Frederico Castro. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 155.

supremo e o presidente como autoridade defensora do Estado Nacional.

O Estado cria em torno de si um dispositivo de defesa de seu poder, pois qualquer desequilíbrio entre interesses individuais e sociais desencadearia a perda da paz social, da proteção e da harmonização das classes sociais. Getúlio Vargas vai costurando esses interesses pela sedutora proposta de humanização do Estado, criando uma espécie de consenso espiritual e moral em torno da unidade nacional.

A filosofia humanista de respeito à pessoa, segundo as tradições do cristianismo, possibilitava uma relação nova e mais profunda entre indivíduo e Estado/nação. O conceito de indivíduo foi transfigurado no de pessoa humana, que perdeu o atributo maximizador e egoísta do primeiro, recebendo a dimensão espiritual que o cristianismo lhe atribui. A coletividade nacional era concebida, segundo a metáfora orgânica, como um 'um todo homogêneo, vivo e harmonioso', capaz de solidariedade e produtividade⁷⁵.

O presidente estava disposto a dar um formato mais orgânico ao País, compactando as distâncias políticas e ideológicas dos estados e das cidades, utilizando um discurso uniforme sobre a nacionalidade, incentivando práticas de civismo e patriotismo. Numa cidade como Fortaleza, este ideário estadonovista floresceu com uma certa facilidade, devido à força do conservadorismo das elites locais.

Aqui cabe um parêntese na rápida caracterização das forças políticas que detiveram de forma direta ou indireta, uma influência na gestão pública da cidade. Em Fortaleza, os grupos conservadores tiveram uma militância dinâmica, estabeleceram suas atividades em constante interação, entre representantes da imprensa, da educação, do judiciário, da

⁷⁵ GOMES, op.cit., p. 224.

repressão policial, do trabalho, da religião e de diversas esferas do poder público. Esses grupos estavam afinados com o discurso da cidade ordeira e harmônica, o que era reforçado com um peculiar tradicionalismo político, moral e religioso que se solidificou durante o decorrer dos anos 30.⁷⁶

1.5 Ascensão do Conservadorismo

Durante as décadas de 1930-40, o Estado do Ceará experimenta uma crescente ascensão dos grupos políticos católicos. Esta façanha é liderada por D. Manoel da Silva Gomes.⁷⁷

⁷⁶ Neste aspecto, surgem estudos mais específicos sobre a conexão entre religião, política e controle social no Ceará. MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **O Trono e o Altar: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)**. Fortaleza: BNB, 1992; principalmente capítulos VII, VIII e IX; PARENTE, Josênio Camelo. **A fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000; especialmente capítulo II.

⁷⁷ Enviado como novo bispo no dia 09 de Fevereiro de 1912, sua posse só se realizou em 08 de dezembro daquele ano. Já em 29 de junho de 1913, organizou o Círculo Católico de Fortaleza, contrapondo-se “às correntes secularizantes” e ocupando “espaços de fragilidade das elites civis”. Esta organização, formada por advogados, médicos, professores e personalidades que lideraram a política cearense na década de 1930, “funcionou como uma escola política de um grupo homogeneizado ideologicamente aos valores defendidos pela Igreja na época. O Círculo Católico de Fortaleza (CCF) foi a escola política que, posteriormente, seria seguida por d. Leme, então arcebispo do Rio de Janeiro, quando cria o Centro D. Vital, em 1922”. Cabe ressaltar que D.Manoel ainda funda, em 1915, o Círculo de Trabalhadores Católicos São José (CTC), numa clara oposição ao Centro Artístico Cearense, associação operária criada em 1904 e de orientação anarquista, mas que estava no momento sob o controle da maçonaria. Foi durante a década de 1920 que “o papa Bento XV elevou a diocese do Ceará à categoria de arquidiocese, sendo D. Manoel o seu primeiro arcebispo”. Preocupado em formar líderes e intelectuais católicos em outras regiões estratégicas do Ceará, D. Manoel cria neste período duas outras dioceses – Crato e Sobral - subordinadas à Fortaleza. Marcada não somente pelo “centralismo das decisões, mas pela descentralização espacial”, a administração de D. Manoel tenta difundir uma cultura política conservadora e orgânica. Ver PARENTE, op.cit.,p. 87-8/90.

A LEC (Liga Eleitoral Católica),⁷⁸ consegue eleger a maioria da bancada cearense (06 deputados) para a constituinte de 1933, com um total de 10.633 votos⁷⁹. Entre estes eleitos estava Waldemar Falcão que, na instalação do Estado Novo, ocuparia a posição de ministro no recém criado Ministério do Trabalho. A LEC consegue, ainda, colocar no poder interventorial do Estado, o professor de Direito e fiel aliado do grupo católico, o sr. Menezes Pimentel, cujo tempo de poder iria de 1935-45.

Por outro lado, a atuação da LCT (Legião Cearense do Trabalho)⁸⁰, possibilita neutralizar o movimento operário cearense independente e mais combativo, conseguindo filiar inúmeros sindicatos, sob a orientação vibrante de Severino Sombra. Intelectual católico, alimentado pelas idéias de São Tomás de Aquino e inspirado a iniciar suas atividades na Encíclica "*Rerum Novarum*" de Leão XIII, Sombra atuará com grande projeção nas lutas pela ordem católica integralista. Os círculos operários católicos, que na cidade proliferaram, tinham uma organização favorável ao florescimento de uma política de massa.

Uma das críticas feita por essa corrente dirigia-se à modernidade e ao materialismo. Esta crítica vinha no sentido

⁷⁸ Fundada em dezembro de 1932, sob a presença de D. Manoel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano, esta organização partidária tinha dois objetivos básicos: a) formação de um eleitorado religioso e b) defender os interesses políticos da Igreja nos pleitos eleitorais. Sua articulação pelo interior do Estado era composta por diretórios em Beberibe, Boa Viagem, Jaguaribe-Mirim e Quixadá. Ver MOTA, Haroldo. **História Política do Ceará (1930-45)**. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989. p.92.

⁷⁹ O segundo colocado foi o Partido Social Democrático (PSD) com 5.529 votos; em terceiro, o Partido Integral Nacionalista com 1509 votos; em quarto o Partido Republicano Democrata com 680 votos; em quinto o Partido Agrário com 204 votos; em sexto o Ceará irredento com 138 votos; em sétimo o Partido Economista com 78 votos e em oitavo e último lugar a Coligação dos Funcionários Públicos com 08 votos. Ver Idem, p.95.

⁸⁰ Fundada em 23 de agosto de 1931, em ato público no Theatro José de Alencar, contando com a presença de 6.00 pessoas e o registro de 22 entidades já filiadas. Ver **O Legionário**, Fortaleza, 01maio 1933.

de denunciar seu vazio existencial, suas expressões frívolas. Para Severino Sombra, o modernismo significava frases desarrumadas; afirmava que o espírito era prioritário e deveria ir em busca do sentido da interioridade, do lado belo e desconhecido de cada ser. O domínio sobre o eu, portanto, se sobrepunha à vida exterior, material.

A tarefa de redimir o Ceará desta frivolidade seria trabalhada a partir do respeito à hierarquia social, submissão aos dogmas católicos e redefinição das instituições em relação ao social. Tal proposição abriria caminho para que outras idéias autoritárias encontrassem refúgio. Em decorrência disso, os princípios do integralismo católico passam a conviver em estreita relação.

Padre Helder Câmara, cearense entusiasta do movimento legionário de Sombra e envolvido com a arrematamento de trabalhadores, iria coordenar o Movimento da Juventude Operária Católica, conseguindo forte aproximação com as classes populares. Este dado demonstra uma tendência na região Nordeste de aproximação entre Igreja e trabalhadores neste período.

O que dá especificidade à atuação da Igreja no Ceará, entretanto, é que lá ela não elabora um projeto de intervenção e atuação independente, mas assume o projeto legionário, tanto no que diz respeito à concepção de sociedade, como em termos práticos, na organização dos trabalhadores em entidades legionárias. E a atuação deliberada da Igreja pode ser uma pista para entender o sucesso da empreitada. No Ceará, além de sindicatos, o movimento legionário também atuou nos bairros e organizou mulheres e jovens, sempre com a participação decisiva da Igreja⁸¹.

⁸¹ FERREIRA, op. cit., p. 234 – 35.

A AIB (Ação Integralista Brasileira) no Ceará formou vários núcleos no interior do Estado e se engajou na luta contra o liberalismo e o comunismo com passeatas e palestras. Por um bom período, Igreja Católica e Integralismo desenvolveram uma certa afinidade discursiva:

Nas páginas do diário católico (“O Nordeste”) de Fortaleza as idéias integralistas são plenamente aceitas, pelo menos com larga franquia até 1933, estampando artigos e manifestos da A.I.B. O que vem reforçar a tese de que se estabelecera realmente no Ceará uma estreita comunidade ideológica, principalmente entre Integralismo e Catolicismo, sem afetar aqueles outros elementos doutrinários que também aí entravam⁸².

Tal panorama é acompanhado por uma intensa movimentação populacional, destacando-se a importância da cidade enquanto núcleo aglutinador da economia capitalista. O processo migratório ocorrido no espaço-cidade é uma das características da segunda metade do século XX e com ele, sem dúvida, se desenvolveram contradições e impactos significativos.

A partir da década de 60, no Brasil, por exemplo, o maior contingente populacional do País já se concentra na cidade. O censo demográfico de 1970 revela que 56% da população aí se localiza. Em apenas quarenta anos, de 1940 a 1980, a relação cidade-campo se inverteu⁸³.

O processo de urbanização de Fortaleza e as transformações sociopolíticas da cidade foram conduzidas por setores identificados com a apologia à hierarquia social, à defesa da autoridade como imprescindível à manutenção da

⁸² MONTENEGRO, op. cit. p. 202.

⁸³ PERALTA, Inez Garbuiu. História e semiótica do espaço urbano. **Revista de Estudos Universitários**, v.4, n° 8. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1990. p.25-31.

ordem, à idéia de liberdade "concreta", (vinda das instituições "legítimas", do repúdio a idéia abstrata e irreal de liberdade do liberalismo), ao individualismo e, sobretudo, ao comunismo. Enfim, propunha-se uma cruzada diuturna de combate à desordem social⁸⁴.

Em novembro de 1939, o DCDP (Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda), órgão oficial do governo realiza uma avaliação do último quinquênio administrativo do Ceará. Há um nítido otimismo nas realizações do Governo do Estado. Entre outras questões, destacava-se o saneamento dos sertões, com o fim do "banditismo sistemático" (o cangaço), salvo alguns casos esporádicos tidos como inevitáveis até em meios cultos e mais policiados do mundo. Da agricultura ao ensino público, é destacado o ritmo acelerado do desenvolvimento através da mecanização do trabalho e investimento de quase um quinto – sete mil contos - do orçamento total com a despesa anual em educação⁸⁵.

Em relação a Fortaleza, o elogio recai na construção e reconstrução de edifícios públicos, tais como os da Faculdade de Direito, da Empresa Telefônica, os Quartéis da Guarda Cívica, da Polícia Militar e do início da construção do esperado Porto de Fortaleza. A avaliação encerra com um notável período de progresso atingido pela cidade:

Fortaleza civilizou-se e aformoseou-se à altura das cidades modernas. Quase cinco anos de paz, de trabalho, de construção, de governo sereno e bom fizeram do Ceará uma unidade próspera, feliz e futura da federação brasileira⁸⁶.

⁸⁴ São incontáveis as bipolarizações da ordem/desordem encontradas nos registros das fontes aqui utilizadas. É importante destacar o elemento imaginário que compõe este mito da desordem, ele é um argumento criado para deliberar planejamentos urbanos e toda uma política de intervenção institucional. Mesmo assim, essas interferências estão fadadas ao fracasso, pois trabalham com idealizações dissociadas da experiência cotidiana. Ver PERALTA, op.cit.p.27.

⁸⁵ Cinco Anos de Prosperidade. **Unitário**, Fortaleza, 13 nov. 1939, p.3.

⁸⁶ Idem.

1.6 Multidões e gestão urbana

É relevante considerar que Fortaleza, durante o período aqui estudado, experimenta duas grandes correntes migratórias: as secas de 1932 e de 1942.

A primeira seca, apesar de estar um pouco à margem de nossa periodização, influenciará de forma substancial na formação social da cidade. A combinação de Justiça social e racionalidade administrativa, preconizada no Estado revolucionário, teve de encarar a fome na multidão. Na seca de 1932, a "alternativa" do Estado foi a organização dos campos de concentração.

A instalação dos campos se deu a partir de dois critérios básicos: 1) do ponto de vista da localização, as concentrações são espalhadas pelo estado, evitando o acesso à capital e às aglomerações urbanas; 2) do ponto de vista da organização, a conexão com o trabalho nas obras públicas deveria ser o princípio fundamental⁸⁷.

Esta situação de controle demonstra o quanto as classes dirigentes na cidade estavam preocupadas com a proliferação de indivíduos de "maus costumes", desapropriados à nova fase de ordem do País. São ilustrativas as marcas desta mentalidade na construção de um imaginário excludente expresso no confinamento dos pobres em um espaço de isolamento.

Próximos à linha férrea, os campos impedem a circulação dos flagelados pela cidade, observando-os assim que chegam em grande número na capital, evitando assim a exposição da

⁸⁷ NEVES, Frederico Castro. Cural dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.5, nº 29, p.108.

miséria, tal como o campo de concentração de 1915⁸⁸.

A cidade de Fortaleza é aqui representada como um espaço ordenado, cujas atividades humanas sobre ele terão uma determinada intervenção.

Em toda intervenção urbana cabe distinguir objetivos explícitos e implícitos. Não é difícil identificar os primeiros, na medida em que os encarregados de realizá-la com frequência assinalam que sua missão é a de combater o atrasado, o sujo, o bárbaro,...enfim, acabar com as disfunções e inserir a cidade no fluxo civilizatório. A questão reside então em seguir o caminho inverso, determinando sobre quem recaem tais qualitativos. Desentranhar – em suma – a definição de ordem que tais membros da sociedade tinham, e como procederam a sua implantação na cidade⁸⁹.

A questão fundamental era: o que fazer com uma enorme quantidade de famintos, maltrapilhos e desesperados? A forma encontrada foi o Estado intervir em duas frentes complementares. A primeira diz respeito ao mercado de trabalho, "através da criação de vagas 'artificiais' de trabalho em obras públicas destinadas a 'ocupar' uma mão-de-obra desocupada num momento de crise." A segunda frente estava na organização do mercado de alimentos, "regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade."⁹⁰

Esta situação tensa de fome e miséria favorece a presença do Estado como força demiurga, capaz de se sobrepor, de um lado, ao caos social e, de outro, à concepção

⁸⁸ Id., *ibid.*

⁸⁹ JOFRÉ, Gabriel Ramón. **A Cidade Ordenada:** intervenção urbana e projeto político na Hispan-América: Lima na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado. PROLAM, Universidade de São Paulo, 1997. p.7.

⁹⁰ NEVES, *op.cit.*, p. 138-9.

liberal de mercado. A condução dessa conjuntura foi uma combinação de intervenção na ordem econômica, centralização política e garantia da segurança nacional. O Estado ocupou um vazio político, antes circunscrito às oligarquias e introduziu o elemento da cooptação como prática de legitimidade perante sua base social. As consequências socioeconômicas da seca de 1932 interferiram diretamente no cenário urbano de Fortaleza

Durante o Estado Novo, Fortaleza sofre um novo fluxo migratório, motivado pela seca de 1942. A presença de inúmeros retirantes fará com que o governo organize novo campo de concentração no bairro Alagadiço, com propósito unificador em relação aos demais bairros de evitar a dispersão de retirantes pela cidade. Ao contrário de 1932, o governo não se limitou a uma solução doméstica e incentivou as migrações com a criação do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Inserido no contexto bélico da 2ª Guerra Mundial este contingente mobilizado ficou conhecido como "exército da borracha". O apoio do Brasil aos países aliados e a escassez da borracha, em escala mundial, fizeram com que o governo brasileiro se tornasse fornecedor desta matéria-prima, indispensável ao esforço de Guerra.

Fortaleza - Amazônia transformou-se num roteiro movimentado através de ampla e forte propaganda nos jornais, rádios e desfiles cívicos dos "soldados da borracha", além de ser "instalado, em Fortaleza, o escritório central da Divisão de Migração, sob a direção do Dr. Charles Wagley, professor de Sociologia da Universidade de Columbia (NY)."⁹¹

Entretanto estes empreendimentos não diminuem o impacto social da seca na cidade. Na realidade, o tratamento técnico da questão não garantiu ações rápidas de combate à miséria. Havia uma hesitação dos órgãos do IFOCS/DNOCS em intervir no mercado de alimentos, a não ser que a situação implicasse, como em 1932, numa ameaça à segurança.

⁹¹ Id., p.150.

*A irregularidade e frouxidão nas regras de abastecimento de víveres aos retirantes concentrados ou incorporados às obras públicas, além das dificuldades na fiscalização, favoreciam a corrupção e o aproveitamento por parte dos pequenos e grandes comerciantes, timidamente denunciados na imprensa – amarrada por compromissos políticos e econômicos e, mais do que isso, controlada de perto pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e pelo DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda)*⁹².

Essa questão da ambigüidade do Estado em relação ao mercado e, por outro lado, sua ação incisiva no controle da população retirante provoca um descompasso entre Estado-protetor e realidade social. Um dos resultados desse processo, para o cenário urbano, foi o estigma do medo da cidade invadida e saqueada⁹³. Essa memória, antes de servir como um sintoma psicológico do temor das classes dirigentes, tem um efeito político de marginalizar a presença dos incômodos hóspedes da pobreza.

Esta população pobre formará o cinturão de moradias precárias que cercarão Fortaleza. Intelectuais, jornalistas,

⁹² Id., p.155-156.

⁹³ Nos estudos sobre o fenômeno da aglomeração urbana nas cidades industriais da Europa do século XIX há uma referência considerável em relação às imagens descritas pela literatura. Walter Benjamin se dedica ao tema do olhar, os longos trajetos pelas ruas, principalmente a pé, sugerem uma atividade de observar o movimento intenso de pessoas e objetos, é a dimensão do espetáculo do (des)encontro de anônimos, também representada pela inspiração poética do estado de solidão nas multidões de Baudelaire. Mas as metáforas concernentes ao caso de Fortaleza têm relações mais próximas ao caos pensado por Victor Hugo, da multidão indomada, da selva virgem, do oceano, do formigueiro, do inferno, da ameaça da multidão em tocaia a espreitar os passantes da cidade. “Movimentos de desempregados provocam, na década de 1880, o temor e o espanto entre os londrinos, trazendo de volta o velho espectro da *mob*, a multidão amotinada que nos anos posteriores às guerras napoleônicas havia promovido desordens consideráveis em Londres e Manchester.” Ver BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 46.

líderes religiosos, órgãos públicos e privados estarão dispostos à "protegerem" o patrimônio material - praças, prédios, jardins, ruas - e cultural - "bons" costumes, moral cristã - da "ordeira e pacata" capital alencarina.

Regulamentação rigorosa, imposição de atividades incessantes, controle de movimentos, adoção de novos hábitos higiênicos, fazem parte de um conjunto de ações destinadas a intervir no cotidiano destes homens concentrados nos campos e são elementos dessa disciplina que é, afinal, 'uma anatomia do detalhe', um biopoder. Modelar e adestrar o corpo são objetivos destes novos e pesados investimentos de poder⁹⁴.

1.6.1 Descompassos urbanos

O crescimento demográfico amplia a área urbana, mas sem implicar em investimentos em infra-estrutura, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, transportes coletivos.

Esse 'crescimento' de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954)⁹⁵.

Alguns estudos apontam na direção de um novo momento para a realidade urbana brasileira. Impõe-se, nesta conjuntura, o divórcio entre cidade legal e cidade real. O Estado Novo tenta dotar a cidade legal de mecanismos de

⁹⁴ NEVES, op.cit. p. 111.

⁹⁵ SILVA, José Borzacchiello da. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica.** Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 1986. p. 39.

integração das camadas populares. É aqui que se verifica a monumentalidade da obra estatal, em que surgem as primeiras experiências de elaboração de planos urbanísticos, visando o conjunto da cidade.⁹⁶ É baseado no pressuposto integrativo que a cidade real das favelas, dos mocambos e das periferias, apesar de ser um fato, se transforma em realidade impensável, portanto, suprimida das análises que tinham no antiurbanismo sua maior expressão na época.⁹⁷

Em 1940, Fortaleza contava com 180.185 mil habitantes, dos quais 83.266 eram homens e mulheres 96.919, distribuídos numa área de 360 km².⁹⁸ A partir das décadas de 1930-40, a cidade terá um crescimento urbano provocado por processos de separação entre núcleo central e áreas suburbanas. Populações pobres ocuparão espaços distanciados um dos outros, criando grandes vazios intermediários. “Na verdade, o crescimento de Fortaleza deuse, quase que exclusivamente, ao longo dos antigos caminhos radiais de penetração da cidade, ficando as áreas entre eles praticamente vazias”⁹⁹.

A especulação imobiliária, elemento significativo da propriedade na economia capitalista, age de forma ofensiva neste período. Proprietários de capital, acumulado durante o

⁹⁶ Baseado na proposta de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, outras cidades implementarão seus planos urbanísticos: “[...]Porto Alegre e Curitiba[...]São Paulo implanta o seu Plano de Avenidas, e também Recife ganha um plano diretor. Cabe ressaltar que todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados pelo governo Vargas.” Ver RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Cidade, Nação e Mercado: Gênese e Evolução da Questão Urbana no Brasil*. In: SACHS, op. cit. p 145.

⁹⁷ Rafael Xavier, teórico do municipalismo e inspirado nas idéias de Alberto Torres diagnosticava em 1946 que “o crescimento urbano é gerador de problemas, porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma improdutiva. Além desse aspecto, a urbanização é vista como deletéria da nacionalidade”. Ver RIBEIRO, *Ibid.*,..

⁹⁸ CENSO DEMOGRÁFICO: POPULAÇÃO E HABITAÇÃO. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, p.50.

⁹⁹ MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1986. p.92-4.

comércio de algodão, oriundos de Recife se apropriam de terras periféricas de Fortaleza e iniciam um lento processo de valorização destes espaços no mercado imobiliário.¹⁰⁰ Na medida em que estes loteamentos não permitiam o acesso à moradia para pessoas desprovidas de dinheiro, o efeito de marginalização espacial e social tendia à aceleração.

Um novo mapa geográfico se impõe com a caracterização de zonas para atividades comerciais – centro da cidade - e zonas residenciais – periferia urbana. Os bairros de Jacarecanga, na zona oeste, e, posteriormente, Aldeota, na zona leste, serão espaços residenciais das classes sociais mais abastadas. Por outro lado, o Arraial Moura Brasil, próximo à zona portuária, ao norte do Forte de N. S. da Assunção,

estava destinado desde então e até recentemente, à exclusiva ocupação por edificações ligadas ao comércio de exportação (armazéns, depósitos, transportadoras, etc.) e por favelas ocupadas quer pelos trabalhadores do porto, quer por migrantes rurais, que freqüentemente expulsos do campo pelas secas, têm sempre se instalado nos subúrbios da cidade¹⁰¹.

O mar, enquanto atrativo imobiliário, ganhava novos investimentos, inclusive com o apoio estatal. A imprensa local publica um decreto – 03/01/1939, baixado pela prefeitura, com o intuito de sistematizar o plano de construções na faixa litorânea da cidade:

Art.1 – ficam proibidas as construções, reconstruções, modificações, alterações,

¹⁰⁰ Guardadas as devidas proporções, este dado confirma a tese de que há uma relativa indiferenciação entre os interesses da elite rural e urbana no Brasil a partir de 1930. Em termos políticos e econômicos estes grupos agem com certa unidade, garantindo assim um consenso em torno de valores e metas essenciais de seus investimentos. Ver CARONE, Edgar. **A República Nova (1930/1934)**. São Paulo: DIFEL, 1974. p.82/3; Id., **A República Nova (1930/1937)**, p.83 e do mesmo autor **O Estado Novo (1937/1945)**, São Paulo: DIFEL, 1976. p. 3 e 109-113; FAUSTO, op.cit. p.23, p. 29/38.

¹⁰¹ MARQUES, op.cit.p. 96.

acréscimos, reformas de prédios ou quaisquer obras nas faces norte e nas faixas compreendidas entre elas e o oceano das seguintes ruas e trechos desta capital;

a) Rua dos Tabajaras, compreendido o seu prolongamento, a partir do poço da Draga;

b) Avenida Getúlio Vargas até povoação do Mucuripe, inclusive em direção ocidental, seguindo pelo perfilamento do Arraial Moura Brasil, que faz frente para o mar[...]

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrário¹⁰².

Lentamente, esta região vai perdendo seu ar sombrio de abandono, de local ermo, cúmplice de delitos e crimes. A beira-mar vai modificando-se, não só como opção de lazer, mas pelo desimpedimento da área para a construção da extensa avenida beira-mar, de acesso ao novo porto, que somente naquele ano teria sua construção autorizada. Com esta ação, a prefeitura prevê uma seqüência de "problemas" provocados pela ocupação indiscriminada de moradores pobres naquela região, evitando, em tese, a indisciplina nas formas de morar destas classes. Na realidade, tratava-se de um ato que garantiria a progressiva valorização imobiliária daquele espaço¹⁰³.

¹⁰² Importante decreto baixado pelo prefeito. **O Estado**, Fortaleza, 10 jan. 1939, p.10.

¹⁰³ A partir da década de 1930, alguns brasileiros começaram a adotar uma solução "moderna" para enfrentar o problema da densidade populacional nas cidades, instalando-se no chamado arranha-céu, edifício que serviria para residências, escritórios comerciais e até mesmo repartições públicas. "Esta nova moda de morar no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, recebeu um grande incentivo da incipiente especulação imobiliária, que vislumbrou a grande demanda de clientes potenciais, desejosos de habitar a orla oceânica destas cidades, em bairros já definidos desde o início do século XX. Novos edifícios de apartamentos foram construídos em generosos lotes existentes, eliminando, paulatinamente, seus ocupantes originais, suntuosos palacetes ecléticos. Ver VERÍSSIMO, Francisco Salvador et al. **Vida Urbana**: a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 38-9.

O que garante a suposta emergência e arbítrio do decreto é o caráter especulativo do discurso do progresso, que não pretende ter face própria nem um lugar social de sua origem e de seu destino, mas somente "boas intenções" de incluir Fortaleza no oportuno desenvolvimento urbano. Mas é preciso considerar também que esses decretos sugerem pensar nas inversões do conteúdo da cidade planejada. Neste caso, o progresso pode dá lugar à catástrofe, recurso discursivo das classes dirigentes quando estão prestes a perder o controle da situação social.

Os ministros do saber sempre supuseram o universo ameaçado pelas mudanças que abalam suas ideologias e os seus lugares. Mudam a infelicidade ou a ruína de suas teorias em teorias da ruína. Quando transformam em 'catástrofe' os seus erros e extravios, quando querem aprisionar o povo no 'pânico' de seus discursos (...)¹⁰⁴.



XXVII – O menor estabelecimento comercial da cidade. Fica à Rua São Paulo, e está encravado entre dois prédios assobradados: um moderno, o outro arcaico.

XXVIII- Venda de pão em um dos portões da “Cidade da Criança”. *O Estado*, 05 de fev. 1939,p.2

¹⁰⁴ CERTAU, Op.cit. p.174.



XXI – Um recanto pitoresco da Praça José Bonifácio

XXII – A caixa d'água que ainda se vê no centro da Praça Benjamin Constant
O Estado, 15 de jan. 1939, p 2.



XXIII – A Rua Juvenal Galeno, com suas casinhas baixas e as calçadas desmanchadas.

XXIV – O fim da Rua 24 de Maio: sem calçamento e sem saída.

O Estado, 22 de jan. 1939, p. 2.

Tal quadro é descrito por matérias que apelavam para o "deplorável e o degradante" aspecto das moradias. A insalubridade dos prédios é um dos argumentos principais que norteiam o discurso da imprensa em apoiar esta medida "estética" e "modernizadora":

Como se sabe, a maior parte das casas que ali se erguem não são dotadas dos necessários requisitos de higiene, para resguardo da população que se habita. No entanto, rendem lucros fabulosos aos respectivos proprietários.

É o caso de lançar a Diretoria de Saúde Pública suas vistas para aquêle setor, exigindo, de pronto, as medidas de salubridade indispensável – pelo menos para aquelas que venham a desocupar-se.

Nessa hipótese, o habite-se não seria concedido sem os reparos, acréscimos e reformas imprescindíveis¹⁰⁵.

A imprensa acolhe sem comedimento estas projeções e reproduz a dimensão "educativa" e "justa" destas intervenções¹⁰⁶. O governo, longe de resolver problemas da especulação imobiliária, de garantir melhores condições sanitárias, resolve tangenciar esta sua omissão através de uma "sistematização" da vida das classes populares. Não é por acaso que se cria o Código de obras de 1937 como contraponto regulador dos projetos urbanos na cidade do Rio de Janeiro:

Em termos simbólicos, o código formalizou uma visão de Rio de Janeiro que marginalizava os direitos culturais e econômicos dos mais pobres. Em termos práticos, criou uma insegurança

¹⁰⁵ Pela Urbanização da cidade. **O Estado**, Fortaleza, 11 jan. 1939, p.1.

¹⁰⁶ A função do jornal pode dar eco a estas projeções, popularizando estas "verdades" urbanas e complementando o trabalho de especialistas, na busca de obter um consenso adequado. Ver JOFRÉ, Op.cit. p.24.

*constante para todos os que vissem fora da lei e sem sanção oficial*¹⁰⁷.

Na realidade, leis como o código de 1937 não garantiam direitos republicanos, como analisa Fischer, os lares dos mais pobres do Rio eram concessões, não direitos, mantidos em constante insegurança por um regime legal que criava um poder aleatório e não sancionava uma ordem pública. O acesso ao direito de propriedade excluía os pobres, pois, a partir da chamada era Vargas, a especulação em terras urbanas cariocas tornou-se mais lucrativa, os serviços da cidade tornaram-se mais necessários e rentáveis os terrenos que antes não tinham valor.¹⁰⁸ Tal processo será detalhado quando enfocarmos questões referentes às formas de controle social.

É nas margens das estradas de acesso ao núcleo urbano que a população pobre irá habitar em maior número. A tendência destas formas de habitar tem um sentido contrário ao litoral, caminham em direção ao interior através de três novas vias: Estrada do Soure (atual Bezerra de Menezes), Estrada de Parangaba (atual Capistrano de Abreu) e Estrada de Messejana (atual Visconde do Rio Branco). Habitam, nestes espaços, moradores com pequenos comércios, oriundos da produção agrícola e pecuária do sertão cearense.

Em análise, produtos do universo rural possibilitaram a viabilidade econômica de Fortaleza. Em 1940, atividades de agricultura, pecuária e silvicultura somam 5.895 postos de

¹⁰⁷ FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito?: Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p.440.

¹⁰⁸ Fischer chama atenção para a exclusão desse processo daqueles que não possuam documentos de posse, onde “as cortes quase sempre privilegiavam o direito ao título em detrimento do direito à ocupação ou à necessidade, bloqueando quaisquer esperanças que os moradores mais pobres pudessem ter de reivindicar direitos legais sobre seus lares.” Id, *ibid.*, p.441 e 443.

ocupações de trabalho em Fortaleza, da mesma forma que 10.905 pessoas se ocupam em atividades de comércio.¹⁰⁹

Cabe ressaltar, que depois do século XIX, Fortaleza ocuparia um papel fundamental como liderança na rede interurbana do Estado, centralizando as funções administrativas e comerciais da província.

Como a organização dos portos cearenses obedecia a regulamentações nacionais, estabelecidas por Rodrigues Alves, as outras cidades litorâneas como Aracati e Camocim, não tiveram condições de continuar com seus portos, que aliás haviam se tornado imprestáveis devido ao assoreamento de suas bacias, o que determinou não só sua decadência, como a de outras cidades a elas ligadas. Tal é o caso, por exemplo, de Sobral que, não podendo comercializar seus produtos agrícolas através do porto de Camocim, não teve condições de evoluir, arruinando-se definitivamente a partir de 1930¹¹⁰.

As centralizações administrativa e comercial, foram dois processos fundamentais na consolidação de Fortaleza como destino dos recursos do interior. A chegada do automóvel, em 1909,¹¹¹ proporcionou aberturas de estradas sob os antigos caminhos de carros de boi, dando continuidade ao trabalho da rede ferroviária criada em 1882 como instrumentos infra-estruturais para o comércio de exportação interna através de vias terrestres. Pode-se dizer que, economicamente, o sertão invadia o mar.

O algodão, a cera de carnaúba e o couro foram matérias-primas que aproximaram Fortaleza da vida

¹⁰⁹ Censo...op.cit. p.64.

¹¹⁰ MARQUES, op.cit. p.105.

¹¹¹ O primeiro automóvel de Fortaleza foi importado pela Empresa Auto-Transporte Cearense, de Meton de Alencar e Júlio Pinto. Ver ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a Cidade Amada**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1988. p.40.

econômica de São Paulo durante a ascensão do parque industrial têxtil paulista, nas primeiras décadas do século XX. Esta política de substituição de mercadorias não se traduz, no entanto, em melhoria nas condições de vida para a maioria da população. Não significou uma economia planificada, mas apenas um outro viés de enriquecimento das classes dominantes.

Houve, na verdade, um descompasso entre densidade demográfica, capacidade produtiva e oferta de trabalho em Fortaleza. “Destaca-se nesse processo a ampliação do setor terciário, onde grande parte do contingente populacional migrante carente, encontra o emprego, ou subemprego, que garante sua subsistência”¹¹².

Os resultados deste quadro se expressam na pauperização das condições de vida das classes populares. Morando em areais afastados ou mesmo na área central, sem saneamento, transporte, saúde e demais serviços, essas classes manterão relações tensas entre si, e com instituições. Nesta Fortaleza ocupada pulsava uma vontade de estar protegida e de atacar quem a ameaçasse.

1.7 Panorama infra-estrutural

Do alto, das nuvens, foi realizada, certa vez, uma leitura da cidade. Curiosamente, este olhar é estrangeiro - de uma turista - capitaneado por jornais ávidos por uma inserção de Fortaleza nos trilhos da modernidade. Essa é a visão panorâmica da aviadora estadunidense, Amélia Earhart que, de passagem por Fortaleza, comenta sobre os contrastes dos automóveis, dos burricos e tamancos convivendo num mesmo espaço de tempo, como se as fronteiras entre passado e presente fossem eliminadas. No jornal, o articulista sugere o leitor “pousar” e notar que somos mais atrasados horizontalmente, de forma especial nos melhoramentos urbanísticos.

¹¹² MARQUES, op.cit. p.112

O projeto de abastecimento d'água e esgotos de Fortaleza, feito por João Felipe, foi executado 20 anos depois, pelo engenheiro Borges de Melo. Desde que fomos retardados 4 lustros no benefício recebido. Toda a área construída depois do projeto primitivo, que não foi alterado, ficou com o atrazo(sic) dos vinte anos¹¹³.

Como se distribui este atraso para uma população de 180.185 mil habitantes, compreendida numa área de 360km²? Esta é uma questão que somente poderá ser analisada de forma articulada com outros dados infra-estruturais.

Em 1943, foi realizado um levantamento dos serviços de água e esgoto nas sedes municipais do País, especificando o abastecimento d'água e esgotos sanitários. No caso de Fortaleza esta realidade é significativa na compreensão das "condições" infra-estruturais da cidade. Em primeiro lugar, é feita uma amostragem daquilo que é objeto de desejo aqui nessas terras: o abastecimento d'água. Veja-se os quadros a seguir.

MELHORAMENTOS URBANOS

SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTOS NAS SEDES MUNICIPAIS – 1943

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Unidade da Federação	Serviços existentes	Capacidade dos mananciais 24 horas (m ³)	RESERVATÓRIOS		Logradouros servidos	Prédios abastecidos
			Número	Capacidade de (m ³)		
Ceará	6	1 111 906	13	31 691	189	12 122
Fortaleza	1	1 111 111	1	31 105	116	11200

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, IBGE, 1941/45, p. 348, 1946

Em relação aos aspectos sanitários o quadro se apresenta da seguinte forma:

¹¹³ A cidade e a população. **O Povo**, Fortaleza, 29 jan. 1940, p. 4.

MELHORAMENTOS URBANOS

SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTOS NAS SEDES MUNICIPAIS

ESGOTOS SANITÁRIOS

Unidade da Federação	Número de serviço existente	Extensão da Rede (m)	Logradouros servidos	Prédios servidos
Ceará	2	42 759	94	5 206
Fortaleza	1	41 259	88	5 000

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, IBGE, 1941/45, p. 349,1946

Observa-se, inicialmente, que Fortaleza “devora” a maioria dos serviços básicos em comparação ao resto do Estado, demonstrando que, ao longo das décadas 1930/40, o processo de urbanização no País deslocaria o cenário da produção, do consumo, das decisões políticas e das relações sociais para um território com novos padrões de acumulação.

Estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústrias de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia¹¹⁴.

Cabe, mais uma vez, lembrar das Fortalezas, aqui já mencionadas, inclusive aquela do poder centralizador e planejado do Estado Novo.¹¹⁵ Porém, o destaque, neste

¹¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda L. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.243.

¹¹⁵ A pesquisa demográfica e econômica aqui destacada foi realizada em 1940 pelo recém criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). Assim, o sentido político-institucional das mudanças, neste período revela uma montagem complexa de intervenção, regulação e controle do Estado. Além disso, foi criado, no âmbito estadual, um sistema de Departamentos Estaduais que iria substituir o poder Legislativo Estadual, supervisionando os interventores e criando políticas administrativas, inclusive políticas urbanas.

estudo, é dado ao movimento de separação das classes sociais e suas funções na cidade. Tal processo está inserido em um duplo movimento do capitalismo mundial: a galopante transformação do espaço em mercadoria, o acirramento da divisão da sociedade em classes e a constituição de poderes centralizados na condução do cotidiano dos cidadãos.¹¹⁶

O reflexo desta conjuntura nas cidades está no loteamento e especulação financeira de espaços, na separação dos locais de moradia e trabalho, daí um certo crescimento em Fortaleza de "bairros- dormitórios", onde parte das classes populares retornava apenas para o descanso noturno.¹¹⁷ "É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores." ¹¹⁸

Tal processo não se constitui algo novo, desde meados do século XIX já estavam delineados estes padrões no Brasil, onde se estabelecia um loteamento das regiões mais afastadas do centro das cidades. Ao lado desta apartação geográfica e social, era vislumbrada uma imagem, que lutava para se solidificar.

[...] a imagem do cidadão, morador da urbe, era alguém que tivesse propriedade para morar,

¹¹⁶ Da República Velha até 1937, o mercado brasileiro beneficiou-se das vantagens do café como produto de forte penetração em mercados regionais como é o caso da Paulicéia, a "locomotiva da nação". Com o advento do Estado Novo, esse "mercado foi unificado por um processo nacional em que as cidades adquiririam um papel fundamental. [...] As migrações internas intensificaram-se, pois a atração exercida pelos centros regionais originava intensa troca populacional... Os setores secundário e terciário foram capazes de absorver grande parte desta demanda, inclusive uma porção significativa da mão-de-obra feminina, que ocupou seu lugar nas fábricas e no comércio, além de auxiliar nos consultórios, escritórios de profissionais liberais e repartições[...]" Ver VERÍSSIMO et al., op.cit. p. 121-122.

¹¹⁷ Mesmo sem ser inédita, a separação em zonas ocorre no Rio de Janeiro com o advento do código de obras em 1937. "O código separou a cidade em cinco zonas e inúmeras subzonas, [...] uma zona norte voltada às indústrias e à habitação operária, um centro voltado ao comércio e ao governo e uma zona sul definida pela riqueza de seus moradores." Ver FISCHER, op.cit.p.439.

¹¹⁸ ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.41

*dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empear a vizinhança com doenças. Quem não se enquadrasse, que demandasse às zonas mais afastadas*¹¹⁹.

Para se ter uma idéia das implicações destas questões é preciso levar em consideração o número de domicílios, a natureza da construção das unidades domiciliares e sua tipologia dividida em particulares e coletivas.¹²⁰

UNIDADES PREDIAIS E DOMICILIARIAS DISTRIBUÍDAS PELA NATUREZA DA CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E A SITUAÇÃO

Município e Situação	Unidades prediais e domiciliares em construções da natureza indicada							
	Alvenaria				Madeira			
	Total*	Domicílios Particulares	Domicílios coletivos	Mista	Total	Domicílios particulares	Domicílios coletivos	Mista
Fortaleza	18 366	15 486	153	454	18.384	16 470	8	159
Quadro urbano	12 086	10 176	134	346	4.127	3 626	3	58
Quadro suburbano	5 078	4 363	13	96	8.055	7 300	4	78
Quadro rural	1 202	977	6	12	6.202	5 544	1	23

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação – parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 262, 1950.

*Estão incluídas aqui as unidades de aplicação não domiciliárias e não declaradas.

¹¹⁹ PESAVENTO, op.cit. p.96.

¹²⁰ Por unidade classificada como domiciliária “compreende-se o lugar onde mora uma pessoa que vive só ou acompanhada de outras, residentes sob o mesmo teto ou em determinadas peças de um mesmo prédio, desde que esteja subordinado à responsabilidade, fiscalização ou direção de um chefe de família, gerente, administrador, etc..Domicílio particular é o de uma só família censitária, formada por uma só pessoa ou por duas ou mais pessoas ligadas ao *Chefe da família* – homem ou mulher que mantém a casa -, por laço de parentesco ou subordinação doméstica. Domicílio coletivo é o habitado por um conjunto de pessoas, entre as quais pode haver ou não laço de parentesco e desde que, embora vivendo em comum, compreenda mais de uma família censitária.”Ver **Censo Demográfico....op.cit. p. xxiii-xxiv**. Manicômios, penitenciárias, quartéis e outros centros de habitação sujeitos a um regime disciplinar são considerados domicílio coletivo ou mais precisamente “famílias institucionais”.

Além desses indicadores, são apresentadas construções de outra natureza e aquelas não indicadas. Elas totalizam, em Fortaleza, uma soma de 352 unidades distribuídas em 88 construções na rede urbana, com 5 domicílios particulares; no quadro suburbano temos 200 unidades, com 52 domicílios particulares e, finalmente, 64 unidades no quadro rural, com 3 domicílios particulares. Nenhuma construção coletiva foi recenseada neste tipo de levantamento.

Os números são gritantes na área suburbana. De acordo com as informações acima, os subúrbios da cidade perfazem um percentual de 56,81% das construções de outra natureza e aquelas não indicadas. Supõe-se que tais construções compreendam domicílios feitos com palhas de coqueiro, restos de metais, como latas, alumínio e domicílios de taipa*. Sinônimo de desolação e tristeza, para boa parte da imprensa, estes bairros:

São em geral uma aglomeração de casebres hediondos, ludrosos infetos, deploráveis, em desalinho, formando vielas e alfurjos. O seu povo vive numa promiscuidade abjeta. As crianças crescem por milagre, mas desnutridas, defeituosas, imbecilizadas, sem instrução, sem civismo e sem fé.¹²¹

Esta é uma descrição típica da "cidade-mapa", reduzida a ver apenas a ordem dos lugares, que indica um traçado recoberto por uma série de unidades estáticas, uma observação totalizante. É assim que Certau identifica as diferenças entre a descrição da cidade pelo mapa e pelo percurso. A primeira progrediu historicamente no sentido da

* "Parede de estacas e varas de barro socado. A armação de esteios e varas denomina-se enxameios. A casa de taipa geralmente é coberta de telha ou de palha e, se os esteios são de boa madeira, têm longa duração. É a casa do pobre. Parece ter origem no espanhol: tápia". In: GIRÃO, Raimundo. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 337.

¹²¹ A lápis: bairros pobres (Mickey Mouse). **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 14 jan. 1939, p. 3.

colonização do espaço, eliminando outras figuras que circunscrevem as práticas do espaço, os mapas apagam os itinerários, fornecem um “estado do saber geográfico”, na verdade a perspectiva dos mapas induz uma leitura teatral, onde os papéis dos lugares e atores são previamente estabelecidos.¹²²

Os percursos, ao contrário dos mapas, falam de operações do “próprio” de cada lugar, dos movimentos, são relatos cotidianos fabricados numa possibilidade infinita de itinerários. O percurso permite organizar os espaços, os quais Certau denomina de lugar praticado.¹²³ Enfim, o percurso pertence à descrição de quem vive e caminha pelas entranhas dos lugares. Estas questões serão mais bem trabalhadas nos capítulos 3, 4 e 5 sobre as intervenções do poder nos espaços vividos pelas classes populares.

Para melhor digerir este leque de informações, é preciso insistir no cruzamento dos dados gerais inseridos em aspectos específicos. Entre o abastecimento d’água e unidades de construções, o quadro se apresenta de forma deficitária. Enquanto o abastecimento d’água cobre 11.200 prédios, as unidades recenseadas apresentam um número desafiador. Os domicílios particulares e coletivos somam 36.750 unidades, portanto, de início, temos uma deficiência de 25 550 unidades sem abastecimento d’água.

No item esgoto sanitário, a cidade “sucumbe” em deficiência. Os prédios servidos somam 5 000 unidades. Comparados estes números às 36.750 unidades recenseadas o quadro apresenta uma soma de 31.750 unidades de construções sem esgoto sanitário.

¹²² O mapa foi transformado pela geometria euclidiana, que justapôs os dados fornecidos por “uma tradição(a Geografia de Ptolomeu, por exemplo) e, aqueles que provinham de navegadores (os portulanos, por exemplo).” Portanto, entre os séculos XVI e XVII os mapas ganham autonomia e os lugares heterogêneos foram juntados por um saber que instituiu espaços obrigatórios. Ver CERTAU, op.cit. p.206.

¹²³ Id., p. 202.

O núcleo urbano de Fortaleza contava, na época, com 12 086 unidades prediais em alvenaria, portanto, de um custo maior e de estrutura arquitetônica mais sofisticada, onde residem famílias abastadas e de uma classe média mais bem sucedida financeiramente. Já na área suburbana, temos 8 055 construções de madeira, predominando um tipo rústico e simples de construção. Na área rural da cidade, essas construções em madeira somam 6 202 unidades prediais. Em tese, o subúrbio e a zona rural da cidade revelam um tipo de construção diferente das condições de outras zonas.

Mesmo assim, é preciso ter cuidado em não confundir estas construções com imobilidade social. O fato de existirem tais construções não determinam o lócus exato dos conflitos que foram levantados e analisados neste trabalho, o critério arquitetônico é apenas um indicativo da segregação social e espacial. Cabe lembrar neste aspecto que as pensões, botequins e demais prédios, apesar de, muitas vezes, encontrarem-se na zona urbana e serem de alvenaria, não impedem a participação das classes populares na vida da cidade, na verdade a presença destas classes demonstra uma certa fluidez de ação.

O perímetro urbano ainda é o espaço mais ocupado da cidade, ele acumula as funções de moradia e trabalho, é aqui que interagem os trabalhadores do comércio, das repartições públicas, donas de casa, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, instituições públicas, instituições religiosas, instituições de ensino, instituições de repressão, instituições de lazer, mendigos, desempregados e todo um mosaico de sociabilidade. Esta hegemonia populacional conferida ao espaço urbano pode ser melhor visualizada na pesquisa complementar aos quadros anteriormente discutidos, com a inclusão do número de pessoas por cada espaço:

DOMICÍLIOS EM CONSTRUÇÕES DA NATUREZA INDICADA

Município e situação	Alvenaria				Madeira		
	Totais				Totais		
	Domicílios	Peças	Alcovas e dormitórios	Pessoas	Domicílios	Peças	Alcovas e dormitórios
Fortaleza	16 430	101026	44 669	99 197	16 959	60 590	32 425
Quadro urbano	10 879	74 560	31 733	69 350	3 754	14 569	7 110
Quadro suburbano	4 547	21 747	10 633	24 037	7 536	26407	14 541
Quadro rural	1 004	4 719	2 303	5 810	5 669	19 614	10 774

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação, parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 270, 1950

Mesmo desconsiderando os domicílios em condições não declaradas este quadro confirma a concentração demográfica no espaço urbano. Esta situação não é nada confortável para as classes dominantes, que viam neste espaço a possibilidade de uma mistura indiscriminada e uma evidente frouxidão nas hierarquias. A proximidade preocupava:

Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso, deve ser, no mínimo, evitado¹²⁴.

A concentração demográfica urbana ganha acréscimos significativos se for considerada a população flutuante, que circula, usa e reinventa este espaço durante boa parte do dia e retorna aos seus dormitórios nos subúrbios. Esta "invasão" sugere pensar além dos mecanismos de controle, esta tensão implica dizer que "o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território

¹²⁴ ROLNIK, op.cit. p.51.

popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço na cidade"¹²⁵.

Do ponto de vista econômico, este conflito vivido por Fortaleza aponta para indícios de uma crescente monetarização dos bens produzidos na vida cotidiana. A vida na cidade torna-se mais dispendiosa, produtos que antes eram adquiridos por encomenda pelos artesãos em suas próprias casas, agora são comprados no mercado; alimentos produzidos e vendidos por pequenos agricultores que circundavam a cidade, agora são entregues a atravessadores que triplicam seu valor. A terra e a vida urbana transformaram-se, então, em mercadoria.

Maria Auxiliadora De Decca assinala que, nas décadas de 1930 e 1940, na questão da habitação operária e popular em São Paulo, não se verificou mudanças substanciais. Os poderes públicos, municipal, estadual e federal, baseados neste quadro de pauperização incenvitaram a iniciativa privada de várias formas no sentido de construir vilas higiênicas e baratas. Se esse processo atingia a mais rica capital do País, o que não dizer de outras regiões.

*Não era diversa a situação da moradia do proletariado em outros centros urbanos ou capitais dos estados brasileiros: os mocambos de Recife ou capitais dos estados brasileiros, a construção de moradias populares foi se tornando um grande negócio e não implicou melhoria do padrão habitacional para a grande de trabalhadores urbanos e industriais*¹²⁶.

O contexto remonta o período em que o País mergulhava no caminho da industrialização. Nesta política econômica foi implantada uma visão de conjunto e planejada do Estado para beneficiar, entre outros setores, a burguesia

¹²⁵ Id., ibid.

¹²⁶ DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Contexto, 1991. p.49-50.

industrial. Ainda que setores das oligarquias tivessem seu espaço político no Estado Novo, isso não significava marginalização do caráter burguês deste projeto. Na realidade, o novo regime procurava estabelecer um difícil equilíbrio entre interesses burgueses e setores das atividades agro-exportadoras.

Nos anos de 1930-40, a indústria, como elemento propulsor do desenvolvimento, ganhou projeção política, fazendo com que inúmeros esforços fossem canalizados para esta alternativa. As primeiras medidas visavam neutralizar os regionalismos políticos e favorecer a uma institucionalização estatal das atividades ligadas ao mercado interno.

Ilustram essa afirmação criações como: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial(1937); o conselho Técnico de Economia e Finanças(1937); o Instituto de Geografia e Estatística(1938); a Carteira de Exportação e Importação(CEXIM – 1941) etc. , que abrigavam representantes de segmentos sociais distintos¹²⁷.

Distante de uma solução mais emergencial, a especulação imobiliária é a demonstração de que o Estado Novo não conseguiu controlar totalmente o mercado, força "invisível" pregada por liberais e criticada, apenas na retórica oficial, pelo governo Vargas. Neste aspecto, percebe-se uma importância política do Estado em impedir essa licenciosidade do liberalismo.

1.8 Custo de Vida

No início do Estado Novo, o custo de vida, para as classes populares, já se impunha como um grave problema social. A cada ano, as perspectivas tornavam-se mais sombrias, o acesso à alimentação, por exemplo, não

¹²⁷ MENDONÇA, op.cit. p. 245.

reproduzia a mesma imagem de geração robusta, saudável e feliz pregada pelos órgãos de propaganda do regime.

[...] ser brasileiro – são as palavras do Chefe do Estado Nacional – não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: ‘O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o nosso sangue’¹²⁸.

O pão, garantido pela fecundidade e generosidade do solo pátrio era uma imagem recorrente para se apresentar um Brasil de vigor e exuberância a enfrentar e vencer seus desafios.¹²⁹ O sangue prometido era o sacrifício pela prosperidade da Pátria, esse era o brasileiro idealizado. Em contrapartida, as imensas contradições sociais revelam outra realidade:

A crise tremenda em que se debate a população de Fortaleza, no tocante a gêneros alimentícios, precisa ter imediatamente um paradeiro ou pelo menos uma providência, realmente minorativa da situação da maioria.

[...]

Nos armazéns que compram em grosso, quem quizer banana paga a \$ 100 e duas por \$ 300[...]

Feijão a 1\$400, açúcar a 1\$600, arroz, idem: farinha a 1\$000, xarque a 5\$000. porco,

¹²⁸ PERDIGÃO, Edmylson. Política eugênica. In: **Ciência Política**, ago.1941.

¹²⁹ Uma imagem recorrente a esta questão estava no desenho de um país grandioso, com uma flora exuberante, protagonizado pelo jovem artista Roberto Burle Marx, “responsável por um dos mais significativos projetos paisagísticos desta fase, na opinião do próprio autor, a Praça Salgado Filho, diante do recém-construído Aeroporto Santos Dumont, no fim dos anos 30. Este espaço[...] proporcionava ao passageiro que se dirigisse ao terminal a sensação de uma rápida viagem pelo Brasil através de espécimes da flora brasileira e de seus ambientes, reproduzidos naquela exígua praça urbana. Cf: VERÍSSIMO, et al. op.cit. p.82-3.

idem[...] E nada disto é especial, tudo é bem trivial. Depois, a Saúde Pública a doutrinar o povo: **TENHA VIDA FRUGAL, ALIMENTE-SE DE FRUTAS, CONSUMA VITAMINAS!**

[...]

Positivamente, a situação é dolorosa, E, se não chegamos ao excesso de um dos confrades, que a comparou à Nankin e Shangai, onde se aliam a fome, a peste e a guerra, uma coisa, pelo menos, não podemos negar: Fortaleza passa fome¹³⁰.

O acesso aos alimentos básicos era dificultado por uma política econômica que não conseguia de forma efetiva intervir nos altos preços dos produtos. Segundo De Decca, a situação alimentar dos trabalhadores no Nordeste era seguramente pior que a de outras regiões brasileiras.¹³¹ Acompanhar, panoramicamente, o comportamento de alguns preços entre Fortaleza e o restante das capitais do Nordeste poderá dar melhor visibilidade a este aspecto. É o que se pode ver a seguir.

PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS NO COMÉRCIO VAREJISTADOS MUNICÍPIOS – 1940/44

CAPITAIS	FARINHA DE MANDIOCA					FEIJÃO				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	0,84	0,94	1,10	1,20	1,35	1,66	1,37	1,70	2,13	2,38
Teresina	0,53	0,54	0,78	1,05	0,97	2,37	1,35	1,44	3,60	3,63
Fortaleza	0,70	0,62	1,14	1,41	1,29	1,60	1,82	1,84	3,50	3,11
Natal	0,37	0,57	1,22	1,33	1,16	1,52	1,35	1,82	2,04	2,67

¹³⁰ Fortaleza passa fome. **O Nordeste**, Fortaleza, 24 mar 1938, p. 4.

¹³¹ DE DECCA, op.cit. p.55.

João Pessoa	0,22	0,39	0,81	0,90	1,43	1,50	1,85	2,08	2,95	2,90
Recife	0,60	0,78	1,14	1,25	1,53	1,97	2,05	2,34	2,46	3,45
Maceió	0,27	0,47	0,93	1,24	1,16	1,69	2,11	2,26	3,07	3,92
Aracaju	0,31	0,53	0,91	1,08	1,61	2,23	2,35	2,36	2,23	3,57
Salvador	0,58	0,49	0,89	1,20	1,72	1,12	1,46	1,58	1,97	2,83

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

***PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS NO
COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DAS
CAPITAIS - 1940/44***

CAPITAIS	AÇUCAR					ARROZ				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	1,45	1,53	1,76	2,27	2,74	0,73	1,20	1,33	1,29	1,28
Teresina	1,69	1,83	1,90	2,74	3,02	0,83	1,06	1,64	1,30	1,30
Fortaleza	1,40	1,50	1,75	2,13	2,30	1,40	1,60	2,08	2,28	2,36
Natal	1,31	1,45	1,58	1,92	2,37	1,48	1,83	2,52	2,56	2,61
João Pessoa	1,21	1,24	1,48	1,78	2,01	1,05	1,70	2,27	2,33	2,38
Recife	1,28	1,27	1,45	1,75	2,20	1,30	1,52	1,78	1,72	2,00
Maceió	1,13	1,21	1,38	1,66	1,90	1,39	1,65	2,08	1,95	2,09
Aracaju	1,11	1,21	1,40	1,54	2,05	1,14	1,41	1,78	1,79	2,23
Salvador	1,17	1,33	1,58	1,64	2,02	1,33	1,71	2,37	2,83	3,26

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 320, Rio de Janeiro, 1946.

CAPITAIS	CARNE VERDE					CHARQUE				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	2,00	2,00	2,33	2,83	3,75	4,23	4,96	5,80	7,22	8,50
Teresina	1,85	1,95	2,52	4,10	5,00	3,60	-	-	-	-
Fortaleza	2,60	3,29	4,69	4,08	4,83	3,60	4,58	5,58	8,50	10,04
Natal	2,40	2,43	2,77	4,15	7,58	4,67	4,88	6,01	7,43	8,17
João Pessoa	2,20	2,53	2,83	3,04	4,83	4,14	4,68	5,71	7,60	9,38
Recife	2,38	2,53	2,98	3,08	6,00	4,31	4,94	5,60	6,65	8,65
Maceió	2,33	2,41	2,98	4,50	5,38	4,41	4,93	5,86	7,83	9,72
Aracaju	2,18	2,36	2,64	3,42	4,98	4,53	5,37	6,23	8,34	11,48
Salvador	2,48	2,60	2,83	3,20	3,85	4,31	5,30	5,91	7,50	8,95

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

CAPITAIS	PÃO					OVOS				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	1,97	2,00	2,03	2,40	2,80	2,43	2,93	2,83	3,00	4,35
Teresina	2,00	2,17	2,08	3,09	3,83	2,43	2,83	3,60	3,62	4,20
Fortaleza	2,40	2,14	2,50	2,75	2,80	2,40	2,23	2,76	3,60	4,55
Natal	2,15	2,40	2,67	3,81	3,60	2,43	2,70	3,92	4,73	6,20
João Pessoa	2,00	2,15	2,12	2,70	3,15	2,30	2,32	2,94	4,81	5,90
Recife	2,00	2,00	2,40	2,50	2,79	2,40	3,09	4,30	5,60	9,10
Maceió	2,00	2,01	2,60	3,10	3,10	2,40	2,74	3,25	3,23	5,88
Aracaju	2,00	2,00	2,37	2,77	3,42	1,83	2,15	2,34	2,84	4,05
Salvador	1,65	1,84	2,08	2,20	3,00	2,23	2,35	2,47	3,10	5,10

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

Basicamente, estes são dados referentes da chamada "cesta básica" do Fortalezense mais pobre. Note-se que, na maioria dos casos, a cidade apresenta razoáveis índices de elevação de preços no quadro comparativo a outras capitais do País, porém se for considerado essa majoração, para a realidade específica de Fortaleza, observa-se uma disparidade ainda maior entre os preços e o poder de compra, pois as condições de emprego e renda na cidade eram desfavoráveis, como consta do quadro demonstrativo, logo mais adiante, em que observa-se a distribuição da população segundo a ocupação no mercado de trabalho.

Interessante salientar que os óbitos registrados no triênio 1939/41, para a cidade de Fortaleza, o número mais expressivo está entre as causas de doenças do aparelho digestivo, que surge em primeiro lugar com 4.536 óbitos, num percentual de 34,97%. Em segundo lugar, vem o grupo de causas de doenças infecciosas e parasitárias com 3.309 óbitos, correspondendo a um percentual de 25,51%. Entre este segundo grupo se destacam a tuberculose com 1.539 óbitos, a gripe com 490 óbitos e a disenteria com 223 óbitos.¹³²

Apesar de não especificar quais seriam as doenças do aparelho digestivo, estes dados sugerem uma situação alimentar de baixíssima qualidade, pois estas são doenças tipicamente oriundas de uma deficiência protéica e imunológica, comuns em quadros miseráveis de vida social.¹³³

Aumenta-se, pois a distância entre este perfil "drástico" de brasileiro e toda a propaganda eugênica difundida pelo regime.¹³⁴ A ênfase regeneradora deste discurso projeta uma

¹³² Movimento da População: Nascimentos e Óbitos. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. Ano VI-1941-1945. p. 40.

¹³³ Nos anos de 1930, a cidade de São Paulo indicava uma alimentação popular de altos custos, "o que limitava a possibilidade de despesas com outros itens, mas também uma dieta alimentar quantitativamente insuficiente e qualitativamente inadequada." Ver DE DECCA, op.cit. p.54.

¹³⁴ A metáfora biológica (Estado/corpo humano) já se encontrava na condição platônica e na religião hindu. A metáfora do Brasil como um corpo humano é alusiva ao projeto corporativista a partir dos anos de 1930. As partes que compõem a

docilização dos corpos e das mentes, tentando favorecer uma política esportiva juvenil e adestrada, identificada com uma verdadeira organização militar.

‘Soldados, afinal somos todos, a serviço do Brasil’, proclamou Vargas no comício do 1º maio de 1942. A estratégia de militarização psicológica, converter toda uma classe de trabalhadores em soldados da Pátria, ganha especial significado político se a reportarmos ao contexto das determinações sobre a produção em regime de economia de guerra, que acarretava graves danos aos trabalhadores. A condição de soldado vinha sobrepor-se à de trabalhador, submetido a um trem de produção que não podia mais ser avaliado e questionado a partir da ótica da condição preterida: a operária¹³⁵.

Retomando a questão dos preços e do poder de compra que repercutiam nas classes populares, é possível perceber um crescente empobrecimento de suas condições.

sociedade foram pensadas como órgãos do corpo humano, absolutamente integrada e harmônica. Um dos efeitos dessa referência foi a criação de toda uma pedagogia do corpo, com destaque para a produção teórica e prática da Educação Física. “O que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário.” Ver LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986. p. 18. Vargas também pode ser considerado como o “terapeuta do povo brasileiro”, tratando das doenças do organismo brasileiro: infiltração comunista (1935) e agressão integralista (1938), fruto de uma preservação política localizada no inconsciente coletivo. Neste sentido, o povo era um enfermo, “descendente de raças inferiores, e também decorrência do descaso com a saúde por parte das autoridades do regime deposto.” Essa imagem reforça uma outra, repetida desde o início do século XX: de que “o Brasil é um grande hospital”. No caso dos anos 30, Vargas complementa da seguinte forma: “o Brasil é um grande hospital psiquiátrico”, “o que altera consideravelmente o significado da representação”, pois considera o povo incapaz de se auto-representar, um alienado, sem autonomia, imaturo para gozar dos direitos políticos, enfim, “o povo brasileiro precisaria ser antes terapeutizado pelo líder para no futuro, de posse de sanidade mental, adquirir o direito de participação política”. Ver CAPELATO, op.cit.p.260-61.

¹³⁵ LENHARO, op.cit. p.86.

Fim e começo de ano, a vida cidadina sofre sensível alteração.

A carne verde, por exemplo, a base alimentar da população, sobe de preço, a despeito das tabelas da Prefeitura.

Magarefes e vendedores ambulantes aumentam duzentos, quatrocentos réis em quilo, a seu bel prazer. Se o peso é mau, a carne ainda é pior.

[...]

Quanto ao peixe, todo mundo sabe, tornou-se produto de luxo, acessível somente às bolas recheiadas de massa metálica.

O pobre, coitado, tem de contentar-se com o básico cangulo, isso mesmo quando o peixeiro está de boa vontade ou não encontre quem dê mais pela mercadoria.

Por esse ligeiro pano de amostra, pode-se, muito bem, avaliar o quanto se sofre nesta terra, onde o dinheiro escasseia dia a dia, enquanto as despesas tomam vulto em gigantescas proporções. E, a despeito de tudo, troca-se o interior do Estado pela Capital, aumentando-se destarte, o numero de sofredores e desiludidos¹³⁶.

A média do salário industrial do operário no Ceará correspondente ao mês de julho, entre 1942/44, ficaria em Cr\$ 206,00, Cr\$ 286,00 e Cr\$ 372,00 respectivamente para os três anos. Em 1942, por exemplo, dos 37 estabelecimentos industriais pesquisados a maioria dos operários, cerca de 3 519 trabalhadores recebiam um salário fixo entre Cr\$ 200,00 a

¹³⁶ Vida Cara. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 11 jan. 1939, p.2.

399,00.¹³⁷ Mesmo depois da instalação do salário mínimo, a correlação entre os salários operários e o custo de vida pareceu inalterada. Foi assim que médicos avaliaram a situação em São Paulo durante um encontro lá realizado.

*[...] Não percamos tempo e vamos aos fatos. Pelo Boletim da Associação Comercial da Capital de São Paulo, divulgado por um matutino desta cidade, o aumento geral tomando-se como base um decênio, isto é, de 1935 a 1944, foi de 101,7% no custo das mercadorias. Para enfrentar este aumento tiveram as classes operárias, e os trabalhadores em geral, um aumento de salários de cerca de 20%[...]*¹³⁸.

Acrescente-se a estas informações a taxa de ocupação nos empregos na cidade para se perceber o número significativo de desempregados ou em situação de subemprego, como se pode ver no quadro a seguir.

POPULAÇÃO DE FATO SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

MUNICÍPIO DE FORTALEZA

CARACTERES RESPECTIVAS MODALIDADES – ATIVIDADE PRINCIPAL	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária, silvicultura	5 895	5 763	132
Indústrias extrativas	1 318	1 300	18
Indústrias de transformação	10 250	8 053	2 197
Comércio de mercadorias	10 905	9 980	925
Comércio de imóveis e valores mobiliários,			
crédito, seguros e capitalização	534	496	38
Transportes e comunicações	4 420	4 299	121
Administração pública, justiça,	3 642	2 836	806

¹³⁷ Empregados da Indústria e do Comércio Atacadista dos Municípios das Capitais, segundo Classes de Salários. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VI-1941-1945. 1946, p. 328.

¹³⁸ ARAÚJO, Francisco Apud DE DECCA, op.cit. p.47.

ensino público			
Defesa nacional, segurança pública	1 455	1 446	9
Profissões liberais, culto, ensino particular,			
administração privada	1 218	689	529
Serviços, atividades sociais	11 403	4 933	6 470
Atividades domésticas, atividades escolares	61 565	11 324	50 241
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	22 135	9 108	13 027

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação – parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 128, 1950

Homens e mulheres que estão em atividades domésticas, escolares, nas condições inativas, atividades não compreendidas ou mal definidas ou não declaradas somam um número de 83.700 pessoas. Já as atividades mais definidas e regulares somam um total de 51.045 pessoas. Essa situação implica dizer que em Fortaleza a maioria dos habitantes não recebia regularmente um salário para o sustento diário. Tal quadro favorece discutir o Estado Nacional Brasileiro com mais visibilidade social, evitando referências abstratas, tais como a integração nacional.

O aumento dos alugueis em Fortaleza é outra faceta do complexo problema urbano. Habitar na cidade é um desafio, principalmente pela indiferença do poder público em corrigir as especulações dos proprietários. Não foi possível detectar nenhuma postura mais austera do Estado nesta questão. O Estado deixava o inquilino, principalmente o mais pobre em situação de desamparo.¹³⁹ No máximo, a austeridade ganhava fôlegos impactantes dos primeiros dias de publicações de decretos ou medidas administrativas.

¹³⁹ Em termos de política habitacional para as classes populares no período destacam-se iniciativas tais como: “a Liga Nacional contra o Mocambo, planos de financiamentos da moradia operária, a Fundação da Casa Popular etc.” Ver RIBEIRO, op.cit. p.143.

- Isto é simplesmente um assalto!

- Isto é, em duas palavras, um atentado à nossa economia! Esperamos que as autoridades vejam isso!

[...] São os humildes sapateiros que ocupam pequenas saletas e barbeiros desprotegidos que se entregam afamosamente à sua espinhosa tarefa e que protestam.

[...]

Mas, os proprietários de casas daquele trecho não querem saber de onde vem o dinheiro do engraxate ou do barbeiro. Continuam indiferentes, aos rogos e súplicas que lhes são feitas¹⁴⁰.

Mesmo com a promulgação da Lei do Inquilinato, em 1942, os poderes públicos, a legislação e as modalidades de enfrentamento do problema não conseguem reverter o quadro de pauperização da moradia dos brasileiros pobres, prevalecendo assim um "modelo de ocupação periférica", estendendo-se até o final da década de 1970:

Loteamentos irregulares e clandestinos, situados em áreas de declive acentuado ou próximos de locais sujeitos a inundações, lotes mínimos subdivididos entre duas ou mais famílias e vendidos em prestações de longo prazo, constituíram a tônica de todo esse período¹⁴¹.

Para o cenário urbano, os efeitos desta ambigüidade política estão localizados no abandono de bairros pobres de toda uma infa-estrutura.

¹⁴⁰ **Unitário**, Fortaleza, 26 abr. 1939, p.3.

¹⁴¹ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). op.cit.p. 248.

No Urubu, na Praia Formosa, nos areais de Jacarecanga, em Mocuripe, em tantos outros bairros e choupana que mal se distingue de uma latada improvisada e precária. Os mocambos da Praia Formosa tem à frente um amplo 'lençol' de dejeções devolvidos à praia pelo mar. Lá vivem inúmeras pessoas, inúmeros trabalhadores com suas mulheres e filhos[...]Eles reclamam,[...]o preço relativamente elevado dos alugueres. "Casas" que não valem nada alugadas a vinte, trinta, quarenta ou cinquenta mil réis. Como se observa, são preços inacessíveis a homens que percebem de cem a duzentos mil por mês, mantendo famílias geralmente numerosas¹⁴².

Esta descrição "anti-estética" e fatigante sugere pensar que o caráter rude destes ambientes só comprovaria sua separação da casa idealizada como conforto e da cidade como projeção coletiva da segurança.¹⁴³ Esses espaços não pertenciam à cidade "Fortificada" pelos serviços de infraestrutura básica, eram apartados da noção de acolhimento, se perdiam nas suas tortuosas e obscuras realidades.

A estilização excessiva do progresso material, das construções de prédios suntuosos, dos monumentos, dos logradouros registrados na imprensa, nos órgãos oficiais de divulgação e de forma mais sutil no interior dos inquéritos e processos policiais deixam de fora realidades "sórdidas", locais "deploráveis", proporcionando uma perspectiva asséptica de espaço.

Fortaleza, como cidade, tem alguma coisa que possa ser considerado como seu rival no Brasil? Certamente que não. É isso excessivo para nós,

¹⁴² Aumenta o aluguer dos casebres. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 19 set. 1941, p. 3.

¹⁴³ BRESCIANNI, op.cit. p.240. A autora lembra aqui como a cidade foi projetada pelos viajantes, a sensação da chegada em solo seguro depois de jornadas com perigos incessantes, enfim a certeza de se estar entrando num espaço protegido como a casa e a caverna.

que ainda não perdemos os limites provincianos. Mas a negativa de existir se se trata apenas do Norte e se a pergunta refere-se unicamente ao momento atual.

Em todo setentrão brasileiro, por exemplo, não é possível encontrar-se um cinema da classe do nosso “Diogo”, com o seu luxo, o seu conforto e sua requintada distinção[...]

Também não se encontrará no Norte, e talvez mesmo no Rio ou São Paulo, uma loja de modas da apresentação da “A Cearense”, que mais parece, na conformidade do seu “Slogan”, um pedaço de Nova York transplantado para o Ceará.

[...]

E que dizer da futura catedral de Fortaleza, já em construção? Esse será um dos mais majestosos templos do país, com suas torres rasgando os espaços em mais de cem metros, ou seja, numa altura do ‘Excelsior-Hotel’.

Pergunte-se ainda: em alguma capital do Norte brasileiro existirá bairro residencial mais bonito e rico que o bairro da Aldeota?¹⁴⁴

Essas imagens de cidade tentam apaziguar e traduzir racionalmente as agruras da vida cotidiana, mas, na realidade, são avaliações monumentais do desenho urbano, dispostas de maneira teatral. Assim como aquela vontade febril das classes dominantes no passado em querer respirar uma *Belle Époque* no Brasil, durante o Estado Novo a referência muda de eixo e faz intensificar o *american way of life* para alguns setores das cidades brasileiras. A vontade de encontrar um pedaço de

¹⁴⁴ Problemas da cidade: altos e baixos. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 15 dez. 1941, p. 2.

Nova York em Fortaleza é antes de mais nada um símbolo da influência dos EUA no jornalismo, na publicidade, na moda brasileira, enfim nos costumes veiculados, principalmente, pelo cinema.

Não se pode esquecer que os anos 40 marcam uma mudança na orientação dos modelos estrangeiros entre nós. Os padrões europeus vão ceder lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa[...] Os padrões de orientação vigentes são, portanto, os do mundo do star system e do american broadcasting. Nos rádios, este é o período em que a música americana se expande, e se consolida uma forma de se tocar 'boa música', a orquestral, que se constitui tendo por modelo os conjuntos americanos, dos quais Glenn Miller foi, talvez, a expressão mais bem acabada¹⁴⁵.

Acrescente-se a este quadro o fato de na década de 30 ocorrerem fenômenos típicos que apontavam na direção de uma sociedade urbano-industrial e de uma provável sociedade de massa tais como: a introdução dos rádios de válvula, o que vem baratear os custos de produção dos aparelhos e ampliar o público ouvinte; a mudança na legislação, em 1932, que permitiu a publicidade no rádio e a garantia de uma fonte de financiamento mais duradoura, onde empresas americanas, como a Colgate, veicularia através das rádionovelas (1941) seus produtos para o público feminino; ampliação do mercado de publicações, com o aumento de jornais, revistas e livros e todo um crescimento das casas editoras entre 1936 e 1948.¹⁴⁶

É preciso ter cuidado ao transpor estes dados a uma suposta caracterização de uma suposta sociedade de massa no

¹⁴⁵ ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 71.

¹⁴⁶ Id., p.39-40/42/44.

Brasil neste período. O Estado Novo cumpre um papel fundamental na formação do Estado Nacional, mas isso não significa uma unificação cultural baseada na sociedade de massa¹⁴⁷. Tal hipótese pressupunha pensar a sociedade brasileira agrupada e integrada a um padrão cultural, com valores capazes de unificar as diferenças regionais. É bem verdade que o Estado detinha uma concentração da iniciativa unificadora através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do sistema educacional com a ideologia da moral e cívica com Gustavo Capanema,¹⁴⁸ mas isso não garantiu uma padronização do mercado consumidor, principalmente se tratando das classes populares em Fortaleza, que tinham um perfil sociocultural muito complexo.

Em Fortaleza, os grupos religiosos e intelectuais tentam apresentar uma imagem ambígua de cidade, enaltecendo os avanços e vantagens do mundo moderno, os inventos, o conforto, as facilidades, mas desatrelando o vínculo político deste discurso através de críticas ao comportamento desordeiro das novidades do cinema, das diversões, da vida da mulher moderna, da neurastenia da rotina urbana moderna. As classes populares entram neste cenário como "maus exemplos". Elas são representadas como despreparadas para a modernidade, sem perfil moral, enfim sem laços comportamentais com a ambigüidade da Fortaleza que embora moderna, progressista, pautada na conservação

¹⁴⁷ Apoiado na análise frankfurtiana Renato Ortiz argumenta que para a existência da sociedade moderna é necessário uma racionalidade capitalista que se estenda num mesmo sistema padronizado de produtos culturais. A sociedade industrial poderia ser esse espaço integrador, onde o consumo seria imposto por um centro de instituições que agregaria a dispersão dos indivíduos no capitalismo avançado. Conclui que há uma debilidade na caracterização deste centro no caso brasileiro durante o período aqui analisado. Na realidade, mesmo com o processo de centralização varguista, a sociedade brasileira é fortemente marcada pelo localismo. Ver Idem, p. 49.

¹⁴⁸ SCHWARZMAN, Simon et all. **Tempos Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

dos valores da obediência, do recato e das tradições dos bons costumes.

A cidade que surge na análise das fontes hemerográficas, policiais e judiciárias é diferente. Talvez sua desnudação esteja nos escombros da memória deste imaginário excludente. Foi necessário absorver melhor todo peso conservador, a predisposição política cearense ao conservadorismo, a efetivação de novas bases de dominação da administração do Estado a partir de 1937, tomando este cenário como pano de fundo e, a partir daí, tentar descortinar tensões oriundas da relação entre poder e classes populares.

Tais classes são apresentadas de forma estigmatizada, seu cotidiano é percebido como instintivo, sem sensatez. Neste sentido, os pobres não são civilizados, não respeitam regras, são excessivamente violentos, idolatram mitos e entidades demoníacas, não têm princípios morais, vivem em desarmonia familiar. Enfim, precisam integrar-se à grande família da nacionalidade. Apesar de parecer simplório, este é um quase consenso no discurso classificado nos jornais e que agora é complementado através das fontes judiciárias via processos e inquéritos.

Há algo de estimulante neste universo. São pessoas comuns, empobrecidas, vivendo entre ameaças e tensões provocadas por um cotidiano policiado, porém surpreendentemente criativo no interior das tramas e decisões do poder. A população controlada atua neste jogo de poder com estratégias e táticas que compõem um repertório de escolhas de alternativas para melhor enfrentar suas difíceis condições de vida.

O impasse político dessa situação é o difícil enquadramento do cotidiano dos pobres no controle social. Este é um descompasso que não me parece fácil de se responder por raciocínios mecanicistas de dominador-dominado. Seria necessário levar em consideração o modo como a população mais pobre experimenta valores, sentimentos e ações dentro deste projeto controlador. O

morador mais pobre de Fortaleza não irá atender passivamente as intervenções do poder instituído, ele vivenciará esta realidade através de tensões e lutas, pois experimenta social e contraditoriamente as mudanças e permanências no mundo em que vive.

Tratamos até aqui de questões gerais a respeito do momento político e das condições infra-estruturais no período do Estado Novo, especialmente alguns dados sobre as classes populares em Fortaleza. No próximo capítulo, destacaremos o aparato repressivo institucional que antecedeu a montagem do novo regime, mais conhecido como Estado de Guerra.

Capítulo 2

O ESTADO DE GUERRA

Ainda em outubro de 1937, a sociedade brasileira iria experimentar a repressão política do Estado Novo com o chamado Estado de Guerra, período em que foram executadas medidas de cerceamento dos direitos políticos, civis e até religiosos. Prisões, dissolução de partidos, intervenção no poder executivo, fechamento das assembléias legislativas e de diversas entidades caracterizaram este momento. Assim noticiou a imprensa local sobre o episódio:

A Câmara aprovou o estado de guerra. Rio, 2 (Gazeta). Em sessão convocada para esse fim, a Câmara Federal aprovou, por 138 votos contra 52, o projeto autorizando o governo a decretar o estado de guerra por 90 dias¹⁴⁹.

O Senado aprovou por 22 votos contra 3 o Estado de Guerra¹⁵⁰.

Baseado no argumento do terror da ameaça comunista no Brasil, o decreto presidencial solicitava plenos poderes de polícia ao Estado brasileiro, falava-se de um suposto plano de ação comunista, arquitetado meticulosamente com uma preparação psicológica das massas para o terrorismo. Dizia ainda que:

A Polícia do Distrito Federal, por seu turno, mesmo após a vitória da lei sobre o levante de 1935, não deixou nunca de acompanhar de perto a ação subversiva dos comunistas[...]o Direito é pela vida e não pela morte das nações, pelo equilíbrio e não pelo descalabro, pela segurança e não pelo risco inútil. O Estado de Guerra representa uma mobilização, defesa e

¹⁴⁹ **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 03 out.1937, p.1.

¹⁵⁰ **O Povo**, Fortaleza, 03 out.1937, p.1.

*salvaguada oportuna e indiscutível pela sua precisão e efeito*¹⁵¹.

A escolha do dia 03 de outubro para a vigência do Estado de Guerra estabelece um reencontro das efemérides de "brasilidade", são datas significativas que fazem brotar um sentimento de "vitória". A 3 de outubro de 1930, o inimigo interno das oligarquias fora vencido; em 1937, o adversário era o comunismo, força externa, feroz e avassaladora, a ser derrotada, como bem noticiaram jornais locais. Cabe ressaltar que o uso de tais datas fez parte de uma ampla estratégia da instalação de uma memória oficial do regime. Nos anos seguintes ao golpe, as comemorações referentes a estas datas não dispensaram um complexo aparato propagandístico, com desfiles, inaugurações e inúmeros eventos que apelavam para a unidade nacional.

A Junta do Estado de Guerra no Ceará foi composta pelo Governador do Estado, o comandante da Guarnição Federal, pelo diretor do Colégio Militar e pelo comandante da Capitania dos Portos. Antes mesmo de terminar o mês de outubro, todas as lojas maçônicas foram fechadas, interditadas e seus arquivos foram trasladados para a Delegacia de Ordem Política e Social. Na seqüência, vieram as livrarias:

*Hoje, pela manhã, autoridades militares e civis vistoriaram a 'Livraria José de Alencar', do sr. José Estolano Maia, e a Agencia de jornais e revistas do sr. José Edésio Albuquerque. Consta que foram apreendidos vários volumes, que a policia examinará demoradamente*¹⁵².

¹⁵¹ Decretado pelo Presidente da República o novo estado de guerra. **O Povo**, Fortaleza, 04 out. 1937, p.1.

¹⁵² As atividades da delegacia de ordem social, **Correio do Ceará**, Fortaleza, 27 out.1937, p.1.

2.1 Polícia para quem precisa de política ¹⁵³

As idéias consideradas extremistas que vinham grassando em novembro de 1935, nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco e no Distrito Federal, com irradiação em várias outras unidades da República, e em maio de 1938, na capital do País, mereceram medidas preventivas e repressivas em nome da segurança do novo regime.

Ainda em 1936 é criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), com "pleno apoio da oligarquia antigetulista de São Paulo" e tendo como principal função: combater a subversão política e social. Esse era um tribunal que agia de forma independente, operando por fora dos procedimentos legais brasileiros, cujas decisões eram unilaterais, sem permissão para que se recorresse a qualquer outra instância.¹⁵⁴

No Ceará, uma primeira reação a esta subversão política foi a criação de uma secção na ex-Delegacia Auxiliar, na época chamada de Delegacia de Investigações e Capturas, com a incumbência de " [...] proceder às devidas investigações, acompanhando, de perto, as atividades dos elementos agitadores e semeadores de doutrinas estrangeiras de inexequível aplicação em nossa formação social"¹⁵⁵.

¹⁵³ Subitem inspirado na letra da música "Polícia", de Arnaldo Antunes, ex-componente da banda Titãs. Outra inspiração vem do uso indiscriminado da frase que afirmava que "o problema social no Brasil é uma questão de polícia", dita, supostamente, pelo ex-presidente Washington Luís e reutilizada por Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho em 1931: "as questões sociais são meros problemas de polícia, suscetíveis de solução pela *ultima ratio* das medidas repressivas". Essa questão se transformou em um aforismo vastamente utilizado pelo regime do governo Vargas. Cf. FRENCH, John D. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In: LARA, op.cit. p.379-380.

¹⁵⁴ Id., *ibid.*, p.398.

¹⁵⁵ Estas e outras informações compõem o **Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de Maio de 1935 a 27 de Janeiro de 1941.** Imprensa Oficial: Fortaleza-Ce, 1941, p.11.

Na prática, o volume de trabalho acumulado numa única Delegacia não permitiu que se prestasse um serviço de investigação mais minucioso. Disso resultou a criação em caráter oficioso, em dezembro de 1935, da Delegacia de Segurança Social, cujo quadro de pessoal se compunha de alguns Inspetores de Segurança e de guardas civis "á paisana", sob a direção do dr. Antonio Barros dos Santos.¹⁵⁶

A partir desta reestruturação foi apurada a participação de pessoas do Estado do Ceará que, direta ou indiretamente, tivessem subvertido a ordem social ou que mantivessem atividades de caráter extremista. O resultado desse trabalho foi um extenso inquérito constituído por autos de 56 volumes, enviados ao Tribunal de Segurança Nacional. A partir daí, os "maus brasileiros" residentes no Ceará, contaminados de idéias "extravagantes" seriam vistos como "nefastos" às "massas menos avisadas" e teriam sua constante vigilância feita pela Delegacia de Ordem Política e Social (D.O.P.S.) consubstanciada na lei nº 130, de 30 de julho de 1936.¹⁵⁷

Decretos do executivo estadual autorizavam crédito especial para as despesas com pessoal e instalação da D.O.P.S. A partir de janeiro e setembro de 1938, o quadro de pessoal duplicaria seu efetivo, nele aproveitando-se remanescentes da Delegacia de Investigações e Capturas. Duas secções formariam a D.O.P.S: Investigação em Geral e Fiscalização de Armas, Explosivos e Munições. A primeira sugere ser a mais relevante para esta discussão, suas atribuições contemplavam uma vigilância às inúmeras atividades dos fortalezenses:

[...] controle da entrada e saída de hóspedes nas casas de pasto, hospedarias e estabelecimentos do mesmo gênero; do movimento de passageiros; do registro das associações sindicalizadas e das classes em geral, com investigações em torno de suas atividades; do serviço de prontuário;

¹⁵⁶ Id., *ibid.*

¹⁵⁷ Id., p.12.

*finalmente, do registro de alterações diárias mediante boletim*¹⁵⁸.

Acrescente-se a isso o fato desta polícia especializada ter registrado até mesmo os aparelhos de rádio na cidade. A Secção de Investigações e Segurança Pessoal fez um levantamento entre os anos de 1937 a 1940 e constatou que, em Fortaleza, havia 8.201 aparelhos.¹⁵⁹ A preocupação com o rádio se justifica tendo em vista seu poder de gerar e difundir idéias e sentimentos numa época em que a televisão ainda não existia no Brasil. Não é por acaso que o Departamento de Divulgação e Propaganda do D.E.I.P produziu durante o período de 1938-1940 um total de 428 programas de 15 minutos na Ceará Rádio Club C/A (P.R.E. 9) e irradiou 2.587 artigos e notas sobre os mais diversos assuntos.¹⁶⁰

Em pleno vigor de suas atividades a D.O.P.S. efetuou, em um só dia, a prisão da escritora Rachel de Queiroz e o fechamento de alguns centros espíritas: "Pedro, o Apostolo; Gabriel; Marga; Auxiliador dos Pobres; Bezerra de Menezes; Allan Kardec; Amor e Caridade; Ismael, Caridade e Luz; Fé, Esperança e Caridade; Deus e Fé e Leon Diniz"¹⁶¹.

Os partidos políticos foram dissolvidos no dia 03 de dezembro de 1937, através de decreto presidencial que anulou todas as inscrições junto ao Superior Tribunal Eleitoral, transformando-os em associações recreativas e esportivas. No Ceará, o Partido Democrata se converteu em "Clube dos Democratas", cujas atividades deveriam ter finalidades culturais; a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fechada na noite da referida data, através de um telegrama do capitão Felinto Müller endereçado ao chefe de Polícia do Estado, o então capitão Cordeiro Neto. Na sede da entidade foram arrancados emblemas, distintivos, quadros e inúmeras

¹⁵⁸ Idem, p.13.

¹⁵⁹ Idem, p.19.

¹⁶⁰ Idem, p.80.

¹⁶¹ O estado de guerra no Ceará. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 23 dez. 1937, p.2.

bandeiras. Soldados do Corpo de Bombeiros retiraram as "taboletas" da fachada do edifício, bem como foram arrolados e apreendidos todos arquivos.

Determinado o fechamento da Ação Integralista Brasileira, o sr. Getúlio Vargas deu aos brasileiros a demonstração mais evidente de que o Brasil continua como nação livre e que em nossa pátria o regimen vigente é o democrático¹⁶².

No cotidiano da cidade era exercida uma vigilância sob aqueles que demonstravam simpatia ou adesão ao movimento Integralista, qualquer sinal de proximidade com o "credo verde" era duramente reprimido. Este parece ter sido o destino da datilógrafa do Serviço da Febre Amarela, Zuila Barbosa Lima, que no dia 21 de janeiro de 1939 fora conduzida à D.O.P.S. para prestar esclarecimentos pelo fato de ter afixado, à gola de seu vestido, um distintivo integralista, e por ter expresso verbalmente sua adesão ao movimento dentro de um ônibus em que viajara da Praça do Ferreira ao fim da linha da Aldeota. Pelas fendas deste inquérito é possível ter uma noção da ação do Estado em manter práticas de espionagem, o clima de denunciamento e a censura.

De acordo com o auto de declarações, a DOPS ficou sabendo das relações que Zuila mantinha com o movimento no âmbito nacional, através de correspondências trocadas com seu irmão previamente monitoradas pelo órgão repressor, o Dr. Raimundo Barbosa Lima, médico residente à rua Voluntários da Pátria nº 180, Rio de Janeiro, era um dos líderes da intentona de maio de 1938.

Consta nas declarações de Zuila e de outras testemunhas que quando se dirigiam ao local de trabalho, a bordo de um ônibus, mantiveram um diálogo sobre assuntos

¹⁶² A dissolução dos partidos: ocorreu em perfeita ordem a execução, em todo país, da medida decretada pelo governo da república. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 04 dez.1937, p.1.

da festa de carnaval. Em dado momento alguém brinca com Zuíla, afirmando que a mesma já estava fantasiada para a festa momina, pois seu vestido já reunia todas as cores da bandeira brasileira, tendo uma das pessoas respondido que faltava a cor verde, que incontinenti Zuíla teria respondido: "[...]que o verde estava no coração e em seguida mostrou o distintivo que fora apreendido, que o distintivo em apreço pertencia ao departamento feminino da A.I.B."¹⁶³

A polícia surge, então, inesperadamente e detém a entusiasmada Zuíla. Além disso, ainda foi apreendido um recorte de jornal contendo o retrato do ex-tenente Severo Fournieur, um dos líderes da referida intentona de maio de 1938, bem como a fotografia do irmão da "contraventora", material, aliás, suficiente para incriminá-la, segundo os policiais. No relatório do Capitão Ponce de Leão é confirmada participação da acusada através de sua filiação a A.I.B., é confirmado também que a mesma exercia função de destaque na sede integralista na capital cearense, "instruindo menores a respeito dessa ideologia." Enfim, o Capitão conclue: "[...] tratar-se de um elemento contrário às instituições vigentes do paiz, acrescentando-se a acusada uma propagantista do integralismo."¹⁶⁴

De certa forma, este inquérito ilustra a memória integralista na cidade e neste caso não seria muito dizer que pela persistência e articulação, o Integralismo no Ceará teria fortes relações com toda trajetória conservadora da política do Estado e da cidade. A D.O.P.S registrou um número razoável de prisões no Estado do Ceará durante o período de 1936 a 1940, em que se pode verificar a existência de uma certa agitação política. Comprova-se com o quadro abaixo:

¹⁶³ Inquérito Policial instaurado pela DOPS no dia 21 jan 1939. Cabe observar que pela total desorganização em que as fontes policiais e judiciárias se encontravam no Arquivo Público do Estado não será possível fornecer as informações detalhadas com nome e número de pacotes da documentação.

¹⁶⁴ Idem.

Movimento do Serviço de Prontuários e Fichas no período de 1936 a 1940

Integralistas comunistas presos	e	5	6	7	8	9	0	TAL

Fonte: Delegacia de Ordem Política e Social, Secção de Investigações e Segurança Pessoal,

Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, 1941.

Por outro lado, percebe-se que a censura não obedecia a um nível apenas institucional, mas atuava na esfera do cotidiano da população, onde até uma simples conversa sobre o carnaval dentro de um ônibus provocaria um desdobramento inusitado no trajeto de Zuíla. A provocação sobre as cores do vestido da acusada, elemento simbólico importante, desencadeou um "mote" para emergir sua convicção ideológica ao integralismo, numa demonstração de que a polícia fazia vigilância.

2.1.1 Arbitrariedades

Coube à Delegacia do 1º Distrito a superintendência de três Subdelegacias de Polícia: Antonio Bezerra, antigo Barro Vermelho; Porangaba e Mondubim. Além disso, em subúrbios da capital, existiam ainda os postos policiais de Otávio Bonfim, Arraial Moura Brasil e Matadouro Modelo. Esta distribuição é avaliada como plenamente satisfatória, inclusive por seus "indiscutíveis" benefícios de tranquilidade e amparo, na "segurança pessoal e coletiva, na manutenção da boa ordem e da moral pública."¹⁶⁵ No cotidiano, o funcionamento desta infra-estrutura de subdelegacias articulava-se a uma complexa rede de relações entre população suburbana e polícia.

De acordo com as fontes policiais e judiciárias consultadas, o elemento da arbitrariedade, da ameaça e da represália às testemunhas era bastante usual. Geralmente,

¹⁶⁵ Op.cit.p.35.

sub-delegados, sub-inspetores, delegados, guardas e ex-guardas cívicos lançavam mão do recurso do terror para amedrontar as pessoas que se pronunciassem na justiça em casos que envolvessem denúncias contra estas "autoridades". Dependendo do percurso, da intensidade e dos desdobramentos das denúncias, a testemunha, principalmente a mais humilde, poderia decidir o destino de um acusado. É neste espaço que o aliciamento corria a passos largos.

A ditadura de 1937 expandiu de forma ampla o papel crescentemente diversificado da gama de instituições policiais, que adquiriam uma importância cada vez maior por meio da imposição de novas punições, da consolidação de uma nova abordagem para o crime e do exercício de 'variadas formas de vigilância social', incluindo o 'dedo-durismo'[...].¹⁶⁶

No inquérito que apurou denúncias contra o ex-guarda cívico Manoel Soares e Silva este expediente da ameaça foi usado com freqüência. Acusado de caluniar, ofender, e perseguir o comerciante Sr. Flávio Soares de Lima, o ex-policial passou a ter sua vida exposta de maneira generalizada pela população, inclusive em detalhes do cotidiano que não se relacionavam diretamente ao conteúdo específico da denúncia. Daí a atitude do acusado em procurar impor um poder de intimidação nos depoimentos das testemunhas.

Uma das atitudes do ex-guarda cívico foi divulgar à população do bairro da Madame, precisamente na rua Pe. Ibiapina, que a venda da água do poço do comerciante Flávio era totalmente inadequada para o consumo humano. Delineiam-se então uma série de acusações de intriga e maltrato com a vizinhança, um leque diversificado de abusos provocados pelo ex-policial. Na verdade, abriu-se a Caixa de Pandora do acusado. Esta foi uma batalha de muitas

¹⁶⁶ FRENCH, op.cit. p.397.

estratégias, porém o que nos interessa é verificar como o poder de polícia se impõe nestas situações.

No depoimento do Sr. Alexandre Cardoso soube-se que o ex-guarda cívico quis amedrontar a Sra. Isabel por esta tê-lo denunciado por calote de uma dívida de cem mil réis(100\$000). Mesmo dentro da Delegacia do 1º Distrito observa-se a audácia do Sr. Manoel Soares: “[...]ali naquela Delegacia, Soares ameaçou a referida senhora de uma surra, caso ela ainda insistisse em cobrar aquela dívida[...]”¹⁶⁷

Na realidade, das nove testemunhas arroladas, todas foram unânimes em denunciar a prática de ameaça, em depoimentos em juízo, nos quais narraram a ação perversa do ex-policial no cotidiano do bairro. Nisso o Sr. Francisco Ferreira da Silva, a Sra. Marcionilia Ferreira da Silva e o Sr. Cosmo Joaquim de Santana nos confirmam em seus depoimentos, respectivamente:

[...]que agora mesmo, ou dias atrás, o Sr. Manoel Soares andava dizendo que o pessoal que depuzesse contra si, iria se dar mal;

[...]que agora mesmo o sr.Manoel Soares andou ameaçando as testemunhas que porventura viessem depor sobre o caso levado a conhecimento do Sr. Secretário de Polícia.

*[...]que o sr. Manoel Soares tem costume de hostilizar seus vizinhos e as vezes de infama-los; que presentemente o mesmo sr. anda ameaçando o pessoal que vier depor contra si[...]*¹⁶⁸.

Verifica-se, assim, que as práticas policiais não só atuavam nas esferas da militância política, mas exerciam forte pressão na condução da tensa convivência nos arrabaldes da cidade.

¹⁶⁷ Inquérito policial instaurado em 23 set. de 1940.

¹⁶⁸ Idem

2.2 Moldar imagens e modernizar a máquina

Destituídos os partidos, detidas as lideranças, presos os suspeitos de subversão e saneada a ordem pública, restou “o povo”. Nas vezes em que apareceu nestes episódios, a população é percebida como “massa popular ordeira”, capaz de entender os imensos esforços do Estado em assegurar o bem estar social. Esta imagem harmônica entre povo e governo é reiterada com afinco na estrutura política e administrativa do regime. A orfandade democrática sentida pela extinção dos partidos era algo que o Estado tiraria proveito, por isso forjou uma idéia de que o povo precisava ser adotado, ocupando um espaço político de forma paternalista, em que a moeda de troca desta relação deveria ser a obediência.

Alguns valores da ideologia da outorga do Estado protetor e demiurgo impõem-se como discurso de verdade, penetrando persuasivamente em todo modo de vida, inclusive no cotidiano das cidades. Neste sentido, é evidente a capacidade que teve a política do período Vargas de mobilizar as massas através de imagens, símbolos e mitos veiculados por diferentes meios propagandísticos.¹⁶⁹ Há todo um modelo regulador dos comportamentos através do uso exemplar da figura do chefe da nação, estabelecendo-se uma referência matricial da representação da harmonia social.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Interessante estudo comparativo entre Peronismo e Varguismo enquanto forças políticas mobilizadoras de massas através do caráter autoritário de suas propagandas pode ser examinado em CAPELATO, op.cit.

¹⁷⁰ No terreno da história política, o conceito de representação, apesar de sua complexidade, já se tornou usual nas análises de fenômenos implicados à natureza do poder, o exercício do poder político e sua relação com a vida social. Autores como Ferdinand de Saussure, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Pierre Bourdier, Nobert Elias, Roger Chartier e Bronislaw Baczko são alguns referencias importantes na abordagem epistemológica dos historiadores sobre esta questão. Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) **Representações:** Contribuição a um Debate Transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Na essência, a maioria dos teóricos concorda que a representação é uma mediação discursiva e gestual irradiada por imagens, símbolos, palavras e linguagens mobilizadoras de comportamentos, afetos, emoções e desejos coletivos. Este fenômeno é particularmente observado nas relações que Vargas instituiu em sua prática política de aproximação com as massas. O presidente redefiniu o político através de sua habilidade em criar uma representação de poder político, estimulando comportamentos generosos, afetivos, religiosos nos receptores das mensagens.

A imagem de Getúlio, criada pela propaganda, tinha um caráter mobilizador. O chefe era representado como homem predestinado a proteger os pobres, personagem, símbolo da "brava gente brasileira". Desta forma, a representação obtém força e eficácia no predomínio das práticas de dominação política. É aqui que Bourdieu assinala a importância do político se instaurar como uma luta de representações do real, impondo-se como imagem forjada, sombreando as fronteiras entre representação e realidade, estas seriam diferenças tênues, capitaneadas pela habilidade de quem detém o poder da fala.

Dessa forma, impõe, legitima ou transforma uma visão de mundo. A representação é, assim, adjetivada como um discurso performativo, cujo ato de enunciação garante, pela autoridade de quem enuncia, a sobrevivência do que é enunciado. É nisso que consiste o poder simbólico¹⁷¹.

O relativo "sucesso" deste modelo foi garantido através da instalação de uma eficiente máquina administrativa de controle da censura. Um exemplo que substancializa esta investida reside na fundação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) por Lourival Fontes em 1939. A estrutura deste órgão reforça o intuito de se dar unidade à

¹⁷¹ Idem, p. 235.

centralização política, porém com bases em conquistas personificadas.

A divisão de divulgação deste órgão veiculava e controlava o discurso. Assim, fazia-se presente em grandes eventos locais, promovia relações cordiais entre sociedade e Estado Novo. Outras divisões comprovam este investimento: divisão de rádio, que era uma espécie de comando central das áreas de comunicação de massa; divisão de cinema, com a vigilância de expressões críticas; e divisão de imprensa, com controle de informações diretas - jornais, revistas e livros em todo País.

Difundia-se uma imagem onipresente do presidente, uma imagem sacralizada do regime, destacava-se a preocupação com a biografia do chefe da nação, ressaltando sua figura "excepcional", sua afeição aos jovens e crianças. A ênfase na juventude está muito bem sintonizada com a ideologia do período, simbolizada pelo novo, uma imagem substancial na reprodução do regime.

Os argumentos presentes nos discursos do DIP são classificados em três grupos fundamentais: a) o da fundamentação pelo modelo - difusão da imagem do presidente que procurava garantir e antecipar um paradigma de comportamento - ; b) o argumento pela ilustração, demonstrando a eficácia da ação estatal, no sentido de endossar a prática dos "verdadeiros fatos"; c) o argumento pela autoridade, que buscava comprovar a validade do discurso e a legitimidade do poder institucionalizado.¹⁷²

Esses argumentos estariam exemplificados em alguns momentos que se vinculariam à pessoa do presidente. O primeiro momento seria o do Getúlio menino, do bom estudante, bom companheiro, inteligente e ativo. O segundo, seria o de Getúlio líder e herói, o ponderador de sua agitada época de recém-formado e estreante na carreira política. O

¹⁷² PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1933-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 14, Instituições, mar/ago. 1987.

terceiro seria do Getúlio realizador, sábio, homem de caráter, chefe atual e presente, especialmente muito amigo das crianças. Depois viria o reforço da imagem pública, com os desfiles jovens. A propaganda insistia na representação de uma sociedade harmônica. O símbolo do "nós", integrado pela família, pátria, nação, todos conduzidos pelo líder, em suma, ela traduzia a fala do Estado legitimando a si próprio¹⁷³.

Na esfera estadual, o decreto lei nº 735, de 22 de outubro de 1940, alterou a designação do Serviço de Censura, Divulgação e Propaganda para Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Além de prestar um serviço regulador, este órgão procuraria moldar as opiniões e interferir na educação cívica, instaurando um perfil oficial da memória e da história. Tal investimento opera uma ampla tarefa de convencimento através da rememoração dos nossos fatos históricos, no desdobramento dos princípios constitucionais, na defesa do patrimônio vernáculo, na campanha contra as ideologias perniciosas e na disseminação intensa do espírito que norteia a política do Estado Novo¹⁷⁴.

Em relação à censura na imprensa, o relatório citado não detecta maiores problemas, "não se tendo ainda registrado caso algum de infração que mereça referencia"¹⁷⁵. Apenas certa cópia de livro de cunho subversivo fora apreendida e depositada nos arquivos privados do Departamento. O mesmo tom ameno é usado no caso das estações de rádio e difusoras, onde nenhuma anormalidade fora detectada.

O DEIP abrangia quatro setores principais: Cultura, Divulgação, Propaganda e Censura. Interessante observar que

¹⁷³ Este fenômeno ilustra bem o que Castoriadis e Lefort postulam sobre o "paradigma da auto-instituição do social", onde as imagens em torno do poder político seriam criadas continuamente por significações imaginárias, num movimento permanente de criação e instituição de significações. Cf. CAPELATO e DUTRA, op.cit.

¹⁷⁴ **Relatório**..op. cit. p.77.

¹⁷⁵ Id., p.78.

o órgão não se limitava apenas aos subversivos de plantão, mas abrangeu a todo um modo de vida, vasculhando e moralizando os costumes da população, numa insistente campanha diuturna no combate aos maus costumes nas casas de diversões e em todos setores da vida urbana,

[...]campanha que a Polícia tomou na mais alta consideração, agindo com a maior severidade, no inabalável intuito de reprimir, de modo absoluto e radical, os abusos que se vinham verificando da parte duma minoria de recalcitrantes, perniciosos à boa representação social da cidade¹⁷⁶.

Era em Fortaleza que a máquina do Estado se concentrava, os órgãos iriam passar por uma reformulação na sua natureza, principalmente no tocante à centralização administrativa, com o implemento de novas atribuições. Exemplo disso é a Secretaria de Polícia e Segurança Pública.

Desde 1932, funcionava, com atribuições de Secretaria de Estado, a Chefatura de Polícia, que, por força de decreto, perdia força integradora, remetendo apenas ao Chefe de Polícia a incumbência de referendar atos, prevalecendo assim a descentralização administrativa. A partir de 1937, é restaurada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, criada em lei nº 2576, de 23 de julho de 1928.¹⁷⁷ Algumas providências são tomadas a partir deste fato.

O primeiro destaque desta reformulação administrativa repousa nos aspectos concernentes à Secção de Identificação, que foi capaz de organizar mais eficientemente o serviço de estatística criminal, centralizando as informações referentes aos crimes cometidos, principalmente no Serviço de Registro de Estrangeiros, decretado pelo Governo Federal, em 10 de

¹⁷⁶ Id., p.79.

¹⁷⁷ Estas e outras informações compõem o **Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de Maio de 1935 a 27 de Janeiro de 1941.** Imprensa Oficial: Fortaleza-Ce, 1941, p.7.

dezembro de 1938, "encerrando todos os delinqüentes existentes no Estado, com a indicação do inciso penal em que incorreram e com dados outros interessantes à sua identificação."¹⁷⁸

Outras áreas ganham inovações. O registro de menores, internados no Instituto Carneiro de Mendonça foi uma prova de que o Estado tentaria acompanhar com mais presteza a trajetória do delito, realizando desde cedo um discernimento das características de cada menor, dividindo-os em abandonados ou delinqüentes. Complementar a estas medidas, cria-se uma galeria de fotos de "gatunos", bem como um cadastro de meretrizes, em que seria possível se determinar o paradeiro de qualquer delas dentro do Estado¹⁷⁹.

Na realidade, ocorre uma modernização nos serviços burocráticos. Foi criada a Secção de Contabilidade e o necessário aumento do quadro de pessoal, remanejado da extinta Secretaria da Assembléia Legislativa. O serviço de Protocolo, considerado antiquado, lento e imperfeito, seria substituído pela nova modalidade de fichas, facilitando a segurança, presteza e agilidade nas informações de qualquer documento, organizando ainda um cadastro nominal de todas as autoridades policiais, bem como de todo quadro funcional da repartição, através de nome, cargo, filiação, endereço residencial, data de nascimento, além de quitação com o serviço militar, a impressão digital do polegar direito e a respectiva fotografia. A compra de máquinas de escrever, a criação da estação de rádio-telegrafia e a construção de um novo prédio para abrigar a Secretaria de Segurança, complementaram, assim, o surto de modernização da policia a partir de 1937.

Esta referência de sociedade vigiada e controlada ganha fisionomia no cotidiano, onde aspectos específicos da forma de poder de cada cidade singularizam as tentativas de

¹⁷⁸ Id., p. 6.

¹⁷⁹ Id., p. 25.

moldar opiniões e comportamentos. Fortaleza, por exemplo, não pode ser analisada, caso se perca de vista a força e o peso de setores conservadores, portanto, temas norteadores do regime são articulados às demandas políticas, culturais, religiosas e sociais de cada espaço. Nesta dinâmica, algumas questões podem ser destacadas, tendo em vista a maneira como são apresentadas na leitura das fontes, principalmente como os pobres são representados e tratados, demonstrando certo grau de importância no processo de controle social.

Capítulo 3

DEMARCAÇÃO DAS SOCIABILIDADES PERIGOSAS

Um dos recursos utilizados para se exercer o controle é a demarcação do território das “sociabilidades perigosas”. Como numa estratégia de guerra, alguns espaços da cidade são mapeados e classificados por critérios que obedecem ao índice de desordem.

Inicialmente, é preciso reter o conceito de território para facilitar a compreensão da diversidade entre práticas sociais na cidade.¹⁸⁰ A prática política do Estado Novo pressupôs, ao nível do controle social, uma produção territorial, exatamente no sentido de definir uma forma institucionalizada diretamente oposta às formas espontâneas latentes no cotidiano das classes populares. Esta ação traduziu-se em uma abordagem afetiva entre o espaço e a coletividade, de forma que praças, ruas e bairros se transformassem na expressão de uma identidade una e harmoniosa, daí a importância em estabelecer um controle afinado com os princípios das práticas cívicas, do espaço como espetáculo da ordem e da capacidade do poder em moldar formas de sociabilidade.

O território assim compreendido pode representar uma desnaturalização das relações entre a coletividade e o espaço, o território assume uma faceta social e política, pertencente não mais ao “desconhecido, o incomensurável, a ordem natural, mas ao conhecido, o comensurável, a ordem cultural.”¹⁸¹ Neste sentido, ordenar o território da cidade significa transformá-lo em função de objetivos políticos e coletivos, condicionar o funcionamento das práticas sociais

¹⁸⁰ “(...)o território é produzido por um sistema cultural, vale dizer, que é a projeção de uma cultura sobre o espaço terrestre. Enquanto projeção de uma cultura, o território constitui uma gravação concreta, abstrata ou mental dos signos culturais e da forma de organização de uma sociedade sobre o espaço terrestre. O território estabelece, então, um tipo de relação afetiva e cultural entre os indivíduos e a terra.” Ver VIDAL, Rodrigo. *A Cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile*. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: nº 14, Fev/1997, p. 184.

¹⁸¹ Id., p.185.

nos espaços públicos, "impregnar a população com as características desse território." Em síntese, o ordenamento territorial pressupõe a existência de um projeto social e político que dê unidade à diversidade cidadina a partir de um centro gerador de identidade.

Numa perspectiva genérica, a tentativa de disciplinar os espaços na cidade obedece a um conceito racionalizado de espaço. Uma das primeiras tarefas desta concepção é oferecer visibilidade ao poder, indicar o local onde e como as classes sociais devem habitar. Alcançando este objetivo, a racionalização espacial precisa definir as relações sociais produzidas nos diversos **lugares** da cidade. A discussão do que seja lugar implementa novos elementos de análise. Tanto nas formas de controle como na ação cotidiana dos habitantes esta categoria do lugar é revisitada.

A compreensão de lugar pode ser recuperada da seguinte forma:

O lugar é base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo¹⁸².

Os vários artigos jornalísticos aqui analisados percebem o lugar como uma ambigüidade: primeiro ele é **usado** indevidamente por desordeiros; ao mesmo tempo em que situa-se, geralmente, num espaço que abriga "distintas" famílias e clubes freqüentados por "respeitáveis cavalheiros". Assim, pensando com Ana Fani, o lugar é definido pelo uso

¹⁸² CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/ do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.20.

que se faz dele, o que implica dizer que há uma preocupação política quando se pensa no controle territorial em Fortaleza. Há aqui um viés maniqueísta que estabelece o vínculo entre lugar da vergonha e lugar da moralidade, provocado por uma leitura degeneradora do espaço. O que se pretende ao rechaçar e disciplinar o convívio de classes populares é desencadear um processo de ocupação que leve em conta a forma e a função do lugar.

A definição de novas formas de deslocamento e convívio dos moradores na cidade passa por uma intervenção educativa e repressiva, designando os espaços para sua restrita tarefa de locomoção mais eficiente. Este movimento na ação do poder pode ser traduzido como a criação de uma lógica controladora, com possibilidade de acompanhar e regular a complexidade da "urbe" alencarina.

Assim é que, sendo Fortaleza um núcleo em que vivem e se movem, na mesma esfera, um aglomerado de quase duzentas mil pessoas, mister se fazem regras de trânsito e de locomoção mais eficientes.

[...]

Ao Serviço de Censura, Divulgação e Propaganda cabe a tarefa de aplainar o terreno de entrar em contato com o povo de educar e instruir e de agir, empregando os meios nacionais, e de cooperar com a policia na Nação, quando se fizer precisa¹⁸³.

Ancorados na ação policiaesca do Estado, estes órgãos impõem decretos e medidas sob a ameaça da repressão policial, criando uma atmosfera punitiva aos transgressores. Em tese, estes decretos são maniqueístas, nestes discursos existem sempre desordeiros que não se enquadram nos

¹⁸³ Ordem e disciplina, **Unitário**, Fortaleza, 07 dez 1938, p.7.

critérios da “boa” socialização. Assim, o trabalho de “instruir” neste momento é relegado a segundo plano, intervindo outras medidas para quem não se submeter às “novas” diretrizes:

Os costumes, que não condizem com as exigências modernas, serão substituídos, transformados ou postos à margem, para que se estabeleçam uma nova disciplina, uma nova ordem de coisas.

Na ordem, no método, na disciplina está a origem do êxito. Da ordem, portanto, partirá o princípio em que se fundamenta esta campanha, de renovação e de progresso.

(Comunicado do Serviço de Censura Divulgação e Propaganda)¹⁸⁴.

Controlar racionalmente o fluxo de pessoas é, antes de tudo, produzir sentido nos/dos espaços. Esta é a ordem da burocratização, da repressão e da coação, associadas a uma hierarquia social que segrega e desloca atividades e habitantes. Pode-se dizer que acompanhado destas questões está o enfoque no tema já anteriormente citado da militarização das classes populares neste período. Como já abordada no primeiro capítulo, esta questão tem a ver com docilidade política e ordenamento espacial, onde o controle dos espaços passava por uma concepção eugênica do social e que o interesse do governo era transformar, metaforicamente, as classes populares em fiéis soldados, defensores da Pátria.

Vargas fala em nome da classe e, ao interpelar os operários, afirma-se como patrão de todos eles. Do ponto de vista em que se coloca, Vargas ataca a subjetividade do operário, acoplando à visão da sua própria condição uma dimensão ético-militar, que originalmente ela não comporta[...]Nessa oportunidade, assim como na relação soldado-

¹⁸⁴ Id.

*trabalhador, Vargas associava o industrial ao operário – patrão e empregado - , todos trabalhadores, enquanto unidos no esforço construtivo da Nação*¹⁸⁵.

Assim, os órgãos repressores do Estado Novo em Fortaleza estão ocupados em inibir costumes desordeiros. O centro da cidade é constantemente lembrado como um espaço desregrado, sem disciplina e que merece intervenção repressora.

Nem por ser o coração da cidade, a Praça do Ferreira é tratada como devia[...] Não tem recaído sobre ela, realmente[...]as vistas das autoridades competentes, encarregadas de zelar pela conservação e embelezamento das ruas e praças, como também da sua adaptação para o futuro, considerando-se as mil e umas exigências do urbanismo moderno.

[...]

COSTUMES ABOMINÁVEIS

Comecemos esta relação pela comunicação de alguns costumes que transtornam a vida social da Praça do Ferreira e chegam até a desviar a sua função de escuradouro(sic), de passagem, de centro de trânsito.

O maior deles, talvez, é a incrível vagabundagem que ali se observa durante todas as horas do dia, da manhã à noite, estirando-se pelos bancos e derramando-se pelas sombras dos “ficus-benjamins” e das esquinas[...] existem os cinemas etc e os cafés. Estes são os grandes responsáveis, a causa próxima da vagabundagem preguiçosa que se verifica no nosso logradouro principal. Em certas horas, quem passe aí adquire a

¹⁸⁵ LENHARO, op.cit. p. 86.

desagradável impressão de que somos uma cidade parada, que não trabalha mas que conversa muito.

[...]Mas parece-nos que a retirada dos cafés populares da Praça do Ferreira seria uma boa maneira de se evitar as aglomerações de desocupados naquele local. Que se estabeleça uma categoria de cafés de luxo para a Praça, de acordo com a sua condição, botando os cafés de segunda categoria para fora do seu perímetro. Cadê que a “Cristal” ou a “Nice” favorecem a vagabundagem? Mas o “Café Emidio”, o “Avenida” etc., botando nos rádios as últimas criações de Carmem Miranda e Francisco Alves é um Deus nos acuda. Uma legítima chocadoira da inércia.”¹⁸⁶

Despovoar a praça de “vagabundos” é mais do que normatizá-la, é conferir ao público uma presença do cidadão/trabalhador, ordeiro e cumpridor de seus deveres - o trabalho. Rodrigo Vidal salienta que o ordenamento territorial constitui uma dialética entre um território que condiciona a estratégia de desenvolvimento e uma estratégia que transforma o território¹⁸⁷, assim, a tentativa do jornal em vocacionar a praça ao trabalho era confinar inteiramente seu uso aos ditames valorativos do trabalho e combater a idéia de vadiagem.

Pelo Código Penal de 1941, a vadiagem e a mendicância passaram a ser classificadas não mais como crime (Código de 1891), mas como contravenção. A pena era de multa ou prisão simples de 15 dias a, no máximo, três meses. Considerava-se vadio todo aquele que se entregava habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter nada que lhe

¹⁸⁶ A Praça do Ferreira. **Unitário**, Fortaleza, 27 jan. 1938. p.5.

¹⁸⁷ VIDAL, Op.cit. p.187.

assegurasse meios bastante de subsistir ou prover a própria subsistência mediante ocupação lícita. Os mendigos eram condenados por ociosidade ou cupidez, com a pena igual à dos vadios. [...] Estes prazos e este tratamento dispensado aos vagabundos e mendigos indicavam, estranhamente, que mesmo tendo perdido a categoria de crime e passado à de contravenção – cuja atribuição, por definição, é de um delito menos sério –, os castigos haviam se tornado mais severos¹⁸⁸.

O artigo sugere que a cidade conversa demais. Esta “conversa” é típica de uma cidade com forte marca dos hábitos oriundos do campo, onde a informação circula com a oralidade e o gestual como complementos da rede de comunicação. Câmara Cascudo salienta que o gesto é anterior à palavra, ele é a comunicação essencial, neste sentido, ele funciona como documento vivo individual e coletivo, pois ao longo do tempo o homem vai registrando e ajustando condutas que se transformam em sistemas comunicativos. Em muitas circunstâncias, os gestos podem ser priorizados no lugar da fala, era essa preocupação que, de certa forma, orientava os preceitos do controle social em Fortaleza, pois como afirma Cascudo: “[...] o homem liberta e exterioriza o pensamento pela imagem gesticulada, com áreas mais vastas no plano da compreensão e expansão que o idioma.”¹⁸⁹

O que é proposto é a mecanização das relações sociais na rua, dividir funcionalmente os gestos no espaço público, numa intenção de reiterar uma geografia convencional e mecanizada predisposta a estimular, como diz Cascudo, uma mímica. Assim,

¹⁸⁸ CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 34 - 35.

¹⁸⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. **História dos Nossos Gestos**. São Paulo: EDUSP/Editora Italiana Ltda, 1987. p.19.

[...] a rua acaba reduzindo-se à função de passagem, de ligação entre lugares – desta forma organizada para o consumo do lugar: regularização da velocidade de proibição/liberação de estacionamento, liberação ao tráfego quando se torna “olhar as vitrines” e comprar produtos expostos, e não a apropriação para o uso¹⁹⁰.

Parte significativa das matérias jornalísticas insistiam na questão do controle dos corpos, com críticas e sugestões de como e onde o transeunte deveria parar, atravessar, enfim em torno do saber estar na rua. Tal saber é recorrente de precauções higiênicas, sanitárias, morais e políticas, na realidade todos estes aspectos formam uma cumplicidade em torno das condutas civilizatórias do corpo na esfera pública.¹⁹¹ A interiorização destas condutas implicou um processo gradual de imposições de regras ao nível do cotidiano, afirmando-se assim, uma “economia política do corpo”.¹⁹²

Foucault considera que, ao longo da história da justiça penal no ocidente, ocorreu uma nova teoria da lei e do crime, uma nova justificação moral ou política do direito de punir, enfim uma intensa supressão dos costumes. Neste processo, as sentenças violentas sob o corpo, as cenas espetaculares de castigos feitas por carrascos são substituídas por uma punição mais velada, a justiça redistribui aos condenados a responsabilidade do castigo, agora de forma a criar técnicas

¹⁹⁰ CARLOS, op.cit. p. 96-7.

¹⁹¹ Ainda no Antigo Regime observa-se uma nova orientação para moldar o corpo, no sentido de civilizar a aparência a partir do espetáculo corporal dos Reis, da ostentação de seus gestos. “Governar o próprio corpo é condição para governar a sociedade. O controle sobre o corpo é, portanto, indissociável da esfera política. Não apenas uma gestão eficaz e elegante da aparência, mas por meio dela, o que se pretende é demonstrar uma administração refinada dos afetos, um domínio irrepreensível das emoções em nome da distinção social.” Ver SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpo e História. Cadernos de Subjetividade*, PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1996. p. 246.

¹⁹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Vozes: Petrópolis-RJ, 2000, p. 25.

de reeducar, corrigir e “curar” o criminoso. A idéia não é mais aquela de oferecer dor e sofrimento ao corpo, mas a punição dirigir-se-á à alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.”¹⁹³

Muito sutilmente, a base puramente biológica do corpo será submetida a um campo político. Mais do que estudar patologias demográficas ou sistemas epidêmicos, a ciência atuará na docilidade e submissão dos corpos, num esforço político em organizar e calcular a utilidade dos corpos em processos de controle social. Aqui a prioridade é estabelecer uma sujeição técnica dos corpos, pensar de maneira multiforme e difusa o exercício do poder político sob os gestos.

Neste raciocínio, Foucault esboça o sentido de uma microfísica do poder, estabelecida a partir de uma estratégia de controle. Esta modalidade política supõe que o poder não deve ser encarado como uma propriedade, mas como uma estratégia, interessa muito mais as manobras, as táticas e as técnicas de funcionamento desta apropriação, pois o que está em jogo é o estabelecimento de uma rede de dominação e não simplesmente uma posse de privilégios.

*[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados*¹⁹⁴.

Este percurso teórico sugere pensar politicamente a questão do corpo, desmembrando-o da metáfora da propriedade, inserindo-o no modelo da conquista. Assim, acompanhando Foucault, entendemos o papel da imprensa fortalezense no sentido de enquadrar os gestos cotidianos das ruas em um corpo político, habitado por uma “alma”

¹⁹³ Id., p.18.

¹⁹⁴ Id., p.26.

harmoniosa, multifacetado nas técnicas de controle social, que tenta submeter os corpos humanos a um poder-saber que dá sustentação a esta rede de dominação.

É necessário considerar que estes apelos e decretos pela imprensa contaram com o apoio de uma parte da população, enviando cartas, avisos e sugestões através das colunas reservadas às queixas e reclamações.¹⁹⁵ De forma anônima ou não, esta seção apresentava uma variedade de textos a respeito dos usos do espaço urbano, essencialmente matérias que reforçassem o combate à desordem. Por muitas vezes, a policia, além de atender tais solicitações, considerava a reincidência como agravante, provocando novas providências repressoras. Depois de ter chamado atenção da polícia para o combate à malandragem corporificada no futebol e em outras "inconveniências", um queixoso morador da rua Santa Izabel, no trecho entre as ruas Senador Alencar e Castro e Silva, vem a público novamente dizer:

O capitão João Bastos, delegado do 1º Distrito, atendendo o meu pedido, tomou todas as providências cabíveis no caso, destacando um policial para fazer o policiamento daquele trecho de rua. Entretanto, logo que esse guarda se ausenta os malandros voltam novamente a imperar[...]É de notar-se, ainda, que a maioria desses malandros é constituída de rapazes maiores, sem emprego e sem família e que, por isso mesmo, bem podia ser aproveitados nos serviços agrícolas no sertão, onde há carência absoluta de braços¹⁹⁶.

Casos, como este, demonstram um certo efeito contínuo da vigilância ao ócio, onde moradores acompanham os procedimentos policiais e reforçam o mapeamento da

¹⁹⁵ Neste aspecto, considera-se aqui mais uma vez que os micro-poderes engendram práticas difusas, seus efeitos ultrapassam a estrita dominação do Estado com os cidadãos ou a fronteira das classes sociais. Ver FOUCAULT, op.cit. p. 26.

¹⁹⁶Queixas e Reclamações. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 01 agos. 1940, p.6.

malandragem. Em outros casos, o próprio jornal oferece sugestões de combate às rodas nas calçadas e ao agrupamento de torcedores de futebol nas vias por onde circula, aos domingos, a católica família fortalezense. Além de solicitar uma educação pelo rádio, através da hora do "Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda", o jornal sugere:

Designe a polícia, guardar à noite e onde tiver uma roda na Calçada, o milicante anotará a rua e o número da residência, sem procurar saber o nome da família, e, no dia posterior, envie-lhe um cartãozinho adrede impresso em termos, chamando a atenção para o cumprimento da lei ou decreto que veda aquele direito e assinado pelo Delegado do trânsito.

Para os torcedores da praça, a irradiadora e a guarda¹⁹⁷.

Não foi possível perceber a acolhida total ou parcial desta sugestão por parte dos órgãos governamentais, fica apenas o registro da tentativa de coerção, elemento fundamental nas práticas de controle social. Na realidade, campanhas contra "maus" hábitos eram muitas vezes reivindicadas por leitores e desenvolvidas por jornais, na tentativa de auxiliar a polícia de costumes, que, frequentemente, seguia as pistas de flagrantes sugeridas nas diversas matérias sobre o cotidiano da cidade.

Outra queixa comum era a de continuar caracterizando o comércio dos pobres como um constante caso de intervenção, procurando confinar as ocupações e os locais populares como degradantes.

"Vendedores de aves, de frutas, de doces, de tudo, enfim, se aboletam nos passeios, exatamente nos pontos de maior movimento das vias públicas e, ali, além de obstruírem o espaço, que deve ser

¹⁹⁷ Uma falta de Polícia. **O Estado**, Fortaleza, 23 maio 1939, p.6.

livre, estabelecem uma cuspidreira publica e um deposito de lixo espalhado em um raio de largo alcance.

[...]

Contra essa subversão da ordem urbana, pedimos a atenção do dr. Raimundo Araripe.”¹⁹⁸

De fato, regulamentar o chamado comércio ambulante tornou-se um desafio para qualquer administração, principalmente pelos dados apresentados no primeiro capítulo a respeito da maioria da população está ocupando postos informais, aumentando assim as variações do mercado de trabalho. Entretanto, estas questões não ganham visibilidade estratégica, não se estabelece um tratamento planejado para corrigir equívocos urbanísticos.¹⁹⁹ Ao contrário, percebe-se uma visão estritamente punitiva, onde caberia ao Estado a responsabilidade de garantir um fluxo “higienizado” do capital, relegando aos pobres sua inadaptação ao “bom” comércio.

Caso interessante é do leitor, oculto sob o pseudônimo de “Lince”. Seu propósito é enfileirar-se entre aqueles que desejam uma Fortaleza “digna”. Aborda com admiração o “frisson” da agitação do comércio, o acotovelamento dos passantes e coisas do gênero. Em seguida, eis que lhes afloram as mágoas. Suas palavras começam a discorrer sobre cenas que nos envergonham perante aos que nos visitam. Até aqui nenhuma novidade. Porém, neste percurso servido por um admirável olho felino de Lince, o leitor alerta para o fato

¹⁹⁸ Com Vistas à Prefeitura. **O Povo**, Fortaleza, 02 jul. 1940, p. 3.

¹⁹⁹ Neste caso, é preciso lembrar da tentativa do plano de Nestor de Figueiredo, durante a administração Raimundo Girão, em implementar um mínimo de organização nas questões urbanas. Sem entrar nos fundamentos e limites do plano, é importante considerar a completa indisposição dos setores dominantes em querer discutir e apostar nesta iniciativa, sinalizando assim para a manutenção da ordem social e urbana estabelecida. Ver Capítulo 1, item 1.2.1.

de que nosso movimento é fictício, não passa de uma ilusão. Na verdade, os "admiráveis" aglomerados são na sua grande maioria: "[...]provocados pelos vagabundos e viciados na 'douradilha' e que encontram prazer especial 'batendo papo' pelas calçadas e importunando o próximo com as suas impertinências insistentes²⁰⁰".

O leitor chama de "deploráveis e abomináveis" essas reuniões estacionadas, em grande número, frente às bibocas*, impedindo "a real" visibilidade da progressista Praça do Ferreira, coração da urbe.

As portinhas alugadas para a venda de bebidas e aperitivos baratos, artigos diversos e ordinários, atravessados por tabiques [...] formam o que a Praça do Ferreira tem de mais abominável em assunto de progresso e higiene.²⁰¹

Na seqüência, "Lince" não deixa de lançar mão das batidas comparações de Fortaleza com outras capitais do País, onde, segundo ele, reina uma população apreciável, que frequenta cafés e restaurantes de primeira ordem. Diz, por exemplo, que as pipocas não são feitas como em Fortaleza, próximo aos cafés sofisticados, como o café Emidio ou Rotiserie, exalando um cheiro irritante de banha derretida e irradiando um forte calor. Em outras cidades do Brasil essas pipocas são fabricadas fora do centro da cidade e devidamente acondicionadas para as casas de vendas.²⁰² O atento, sensível e ofendido leitor constata que aqui:

[...]as espeluncas e as bibocas se multiplicam, desaparecendo o que havia de menos ruim, dando

²⁰⁰ Cousas da cidade: as bibocas e espeluncas da Praça do Ferreira. **O Povo**, Fortaleza, 11mar 1939, p.7.

* Buraco, ruga ou cicatriz no rosto = Grota=Lugar que serve de esconderijo[...]Casa pequena, apertada[...]Corrutela de **ibibog**, em tupi: de **ibi**, terra, e **bog**, rachada, fendida. IN: GIRÃO, op.cit. p. 94-5.

²⁰¹ Id..

²⁰² Id., p.2.

*lugar a que, como chamariz natural, acorra ao centro da cidade uma população de pés rapados, indesejáveis, sujos e inconvenientes quase sempre*²⁰³.

Decepções individuais à parte, verifica-se, de forma mais ampla, nos registros dos jornais, um esforço em identificar e denunciar cenários que expressassem a imagem de um Brasil estacionado em bibocas e espeluncas, ofendendo o movimento do "nobre" comércio e a vocação do País para o trabalho como forma de cidadania.

Cabe lembrar que a Delegacia de Investigações e Capturas, criada em setembro de 1938, tinha, entre outras atribuições, a função de reprimir a mendicância. Os considerados "falsos" mendigos eram compelidos a mudar de profissão, enquanto que os "verdadeiros", inválidos, enfermos, órfãos, pessoas em estado de senilidade, desamparados etc, eram encaminhados aos asilos e a instituições de caridade.²⁰⁴

Por outro lado, a cidade é apreendida de forma diversificada, não há um quadro estático na percepção dos moradores em relação ao espaço urbano.

*Interferem na percepção do espaço inúmeros elementos (necessidade de ir para casa, escolha de melhores caminhos, localização dos pontos de satisfação das necessidades de educação, alimentação, lazer, etc.) que necessariamente compõem o mundo urbano. (Não entendemos cidade como um amálgama de objetos materiais, nem como um conjunto de estruturas que desagregam e desintegram o homem)*²⁰⁵.

Portanto, nesta cidade representada pela idéia do "caos", da "necessidade" do controle, da coesão forçada, é possível que tenhamos processos interativos entre outros

²⁰³ Id..

²⁰⁴ Id., Ibid., p. 26.

²⁰⁵ PERALTA, op.cit. p. 29.

grupos que experimentam a cidade. Tentarei dar maior visibilidade a este aspecto quando tratar dos elementos estratégicos de reação das classes populares neste contexto.

Como já podemos verificar, estas matérias estão carregadas do sentido da rua como normatização do cotidiano. Isto significa dar funções específicas ao sentido da rua: evitar que os contatos do dia-a-dia sejam fortuitos, que predomine o ritmo do trabalho ou da troca de mercadorias.

Outro costume abominavel. Garapeiros na Praça, algumas do ultimo calão[...]somos é adeptos da ausência de garapeiras sujas, sem higiene 'trescalando um ar em que se percebe bafios de paratifo e de outras complicações estomáco-intestinais[...]

[...]A família é que tenha a coragem(é o termo!) de atravessar a Praça do Ferreira depois que partem os ultimos bondes, terá de passar pelo desprazer de se deparar com homens trazendo apenas a cueca sobre o corpo. Não se assuste o leitor, imoralmente vestido, que o empregado dos cafés de Fortaleza fazem a limpeza do seu estabelecimento no coração da cidade, mal os ultimos bondes dão as costas, o que se verifica às 11 horas da noite!

[...]Uma vergonha, que os poderes municipais ainda não tiveram a idéia de reprimir, a bem da moralidade da família conterrânea e dos fóros da cidade civilizada."²⁰⁶

Estas ofensas morais no território do centro da cidade são um testemunho do relaxamento dos costumes civilizados. Esta regressão nos costumes precisa ser reparada através da idéia de vergonha.

²⁰⁶ A Praça ...op.cit.

A vergonha é um sentimento produzido socialmente, não existe entre os animais na natureza. É um instrumento de disciplina, o regulador primário da socialização, que embora seja inata ao homem, pode ser internalizada a ponto de a julgarmos natural. O sentimento de vergonha exprime o desvio e a transgressão do sistema de conduta da comunidade²⁰⁷.

Às vezes, a vergonha pode surgir fora do campo da moralidade pública e se instalar enquanto instrumento de redefinição da identidade cultural, numa tentativa de se fazer uma leitura pejorativa dos costumes e lugares.

Mais, tem muito mais cousa que não podemos citar. A citar todos, talvez essa relação consumisse edições consecutivas do jornal, mas queremos citar ainda um costume que se observa na Praça do Ferreira e bem merece também o qualificativo de abominável. A cabulosa retreta dominical.

Parecemos uma aldeia do interior que acode aos domingos à praça principal, convocada pelo bombo da banda de música, para se ver, conversar, passear e namorar. Retreta na Praça do Ferreira? Mas é esse um traço demasiado provinciano para uma capital como nos constituímos. A Praça do Ferreira é um lugar de trânsito que não pode ser congestionado com multidões diletantes. As retretas, que fujam para as outras praças, para as avenidas mais distantes e mais apropriadas para esse mister, para a Lagoinha mais romântica, para o Passeio Público mais tradicional. O sentimento da Praça do Ferreira é pratico, absolutamente pratico. Não se

²⁰⁷ PIMENTA, Melissa de Mattos e OLIVEIRA. Régia Cristina. Os Constrangimentos do Corpo na Interação Social: O Nojo. In: MARTINS, José de Souza de (Org). **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da MetrÓpole**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 153.

presta para namoricos, o seu ambiente, que é severo, impregnado de movimento, que é a realidade viva da vida.

Os amores precisam se desenvolver dentro de um ambiente mais seu, mais propício pelo socego e quietude românticas, sem ranger de bondes nem buzinar de automóveis.

*Para as outras avenidas, as retretas. A Praça pertence, ou devia pertencer, aos que trabalham, aos que se movimentam para produzir e devem ter caminho limpo à sua frente*²⁰⁸.

Afastar a retreta dominical para ruas mais "românticas" é redefinir a composição da multidão disforme e reordená-la em espaços mais controláveis. As retretas, ao serem representadas como um passado "provinciano", sem estilo "moderno", revelam que os lugares da cidade devem ser melhor disciplinados. O paradoxo da retreta não se encerra aqui, ela é por outro lado, o ponto de encontro, onde conversas e sentimentos são renovados, ela assume um valor de uso diferente ao do capital, onde a "moeda" principal é a relação passado-presente. É na retreta que o indivíduo pode fazer uso do lúdico, e a música é uma motivação fundamental.

Lefbvre chama atenção para o fato de que a música é mobilidade, fluxo, temporalidade e se fundamenta na repetição de motivos, temas, combinados, intervalos melódicos e através dela há o surgimento de sentimentos desaparecidos, uma recordação de momentos acabados, evocação de ausências."²⁰⁹

Na ante-sala dessa discussão os apelos à modernidade e à anti-modernidade são discursos manipuláveis, utilizados

²⁰⁸ Op.cit.

²⁰⁹ LEFEBVRE, Henri. Apud CARLOS, Op.ct. p. 99.

bem ao gosto dos interesses de grupos que desejam estabelecer o controle social. Para isso, basta que se tenha a presença das classes populares em determinados lugares da cidade para se enquadrar suas práticas como pertencentes ao universo ambíguo de moderno ou anti-moderno. A quem interessa esse dilema? Na realidade, o uso que se faz das retretas é o que importa, só ele irá definir o significado deste local. A retreta dominical pode provocar o rompimento da continuidade do ritmo da normatização, mobilizando a espontaneidade daqueles que vivem a polifonia que caracteriza o cotidiano criativo e inusitado das ruas.

É preciso considerar ainda o universo das pensões. Geralmente, as pensões ofereciam atrativos como festas dançantes, bebidas alcoólicas, apresentações musicais, e é claro, o encontro amoroso de muitos casais. Seu funcionamento induz a se fazer uma análise mais atenta do fenômeno. Indistintamente, as pensões recebiam diversas pessoas dos mais amplos setores da cidade, os freqüentadores mantinham uma aproximação afetiva, era lá que muitos maridos iam revelar suas infelicidades conjugais, suas carências matrimoniais e, o que é mais interessante, era neste ambiente que muitos senhores "bem casados" ficavam, de certa forma, como reféns de mulheres de vida "airada", pois elas funcionavam como uma "caixa preta", sabedoras de segredos, infidelidades e deslizes de seus ilustres clientes.

Ao morar em uma cidade de contatos muito próximos, os fortalezenses se lançavam no jogo dos olhares e falas, quem detivesse o privilégio de determinadas informações tornava-se uma ameaça. Entretanto, não cabe aqui entrar em terreno tão movediço, esta seria uma pesquisa bem mais detalhada, de um fôlego maior que os limites impostos a esta pesquisa.

Importa destacar aqui as relações entre polícia e pensões. Era comum encontrar nas fontes uma prática repressiva e corruptora nestes espaços, onde inspetores de polícia faziam devassas de pertences das moradoras destes locais. Eram freqüentes "inspeções" realizadas por

diligências, no intuito de desvendar roubos e demais delitos. Um inquérito policial que investigava a conduta desonesta do inspetor Artur Bezerra Neto demonstrou que as pensões, além de espaço vigiado, eram também uma fonte de enriquecimento ilícito de policiais.

No auto de declarações de um ex-parceiro do acusado, é possível avaliar como era o tratamento conferido a estes espaços. Afirma o mecânico Cícero Roberto de Oliveira que na investigação de um roubo de 200\$000(duzentos mil réis) na pensão da Madame Dondon, o inspetor Artur teria feito uso da prática de furto. Suspeita de hospedar uma mulher tida como a principal envolvida no roubo, a pensão é "visitada" por Artur para averiguar algum vestígio do delito:

[...]que por ocasião da busca que o Inspetor Artur dera na dita pensão, este subtrairia de um certo lugar, um cordão de ouro que estava numa caixa, e sendo observado e denunciado por uma das mulheres da dita casa, negara procurando corrigir o furto jogando o cordão, sorrateiramente, detraz de uma mala, sendo visto neste ato por todos os presentes, que no mesmo dia e em presença do Inspetor Artur, um estudante reprovou, na Delegacia, o procedimento deshonesto de Artur que não teve palavras de protesto, de vez que esse estudante falava convicto do que presenciara na pensão ²¹⁰.

A delimitação dos espaços perigosos tinha toda uma prática perniciososa dos policiais, eram eles que, muitas vezes, circunscreviam a incidência, a suspeita, os indícios do universo delituoso, as pensões, nestes casos, eram alvos da chantagem e do aliciamento.

²¹⁰ Inquérito Policial Instaurado em 08 set. de 1940.

3.1- Espetáculo da Ordem

Construir o espaço urbano e a sociedade urbana nos moldes de um Estado centralizador é tentar homogeneizar as diferentes áreas e temporalidades. Todos esses empreendimentos tomam a rua como referencial, porque é na rua que se socializam os hábitos e costumes, é aqui onde se separam, se diferenciam e se articulam o público e o privado, enfim é na rua que há o (des)encontro.

Tal discussão aponta numa trajetória específica do que significou a inserção de Vargas, figura sublimada no conceito de homem carismático, "confiável", de predicados pertencentes à esfera da intimidade, à sua marcante personalidade, mas que, paradoxalmente, ocupa um lugar precioso no público, sua biografia pessoal catapultou-o em direção aos interesses coletivos.

Essa 'credibilidade' política é a superposição do imaginário privado sobre o público e, também neste caso, surgiu no século passado, como resultado de confusões comportamentais e ideológicas entre os dois âmbitos²¹¹.

Neste período, os órgãos públicos e entidades estimulam também as festas oficiais através de comemorações e desfiles triunfais, que passassem a idéia de uniformização e sujeição da sociedade. É inegável a força política obtida nestes eventos, onde multidões são envolvidas num grande teatro de euforia coletiva. O que está em jogo é a legitimidade do Estado Novo para com as classes sociais, lançando uma carga simbólica de intensa representatividade na construção do mito da harmonia entre governante e seu povo.

²¹¹ SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p.41.



PARADA DA JUVENTUDE – As alunas da Escola Normal cantando o Hino Nacional, sob a regência do maestro Gorga.
O Povo, 04 set. 1940, p. 1.



Um aspecto da Parada da Raça, quando o Instituto Lourenço Filho desfilava perante o coreto oficial.
O Povo, 05 set 1940, p. 1.



PARADA DA RAÇA – *Um aspecto da brilhantíssima parada atletica de ontem, quando as alunas do Instituto Lourenço Filho, ostentando suas taças, aguardavam a revista oficial, ao largo da Avenida D. Luiz.*

O Povo, 06 set. 1940, p. 8.

Os temas do trabalho e do natalício de Getúlio Vargas são referências que mobilizavam operações movimentadas de desfiles e inaugurações. A satisfação, a festa, a quebra da monotonia são sentimentos alimentados nestes momentos de fascínio teatralizado, traço marcante em festas oficiais de regimes autoritários. Sennett, ao estudar os papéis sociais, resgata a tradição do *“Theatrum mundi”*, a vida humana como espetáculo, que passa por vários significados, mas que apresenta, segundo este autor, três propósitos morais constantes: O primeiro, diz respeito à ilusão e à desilusão como questões importantes na vida social; o segundo, separa a natureza da ação social, a crença seria o elemento condutor para que o homem não perdesse suas esperanças, daí a tarefa de se criar um ambiente em que os homens renovem suas crenças e que possam envolver-se em projetos coletivos, afastando a dispersão das ações; o terceiro propósito se refere

à arte de representar, ao desempenho de papéis, seria justamente as imagens do *Thestrum Mundi*.²¹²

A título de esclarecimento, estas considerações podem servir como referência, mas levá-las às últimas conseqüências seria apostar alto no poder ilusório do teatro nas relações sociais. O grande risco que se corre é negar que haja engajamento, resposta consciente do auditório que vê o espetáculo, portanto, não seria prudente imaginar que o sucesso dos eventos políticos em locais públicos neste período fossem apenas obra de uma habilidosa engenharia propagandística.

Toda preparação tinha como meta criar canais, estabelecer comunicação. Isto fica claro nas comemorações do aniversário de Vargas – 19 de abril – quando há uma grande preparação, entre as quais: reuniões com diversos representantes de sindicatos, torneios de futebol no campo do Prado; programas de rádio na PRE-9, através de seu diretor João Dumar, recrutando os principais artistas populares para uma vasta programação musical. Observa-se, ainda, a contribuição do Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, o Sr. Raul Domingues Uchoa; e a participação do Sr. Francisco Falcão como presidente da campanha em prol da construção do busto em bronze do presidente da República, na Praça do Ferreira.

O governo e o povo – através das representações de classes – movimentam-se, desde já, no sentido de conseguir que as projetadas solenidades se revistam de um brilhantismo fora do comum. Festejando publicamente o natalício do presidente Getúlio Vargas, os cearences, mais uma vez, expressarão ao eminente chefe do governo brasileiro a sua imensa gratidão por

²¹² Id., p.53.

*todos os benefícios que este Estado tem recebido no decorrer de sua renovadora administração*²¹³.

Duas questões se apresentam neste preparativo. A primeira diz respeito ao ambiente "fora do comum" que sempre se esperava, uma festa catalisadora de todas emoções presentes, nestas oportunidades o apelo ao simbólico dos gestos era fundamental. Capelato discorre sobre a elaboração do celebrativo no regime varguista, discutindo a importância da festa no processo de convencimento político:

*Normas, regras e doutrinas não são suficientes para fundamentar o consenso social. Aí faltam o calor da emoção, a força mágica do mito que floresce em todas as ideologias, o movimento de símbolos e de gestos que subentende toda organização social[...]Excitação e devotamento provocam liberação, mas se trata de um desregramento regulador posto que a descarga que ele autoriza reforça inconscientemente a dependência do pequeno homem em relação ao promotor do espetáculo*²¹⁴.

Dessa forma, os espetáculos comemorativos no varguismo são construídos a partir de uma estética apoteótica e referendados na organização do DIP. Segundo Capelato, todas as datas nacionais eram comemoradas em grande estilo; as festas eram realizadas nos estádios desportivos: Vasco da Gama, no Rio de Janeiro; Palestra Itália e Pacaembu, em São Paulo (este último foi uma realização do Estado Novo no estilo da arquitetura fascista).²¹⁵

Uma segunda questão verifica-se à gratidão como forma de exaltação da imagem do bem-estar social. No conteúdo da propaganda política do regime do Estado Novo há, também, um viés pragmático, os órgãos buscavam

²¹³ Vila Operária no urubu. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 02 abr.1940, p.6.

²¹⁴ DOMINIQUE Apud CAPELATO, op.cit. p.58.

²¹⁵ Id., p.59-60.

ênfatisar as obras como prioridade para a "concretização do progresso".²¹⁶ Isto se confirma no momento em que são incluídas na programação festiva a inauguração de benefícios às classes populares na cidade:

*Em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, como parte do programa de comemorações do dia 19, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos empregados da Rede Viação inaugurará, em presença das altas autoridades do Estado, uma vila operária, com um total de 60 residências, destinadas aos seus associados*²¹⁷.

Esta iniciativa é revestida de vantagens materiais, ela ultrapassa os fundamentos estritamente políticos e ideológicos da dominação, revestindo o papel do Estado como promotor de políticas públicas, garantidor de bens materiais. Cria-se aqui o sentimento da dádiva, a princípio desprezioso, mas sutilmente comprometedor, pois implicava um comportamento generoso por parte do Estado Novo, elemento que inibiria as mobilizações reivindicatórias das classes populares, solicitaria uma atitude de agradecimento, de retribuição e instauraria o conceito de cidadania vinculado à promoção da justiça social por parte do Estado. Grosso modo, estas são características da ideologia da outorga, onde o Estado cumpriria a dupla função de garantir a ordem social pela viabilidade das necessidades materiais e interagiria com o povo por vínculos morais implícitos da retribuição.²¹⁸

Além das conhecidas manifestações do 1º de Maio, o tema do trabalho era fonte de inspiração para instituições como a Igreja Católica, que não dispensava um ritual de

²¹⁶ A experiência peronista demonstra, segundo Capelato, um uso mais forte do universo simbólico na sedução das massas argentinas. De acordo com este estudo comparativo, o varguismo, por outro lado, apresenta uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, enfatizando as realizações materiais. Cf. CAPELATO, p. 50-1.

²¹⁷ **Correio do Ceará**..op.cit.

²¹⁸ GOMES,op.cit.

fisionomia espetacularizante. Foi assim nas comemorações do cinquentenário da "Rerum Novarum" em Fortaleza no dia 14 de abril de 1941. A força desta comemoração tem sua razão de ser. Seria a Igreja Católica que a partir do início dos anos de 1930 organizaria um novo perfil de sindicatos, desatrelando-os da influência anarquista e vinculando-os às teses do novo catolicismo social, principalmente com a criação dos Círculos Operários Católicos.

Dentro da programação estava prevista Missa Campal na Praça Cristo Redentor, oposição do retrato de Leão XIII, nas sedes das Delegacias do Trabalho e da Justiça.

Em outros estados da Federação como em São Paulo, onde se promove o 1º Congresso de Direito Social realizam-se nesta efeméride, grandes solenidades e não seria justo que o Ceará deixasse de festejar tão importante acontecimento. Por isso, com o apoio pleno das autoridades locais, a Federação dos Círculos Operários e a Junta Arquidiocesana de Ação Católica estão cumprindo, desde o dia 11 do corrente, um vasto programa de comemorações, que culmina, hoje, com a realização de uma imponente sessão solene, à noite, no teatro José de Alencar²¹⁹.

Celebrada a missa em plena praça pública, numerosos operários, liderados pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Manoel da Silva Gomes, se dirigiram ao prédio da Delegacia Regional do Trabalho e inauguraram um salão nobre no edifício. Este cenário, prenhe de um rico universo simbólico, sugere a harmonização da relação capital/trabalho de forma ritualisticamente mística, contando com o gesto da bênção eclesiástica, de forte apelo conciliatório. A bênção coroava o projeto circulista de organização dos operários, além de pretender demarcar uma superação à influência do

²¹⁹ Fortaleza comemora com várias solenidades, o cinquentenário da 'Rerum Novarum'. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 15 mar.1941, p.6.

anarquismo e do comunismo na conturbada vida política do País no passado recente.



Concentração popular em frente ao “Jangada Clube”. O Estado, 02 dez. 1941, p. 7

As comemorações também contaram com o lançamento da pedra fundamental da Vila Operária Leão XIII, em Santo Antônio da Floresta, promovida pelo Departamento Estadual de Estatística e com o apoio da Junta Nacional de Estatística, do Serviço Nacional de Recenseamento e da Diretoria de Geografia. “Um trem especial conduziu, daqui, numerosos operários para o local onde será construída a vila sob os auspícios da Federação dos Círculos Operários do Ceará”.

Passeios de trens com autoridades e operários despertam a sensação de proximidade entre Estado e sociedade, fortalece a metáfora de se estar andando no mesmo “trem da história”, de que todos são participantes de uma mesma locomotiva do progresso – o trabalho do operário -, da satisfação das carências materiais – a entrega da pedra fundamental da vila operária – e da paz e da harmonia social – todos juntos, sem conflitos ou divergências. Tais festividades

cumprem seu papel de celebrar a nova democracia brasileira, regida agora pelo comando intervencionista do Estado no estabelecimento da ordem social.

Outro evento foi o do Dia da Bandeira, comemorado certa feita, com o apoio das "lideranças" sindicais dos trabalhadores do porto de Fortaleza. Tais lideranças, através da imprensa, tornaram pública a decisão de: "[...]parar todos os serviços portuários naquele dia, ordenando a todos os marítimos que comparecessem às manifestações aludidas."²²⁰

Interessante episódio, orquestrado simbolicamente pelo Estado foi o da chegada dos quatro jangadeiros cearenses que se aventuraram à capital federal para falar pessoalmente com o presidente no propósito de reivindicar direitos trabalhistas para a categoria. A jangada "São Pedro" saiu do litoral de Fortaleza em 14 de setembro de 1941. Na pesquisa desenvolvida por Neves é feita uma leitura e análise do diário de bordo do "raid" cearense, demonstrando que desde a cerimônia de batismo da embarcação, na sua primeira aparição pública formal – 08 de setembro – já podia ser percebida a preocupação do Estado em canalizar politicamente, a travessia, e suavizando-a de qualquer caráter reivindicatório.

Na descrição do evento, é ressaltada a participação de diversas autoridades e demais componentes da sociedade local, como a do Interventor Federal Sr. Menezes Pimentel e de sua esposa, Sra Brígida Pimentel, que foi designada a madrinha do raid. Há referências aos discursos de algumas autoridades presentes, tendo sido a solenidade abrilhantada com uma

²²⁰ Os marítimos e o dia da Bandeira. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 19 nov.1937, p.5.

*apresentação da Banda de Música do Batalhão Militar*²²¹.

Recoberto deste clima de apadrinhamento, a autora considera que a intenção era "colocar o episódio dentro da ordem e da legalidade, já que consentido, apoiado e prestigiado por autoridades locais".²²²

Daí em diante, a jangada navegaria por muitas águas. Por onde passou, esta embarcação ganhou um feito mais heróico do que político.²²³ A chegada ao Rio de Janeiro, marcada inicialmente para o aniversário do Estado Novo – 10 de novembro – teve de ser adiada devido a percalços da travessia, sendo uma outra data confirmada para o dia da Proclamação da República – 15 de novembro -. Depois de 61 dias, a Baía de Guanabara recebe festivamente a jangada e seus tripulantes. Estes participam de uma série de encontros com a imprensa, com o presidente, o ministro Gustavo Capanema, Federações de Pesca e demais interessados em tirar dividendos políticos.

Neste momento já era evidente a ampla projeção política do episódio dos jangadeiros cearences, portanto, seu retorno seria tão importante quanto a entrega das reivindicações ao presidente. E isso foi confirmado. A imprensa local não economizou espaço em suas folhas para cobrir a "volta vitoriosa" dos intrépidos Jacaré, Tatá, Jerônimo e Manuel Preto. Retornando - desta vez de avião - os pescadores foram efusivamente recepcionados no aeródromo do 6º Corpo da Base Aérea em Fortaleza. Com a presença do

²²¹ NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Do Mar ao Museu: A saga da jangada São Pedro**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. p. 24.

²²² Id., Ibid.

²²³ Analisados alguns jornais do período, Neves conclui que a imagem marcante da imprensa ressaltava o fato como bravura e prova de coragem, comparando os pescadores ao destemor de um Dragão do Mar ou a uma confirmação da assertiva de Euclides da Cunha de que "o sertanejo é antes de tudo um forte", deixando o caráter reivindicatório sombreado pela memória oficial. Ver p.27-28-29.

interventor e demais autoridades, dos familiares dos embarcados e de uma grande massa popular, os pescadores foram aclamados e conduzidos em cortejo de automóveis para uma visita simbólica ao lugar de onde largaram na praia de Iracema.

Foi diante do "Jangada Clube" que ocorreram as primeiras falas oficiais diante do público.

Como intérprete do Governo do Estado, usou da palavra o Sr. Luis Sucupira, Inspetor da Alfândega, que lhes exaltou a intrepidez, o extraordinário mérito de seu triunfo, conquistado pela audácia, pelo esforço, pela tenacidade.

Jacaré agradeceu, por si e por seus companheiros, lembrando, comovido, o apoio que recebera no Rio, do Presidente Getúlio Vargas²²⁴.

A apologia do heroísmo desvirtuou o sentido da saga dos pescadores, ofuscando o atendimento de soluções dos problemas levantados, quais sejam: auxílio e amparo legal ao pescador; denúncia de práticas ilícitas como os "currais de pesca"; atividade em que os peixes ficavam presos em bancos de areia, trazendo prejuízos às pequenas embarcações; o sistema de "meia", que dava direito ao dono da jangada de ficar com a metade do pescado, além de pedirem providências em relação aos atravessadores "que se colocavam entre os pescadores e o fruto de seu trabalho".²²⁵ A intrepidez e audácia eram valores que sobressaíam nas falas das autoridades, reforçadas pela imprensa. A imagem do cortejo, com carros onde se viam, lado a lado, autoridades e pescadores, voltando ao lugar da partida consagrava e devolvia o sentido de simpatia e apoio que o Estado mantinha com as classes populares.

²²⁴A volta dos jangadeiros. **O Estado**, Fortaleza, 02 dez 1941, p. 7.

²²⁵ NEVES, op.cit.p.18, 62.

As comemorações são coroadas à noite, na Feira de Amostras do Ceará. O locutor Paulo Cabral, da PRE-9 irradia a festa, oferecendo a palavra a liderança do Centro Estudantal Cearense, a "representante" da mulher cearense e ao Ministério do Trabalho. Jacaré, falando pelos pescadores, enaltece o apoio e auxílio do interventor. É fato que estas festas objetivam apropriar-se do feito dos jangadeiros, principalmente quando o jornal enfatiza o coroamento da saga: "O Sr. Interventor Federal fez a entrega aos jangadeiros das medalhas com a seguinte gravação: 'O Governo do Ceará aos bravos tripulantes da jangada S. Pedro'.²²⁶ "

As imagens veiculadas dos pobres nestes eventos sugerem dizer que o maior espetáculo público é o da parceria e sensibilidade do governante com a situação das classes populares, onde, mais uma vez, a justiça social seria monopólio da iniciativa monumental do Estado.

²²⁶ **O Estado**, op.cit.

Capítulo 4

MORALIDADE PÚBLICA

Outro aspecto que evidencia a presença de controle social refere-se ao campo da moralidade pública. Esta questão será discutida pelo viés político, a partir de tensões sociais verificadas entre o projeto de cidadão do Estado Novo e o comportamento transgressor das classes populares. Tal desencontro ocorre em situações de combate aos trabalhos informais – jogo de bicho -, os quais, sem a chancela moral, – o dever ser da coletividade - sofreriam constantes intervenções do Estado e de outras instituições mantenedoras da ordem. Destacam-se, ainda, situações de combate a vadiagem e ao comportamento desviante das classes populares. Assim, é interessante verificar como algumas instituições tentaram impor à sociedade uma carga moral, visando a formação do "bom cidadão".

Mais uma vez a Igreja Católica serve de exemplo nesta discussão. A princípio o tema da modernidade versus tradição serviu de fundamento à tese referente aos perigos da modernidade. Ela combateu a indesejável convivência entre o "despojamento" dos comportamentos modernos e as tradições do recato e da obediência. O aspecto efêmero e aleatório do moderno servia de referência para as pregações moralizantes e genéricas dos católicos, através das quais a sociedade era atingida por uma espécie de "varredura moral". Entretanto, este não é o foco da questão política aqui discutida; a modernidade é o pano de fundo de uma discussão sobre os efeitos da militância católica entre as classes populares que poderá fornecer elementos para se entender de que forma o controle social afeta os costumes populares.

O discurso da Igreja e do Estado sobre estas questões tem um pressuposto básico: a idéia de família. A ênfase desta prática é endossar a defesa do social a partir da família.²²⁷ É na família que se fermentam os sentimentos cristãos e

²²⁷ Aspectos psicanalíticos e políticos da sedução da imagem de Vargas como uma entidade interligada à multidão e como chefe da família brasileira são analisados enquanto fortes instrumentos de controle exercido pelo Estado neste período. Ver LENHARO, op.cit.; CAPELATO, op. cit..

patrióticos, é nela que se cultiva o dever da fidelidade, da obediência, da docilidade, da sujeição à autoridade e à chefia, da eternidade do casamento, da divisão pacífica das tarefas (quem manda e quem obedece), fortalecendo as tradições patriarcais. O matrimônio deveria ser defendido como exemplo de relação permanente. Por isso, a Igreja foi eminentemente contra o divórcio nos anos 30, utilizando em seus discursos elementos simbólicos pertencentes à representação harmoniosa de sociedade. Na verdade, o casamento exemplar era defendido pelo Estado e pela Igreja Católica, pois era desta união que se tentava moldar as "boas esposas", os "bons maridos", os "bons filhos", a "boa pátria", o "bom cidadão". A manutenção da ordem social passava pela questão da moralidade.

O que fundamentava a idéia de família eram os dogmas do sacramento, regulamentos que prescreviam as regras para a vida privada e pública. O ponto fulcral desta regulação era conter os impulsos, as paixões, a sexualidade.

*Assim, combatendo a sexualidade a Igreja pensa em manter uma representação familiar predominante (lugar privilegiado da reprodução da moral cristã) e, com isso, manter a ordem no campo simbólico e particularmente no campo religioso, bem como manter, de maneira mediada, a ordem social e política*²²⁸

O que supostamente autoriza o jornal a fazer esta leitura "indecorosa" da realidade é a transgressão do decoro público. A não utilização do espaço público de forma normativa era rotulado como vergonha, elemento introjetado nas regras sociais, costumes e hábitos. Nobeert Elias chama nossa atenção para a relação existente entre o processo

²²⁸ FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 162. (História social, USP).

civilizador e o crescimento das situações tidas como vergonhosas.²²⁹

Segundo o autor, as maneiras de se portar à mesa, as maneiras de falar, de olhar, de relacionamento entre os sexos foram se modificando ao longo do tempo. O outro passou a ser visto com um maior distanciamento e formalismo. A preocupação em não incomodá-lo, fez com que os gestos se tornassem mais discretos. Na realidade, Nobert Elias refere-se a uma economia dos afetos, onde as emoções e os gestos foram se tornando contidos.

*Esta delicatessa, esta sensibilidade, e um sentimento altamente desenvolvido de embaraço, são no início aspectos característicos de pequenos círculos da corte e, depois, da sociedade de corte como um todo*²³⁰.

Alguns dados ilustram como era entendida a questão do decoro público na cidade de Fortaleza. Foi possível levantar um material referente ao registro de queixas que permitem analisar a questão. Entre 1941 e 1945, foram encontradas 21 queixas. Destas, é possível especificá-las em: 17 queixas envolvendo ofensas morais; 02 de invasão domiciliar; 01 de apropriação indébita e 1 por maltratos de marido e conseqüente pedido de separação. Este material disperso e desorganizado foi selecionado com base no conteúdo que expunha a importância da questão moral no cotidiano. Ofensas morais, por exemplo, envolviam uma série de práticas de calúnias, difamação, agressão verbal e ofensas à honra. Em todos os casos havia a exposição pública que originava situações de constrangimento.

Curioso observar que neste item referente a ofensas à moral, todos os casos apontam queixas envolvendo mulheres, seja como queixosa ou acusada os dados mostram que, no

²²⁹ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** (Uma história dos costumes). Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.123.

²³⁰ Id., ib.

caso da moralidade pública, o comportamento feminino baseado no decoro constituía uma referência fundamental. As queixas sobre invasão domiciliar e apropriação indébita tendo como vítimas as mulheres que se separam de seus maridos mostram como elas recebiam constantes "visitas" dos inconformados varões para apropriação de pertences ou atos de vandalismo realizados em relação a pertences particulares da ex-esposa. A falta de decoro e de respeito à privacidade também é salientada nestes casos.

Havia casos em que os populares denunciavam brigas de casais à polícia, numa demonstração de rompimento com as regras entre público e o privado. As separações destas esferas são estabelecidas pelos populares no momento em que eles se sentem ameaçados por uma "invasão" de intimidade, é justamente aqui que o adágio popular diz: "na briga entre marido e mulher ninguém mete a colher".²³¹ Esta ação revela um dispositivo de defesa dos populares para o clima de denunciamento estabelecido entre polícia e alguns moradores. O Sr. José Bonifácio da Silva é um exemplo típico destes denunciadores de plantão.

Raimundo Borracha e sua mulher, moradores do popular bairro de Arraial Moura Brasil, estavam em discussão no interior de casa. O vizinho, Sr. Bonifácio, ficando à espreita do "bate-boca" resolveu ir até a subdelegacia do bairro para "dar parte" do casal. Convocado pelo sargento Bruno, o casal foi "habilmente" interrogado pela autoridade, a qual não via motivos para a denúncia, concluindo que o casal "estava discutindo dentro de casa, não ofendendo a quem quer que seja".²³²

²³¹ Entendendo a cultura como um todo modo de vida, Thompson considera que os sentimentos agem na forma de experimentar o vivido, assim, as pessoas experimentam com sentimentos e lidam com eles na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, como valores. Na verdade, alguns impedimentos morais são criados na cultura popular através da formação de uma consciência moral inserida em determinados limites do processo histórico. O citado adágio popular talvez seja fruto desta consciência. Ver THOMPSON, op.cit.p.189.

²³² O feitiço virou contra o feiticeiro. **Unitário**, Fortaleza, 08 ago.1939, p.4.

O aspecto interessante é saber que o denunciante, na intenção de aderir às práticas controladoras da polícia, é surpreendentemente detido na subdelegacia por incomodar as autoridades através de denúncias sem fundamento. Intrigado com esta ação, percebi que no conjunto da matéria jornalística se tratava de um denunciante sem legitimidade para a polícia, o Sr Bonifácio era considerado um "lunfa", freqüentador das páginas policiais, um homem de reputação duvidosa. Este tipo de caso revela a necessidade de saber as circunstâncias sociais do denunciante. Por outro lado, o Sr. Bonifácio não pode ser descartado na análise, ele tenta prestar um serviço de informações que compõe a rede de controle social. Com respaldo moral ou não, o denunciante fez o casal sofrer o constrangimento de ter sua vida conjugal investigada com o fundamental auxílio do olho da disciplina e do controle, como bem afirma Foucault ao estudar a formação da sociedade disciplinar:

As disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. Elas foram, na genealogia da sociedade moderna, com a dominação de classe que a atravessa, a contrapartida política das normas jurídicas segundo as quais era redistribuído o poder. Daí, sem dúvida, a importância que se dá há tanto tempo aos pequenos processos da disciplina, a essas espertezas à-toa que ela inventou, ou ainda aos saberes que lhe emprestam uma face confessável²³³.

4.1 Civilização: "a cidade avança e o povo não acompanha"

Um longo processo de padronização da civilidade é desencadeado nas "cartilhas" de como se comportar. A

²³³ FOUCAULT, op. cit. p.184.

contribuição da escola, do trabalho, da imprensa, da Igreja na formação do comportamento adequado foi muito importante. Em Fortaleza, tais instituições contribuem para reforçar todo processo de controle social. A questão central deste empreendimento junto às classes populares é a internalização de padrões de moralidade. O discurso da ordem impõe-se como "natural". A força deste controle reside na vigilância da conduta do outro. Os órgãos governamentais se encarregavam disso.

Um exemplo desta postura era o incentivo à vigilância do vizinho. Era fundamental observar o seu vizinho e neste sentido, foi criada a imagem maniqueísta do "bom" e do "mau" vizinhos. Para tal definição órgãos públicos solicitavam que cada um observasse quem "estava à sua direita ou à esquerda, de lado ou na fila da frente ou detrás." Além desta hercúlea tarefa, seria importante lançar um olhar em direção ao detalhe do gesto, desnudando como o vizinho se portava em locais públicos, em ambientes fechados como teatros e cinemas. O panfleto "O Mau Vizinho", publicado pelo Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda, através do jornal **Unitário**, em 28/11/1939 é revelador desta iniciativa.

Comportar-se em tais locais exigia cuidados especiais, pois todos eram observados em seus movimentos. A "boa" conduta pressupunha movimentar o corpo sem deixá-lo "espalhar-se", falar com discrição, sem "pilhérias grosseiras", compreender e sentir "os efeitos da arte", não rir de tudo, "grosseiramente, com gargalhadas capazes de escandalizar um boi", não aplaudir "lances inferiores", enfim, o "mau" vizinho era definido como "um bárbaro com vernizes de civilização, transplantado como elemento exótico às esferas de elite"²³⁴.

O exótico para as elites era o pobre, portador de uma deficiência congênita à sua classe social, somente uma reação regeneradora poderia elevá-lo. É necessário ressaltar que

²³⁴ O mau vizinho (DCDP). **Unitário**, Fortaleza, 28 nov.1939, p.3.

dentre estas reações estava a atuação da Polícia de Costumes e a específica Polícia Estudantal, acompanhando e vigiando a presença dos estudantes em diversos ambientes de lazer na cidade. Recomendava-se à população receber a polícia com serenidade e acatamento, sabendo interpretar as ações policiais, nunca tratá-la com hostilidade ou atribuir-lhe motivações pessoais no cumprimento do dever. O que se esperava da população era que interpretasse os atos policiais como parte do cumprimento da lei e da ordem. Exercendo atividades de caráter impessoal, o policial era simplesmente um agente "intermediário" da legalidade.

*O agente de polícia, embora fardado,[...]é também humano. Muitas vezes é o primeiro a compreender o infortúnio daqueles sobre quem deixar cair o peso duma ordem legal. Mas o dever o faz sereno e inflexível. Agredir, portanto, esses agentes da ordem, é cometer injustiça sobre injustiça, crime sobre crime. É agravar a situação, fazendo vítimas sem culpa*²³⁵.

Era importante "docilizar" a relação população/polícia. Documentos demonstram que esta não era uma convivência pacífica, principalmente porque o policial, no combate ao "bárbaro", ao "deslocado", em nome do fiel cumprimento da lei, agia com violência, intolerância e arbitrariedade. No plano do cotidiano da população mais pobre da cidade, a manutenção da ordem se baseava nos ditames restritos da legalidade; ações abusivas eram praticadas com o objetivo causar temor e, conseqüentemente, resignação. Voltaremos a estas questões mais à frente.

Além da ação policial propunha-se, no seio da comunidade, uma "guerra surda ao mal vizinho", uma guerra de "indiferença e de força moral".

²³⁵ O Erro de Oposição à Polícia. (Do Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda). **O Estado**, Fortaleza, 28 fev.1939, p.11.

O Departamento de Comunicação, Divulgação e Propaganda do Estado (DCDP) fez publicar vários artigos nos diversos jornais da cidade a respeito do que seria a conduta "civilizada". Sobre a vagabundagem, por exemplo, há uma espécie de classificação por modalidades. Identificava o vagabundo típico, profissional, incorrigível, com tendência hereditária ao ócio, mas nem por isso menos oneroso à sociedade; o malandro desordeiro, insolente, perigoso, é o indivíduo que vivia profissionalmente através de ameaças e calotes. Existia, ainda, o gatuno, totalmente improdutivo e prejudicial à vida econômica do País. A lista se completava com os ébrios contumazes, praticantes de libertinagem, valentões, trapaceiros, alcoviteiros e mistificadores. Todos eram tidos como inimigos da ordem e do decoro; esses personagens "parasitas" são reprimidos pela Secretaria de Polícia que, de alguma forma, zelava pelo cumprimento da "lei universal do trabalho".

Em vez de ficarem apodrecendo[...]amarelos e inchados, sem nenhum proveito para a sociedade, saindo muitas vezes dali para os hospitais, onde iriam fazer ainda maior carga com seu peso morto, são conduzidos diariamente ao trabalho, que uns recebem como castigo, e outros acabam encarando como um grande meio de reabilitação²³⁶.

A pecha de inimigo e pernicioso ao Estado contribuía para criar uma imagem aterrorizante dos desocupados. O tratamento regenerador, seletivo e sistemático da polícia para com esta "categoria" confirma a absorção da idéia de uma sociedade asséptica. Metaforicamente é como se a cidade fosse um grande e complexo organismo vivo, mas povoado incomodamente por parasitas que impedem o aproveitamento das energias. Este fenômeno parasitário desencadearia o vício da improdutividade; tornava-se, portanto, necessária a

²³⁶ Repressão à vagabundagem. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 16 abr.1940, p.2.

identificação e expulsão deste membros nefastos. Somente uma espécie de "limpeza", ou melhor, uma "desintoxicação" reabilitaria o bom funcionamento do organismo social.

No âmbito do judiciário, o tratamento era marcado pelas idéias lombrosianas de elementos viciados e incorrigíveis. Impressiona como o desocupado é conduzido numa "peça" judiciária ou policial, principalmente quando o caso envolvia representantes das classes mais abastadas de Fortaleza.

Há um inquérito policial que se instalou para elucidar o crime de roubo de combustores e seus materiais, ricos em cobre, da "The Ceará Gaz Company Ltda". Esta empresa teria denunciado o comerciante Francisco Matos, proprietário da firma Matos Portela & CIA como receptor do material roubado. Um terceiro grupo é incluído na trama deste inquérito, acusado de executar o delito: José Antônio de Sá Roriz, Abdon Luiz Pereira e José Rodrigues de Oliveira. O interessante é que as testemunhas arroladas se resumem a quatro inspetores de segurança, que participaram da captura dos gatunos e mais dois comerciantes, um funcionário público e um enfermeiro, todos na defesa do comerciante Francisco Matos.

Tal cenário já sugere algumas hipóteses. Em primeiro lugar, todos inspetores de segurança foram unânimes em assegurar a culpabilidade dos gatunos, mas aliviaram a acusação contra o comerciante, ao considerarem que, apesar de ser o receptor de material roubado, foi considerado pessoa de "bons costumes, homem distinto, honesto, direito, que usou de boa vontade para o andamento das investigações, sem impor nenhum obstáculo."²³⁷

Em segundo lugar, as opiniões sobre o trio participante do roubo eram totalmente desfavoráveis. As provas materiais e

²³⁷ Estas são falas de todas as testemunhas participantes do **Inquérito Instaurado pelo 2º Promotor de Justiça da Capital no Cartório Criminal** de Fortaleza em 23 fev. 1939.

as impressões sobre a conduta e os antecedentes dos gatunos lhes descredenciavam perante a justiça.

Na verdade, a condução do inquérito minimizou a culpabilidade do receptor e o julgamento se fixou na má fé dos executores do roubo. No inquérito foi enfatizada a vida pregressa dos gatunos. No depoimento do "folguista" José Rodrigues de Oliveira, vulgo "Domingos", percebe-se que sua trajetória, apesar de justificada pela necessidade de sobrevivência, foi considerada moralmente grave nos argumentos do relatório final. Ao expor como roubou o material da empresa, José Rodrigues afirmava:

*que[...]juntara esse cobre, na praia, quando era substituído o revestimento velho das lanchas, por outro novo; que também tirava dos combustores da antiga iluminação a gás, que achavam-se caídos na via pública, aquele metal;[...]também[...]dos combustores que se achavam de pé[...]*²³⁸

As razões deste ato são justificadas por José pela falta de dinheiro.

*que[...]vendia aquele metal afim de apurar dinheiro para seu sustento, sendo que, quando empregou-se na Brasil Oitica, deixou de assim proceder; agora há pouco tempo, tendo se desempregado, tornou a praticar aquela ação, vendendo uns três (3) quilos daquele metal, até quando foi preso no dia 4 (quatro) deste.*²³⁹

Tanto o padeiro, Abdon Luiz Pereira; como o engraxate, José Antonio de Sá, confirmaram a autoria do delito, completando, assim, os depoimentos dos acusados.

Interpelando em nome do comerciante acusado de receptação, o advogado Raimundo Gomes Guimarães

²³⁸ Id.

²³⁹ Id.

defendeu a tese de que não houve dolo na compra do material apreendido pela polícia, ressaltando que o negócio fora feito a portas abertas, no horário comercial, na presença de testemunhas, enfim que não houve a mínima intenção criminosa. Entretanto, sob os gatunos abriu um leque de argumentações morais.²⁴⁰

O que chama atenção neste caso é o relatório do promotor de Justiça no qual ele afirma que todos indícios levavam a incriminar o comerciante por cumplicidade, segundo art.330 do Código. As sucessivas transações feitas, as circunstâncias financeiras dos meliantes, pessoas que não estavam à altura de possuir a mercadoria vendida, evidenciavam uma convivência delituosa. Mas a defesa do comerciante pesou mais forte. O representante da Justiça levou em conta o fato de que o cobre era uma mercadoria facilmente encontrada nos depósitos de lixo e até mesmo nos pontos mais afastados da praia, vendidos em pequenas partes, sendo impossível presumir-se sua procedência. Neste sentido, a lei não poderia ultrapassar seus limites e obrigar o conhecimento real ou presumido em torno de uma mercadoria tão vulnerável à ação criminosa, sem condições de diferenciá-las quanto à idoneidade de sua origem. O fato é que o promotor não denunciou o comerciante por ter usado de boa fé nas transações feitas com os gatunos, acrescentando tratar-se de um proprietário de uma firma de largo conceito.²⁴¹

Avaliar os antecedentes de pessoas influentes era uma tarefa usual nos processos e inquéritos examinados, este poderia ser um aspecto decisivo na tomada de decisões. Os pobres envolvidos em delitos desta natureza eram frequentemente enquadrados na categoria de desajustados sociais, elementos “viciados e incorrigíveis, sem profissão

²⁴⁰ “Pessoas vulgares”, “gatunos”, “viciados e incorrigíveis” são alguns adjetivos utilizados na fala do advogado de defesa, promotor e policiais.

²⁴¹ São insistentes as referências ao comerciante como pessoa “idônea, honesta e direita”, inclusive testemunhas de defesa, tais como policiais encarregados na investigação do caso e comerciantes como Pascoal de Castro Alves.

lícita nem domicílio certo", como afirma o relatório do inquérito. Na verdade, indefesos jurídica e socialmente, estes indivíduos eram trucidados pelas argumentações judiciais, envolvidos numa teia de exclusão: eles não possuíam cidadania formalizada e garantida, não se inseriam nas oportunidades de trabalho, de segurança habitacional, de direito de ir e vir, de se divertir e muito menos de rebelar-se.

O trabalho, além de meio terapêutico, é vislumbrado como fonte geradora de boas condutas.

As "recomendações" não cessavam, principalmente pela forma como os órgãos representavam o "progresso" de Fortaleza. Exigia-se uma conduta condizente com o novo rosto da cidade, associando-se beleza arquitetônica à educação urbana. Dizia-se que a cidade já tinha superado a fase de "casulo provincial", com bondes puxados a burro, de noites de fandangos, de sobrados de tijolo. Fortaleza, naquele período, era uma cidade "limpa", "luminosa", elegante, bem traçada e, o que é mais interessante, de aprazíveis subúrbios. Este último aspecto, além de maquilar a realidade, apresenta uma omissão importante, pois o que constatamos através da documentação hemerográfica e judiciária é que o cotidiano destas áreas, marcado por um paupérrimo quadro socioeconômico não aparecia nos discursos registrados nessas fontes. Esta atmosfera exigia "civildade", portanto, imposição de uma credencial para viver na cidade.

Urge que nos tornemos sempre e cada vez mais dignos da nossa grande cidade. Comprometemo-nos, cada dia a cada hora do nosso papel de povo culto, de habitantes duma urbes suficientemente dotada de tudo que se exige para um meio civilizado[...]. E a nossa obrigação, o nosso maior dever, é nos apresentarmos decentemente, com o Máximo de polidez e urbanidade, por amor a nossa terra, a nós mesmos e a civilização moderna, de que somos participantes.

[...]Não quebremos, portanto, as linhas de harmonia[...].

*Foi o que nos informou o Departamento de Publicidade*²⁴²

A pessoa civilizada, segundo o Departamento de Propaganda, não se deixa influenciar por ambientes desfavoráveis, em quaisquer circunstâncias deve-se manter a firmeza de ânimo e a sua linha de conduta fincada numa vigilância. É necessário estar atento para não deixar-se trair num gesto, numa palavra, num ato qualquer. Os sentidos do organismo devem preparar-se para distinguir os “verdadeiros dos falsos civilizados”.²⁴³ Este dispositivo de controle remonta a mecanismos de controle já observados na formação da sociedade industrial do século XIX.²⁴⁴

A relativa eficiência destes mecanismos é explicada pela influência que teve a ciência do trabalho no processo de docilidade no operário. O corpo do trabalhador foi objeto de estudo, visando equacionar o interesse dos patrões em fazer com que se produza uma grande quantidade de trabalho

²⁴² Progresso e progresso. **O Estado**, Fortaleza, 11 jul.1940, p.5.

²⁴³ Costumes. Id., 21 jul.1940, p.17

²⁴⁴ Preocupados em combater os furtos de matérias-primas e controlar a qualidade dos produtos os donos das primeiras manufaturas francesas fornecem os fundamentos da prática de vigilância aos operários. Já nas grandes manufaturas integradas ocorrem procedimentos mais complexos, que atendem a um tipo de organização espacial, a saber: a) princípio político, que enaltece a beleza das construções, enfatizando as fachadas, o poderio do rei e o privilégio do industrial; b) princípio técnico, que racionaliza o espaço para a fácil circulação de matérias-primas; c) vigilância das idas e vindas das pessoas e mercadorias através de pátios fechados e portas como pontos estratégicos de controle. O que define o sistema é o regulamento, que ao longo do século XIX se multiplica, fixa horários, valor de multas e atinge, sobretudo, as prescrições morais. “O regulamento sugere uma imagem reflexa do trabalhador e sua turbulência, ao mesmo tempo em que revela sua dupla finalidade: econômica decerto, mas também profundamente política – disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamento”. Ver PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.68.

mecânico em determinado espaço de tempo. Para esse fim, foi fundamental a contribuição de engenheiros e médicos que se lançaram à tarefa de definir a ergonomia, ou a ciência da fadiga.²⁴⁵ Uma racionalização dos gestos é esboçada e implantada para combater, como afirma Perrot, a "matação de tempo". Assim, toda uma literatura da tecnologia da "eficiência" no trabalho foi desenvolvida, nos primórdios da industrialização.²⁴⁶

Voltado para imposição de costumes "civilizados" o Departamento de Propaganda elege a rua como a pedra de toque para caracterizar as qualidades de cada um. Pequenos incidentes na rua eram observados.

Num pequeno e vulgar incidente de rua[...]por exemplo, pode-se distinguir o operário modesto, mas correto, atencioso, prestativo, do moço de família mal educado que se comporta mal, tornando a sua presença antipática e desagradável.

Como população duma cidade civilizada, que somos, nós, os habitantes de Fortaleza, devemos voltar as nossas vistas mais cuidadosamente para o assunto, corrigindo-nos quanto possível, dos maus hábitos, dos costumes provincianos, dos defeitos inerentes a todo povo em formação²⁴⁷.

²⁴⁵ Id., p. 78.

²⁴⁶ Taylor foi um expoente neste sentido, utilizando técnicas para definir, segundo ele, o soldado trabalhador, capaz de obediência e dedicação exaustiva ao trabalho. A grande utopia do taylorismo foi introjetar uma espécie de relógio moral no coração do trabalhador, pois desta forma a fábrica dispensaria a utilização de sanções disciplinares, tais como o cronômetro, o vínculo entre salário e produção e deixaria a vigilância para dentro dos gestos do operário. Ver RAGO, Margareth. **Que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Col. Primeiros Passos); DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Tudo é História)

²⁴⁷ **O Estado**, cit.

Do operário se espera um comportamento comedido, sob ele especula-se a modéstia, caracterizando-o e diferenciando-o de outras classes sociais, em torno dele cria-se uma expectativa de polidez nas atitudes, considera-se que o seu principal patrimônio seja sua capacidade de representar ações civilizadas, apesar de sua condição de "inferior" e "sem formação", às classes populares resta representar bem e superar os "defeitos" de formação moral.

Muitos dos memorialistas, escritores e observadores da paisagem urbana declinaram suas impressões sobre a cidade. Embriagados por uma tradição do romantismo do cearense José de Alencar na literatura, a cidade de Fortaleza ganha títulos associados à figura feminina, cujo formoseamento não permitia a presença de

“pessoas maltrapilhas e sujas que se imiscuem em toda parte, viajam em veículos, ao lado de senhoras, fumam e cospem atôa, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo.”²⁴⁸

Fortaleza era vista como uma dama, desejada pela sua formosura de mulher de "bom tom", meiga e que não deve descuidar da "saúde do espírito". Assim deve ser a "loira desposada do sol", cidade que funciona como a complexidade do corpo feminino, exigindo cuidados detalhistas. Segundo tal metáfora, é incompatível uma mulher ricamente vestida, maquilada com rouge e batom, pisar deselegantemente, descuidada de seus gestos. A cidade é elogiada por seu "adiantamento" físico, mas lamentada pelos hábitos de sua população. O "flaneur" fortalezense irritava-se quando estrangeiros, ao visitarem a cidade, comentavam que ela era

“[...]linda e moderna; no entanto, fica-se com a impressão de que ela está mais de vinte anos adiantada do seu povo.”²⁴⁹

²⁴⁸ Raimundo Girão. "Psiu". **O Estado**, Fortaleza, 04 ago.1940, p.2.

²⁴⁹ Id., Ib.

O descompasso entre cidade desejada e os hábitos de sua população permite focalizar uma pluralidade de vozes: as informações dos apaixonados observadores sobre a terra de Iracema expõem algumas tensões sociais. A presença da molecagem de vendedores de balas, sujos, maltrapilhos e sem licença nas praças "elegantes"; a travessia de peixeiros com grandes cordas de peixes em plena "Coluna da Hora", relógio fincado no centro da Praça do Ferreira e que de certa forma é o termômetro da "elegância" do logradouro; são meninos menores "vagabundos", a morcegarem os bondes, futuros "pervertidos"; a iluminação "provinciana" das Praças aparentando "candeeiros de azeite", de pouca visibilidade.²⁵⁰

Viajar de bonde, para os pobres, não era tarefa fácil. Na defesa dos cavalheiros de "fino trato" e das senhoras e senhoritas de condições sociais mais elevadas foi baixado um decreto regulamentado pelo interventor estadual, proibindo, terminantemente o ingresso nos bondes de indivíduos embriagados, maltrapilhos, grosseiros e carregadores de embrulho. A letra C do referido decreto chama atenção para as demais proibições e cogita-se a intervenção policial em casos de abuso:

[...] fazer cumprir a proibição de fumar nos três primeiros bancos e não permitir que nos bondes viajem pessoas que não estejam decentemente trajadas, salvo nos três últimos bancos, devendo, para tal, si preciso, pedir o auxilio da policia²⁵¹.

4.2 O Jogo de Bicho

Nas inúmeras matérias colhidas, especialmente nos jornais, eram enfatizados fatores de dignificação do trabalho, da regeneração do trabalhador e o cuidado na sua conduta moral.

²⁵⁰ Raimundo Girão. Calma Soares. **O Estado**, Fortaleza, 11 ago1940, p.2.

²⁵¹ Cousas da cidade: os bondes e os costumes. **O Povo**, Fortaleza, 03 mar1939, p.2.

Os padrões de moralidade e sociabilidade requeridos dos trabalhadores são articulados de modo a criar uma vergonha de classe, posta em ponto baixo e distante de uma escala pedagógica de longo alcance para se atingir o patamar burguês de civilização²⁵².

Concorre para este propósito o combate ao “jogo do bicho”.²⁵³

A sobrevivência impelia aos empobrecidos da cidade a buscar meios alternativos de trabalho. O jogo do bicho, por exemplo, representava uma opção para as classes populares. Várias campanhas são levantadas para a repressão a essas práticas em Fortaleza durante o período do Estado Novo:

O chamado jogo do bicho, tido como mantenedor da subsistência de centenas de chefes de família, está pedindo, contudo, uma rigorosa fiscalização a fim de coibir-se o escândalo que o mesmo vem provocando na cidade. A Praça do Ferreira, o coração da cidade, e as ruas centrais estão contaminadas de toda sorte de esconderijos para cambistas. Por trás de qualquer encanada ou tabique verdadeiramente imorais, ou “poulistas” se aboletam de manhã a noite, para exercer a sua profissão. A miséria, nesse particular, chega a tal ponto que, em Fortaleza, há duas extrações que, quando falta a da Loteria Federal, são processadas em aparelhos que só Deus sabe se são honestos[...]

²⁵² LENHARO, op.cit. p.100.

²⁵³ Criado em 1892, no Rio de Janeiro, por João Baptista Vianna Drummond, futuro barão de Drummond, então proprietário do primeiro Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, o jogo do bicho percorre um caminho tortuoso entre legalidade e ilegalidade, principalmente o incômodo que criava em torno da Companhia das Loterias Nacionais – criada em 1896 -, que acompanha repressivamente o sucesso e o alastramento do jogo do bicho no país. Ver DAMATTA, Roberto e SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas**: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

*Quanto ao jogo de azar, o Código Penal, que não foi revogado, exige sua extinção radical, e com referência ao jogo do bicho, a moral pública exige mais decência e menos escândalo*²⁵⁴.

Como a própria matéria afirma, esta prática de jogo tinha presença marcante de elementos populares. Este era um fato preocupante, pois a idéia de atmosfera social empobrecida contrastava com a imagem redentora de Brasil trabalhador patrocinada pelo Estado: "O brasileiro ordeiro e trabalhador tinha direitos decorrentes do cumprimento dos deveres para com o coletivo – Brasil. O primeiro dever era o trabalho que era também o seu primeiro direito."²⁵⁵

Esta concepção de trabalhador eleva-o à condição de cidadão, ou melhor, o cidadão era aquele que trabalhava ordeira e honestamente pela grandeza do País. Encontrar vários pais de família sustentados pelo jogo de bicho era ofensivo à imagem de uma moral do trabalho "cívico", "produtivo" e "dignificador". Por isso, o jogo de bicho era um corpo estranho na grande "família trabalhadora brasileira".²⁵⁶

Sabe-se que, em Fortaleza, cambistas, banqueiros e demais envolvidos distribuía as "poules" secreta e cotidianamente. Tudo leva a crer que a repressão ocorria quando a contravenção ultrapassava determinados limites, nesses momentos a imprensa, insistia nas denúncias. Se não verificava uma tolerância com o jogo, pelo menos é possível falar de uma ambigüidade por parte das autoridades, pois as campanhas antijogo existiam mais como um apelo discursivo. A extinção total do jogo era uma incógnita. Certa vez, um leitor escreveu a um jornal dizendo ter ouvido conversas de ocupantes da linha de bonde do Farias Brito sobre o assunto. Entre outras questões o leitor sublinha o questionamento das

²⁵⁴ A Jogatina no Ceará. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 25 nov. 1937. p.3.

²⁵⁵ CAPELATO, op.cit. p. 177.

²⁵⁶ O jogo do bicho foi intermitentemente proibido e definitivamente posto na marginalidade em 1944, quando o governo federal decidiu proibi-lo em todo território nacional. Ver DAMATTA, e SOÁREZ, op.cit. p.37.

pessoas sobre a incoerência de Getúlio Vargas em proibir e depois permitir o funcionamento do jogo. No meio da polêmica, surge um defensor do Presidente concordando com o acerto e critério de Getúlio, afirmando que: "Idéia fixa deixa-se para os doidos!"²⁵⁷

As prisões de cambistas e até de banqueiros eram saudadas como grande proeza da Delegacia de Ordem Política e Social. As denúncias concentraram-se na entrega de "poules" aos compradores. "Um banqueiro e vários cambistas, pois, se achavam envolvidos, e estes eram respectivamente os Srs. Raimundo Nonato, Raimundo Acrisio, Raimundo Alves Maia e Vicente Lopes."²⁵⁸

Encaminhados à respectiva Delegacia, os presos afirmaram inocência e declararam não entenderem os motivos da acusação. Os detidos foram soltos no mesmo dia. Esta "frouxidão" no tratamento ao jogo de bicho demonstra que o Estado tinha dúvidas sobre como atuar em relação a essa prática.

A "devoção" à construção do Estado Nacional varguista passava pela intervenção no "jogo de azar", que viciava e proporcionava um desvirtuado investimento de dinheiro dos pobres. Assim, quem sabe o que é bom às classes populares é a retidão da lei e da ordem.

Tal como ocorreu com as religiões afro-brasileiras, a proibição do jogo do bicho foi um fator essencial para sua difusão, aceitação, penetração e generalização na consciência popular. Como se soubesse que tudo que é formalmente proibido tem um alto potencial transformador, a sociedade manteve o jogo do bicho nos seus interstícios – em suas 'matas'

²⁵⁷ Jogo do Bicho. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 15 jan.1939, p.5.

²⁵⁸ Presos, nesta capital, ontem, um banqueiro e vários cambistas. **Unitário**, Fortaleza, 20 abr.1939, p.8.

*sociais e ideológicas -, essas zonas a salvo das normas burguesas*²⁵⁹.

Até a proibição do jogo de bicho em 1944 era comum o Estado estabelecer uma apreciável fonte de renda através das cotas arrecadadas pela polícia, a fim de serem investidas em atividades como diligências policiais, auxílios a pessoas necessitadas, contribuições para construção do campo de aviação, ajuda aos vitimados pela malária, manutenção de 40 escolas proletárias, inclusive com o pagamento das professoras, aquisição de estação de radiotelegrafia da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, auxílio para instituições de caridade: leprosários, dispensário dos pobres, asilos de mendicidade e alienados; Santa Casa de Misericórdia, orfanatos, conventos, além de contribuir no pagamento aos "serviços prestados por elementos estranhos ao órgão policial."²⁶⁰

Hábitos ordeiros exigem um investimento pedagógico, uma educação através da reafirmação de regras e condutas. Sem dúvida, o governo Vargas tem no trabalho regulamentado um forte aliado para cooptar os trabalhadores, é neste aspecto que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tenta trabalhar uma imagem de Estado protetor.²⁶¹ O preço cobrado por essa proteção é o saneamento

²⁵⁹ Idem, p. 38.

²⁶⁰ Op.cit. p.127. Informações mais detalhadas podem ser examinadas no balanço das arrecadações de diversas cotas de jogos neste mesmo documento. Em termos genéricos o Estado arrecadou do jogo em 1938 a quantia de 173:096\$100, em 1939 subiu para 281:360\$700 e em 1940 chegou ao montante de 642:185\$000. O que chama atenção é a progressão dos lucros obtidos com o jogo do bicho nos anos aqui verificados.

²⁶¹ Esta "proteção", na prática, criava uma clara diferença entre o legal e o possível. "Aqueles que podiam preencher as exigências mínimas da lei podiam disputar benefícios como estabilidade de emprego, subsídios em dinheiro, acesso aos serviços urbanos de habitação, em um espaço ao menos nominalmente delimitado pelos direitos. Aqueles que não conseguiam preencher esses requisitos travavam tais lutas em um terreno escorregadio, definido pela lógica da caridade, do clientelismo, da ameaça ou da crítica moral radical contra a lei em si." FISCHER, op.cit. p.421.

ideológico, que implicava inclusive, na destruição da memória de tradições de lutas do movimento operário, do Partido Comunista. Mas, a implementação da nova nacionalidade, que pressupõem paz social e sentimento cooperativo não se impôs de forma homogênea; ela era confrontada com práticas de resistência que arranhavam a imagem do trabalhador obediente e passivo.

A autoridade repressiva era presença garantida nestes ambientes, revelando uma certa sintonia aos apelos de alguns jornais, mas as práticas consideradas "desordeiras" ou "subversivas" não deixaram de ocorrer. O caso do jogo do bicho explicita isto muito bem, embora cada ato de repressão fosse festejado com alarde como mostra o texto que se segue:

A policia acaba de tomar a medida altamente elogiavel de não permitir o funcionamento de agências do "jogo do bicho" na Praça do Ferreira e imediações.

Ontem, em cumprimento dessa determinação, foram fechadas todas as casas desse gênero, causando o fato a melhor impressão.

- Por sua vez, foi determinado o fechamento imediato da secção de jogos do balneário da Praia de Iracema.

[...]

Sabemos tambem que o sr. dr. Chefe de Policia, em circular telegrafica há dias expedida para todos os delegados do interior do Estado determinou a proibição absoluta do exercicio do jogo, qualquer que seja a natureza.

*A opinião publica recebe com os mais vivos aplausos as moralizadoras providências das autoridades policiais*²⁶².

Ângela Castro Gomes²⁶³ tenta caracterizar a idéia de cidadão trabalhador a partir da idéia de doação realizada por Vargas. Assim como um bom pai que dá aquilo que seus filhos mais necessitam, o presidente presenteou a população trabalhadora com uma legislação social. Este ato protetor não significava investimento altruístico, mas implicava ordenamento social e adesão política dos trabalhadores. Buscava-se criar o sentimento de gratidão para com o "pai dos pobres". A cidadania, neste caso, representaria a retribuição dos trabalhadores através da defesa do regime e de seu chefe. Esta foi uma medida de persuasão e sedução, pois integrava a dimensão política – a cooptação –, a dimensão jurídica – a proteção da lei –, e a dimensão moral – o dever e o bem coletivo.

Na prática cotidiana, a sociedade não se mostrava tão harmônica quanto o governo pretendia.

4.3 Polêmicas em torno das "filhas de Eva"

O trabalho e a moral tornaram-se credenciais de cidadania e quem não os tinha era considerado perigoso e ameaçador da ordem social. Esta situação se agravava mais quando envolvia o sexo feminino, cujo imaginário era recoberto por preconceitos. A mulher Fortalezaense se afastava do universo familiar através de sua ida ao mercado de trabalho, recebendo um "bombardeio" de críticas, principalmente da Igreja Católica que construiu a imagem da mulher associada à figura de "Rainha do Lar". Por outro lado,

²⁶² Medidas moralizadoras da Polícia contra o jogo. **O Estado**, Fortaleza, 30 nov. 1937, p.15.

²⁶³ CASTRO GOMES, op.cit.

uma documentação referente às queixas-crime demonstra certa alteração neste quadro. Destaca-se, por exemplo, o aspecto da denúncia, muitos casos de agressão de ex-maridos eram denunciados nas delegacias por mulheres que não aceitavam mais viver maritalmente com seus esposos. Interessante notar que esses casos de exposição ao público das separações referiam-se na sua grande maioria às classes populares. Talvez, mulheres de classes sociais mais privilegiadas não quisessem correr o risco do escândalo e mantivessem sua infelicidade entre quatro paredes.

Alguns inquéritos e processos indicam reações das mulheres sob agressões e humilhações praticadas por homens. A título de ilustração, temos um inquérito policial que se transformou em processo judicial sobre o caso que envolveu a doméstica Maria Laura Bezerra e seu desafeto Lourival Souza Araújo. Esbofeteadas e moralmente ofendidas, Maria Laura resolveu se vingar de Lourival com um golpe de faca em plena praça pública, no centro de Fortaleza, nas imediações do Cine Majestic. No auto de prisão, é possível perceber, pelos depoimentos, algumas razões que motivaram tal agressão: tensões entre vizinhos antecederam o fato delituoso.

Por motivos de pendengas envolvendo ofensas morais o caso tem uma primeira etapa desenvolvida no âmbito da Vila Vicente, no bairro do Benfica, onde todos residiam. Em seguida, o caso pararia à Delegacia do 1º Distrito, porém sem maiores conseqüências em termos de providências. Na realidade, o que complicou a situação foi, além da omissão da polícia, o fato de o agressor, Lourival, ter divulgado à vizinhança que daria um novo bofete em Laura quando a encontrasse novamente.

Ofendida e encorajada a se vingar, Laura arquitetou um plano e o executou precisamente em frente ao Rotisserie, no café Globo, local de intensa movimentação da cidade. De faca em punho, a agressora: “[...]cravou-lhe nas costas, dizendo antes: ‘bandido tu ainda dá em cara de mulher?’, que

a declarante agiu, assim, movida por um ímpeto de ódio , pelos insultos[...]à sua pessoa."²⁶⁴

Este "acerto de contas" na via pública demonstra que mesmo com toda tradição de cidade pacata e de mulheres cordatas, os tempos de opressão à mulher estavam sendo resolvidos com uma ação direta, sem a espera da intervenção lenta e tendenciosa da polícia nestes e em outros casos que envolviam pobres e mulheres. Percebe-se que a intenção de Laura foi apenas responder às pilherias do agressor, impondo um "troco" à altura do que esperava. Acrescente-se a esta análise que Laura não reagiu contra sua prisão, confessando e reafirmando em detalhes na Delegacia as razões de seu ato, inclusive que só não matara Lourival por esse ter corrido em praça pública, era a famosa sensação de "alma lavada".

Por fim, no resultado do processo judicial, observam-se dois momentos. Em primeiro, há a condenação de Laura à reclusão de grau mínimo, do art 304, combinado com o art 409, ambos da Consolidação da Leis Penais, que previa a pena de um ano e dois meses. O argumento principal é que não se caracterizou a tentativa de homicídio, não ficou comprovada se a agressora agiu voluntária ou involuntariamente no prosseguimento da execução do crime, o ferimento demonstrou que a agressora não quis matar, o ato não fora consumado. Estas circunstâncias mudam a classificação do crime para lesão corporal.

No segundo momento dá-se o inusitado. Atendendo a um requerimento da condenada, o juiz suspende a pena e acata a alegativa de Laura ser ré primária, condenada à pena mínima e não ter revelado caráter perverso ou corrompido na sua ação. Portanto, todo esforço de Laura para impor sua resposta feminina à humilhação de seu vizinho fora confirmada pela instância jurídica. Certamente isso não era comum, a realidade cotidiana das classes populares era repleta de preconceitos, tradições machistas e ações violentas,

²⁶⁴ **Inquérito Policial** instaurado em 14 set. de 1939.

sem o apoio jurídico, sem a proteção do Estado. Neste sentido, o caso representa uma exceção pois, nesse período, a mulher era vista como modelo de virtudes, recato e submissão.

No que se refere ao mundo do trabalho, nota-se, no período, a presença da mulher. Nesse ambiente, exigia-se um perfil adequado, incompatível aos comportamentos desviantes:

“Não é sem interesse o caso que hoje narramos. A mulher saíra de Porangaba para empregar-se em uma casa de família. Desejava trabalhar, porque só no trabalho é que se aprende a construir o futuro.

Pensando dessa forma, ontem à tardinha, quando passava o horário em Porangaba, ela dirigiu-se ao guicher da estação local, comprando a respectiva passagem para Fortaleza.

DESVIANDO A ROTA

Chegada a Fortaleza, porém Maria José facilmente, desviou a rota que se traçara. Entrou num bar, onde bebiam homens e mulheres, pediu aguardente, em quantidade, procurando assim esquecer as vicissitudes da vida.

Logo depois, devido à grande quantidade de álcool que ingerira, Maria José caiu embriagada no bar.

*Um guarda, de serviço nas proximidades, chamado para atender o caso, resolveu conduzi-la para a 2º Delegacia onde hoje fomos encontrá-la.”*²⁶⁵

²⁶⁵ Ia empregar-se como domestica, mas a cachaça desviou-lhe(sic) do rumo. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 02 dez. 1937. p.8.

A ênfase de matérias como essa não é algo acidental ou esporádico, ela estava calcada na manutenção dos papéis para homens e mulheres. O Estado Novo neste aspecto, sustentava-se numa argumentação tradicional, no qual as mulheres serviriam como mães ou manufactureiras domésticas.

Vargas e seus partidários apresentavam a participação nos sindicatos e o trabalho assalariado como atividades claramente masculinas. Mulheres trabalhavam em casa, criando os seus filhos e cuidando de seus companheiros. Trabalhos na fábrica eram descritos como atividades essencialmente masculinas não apenas pelos propagandistas do regime como também pelos sindicatos do governo²⁶⁶.

O lar e o feminino são imagens aprisionadas a uma perspectiva machista de mercado. Esse aspecto tinha como fundamentação básica a idéia de que a ida da mulher ao trabalho provocaria dissolução da unidade moral da família.

Pelas mais variadas formas, as fontes apresentam a inadequação da mulher no mercado de trabalho: falta de objetividade, ausência de virilidade, excesso de subjetividade são alguns dos argumentos que indivíduos, grupos e até entidades defendiam. O processo de inserção feminina no mercado de trabalho batia de frente com o forte patriarcalismo, onde as mulheres eram confinadas a uma vida de reclusão. Para muitas famílias, oriundas do campo, a cidade representou significativas mudanças. O pai, por exemplo, ao ver seus filhos buscando trabalho em fábricas sentia sua autoridade diminuída.

Acostumado a dar a última palavra em todos os estágios do trabalho, o pai percebe-se ignorante na nova ocupação e se envergonha de não ter a mesma destreza e de não conseguir adaptar tão

²⁶⁶ WOLFE, op.cit. p.36.

*facilmente seu corpo experimentado às novas cadências, ritmos e movimentos, como o fazem seus filhos*²⁶⁷.

O "abandono" do lar é uma acusação alicerçada na imagem de pátria como uma grande família, a mulher no trabalho representaria vazio moral, desarmonia.

*A ausência do lar da figura materna e de sua vigilância é responsabilizada pelo abandono dos filhos e pelo seu desencaminhamento moral. O trabalho feminino aumenta a probabilidade de abortos; certas ocupações tipicamente femininas atuam como meros canais camuflados de prostituição feminina*²⁶⁸.

Importa destacar que, no caso citado acima, Maria José é representada primeiro, como mulher cumpridora dos seus direitos e deveres (o trabalho), mas ao ir a cidade caiu no desvio. O que faltou à Maria, segundo o jornal, foi unir vicissitudes da vida com decoro, ou seja, ser uma mulher equilibrada e domesticada socialmente. Foi no ato banal de beber cachaça que Maria violou as regras estabelecidas para a conduta da mulher na sociedade ordeira.

Inúmeros casos de bebedeira envolvendo mulheres são constados na cidade, isto evidentemente preocupava as instituições, pois a situação de embriaguez representava transgressão social e moral.

Ao transpor com facilidade as barreiras entre o permitido e o interdito, o bêbado fomenta o constrangimento alheio. Embriagado, o ator suspende em parte a censura que o ajusta às regras de conduta apropriada e, ao abandonar as convenções sociais, deixa de representar e de se preocupar com elas, não se esforçando para ser aquilo que ele gostaria ou que os outros

²⁶⁷ BRASÍLIA, op. cit. p.99.

²⁶⁸ CESARINO JR apud LENHARO, op.cit. p. 102.

gostariam que ele fosse, desacreditando assim uma definição prévia de sua pessoa. E, por extensão, desacreditando os que com ele, voluntariamente, contracenam²⁶⁹.

A embriaguez manifesta um desejo de escapar à regra, sair da normatividade.

Eles vinham brigando há muito tempo. Ela com ciúmes dele. Por qualquer cousa, “estava” um frêvo dentro de casa. Era uma vida insuportável aquela que o casal levava nos últimos dias. Um dia, porém, resolveram separar-se. Uma separação que atingia a felicidade dos próprios filhos, porque são os filhos, no caso, os únicos, afinal, que mais sentem a tragédia do lar.

FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO

Francisca Maria da Conceição é uma pobre operária. Casada, há quatro anos, com o Sr. Joaquim Pedro, mais conhecido por “Santos”, que possui uma oficina de ferreiro no Beco das Trincheiras, onde também trabalha um seu filhinho menor, a pobre mulher vem lutando contra os revezes do destino. Operária, pois mourejava na fábrica de tecidos, que fica atrás do Dispensário, no Bemfica, pertencente ao cap. Moisés, Francisca Maria leva uma vida humilde e agitada, porque, no trabalho, que é mal remunerado, ela desperdiça todas as energias moças que ainda lhe restam, sacrificando a sua saúde, o seu viver[...]Ela é, antes de tudo, uma sacrificada!

ONTEM

Ontem, cerca das 17 horas, a operária, que reside à rua Major Facundo, 2532, vendo-se sem alimentação e, sobretudo, desprezada pelo próprio esposo, se dirigiu a uma mercearia e pediu um trago de cachaça. Queria esquecer a

²⁶⁹ BUCCINI, Alexandre(et.al). “O Bêbado e a Festa”. In: MARTINS, op.cit. p.160.

sua infelicidade íntima, o seu drama interior[...] Pois, dizia-se: “não estava só no mundo?”

NO BECO DAS TRINCHEIRAS

Ingerida a bebida, que atuou logo em seu organismo, a pobre operária rumou para a cidade. E foi parar no Beco das Trincheiras, onde o marido possui, como já dissemos, uma oficina de ferreiro.

Interpelou-o asperamente: “Então, fulano, você já não me quer?”

Você já não me possui amizade? E os nossos filhos[...] Você internou a Lourdes no Bom Pastor, só para que eu não a visse? Você é um homem ruim[...]”

UM GUARDA

Intrigado com as “insinuações” da mulher que estava provocando uma briga, o ferreiro calmamente, despreocupadamente, foi à esquina e chamou o guarda 190, Delmar de tal, o qual, ato contínuo, deu voz de prisão à operária, que reagiu, sacando um “bruto” canivete tipo americano, marchando para o policial com o objetivo de alijá-lo.

O policial, entretanto, cautelosamente, tomou-lhe a arma, conduzindo a incontinenti à 2ª Delegacia. Aí, outra vez, a operária reagiu, não se sujeitando a entrar para o cubículo da Polícia. Embora desarmada, ela gritou a um guarda:

- “Não venha que você morre”.

SOBRE O FATO

A 2ª Delegacia, em face do ocorrido, ao que nos consta, vai processar a operária²⁷⁰.

²⁷⁰ Procurando encrenca fortaleza. **Unitário**, Fortaleza, 22 fev. 1938. p.8.

Maria da Conceição, o que ela representa? Operária, mal remunerada, separada do marido e da filha, sofredora, porém delituosa. Este é o ritmo da matéria, apresenta uma imagem de pauperização do quadro social e conclui com uma condenação ao ato "tresloucado" de Maria. Esta imagem desconstrói o imaginário católico harmonioso de família, desnuda a tradição de mulher obediente, cordata e rainha do lar, responsável pela célula mater da sociedade – a família. O discurso moralista reforça a idéia da patologia social: Maria agiu de maneira excepcional, menos freqüente dentro dos modos de agir institucionalizados, considerados normais. Sua atitude de afronta à polícia, acompanhada da embriaguez, resultou numa ação criminosa.

A condição de delituosa sobre Maria é reforçada por tratar-se de uma pessoa pobre: pobreza, miséria, promiscuidade e alcoolismo são universos que se estabelecem na vida de Maria, mesmo voltando para o lar essa atitude a condenaria sempre. A ação de Maria não se coadunava com os padrões de comportamento esperados pela "boa sociedade", definitivamente não pertencia ao imaginário dominante,

a representação imaginária do trabalhador pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo, portanto, ele é feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de supertições. Nele, a classe dominante projeta seus desejos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra²⁷¹.

A mulher neste período é alvo de uma censura cotidiana pela Igreja. A ida progressiva e sistemática da mulher ao mercado de trabalho, as relações de bigamia, as uniões extra-conjugais, o índice de mulheres separadas de seus cônjuges e os costumes femininos influenciados por uma

²⁷¹ RAGO Apud LENHARO. op.cit. p.103.

cultura norte-americana preocupavam a instituição católica. Estes aspectos, a princípio, não trazem nenhuma novidade, pois a Igreja Católica era tradicionalmente repressora em relação à mulher e, neste sentido, não se constitui aqui uma temática específica do Estado Novo em Fortaleza. Porém, é interessante destacar o peso de setores conservadores nesse momento. Eles contribuíram muito na definição do perfil moral da população, atingindo parcela importante das classes populares nas mais diversas formas de militância católica na cidade. A mulher que, nesse período, já se dirigia com maior intensidade ao mundo do trabalho, foi alvo privilegiado do discurso moralista dos conservadores, católicos essencialmente.

4.4 Militância Católica

Para os católicos, o fato da instauração do Estado Novo, por si só, não garantiria o estabelecimento da ordem social. Era imperativo pensar a dimensão cotidiana do novo modelo de controle. As preocupações católicas se direcionavam no equivoco de muitos liberais por terem sido incapazes de enfrentar, com firmeza, os perigos de uma revolução ou desordem como ocorrera nas experiências da revolução bolchevique. O aspecto de maior ameaça estava na "intenção oculta" dos costumes que provocavam insubmissão aos princípios de Deus, Pátria e Família. Portanto, era necessário identificar, caracterizar e combater uma série de comportamentos que iam desde uma publicação literária "perniciosa", um uso "inadequado" dos espaços até a repressão de ações de maior periculosidade.

A Arquidiocese, proprietária de um jornal local, tentava censurar inúmeras exibições de filmes que "denegrissem a mentalidade cristã do povo cearense". O filme "Só para mulheres" foi amplamente combatido devido seus apelos imorais e "atrevidos" às consciências de nossas "cordatas" mulheres. Noticiou-se que os católicos do Rio Grande do Sul protestaram contra esta película, fazendo com que a

Juventude Católica enviase um telegrama ao Ministro Gustavo Capanema:

*'Juventude Católica Rio Grande do Sul protesta respeitosamente junto Censura Nacional contra passagem filme 'Só para mulheres', afrontoso sentimentos família brasileira. Outro sim pede providencias maior rigor censura cinematográfica, confiando alto critério vossencia'*²⁷².

Por tratar-se de uma instituição preocupada em moldar a opinião pública, a Igreja tinha na sua organização interna a Associação dos Jornalistas Católicos que articulava as orientações e atividades da censura da instituição, demonstrando um certo grau de influência nas campanhas moralizadoras. Além disso, ainda era editado em São Paulo, o Anuário Católico, informando sobre o movimento da "Boa Imprensa" no Brasil, artigos, notas, dados e ilustrações.²⁷³

Certa vez, os católicos de Fortaleza se vangloriaram por terem impedido a exibição do filme "Lábios Pecadores", principalmente pelo alto investimento de dinheiro que cercou sua divulgação, patrocinado pela empresa Luiz Severiano Ribeiro, a qual monopolizava o setor naquele período. Esta interferência era fruto do bom relacionamento que a Igreja tinha com as autoridades.²⁷⁴

A Igreja detinha uma linguagem militarizada no enfrentamento da moralidade pública. Algumas festas comemorativas eram organizadas no clima de "esforço de guerra." Assim ocorreu na preparação da festa de Cristo Rei.²⁷⁵ Convocadas para uma cruzada para a "conquista das

²⁷² Contra filmes imorais. **O Nordeste**, Fortaleza, 18 ago.1938, p.2.

²⁷³ Anuário da Imprensa Católica, Idem, 02 set.1941, p.7.

²⁷⁴ Durante o período de 1938-1940 o Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda, subordinado ao D.E.I.P, registrou 1.823 fiscalizações sobre programas de cinema, impróprios para menores de 10 a 18 anos de idade. Ver **Relatório...** op.cit. p. 80.

²⁷⁵ Mobilização de forças. **O Nordeste**, Fortaleza, 19 dez 1938, p.1.

almas e para o reinado social de Cristo", a Juventude Feminina Católica é solicitada para a luta do "bem e da verdade", enaltecida nas palavras do Arcebispo D. Manoel, "as iniciativas práticas, as realizações objetivas, para que o ideal de perfeição não esmoreça, mas consiga elevar-se à altura das deslumbradoras abnegações." A programação contava com Semana de Estudos para "vivificar as virtudes morais desta parcela cristã da Pátria", deixando claro que só através da atividade e da técnica seria possível "vencer a invasão dos arautos da desordem, que tão profundos estragos realizam nos corpos e nas consciências."

A Igreja entendia que aquele era o momento de reforçar a formação moral pelo viés da persuasão e da repressão. Para esse fim, ela não dispensava uma política de boa vizinhança, como pode ser lembrado na inauguração dos Serviços de Censura, Divulgação e Publicidade do Ceará. Este evento foi enaltecido nas páginas do periódico católico como iniciativa de "inofuscável importância" do Secretário de Polícia e Segurança Pública.²⁷⁶ As "convocatórias" eram carregadas de um sentimento de reação em defesa de nossa "integridade cívica" e de combate ao "paganismo". Neste sentido, os católicos tentaram tirar proveito dos primeiros anos do regime e impor suas reivindicações.

A consolidação dos princípios do regime atual deve começar pela reforma severa e intransigente dos métodos condenáveis do liberalismo da República passada.

A censura das diversões populares representa um dos pontos de partida de renovação do sentimento das camadas sociais²⁷⁷.

²⁷⁶ A inauguração dos serviços de censura, divulgação e publicidade, Id., 15 dez 1938.

²⁷⁷ Fontes de cultura. **O Nordeste**, Fortaleza, 24 dez 1938, p.1

De certo, a reação contava muito mais com o engajamento da militância. As pregações, e os discursos cuidavam, num primeiro instante, da enunciação, porém as interferências e ações mobilizavam maiores chances de convencimento. Nas resoluções aprovadas da Semana de Ação Católica realizada em 1942 torna-se claro, já na primeira das onze resoluções a preocupação da Igreja em articular-se com setores prioritários. Dizia a primeira resolução que era indispensável aumentar o número dos militantes para trabalharem “nos meios carecidos de qualificação: estudantes e **trabalhadores*** – conquistar o meio pelo meio”.²⁷⁸

Para isso, os católicos priorizaram o investimento em cursos para dirigentes e líderes.

Sobre a mulher a Ação Católica era enfática. Na 9ª resolução da Semana, o texto diz que as “organizações femininas procurarão reagir contra a moda pagã e os modos ditos modernos, caracterizando-se pela modéstia cristã que observarão na vida social.”²⁷⁹

A Juventude Feminina Católica ainda, em 1942, fez o levantamento das atividades do ano, podendo-se constatar um amplo campo de sua atuação. Organizaram catequeses em paróquias – Patrocínio, Catedral e Carmo - ; controlaram um centro catequético, com a participação de 130 catequistas; viabilizaram o funcionamento de um Curso Superior de Religião para moças; fizeram retiros no carnaval, com 60

* Grifo nosso

²⁷⁸ Idem, “Resoluções Aprovadas na Semana de Ação Católica”, 03/11/1942, p.1. Nos Estatutos Provisórios da Juventude Feminina Católica aprovados pelo Arcebispo Metropolitano informam que a J.F.C. compreendia a Juventude Estudantil Católica, para a mocidade do Curso Secundário, Juventude Universitária Católica e Juventude Operária Católica. A diretriz de atuação se pautava em “educar os jovens na obediência, docilidade e dedicação à Santa Igreja [...].no espírito de zelo, reunião e disciplina para o apostolado na Ação Católica.” Interessante observar que a Igreja tinha campo aberto para ocupar o espaço de partidos políticos e entidades proibidas de funcionarem no regime. Ver Estatutos da Juventude Feminina Católica (J.F.C) aprovados pelo exmo.sr. Arcebispo Metropolitano. **O Nordeste**, Fortaleza, 24 out.1938, p.4.

²⁷⁹ Id., ibid.

participantes; realizaram a Páscoa dos professores, comerciários, estudantes, doentes e domésticas; moveram uma campanha das modas e modos com publicações pela imprensa, palestras nas escolas e nas sessões da J.F.C.; reforçaram o acervo da biblioteca com 150 volumes; publicaram uma página no "O Nordeste" uma vez por mês; conquistaram novas sócias através de duas tardes mensais de recolhimento para estranhos; fecharam o ano com 332 sócias, 214 estagiárias, 109 simpatizantes e 42 dirigentes.²⁸⁰

Além deste panorama, a Igreja atuava com inúmeros cursos de educação social, onde eram preparadas moças para a instrução doméstica, trabalhos junto ao Dispensário dos Pobres através de assistência material e cultural, o que sugere dizer que mesmo com todas as restrições ideológicas que se possa registrar, a Igreja tinha um trabalho junto à formação das classes populares, possibilitando assim, uma influência nas políticas de controle social.

4.5 Política de povoamento

A partir de 1938, o Estado Novo reabre a polêmica do "imposto sobre os celibatários". Interessado em implementar uma política de povoamento, o Estado retoma uma discussão cogitada ainda em 1933. O governo pretendia assinar um decreto-lei que estabelecia ônus para os maiores de 25 anos que se mantivessem solteiros e casais que não tivessem filhos.²⁸¹

O decreto previa ainda amparar as famílias pobres e numerosas, apoiando assim os "matrimônios férteis", concedendo facilidades como o não pagamento de impostos para o caso da moradia, estudos gratuitos nos estabelecimentos oficiais, assistência médica, prêmios

²⁸⁰ Balanço das realizações da juventude feminina católica, caderno juventude feminina católica, ano IV, Nº 46, Id., 30 dez. 1942,

²⁸¹ É importante lembrar que as mulheres eram isentas desta taxaço.

especiais, entre outros.²⁸² Estavam ainda isentos da taxaço aqueles que ganhassem menos de 500\$ mensais ou ter mais de 64 anos, a durabilidade do imposto estabelecia uma vigência de 25 anos de existência. O estímulo aos novos matrimônios era viabilizado pela concessão de empréstimos a longo prazo e a baixos juros na medida em que o casal aumentasse a prole, sendo que sua autorização total estaria definitivamente submetida ao nascimento do quinto filho.

A Lei estabelecia ainda uma espécie de proteção aos lares com o estímulo da prática da queixa policial por parte das mulheres que fossem abandonadas por seus maridos, instaurando assim a vigilância ao "mau pai". Nesse aspecto, estudos apontam que há pouca atenção dos historiadores sobre a criação do Estatuto da Família de 1941 como uma contrapartida importante da legislação trabalhista. O Estatuto atendia, em tese, as promessas de "proteção" do Estado por meio de medidas, tais como o abono familiar, um subsídio a famílias grandes. Entretanto, a retórica mascarava uma série de restrições burocráticas e morais ao acesso a esse direito.²⁸³

No interior desta polêmica é levantada mais uma vez a discussão da mulher no mercado de trabalho. Um jornal local veiculou a questão da volta da mulher ao lar, sugerindo seu afastamento para ser ocupado por homens maiores de 25 anos, pois só assim seria possível para os que optassem pelo celibato pagarem as taxas previstas no decreto. Desta forma, forjava-se uma argumentação legal para reforçar o discurso da degradação moral do lar provocada pela participação inadequada da mulher no mercado de trabalho.

²⁸² Agora a lei dos casados. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 04 jan. 1939, p.3.

²⁸³ FISCHER analisa que tais políticas estavam perpassadas por um apelo populista da legislação original, não garantia um direito público e sim uma série de benefícios que constituíam privilégio individual. "Ao final, a gama de benefícios garantidos pela lei estava disponível apenas aos funcionários públicos com emprego e casamento estáveis, que houvessem criado oito ou mais filhos biológicos e conseguido proporcionar 'educação' para todos, sem exigir que nenhum deles contribuísse com a renda familiar – proposta inteiramente irreal, dadas as privações econômicas dos pobres no Brasil." Ver FISCHER, op.cit. p. 428.

Homens validos atravancando as ruas, devido o desemprego. Moças ricas atrapalhando o serviço publico e levando a dissolução aos lares menos afortunados com o exemplo deplorável e o luxo excessivo. Alterada a mulher para o lar, como determinam cristãos preceitos, e compelindo homens economicamente capazes para manter uma prole, está o governo de parabéns, pois vai atender altas finalidades patrióticas²⁸⁴.

A defesa do decreto pelo viés conservador pautava-se nas condições degradantes de homens desempregados e, quiçá, humilhados pela presença feminina em escritórios, lojas, repartições públicas e privadas. Imputar uma culpabilidade nas mulheres pelo desvio de conduta na sagrada vocação materna talvez tenha sido uma estratégia de desespero de instituições na manutenção da ordem moral estabelecida. Na realidade, esperava-se um retorno do mito "mulher-sacrifício", que suporta com ternura e docilidade a missão de mãe, esposa e doméstica.

Esta política de povoamento do Estado Novo levantava a questão da eugenia social. Pela imprensa,²⁸⁵ alguns entusiastas da ideologia nazista acenavam para a formação de uma "jornada etnológica" para a nação brasileira. Questionava-se se o Brasil teria material humano "apto" para esta empreitada. A resposta consistia, em síntese, numa devassa aos desclassificados sociais.

É preciso eliminar, portanto, da tabela nupcial que estamos preparando, os degenerados de toda espécie, os doentes, os bêbados, os freudianos, os lombrosianos, os sádicos, os inúteis, os incapacitados, os imbecis, os escravos do tóxico, os patifes, todos aquêles, enfim, que venham

²⁸⁴ Adonai de Medeiros. Imposto sobre os Celibatários. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 01 jan.1939, p.1.

²⁸⁵ A Lápis: Sobre o Casamento (Mickey Mouse). **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 03 jan.1939, p.3.

*onerar o país com a carga teratológica duma prole indesejável*²⁸⁶.

As teses racistas impregnaram os discursos da época e, quando se tratava das classes populares, serviam de reforço a critérios de exclusão, ajudando a selecionar os "maus" e os "bons" brasileiros. Povoar o Brasil neste momento era uma prioridade do Estado que não deixava de ser relacionada às várias formas de controle social marcada pela exclusão dos considerados inferiores do ponto de vista racial, também.

4.6 Construção social e moral do delito

Na análise de inquéritos e processos judiciais, têm-se a nítida noção de como era delimitada a imagem de uma cidade moralizada, através do que podemos chamar de construção social do delito. O uso do discurso moralizador tenderia a enquadrar as classes populares numa atmosfera circunstanciada de "agravantes sociais" que ofendiam os costumes locais. Este recurso era utilizado, principalmente, para diferenciar um ato cometido por gente mais influente dos desclassificados sociais, onde sempre eram inventados argumentos a fim de amenizar um deslize das pessoas que gozavam de maior status.

No emaranhado de contradições e argumentações jurídicas, é possível desvendar um processo de exclusão social. Muitas vezes, é possível perceber o peso que as tradições exercem sob o julgamento de casos rotineiros de violência praticados no cotidiano da cidade.

Maria Terêsa Araújo, 30 anos, analfabeta, dona de casa, casada com um cabo do exército, é acusada de crime de ferimentos leves com o salto do próprio sapato em Ângela de Araújo Viana, 18 anos, "serviçal" em "casa de família", quando esta foi vista em companhia do marido de Teresa

²⁸⁶ Id.

numa festa dançante no carnaval de 27 de fevereiro de 1938, no Clube Santa Terezinha, no bairro do Arraial Moura Brasil.

No auto de declarações e, principalmente, no relatório do delegado do inquérito observa-se uma insistente tentativa de inocular o ato violento de Maria Tereza. O quadro, grosso modo, se apresentou da seguinte forma: a agressora era casada, mãe de família e seu marido era estabilizado, servindo como cabo do exército brasileiro, portanto com todas as credenciais de bons antecedentes.

Em seu relatório, o Delegado evita falar em crime, tangenciando a agressão como "fato", que a princípio, acena para uma conotação de menor gravidade ao caso, amenizando, sutilmente, a violência praticada. Em seguida, o raciocínio fica mais claro, declaradamente tendencioso. Em primeiro lugar, surge um argumento científico para corroborar nas conclusões da autoridade policial sobre as razões do ato praticado: "Sabemos todos nós que a excitação externa levada à medula pelos nervos centrípetos, após uma curta elaboração, reflue com a realização defensiva."²⁸⁷

A defesa de que se fala não é um dado isolado ocasionado pelas motivações do sistema nervoso, certamente, onde se queria chegar era na proteção da integridade do casamento. Maria Tereza, apesar da "sapatada", defendeu inconsciente da gravidade, a honra de sua família, por isso merecia indulgência nos critérios de julgamento, principalmente pelo fato de a vítima ser uma "serviçal", pobre e mulher "corruptora" de maridos. Este é o núcleo da tese do Delegado.

A tendências de atração ou de repulsão, constituem motivos de consciência ou de descargas de repulsão, que por um ato inconsciente de sua vontade, supoz haver

²⁸⁷ **Inquérito Policial** instaurado em 28 fev.1938, p.78.

*recebido uma ofensa á dignidade de uma mulher casada menosprezada no seu matrimonio*²⁸⁸.

Enfim, em nome do casamento tudo é justificável. Mas é claro que isso não explica a complexidade dos fatos, é preciso considerar o lugar social que uma pobre e "desclassificada social" ocupava no enfretoamento dos argumentos fincados nas "sólidas" tradições da cidade. Além disso, a manipulação dos argumentos jurídicos tenta aproximar os vínculos (implícitos?) entre moral social e formação do ato delituoso.

Como desfecho desse caso temos algumas surpresas. Em primeiro lugar, a acusada não conseguiu absolvição e fora condenada à pena de três meses de prisão celular. Porém, esta pena sofreu o dispositivo da prescrição – extinção de direito, por não se ter exercido em tempo determinado – assim é sugerido que a desqualificação social da vítima, a posição ré – casada civilmente com um militar do exército – tenha sido utilizado no retardamento e posterior prescrição da pena. Tal suspeita se baseia na observação da data limite para prescrição, ou seja, depois de um ano a pena sem condenação sofrerá prescrição.

Em segundo lugar, logo após o período de um ano e um dia a parte da acusada entrou com a prescrição da ação. Como não houve nova contrapartida da Promotoria a decisão do Procurador Geral do Estado confirmou o alibi da prescrição.

Estas situações colocavam o "currículo" das classes populares numa espécie de desordem social, onde, se instalaria, por exemplo, uma vigilância e um controle sob os entretenimentos populares, momentos que envolviam descarga, paixões e desregramento, bem como uma perseguição à religiosidade popular, tida como supersticiosa, selvagem e socialmente "inadequada" às nossas tradições, como veremos no próximo capítulo.

²⁸⁸ Id., *ibid.*

Capítulo 5

***VIGILÂNCIA E REPRESSÃO: DIVERSÕES POPULARES
E PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-AMERÍNDIAS***

5.1 Diversões populares

Foi a partir de algumas metáforas sobre a cidade de Fortaleza que nasceu meu interesse por pesquisar a cidade nos anos de 30 e 40. Marciano Lopes²⁸⁹, um memorialista local, apresenta a cidade destes tempos enquanto uma encantadora província, com ares aristocráticos, com pudores de donzela e tão francesa no seu acultramento, onde donzelas prendadas conversavam em francês e tocavam piano nos fins de tarde nas moradas senhoriais do centro. Descreve o requinte das famílias abastadas, os cafés que freqüentavam, as lojas de vitrinas de alto nível, o romantismo do passeio de bonde, as faustosas procissões católicas com dramaticidade teatral, uma verdadeira ópera ao ar livre dos rituais medievais europeus. O autor destaca a influência de Hollywood no comportamento dos moradores imitando seus ídolos, Marlene Dietrich, Joan Crawford, Bette Davis, Rita Hayworth, Ida Lupino, Lizabeth Scott e muitos outros com penteados, modos de andar. Refere-se também à construção de suntuosos bangalôs em bairros bucólicos, copiando a réplica da mansão de Thara, do filme "E o Vento Levou". Enfim, a cidade é percebida como uma grande festa e que merecia ser bem curtida, idéia, aliás, que faz o autor se remeter a "política de boa vizinhança" criada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt.

Esta cidade de lazer refinado perde o encantamento no momento em que se revisita, com outros olhos a cidade metafórica, do requinte e do esbanjamento, percebendo outras cidades no interior dela, onde pulsa uma experiência cultural dinâmica e conflituosa.

Como afirma Inês Garbuiu Paeralta, o espaço, enquanto produção social, pode ser traduzido, não apenas em

²⁸⁹ LOPES, Marciano. **Royal Briar**: A Fortaleza dos Anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1986.

uma, mas em várias linguagens, através de diferentes sistemas de códigos e signos.²⁹⁰

Os prepostos do Estado Novo, em Fortaleza, tinham em mente a necessidade do controle social ser exercido cirurgicamente, na "fonte" do ato desintegrador. As delegacias instauraram inquéritos, o Judiciário se debruçava sob processos e os jornais acompanharam e julgaram determinados tipos de diversão que não se coadunavam com as tradições e costumes desta cidade "harmoniosa". Esta prática ganha outros contornos quando se trata do lazer dos pobres, pois suas diversões intensamente praticadas na rua tornaram-se alvos privilegiados do controle dos costumes populares. Alguns casos podem ilustrar a tentativa de normatização de determinados tipos de sociabilidade, principalmente na utilização do que se entende por espaço da rua.²⁹¹

Os moradores da rua Tristão Gonçalves, trecho Castro e Silva – Senador Alencar, queixam-se dos desenfreados jogos de pião nos passeios daquela via pública.

Pela manhã e à tarde as famílias ali não tem sossego.

A meninada, solta e vadia, criada na rua, inicia o detestável passatempo em meio enorme algazarra, às vezes degenerado em brigas e descomposturas.

Seria conveniente destacar-se um guarda para pôr termo a esse abuso²⁹².

²⁹⁰ PERALTA, op.cit. p. 30.

²⁹¹ Algumas considerações sobre a rua serão remetidas às reflexões de DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

²⁹² Com vistas às autoridades policiais. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 23 nov. 1937, p.2

De fato, esta não era a identidade forjada pelo Estado em relação à formação de "bons" e "saudáveis" entretenimentos. Constantemente, as fontes designam significados mais idílicos ao lazer, algo mais próximo do lado "puro" do amor, uma imagem sagrada das brincadeiras, que canaliza as energias sempre em função de uma pátria formada por características "positivas" da inocência.

Vistos principalmente na qualidade de adultos em formação e, portanto, numa projeção futura, crianças e adolescentes não devem ficar expostos às influências do meio pernicioso das ruas, à deriva pela cidade, mas devem ser resgatados do mundo da marginalidade social, recuperados, transformados em elementos socialmente sadios, produtivos²⁹³.

A rua é percebida como o domínio dos estranhos, do passatempo desgovernado, sem delimitação da ordem. Este tipo de lazer é perseguido por causa de seu caráter espontâneo, visto como ameaça/perigo à ordem constituída.

Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de 'povo' e de 'massa'. As palavras são reveladoras. Em casa, temos as 'pessoas', e todos lá são 'gente'. Mas na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – 'a massa' humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa²⁹⁴.

²⁹³ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v.19, n°37, 1999. p.94.

²⁹⁴ DAMATTA, op. Cit., p. 29.

O futebol nas ruas é atacado de forma mais intensa. Acusada de estar embriagada pela copa do mundo, a prática do futebol nas ruas estaria com os dias contados segundo o comissário Walmir Silva, responsável pelo policiamento na Praça do Ferreira, que procurou implementar uma solução mais rigorosa, ou seja, as conhecidas ameaças de prisões.²⁹⁵

Na secção de Costumes e Jogos da Delegacia de Investigações e Capturas há um registro do movimento das atividades que envolvem as diversões de populares no período entre 1937-1940:

Ano	1937	1938	1939	1940
Bolas, patins e outros objetos apreendidos em poder de menores vadios	57	68	97	93

Fonte: Delegacia de Investigações e Capturas, Secretaria de Policia e Segurança Pública do Estado do Ceará, 1941.

A solução para a defesa das "casas de família"²⁹⁶ está associada à intervenção policial, não há contornos que possam ser estabelecidos, somente o peso da autoridade pode inibir as descomposturas. As matérias jornalísticas não solicitaram outra medida a não ser a presença da polícia. Até no caso de brincadeiras mais infantis como o peão a recorrência ao aparato policial era indispensável. Esta é uma perspectiva da rua enquanto espaço do medo: "A identidade perversa da rua é construída, assim, a partir de identidades múltiplas, de personagens que parecem estar à espreita em cada esquina, que povoam, enfim, as crônicas e as estatísticas policiais da cidade"²⁹⁷.

²⁹⁵ Campanha contra os maus costumes. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 13 dez 1941, p.6.

²⁹⁶ Os valores que recobrem uma tradicional casa de família brasileira são a honra e a vergonha. Dessa forma, esses locais carregam um sentido coletivo, atuam como uma personalidade coletiva bem definida, algo que age unitária e corporativamente, daí o alto sentido de defesa e proteção das fronteiras da casa. Cf. DAMATTA, p.24.

²⁹⁷ MOURA, op.cit. p.88.

Tal temor incluía, é claro, as formas despojadas que os populares praticavam nas diversões:

“Indivíduos moradores à rua Gonçalves Lêdo, imediações da Vila Monteiro, tiveram por bem promover, agora, umas noitadas de fandango.”*

Para dar maior animação à brincadeira, saem a soltar foguetões a tordo e a direito, incomodando, assim, as famílias ali residentes, muitas das quais com crianças recém-nascidas.

Pais de família, que ali moram vieram nos pedir chamássemos as vistas das autoridades policiais para esta justa reclamação²⁹⁸.

Analisar o significado do lazer é importante para entender a desqualificação das formas de diversão que não se enquadram com a noção de tempo útil da sociedade do trabalho - a vadiagem -, articulada a uma concepção de cultura relacionada à cultura culta. Para o imaginário conservador a cidade harmoniosa é a que apresenta o lazer como forma de conservação dos “bons” costumes, que geralmente estão associados a regras de conduta estabelecidas por uma sociedade que se organiza sob a égide da ordem.

Esta perspectiva induz a se fazer uma leitura negativa dos entretenimentos populares. Como bem mostra Magnani,

Descobrir festas, lendas, folguedos e objetos de antigo uso; descrever e registrar a indumentária, os gestos e instrumentos que os acompanham; preservar sua “autenticidade” e denunciar as contaminações a que estão sujeitos – eis a tarefa daqueles pesquisadores para os quais toda mudança é vista como deturpação de uma forma

*Auto ou diversão popular, relacionado com as lutas entre cristãos e mouros. In GIRÃO, op.cit. p. 204.

²⁹⁸ Com vistas à polícia. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 25 nov. 1937. p.2.

já fixada em sua pureza original e considerada como elemento de desagregação. Apresentam-se como defensores de uma cultura popular, mas paradoxalmente são os que mais passam atestados de óbito a essa mesma cultura, por recusar-se a assimilar suas transformações. A mudança de uma vestimenta, a substituição de um instrumento ou a adaptação de um antigo costume são vistos como sintomas da progressiva diluição das tradições populares. É, pois, uma visão estática e “museológica”, que encerra a cultura como um acervo de produtos acabados e cristalizados, alheios às mudanças das condições de vida de seus portadores.”²⁹⁹

A vigilância sobre o divertimento obedece à lógica da integração social. O divertimento que se constitui à margem das tradições de cidade “pacata” pode significar diluição do pacto da ordem. No instante em que pessoas se juntam para extravasar as dificuldades da vida e celebrar o prazer, se instaura um “perigo”: a construção de novas sociabilidades como quebra de uma tradição congelada no tempo e no espaço. “O indivíduo socialmente desinserido escapa à influência de outrem e perde facilmente o sentido da medida.”³⁰⁰

É justamente nestas implicações políticas que as diversões populares podem ser representadas como incômodo aos projetos do Estado Novo em Fortaleza.

Na leitura dos inquéritos e processos judiciais estas questões também são levantadas. Nos autos de declaração que formalizam as falas de testemunhas, observam-se alusões ao lazer popular como um “problema”. Festas organizadas em bairros pobres tinham uma licença previamente estabelecida

²⁹⁹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**: Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998. p.26.

³⁰⁰ CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON. Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 433.

pela polícia de costumes, a presença policial nestes casos era ostensiva.

No bairro Arraial Moura Brasil inúmeras ocorrências resultavam em inquéritos. As festas aqui eram freqüentes, fazendo com que houvesse uma insistente "visita" das autoridades repressivas. No caso, já citado anteriormente, em que uma mulher agrediu a outra por motivos de ciúme podemos aproveitá-lo também para analisar outros aspectos aqui pertinentes ao assunto. Entre outras questões, verifica-se um determinado perfil de como estes eventos em clubes populares eram tratados. No depoimento do inspetor da guarda cívica de Fortaleza, encarregado de fiscalizar a festa e intermediador do conflito se observa o seguinte esclarecimento:

[...]que pouco depois convidou a Dudu, para ir até a sede do Clube Santa Terezinha, onde estava realizando uma festa dançante, devidamente licenciada; que em ali chegando subiu a fim de fiscalizar a mesma e como tudo corresse em ordem, dizzera afim de fazer a fiscalização nas imediações³⁰¹.

Bem vigiados³⁰², estes entretenimentos tinham geralmente, a presença "onipotente" de policiais, que se arvoravam autoridades "intocáveis" e impunham um clima de ameaças, inclusive sob a condição de tirar proveito do uso indiscriminado de armas e todo abuso de poder. No caso citado acima o depoimento de Ângela de Araújo Viana, vítima da violência, afirma que o cabo do exército Raimundo Manoel da Silva usou a ameaça bélica para intimidá-la e a qualquer um que lhe flertasse. Depois de ter chamado, sem sucesso, Ângela, três vezes para dançar, o cabo retrucou-lhe:

³⁰¹ **Inquérito Policial** instaurado em 28 fev.1938.

³⁰² Na maioria das vezes estas festas eram autorizadas através de licenças expedidas pela polícia. Ver Id. p. 23.

*então você não dançará mais com pessoa alguma e se dançar eu lhe atiro[...]dissera-lhe que não se afastasse dali, pois se assim o fizesse mataria a depoente e o 'macho' que acompanhasse; que depois Manoel pediu o seu quepi, a um rapaz, e saiu arrastando a declarante por um braço*³⁰³.

Acima de tudo, estes bairros e suas festas eram vistos como inóspitos, que necessitavam da regulação moral. A Igreja Católica trabalhava nessa direção a partir de campanhas moralizantes, mas a cultura popular, por sua vez, também já se apropriara de situações de lazer, enquanto um elemento de descarga das agruras da vida. Thompson vem chamar este fenômeno de capital emocional, um momento importante para reforçar o direito à desordem, ao descontrole.

*Significativamente, era para estas ocasiões que os homens e as mulheres viviam. E se a Igreja tinha uma participação pouco significativa na organização dessas festas, é porque deixara bastante de se envolver com o calendário emocional dos pobres*³⁰⁴.

Outro caso interessante é quando se tenta justificar controle e repressão como corretivo de costumes desordeiros. Um inquérito, instaurado pela Secretaria de Polícia e Segurança Pública, tenta apurar agressões de oficiais da corporação a civis. O ambiente se desenrola numa festa no Bairro Açu de João Lopes. O indivíduo, agredido fisicamente, um chauffeur, apelidado por Galalau, é posto fora do recinto festivo realizado na casa do Sr. Manduca, homem de boas relações com a polícia. Em um dos autos de declaração do inquérito, pronuncia-se o capitão Abelardo Rodrigues:

[...]que quando se aproximava do local donde partia os gritos, o tal chauffeur já vinha em

³⁰³ Idem, p.9.

³⁰⁴ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.52.

*discussão com um filho do dono da casa; que o chauffeur Galalau saiu da casa aos empurrões por muitas pessoas que ali estavam presentes, que no fim de toda luta ou questão foi que o declarante veio a saber que Galalau tinha dito que ia embora da casa, porque ali era uma festa de capitães frouchos e escrotos; que tem a dizer, que a festinha [...] não era um forró como se costuma dizer, mas sim um meio onde se faz representar varias pessoas de destaque [...]*³⁰⁵

O resto do inquérito se pauta por uma continuada argumentação dos declarantes reforçando a distinção do que seria uma festa de gente representativa e um simples forró. No relatório do inquérito, fica evidente a intenção de enquadrar "Galalau" como um desordeiro, um indivíduo sem "vestes alinhadas", onde sua presença incomodara ao capitão Abelardo, um dos ilustres convidados da festa:

*O cap. Abelardo, parece-me, não gostando do tal indivíduo ou não querendo com o mesmo se hombraear, convida ao tenente Assis a saírem, entrando, em seguida, num quarto da casa em apreço[...]*³⁰⁶

Embora já resolvida a contenda, os policiais resolveram prender o "intruso".

Cabe reforçar que a parceria entre Estado, polícia e Igreja Católica em Fortaleza era, neste aspecto, de fundamental importância. É inegável a vigilância exercida pelas instituições católicas, com o apoio de intelectuais, educadores e lideranças operárias no papel de convencimento e controle da ordem instituída. Instituições de ensino, imprensa escrita e entidades operárias tentavam moldar o comportamento social. Já ao Estado cabia a tarefa de reprimir através da intervenção policial. Muitas das solicitações feitas

³⁰⁵ **Inquérito** ...op. cit.

³⁰⁶ Idem

na imprensa eram atendidas de forma enérgica e rápida. Sem dúvida, o enquadramento da categoria de "desordeiros" encontrava maior identificação nos hábitos da população mais pobre da cidade.

O tratamento dado às festas populares no Brasil nem sempre seguiu uma linha intolerante. Estudos apontam que durante o período da Monarquia se observa uma convivência das práticas culturais dos negros com a cultura branca, principalmente nos espetáculos oferecidos pelas procissões, onde o profano e o sagrado interagem. Tanto a descida de santos dos altares como o bater dos tambores eram estimulados pelo poder no sentido de prevenir calamidades, afastar epidemias. Na verdade, estas cenas sugerem uma proteção das autoridades com a profanação destas festas, tais como o Rancho das Baianas à frente da Quaresma e do Santíssimo Sacramento.³⁰⁷

O que define a tolerância Monárquica é o perfil aristocrático de suas relações sociais, onde a sociedade escravista marcava uma posição de "aproximação" teatral do senhor aos homens e mulheres comuns. O momento das festas se constituía numa concessão dos aristocratas para que os escravos despejassem as agruras do trabalho. Deve-se considerar neste contexto que o trabalho era atividade inferior, marca de castigo e o ócio era símbolo de fidalguia. O tempo livre era sinônimo de superioridade, pressupunha reconhecimento social, no qual era comum fazer demonstrações de prestígio através do mundo fantástico das festas.

Entretanto esta frouxidão monárquica não significava abstenção ao combate das desordens sociais. Meeiros, feitores e demais homens livres e miseráveis eram tratados na condição de marginal, desviante jurídico e econômico.³⁰⁸ O

³⁰⁷ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Lazer, a contraface do dever:** As Linguagens do poder na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. Tese de Doutorado USP (Universidade de São Paulo), 1995. p.244-245.

³⁰⁸ Id., p. 203.

tão alardeado ócio era prerrogativa para poucos, não era intenção da aristocracia socializar a ociosidade.

É no período do pós-primeira guerra mundial que o lazer passou a ser discutido como um avanço prolongamento do cotidiano da vida do operário. O interessante processo que se estabelece é a recusa da preguiça como um direito, agora ela seria um dever, algo em que os especialistas iriam se apropriar com técnicas de "melhor" aproveitamento do tempo livre. A rotina dos trabalhadores passaria por um controle técnico e educativo e o lazer seria controlado. "O lazer seria, portanto, a preguiça institucionalizada, fetichizada e convertida em mercadoria. Associado a tirania do trabalho, começava a se construir uma tirania do lazer."³⁰⁹

A articulação entre trabalho, dever e civilização é introduzido, principalmente, no período da instalação republicana no Brasil. Foi, neste momento, que os republicanos procuram desescravizar o conceito de trabalho e transformá-lo em sinônimo de dignidade, numa tentativa de docilização dos trabalhadores. Neste sentido, o lazer apresentou-se como atividade complementar ao trabalho, como aprimoramento pessoal e social, recomendada como atividade obrigatória para a moralização dos comportamentos, enfim, o lazer além de cumprir sua função capitalista ligada ao consumo seria também um mecanismo de controle social para o enquadramento na ordem pública.

Ao longo dos anos republicanos e nos mais diversos contextos do capitalismo o discurso da ordem procurou definir os espaços do lazer como instância do lícito, do legal e separá-lo das diversões públicas. Este percurso sugeriu o uso do discurso do Direito para legitimar as intervenções nas práticas consideradas como delituosa e criminosa. Disto surgiu uma longa trajetória de organização de fiscalização, licença e avaliação técnica dos entretenimentos comuns, implantando-se severas restrições ao seu funcionamento. Nos dispositivos

³⁰⁹ Id., p. 191.

sobre o lazer, nota-se a interferência do saber e do poder da polícia, de arquitetos e reformadores urbanos. Estes controlavam os espaços e a polícia, as ações ocorridas neles.

Durante o Estado Novo, as diversões populares também eram objeto de enquadramento a um conceito de lazer institucionalizado, cabendo ao Estado o papel de construir uma imagem "saudável" das diversões, procurando eliminar a noção de espaço desregrado.

O carnaval era alvo de especial atuação. A partir do período republicano o carnaval como "mascaradas" populares, passou a ser regulamentado.³¹⁰ Assim, o carnaval popular passou a ser visto como uma anti-festa, pois convidava à transgressão, exortava a loucura, praticava a crítica social, tomava as ruas com sarcasmo, enfim era a explosão da "raia miúda".

No Estado Novo, segundo Cláudia Schemes, a imagem do "povo alegre" e da "sociedade feliz" era induzida pelos órgãos oficiais em grandes festas cívicas, que não dispensavam a participação obrigatória de escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de dança, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos. Há uma liberação das emoções nestas festas, onde o clima de entusiasmo, cordialidade e afetividade simbolizava a possibilidade de realização da "sociedade feliz"³¹¹.

³¹⁰ As práticas populares durante o carnaval veiculavam imagens distorcidas, de inversões e contestações. No Rio de Janeiro, há um processo de regeneração do carnaval através de editais governamentais modificando a data da festa em nome da prevenção contra as epidemias, bem como estabeleceu-se ameaças e multas aos infratores que praticassem o entrudo, a guerra de objetos contendo fezes e outras similitudes, procurava-se reinventar o carnaval com a batalha das flores pela Prefeitura, reforçando seu caráter educacional e abrindo espaço para "gente nobre", de festas "chic", ancoradas na visão europeia de lazer. Ver SILVA, op.cit.

³¹¹ SCHERMES, Cláudia. **As Festas Cívicas e esportivas no populismo**. Um estudo comparado dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP (Univresidade de São Paulo).

Em Fortaleza, a Delegacia de Ordem Política e Social estabelecia restrições ao registro dos blocos carnavalescos. Todas as agremiações eram obrigadas a vincular-se aos imperativos legais do Serviço de Censura do Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda através do uso da licença, elemento burocrático que imprimia legalidade política e ideológica ao evento solicitado. No triênio de 1938-40, foi realizado um demonstrativo do recém criado Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda sobre os blocos carnavalescos:

Registro de Blocos Carnavalescos

Movimento	1938	1939	1940	Total
Blocos carnavalescos registrados e censurados	2	19	22	43

Fonte: Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de Maio de 1935 a 27 de Janeiro de 1941. Imprensa Oficial: Fortaleza-Ce, 1941, p.11.

A licença era uma forma da linguagem do poder, estabelecia as regras do divertimento. O Estado preocupava-se, fundamentalmente, em canalizar a festa popular como reverência ao regime, impondo uma política de vigilância e integração dos trabalhadores ao Presidente. Estas licenças, antes de regulamentar, eram dispositivos mobilizadores de adesão permanente aos interesses do Estado. A D.O.P.S exigia diagnóstico detalhado das atividades das agremiações carnavalescas, levantando informações sobre a denominação do bloco, sede, endereço, número e nome dos respectivos componentes, declaração dos cargos na diretoria, dia e hora das reuniões ou ensaios, uma exposição completa dos seus programas, em que deveria constar a letra de todas as músicas, descrição dos trajes e danças a serem executadas, desenho colorido do estandarte, idade e sexo de todos membros. Sem estes dados, o bloco, cordão, maracatu, clube

ou qualquer organização carnavalesca estaria proibida de funcionar.³¹²

Estabelecia-se rigorosa campanha contra as marchinhas ou sambas veiculados nas rádios e executados nas festas populares. Neste sentido, é importante destacar estudos que apontam para duas fases do primeiro governo Vargas. A primeira seria o combate ao samba, numa clara demonstração de (des)qualificar os gêneros musicais ditos populares, tais como: excessivamente sensuais; de um apelo às tragédias cotidianas; com um sentido desmoralizador em relação a fatos e personagens mais sérios; de uma exagerada apologia à malandragem e um tratamento bastante depreciativo do trabalho e do trabalhador.³¹³

A segunda fase seria o samba de combate, onde a música teria um papel importante na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e na política de "Boa Vizinhança", cuja ênfase das músicas estaria incorporada na propaganda política do chamado esforço de guerra. Era o samba de exaltação ao governo. Não obstante a esse tipo de apropriação do samba por parte do Estado, este novo tratamento não impediu que se mantivesse uma censura sobre esse gênero musical. O mais interessante é que, apesar de todo esse aparato coercitivo o samba não deixou de tocar em feridas do governo: racionamento, falta de liberdade e carestia, entre outras.³¹⁴

A música foi, para o regime, uma forma de forjar uma linguagem educativa, capaz de delimitar o perfil de um Brasil que crescia com o sacrifício, trabalho e alegria do povo. Tratou-se o quanto antes de eliminar das letras das canções as

³¹² Exigências para brincar o carnaval da delegacia de ordem política e social e do departamento de cultura, divulgação e propaganda. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 17 jan.1940, p.6.

³¹³ FILHO, João Ernani Furtado. **O Combate ao Samba e o Samba de Combate: música, guerra e política(1930-45)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC (Pontifícia Universidade de São Paulo), 1998.

³¹⁴ Id.

"orgias" e o aspecto da malandragem do típico brasileiro pobre.

O DIP obrigou, através de sua secção de censura das músicas populares, subordinada à Divisão de Rádio, os compositores de sambas e marchas a se despedirem da 'orgia' e a se reconciliarem com o "batente". Nada de glorificar a ociosidade, ou melhor dito, a malandragem. Daí já terem aparecido algumas composições francamente otimistas, com respeito ao trabalho, que é um dever social e não pode, por isso mesmo, sofrer a contra-propaganda do samba. Em 'Bonde de São Januário, já há esta estrofe:

'O bonde de São Januário

Leva mais um operário

*Sou eu que vou trabalhar*³¹⁵.

O trabalho e o lazer foram trabalhados no Estado Novo, como temática intimamente relacionadas, o que as articulava era o dever, a ordem pública. A população era motivada a comemorar o trabalho, característica essencial da nova cidadania.

As medidas de censura sob os sambas seguiam, em tese, uma lógica branda. O regime não queria negar o samba, mas configurar-lhe um conteúdo conciliador, o rigor com as letras chegou a ser entendido como uma maneira de estimular a verve criativa do sambista; falava-se de uma essência nacionalista pitoresca presente nos sambas. As "boas intenções" da censura eram garantir o "feitio agreste" destas canções, que dispensava um pluralismo rigoroso de linguagem, um gramaticalismo tirano. Como exemplo de generosidade do regime foi apontado o caso do uso indiscriminado do verbo "desmilinguir", encarado

³¹⁵ Adeus à orgia!. **Unitário**, Fortaleza, 16 fev.1941, p.5.

oficialmente como uma das melhores contribuições dos morros à linguagem turística da cidade. A censura se apropria deste verbo dando-lhe um sentido "delicioso", afastando de seu significado qualquer possibilidade de desordem.³¹⁶

Outro exemplo de reapropriação "positiva" da censura sob as letras foi o caso singular de "Poleiro de Pato". A trajetória desta música serve como prova do trabalho dos censores em moldar opiniões. Inicialmente esta canção intitulava-se "Vida de Pobre", que foi à censura com a seguinte composição:

*Ai, ai, ai,
A vida de do pobre é penar.
Ai, ai, ai
A vida do rico é gozar*

*Palitó de casemira,
Calça de brim remendada,
Suspensório de uma tira.
Meia de seda furada
Todo pobre que se bote
Para ser rico e não consegue
Vai pedindo a Deus que o mate
E ao diabo que carregue*

*Quem me dera que eu tivesse
Um bungalow á beira-mar
O meu bem talvez quizesse
Ir prá lá também morar
Isto é sonho e nada mais
É melhor eu acordar
Pobre não tem namorada*

³¹⁶ Id.

*Nem direito de sonhar...*³¹⁷

De imediato a letra foi refutada pelo tom "derrotista, pelo ceticismo, seus matizes subversivos". Entretanto, a censura aproveita a melodia para dar-lhe uma nova roupagem, inclusive substituindo o título original para o já citado "Poleiro de Pato":

*Ai,ai,ai,
O galo é que esta com a razão.
Ai,ai,ai
Poleiro de pato é no chão*

*Mestre pato fez poleiro
No coqueiro do quintal.
Mas o rei do galinheiro
Achou isso natural*

*Pois diz ele que o terreiro
É pro galo vadiar.
Pato se quizer poleiro.
Peça a pata pra arranjar*³¹⁸

A segunda composição é considerada mais carnavalesca, portanto integrada à felicidade "pitoresca" do povo pobre do Brasil. Este caso sugere dizer que as formas de controle sob as diversões populares não seguiam uma linha ostensiva e inteiramente repressiva, era necessário considerar o complexo sentimento de carnavalesco das classes populares, de tudo "desmilinguir" em ironia, inversão, comicidade, algo já percebido nas realidades cariocas durante a instalação republicana, na configuração do comportamento dos bilontras.³¹⁹ Neste sentido, o objetivo do Estado Novo era conduzir os temas no caminho da domesticidade política, procurando, na música, uma forma de "elevação" e

³¹⁷ Idem. O autor desta música é o pugilista Rubens Soares, autor de alguns sucessos carnavalescos tais como "Por que bebes tanto assim, rapaz"?

³¹⁸ Id.

³¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras. 1983.

entusiasmo espiritual, afastando qualquer concessão aos instintos "grosseiros", sem polidez de comportamento, enfim, fazendo uma releitura das contradições sociais do País.

A regeneração das diversões dos pobres passava por uma idéia de conforto, alimentada por uma utopia dos mundos burguês europeu e norte americano, onde viver, confortavelmente, pressupunha higienizar os espaços e os gestos. No centro da cidade de Fortaleza reinava um número considerável de estabelecimentos de diversão "sem classe". Este dado, além de constrangedor para as elites, era vergonhoso para os fóruns "adiantados" que a cidade apresentava. Neste sentido, era comum diagnosticar, cirurgicamente, estes locais através das "roupas sujas dos garçons, o péssimo estado de conservação das louças, a ambiência geral "festejada" pelas moscas na 'orgia' de sujeiras inqualificáveis"³²⁰ e realizar comparações com ícones de diversão civilizada nas capitais do mundo ocidental.

O discurso higienista empurrava a diversão popular para a ilegalidade, impondo costumes submetidos aos rigores da moral burguesa, aos trâmites judiciais e à repressão policial. Propunha-se uma intervenção pública no sentido de apoiar, financeiramente, as casas de "alta classe": "[...]já era tempo,[...]de se procurar melhorar as condições de Fortaleza em relação a tal problema, o que, certamente, não levaria os cofres municipais ou estaduais a uma catástrofe de proporções[...]"³²¹

Marlene Rosa Nogueira refere-se à cartografia do lazer³²² na cidade do Rio de Janeiro considerando ser possível

³²⁰ Tópicos: os cafés da cidade. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 13 jul.1940, p.3.

³²¹ Id.

³²² Inspirado no trabalho de Felix Gattari e Suely Rolnik. **Micropolítica-Cartografia do desejo**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1986. In: SILVA, op.cit. capítulo III, item 3.5. A autora comenta que ocorreu um verdadeiro espetáculo de investimentos na demolição em tempo recorde, com 800 operários no trabalho diuturno, com um entulho medindo cerca de 1500 metros cúbicos por dia. Construía-se a Avenida Central, representante da simulação republicana da modernidade, que em breve

pensar no estabelecimento de modelos de lazer que poderiam ser consumidos. As intervenções urbanas no espaço do centro carioca provocam uma transformação rápida e traumática para as classes populares. Já, em Fortaleza, constata-se uma diluição dos divertimentos populares no meio das artérias principais da cidade, em locais reservados a passeios familiares e praças públicas. Certamente, que essa aproximação exigiu da imprensa, das autoridades policiais e demais instituições, uma vigilância sobre seresteiros, salões de "arrasta-pés", criando uma atmosfera sempre ameaçadora para o roteiro de lazer "civilizado" das classes abastadas.

É possível afirmar que, mesmo com todo este "cerco" as diversões populares, as autoridades fortalezenses utilizaram-se de procedimentos multiformes no estabelecimento de condutas, neste caso, a ordem estabelecida e os costumes populares conviveram com um processo de constante reinvenção cultural de forma a ajustar os interesses das duas partes em conflito.

5.2 Rituais Afro-Ameríndios

A tradição católica influenciou na condução política do Estado em Fortaleza. Cabe lembrar que o interventor, Menezes Pimentel, era um homem inteiramente comprometido com os católicos. Sua chegada ao poder deveu-se ao empenho e à manobra de deputados da ala católica cearense que militavam na política nacional e que respaldaram o nome de Menezes junto ao Palácio do Catete. Além disso, o jornal **O Nordeste** pertencia à Arquidiocese de Fortaleza, cuja tiragem permitia aos católicos se gabarem de ser o periódico mais lido no Estado. Muitas campanhas, denúncias e reportagens, feitas pelo periódico, foram encampadas pelos órgãos repressores, o que demonstra sua força.

espaço de tempo estruturaria uma nova mercadoria: a diversão em níveis variados. Enfim, a Avenida era o caminho da Civilização. Ver. p.283-284,288-289.

Preocupada com os costumes, a Igreja estabeleceu, no aspecto religioso, uma tensa relação com outras crenças, principalmente aquelas que envolviam rituais indígenas e afro-brasileiros. A prática do "catimbó"*, por exemplo, se apresentava como uma discrepância à hegemonia dos católicos, uma frouxidão nas relações sociais, cuja conseqüência se transfigurava numa articulada vigilância do cotidiano das classes populares.

Vistos como reféns de sua própria "superstição", os pobres eram avaliados como insanos e essencialmente desprovidos de regulação, de uma catequese, daí resultando um discurso que desqualificaria outras crenças pelo argumento do fetiche. Acompanhando o leque de intolerâncias temos alguns casos nesta linha de abordagem sobre a religiosidade popular:

Andava, ontem, cerca da 1 hora, promovendo grande algazarra no bairro Otavio Bonfim, um grupo de beberrões, entre os quais até meninos. Vinham vindos de um Congo e ainda traziam as roupas enfeitadas, caras pintadas, espelhos nos chapéus, espadins e quanta burudanga há que faz parte daquele espetáculo fetichista.

Dois dos malavisados crentes, aliás os mais embriagados, também ainda vinham metidos debaixo do boi, e aos gritos selvagens e dança macabra, sapateando como loucos desenfreados, parecia que queriam acabar com o mundo ou, pelo menos, com o Otávio Bonfim. Muitos meninos, formando cortejo atrás do boi, e batendo em latas e nos postes da iluminação, faziam da passeata singular coisa muito mais espetacular. E tinha também, para cumulo da algazarra infernal, gente cantando, ou melhor, gemendo cantigas

* Feitiçaria, despacho, baixo espiritismo. IN: GIRÃO, ...op.cit. p.137.

esquisitas, e o que era mais engraçado, dando vivas ao “partido encarnado” e ao “partido azul”. Na frente de todo pessoal vinha um negrão corpulento, conduzindo dois espadins e um estandarte verde e amarelo, dando aparência com a bandeira nacional.

Todo esse escarceu se acabou quando apareceu a policia, isto é, um policial: o guarda cívico de n. 133. Na ocasião mesma em que os arruaceiros acabavam de se prover de mais aguardente, o mantenedor da ordem abocou o primeiro que saía da mercearia e lhe deu ordem de prisão. Os outros beberrões protestaram. O guarda, porem, foi enérgico com eles e todos, sem mais delongas, foram cambiados à delegacia do 1º distrito. Já quando chegavam à repartição policial, haviam sumido rios componentes do cortejo uns 10 entre homens e meninos. No entanto, restavam os principais macumbeiros. São eles: Francisco Ferreira da Silva, José Xavier da Silva, José Brito, Francisco Chagas, José Ferreira Lima, Francisco Bezerra, Henrique Felicio da Costa e mais quatro meninos que foram soltos.

Foram apreendidas três espadas, bastante grandes e luzídias, o estandarte, vários cacetes e todas as fantasias, que eram de variadas côres e enfeites. Essas fantasias, feitas com um chitão muito grosso e em forma de macacão, eram completadas com gorros, espelhos e espadas como é do ritual dos congos. O boi, feito de madeira e coberto de chitão, chegou à Delegacia aos pedaços, mas assim mesmo vai para o fogo se é que já não foi.

Ontem pela manhã, quando estivemos na repartição policial do 1º distrito, ainda encontramos metidos nos xadrezes, os perturbadores da ordem, nos seus trajos cabalísticos. Um deles, o José Xavier da Silva,

era o mais pandego. Metido a rapazinho ingênuo muito lamentoso, esteve nos explicando que a brincadeira do dia anterior não tivera nada de mal. Fôra, mesmo, coisa de religião, em que a policia não devia ter intervindo. Nesse ponto, vale a pena reproduzir, aqui, as palavrinhas ditas pelo José Xavier: - “Tomara que o ‘Rei das Campinas castigue aos nossos malfeitores’[...]”

Os malfeitores eram, nem mais nem menos, do que os homens da policia, e o “Rei das Campinas” era a divindade deles.

*O “Rei das Campinas” aparece, frequentemente, nas macumbas, durante a função e vem, sapateando, dar ao paciente licores finos ou cobri-lo de essências cheirosas. No caso do José Xavier, o **Rei** já aparece como castigador e atende às pragas que sobre outrem joguem os seus oradores.*

Os meliantes foram soltos ontem ao meio dia.”³²³

A descrição do flagrante mais que detalhada, denuncia preconceitos culturais. Primeiro, a roupa utilizada pelas pessoas não passava de burundangas, uma mistura de coisas imprestáveis, repugnantes. Em segundo, o ato é representado como fetichista, numa tentativa de desqualificar a religiosidade popular, considerando-a subserviente e ilusória. Cabe frisar que a estigmatização é um dispositivo importante para o exercício do controle social.

Os movimentos e os gestos são vistos como atos “selvagens”, carentes de sensatez, ignorantes, sem noção de limites e, o que é pior, malignos e macabros. Esta idéia rotula a religião popular como recurso de “arruaceiro”. Tal associação permite o enquadramento da maioria das práticas

³²³ Congos, boi, macumba e desordem. O rei dos campinas os vingará. **O Estado**, Fortaleza, 24 dez. 1937. p.4.

religiosas populares como atos susceptíveis à ação dispersiva da polícia. Assim, é possível a tentativa da repressão para criminalizar os praticantes segundo as normas estabelecidas pelo poder.

A prisão de praticantes é tida como exemplar e indiscutivelmente justa. O boi de madeira, mesmo aos pedaços, foi inquisitorialmente condenado à fogueira, numa demonstração simbólica da punição pela destruição da memória da cultura popular. Os fragmentos do boi podem ser vistos, metaforicamente, como as ruínas, os escombros de um grupo "supersticioso" e "frívolo", sem justificação na formação católica.

Na documentação judiciária também se percebe que, na prática policial, há um tratamento desrespeitoso em relação à religiosidade popular. Além de reprimir, a polícia se comporta como indiferente ao universo simbólico dos rituais, por isso é importante estar atento para os filtros lingüísticos, culturais e burocráticos que constituem um inquérito ou um processo.

*Em função disso, é necessário para o historiador trabalhar com o descompasso entre crenças dos Delegados e Juizes e as dos acusados e indiciados, o que faz vir à tona uma série de informações importantes, uma vez que a obrigação de fazer com que o depoente fale, faz com que tudo (ou quase tudo) que é falado fique registrado*³²⁴.

Em um inquérito administrativo que apurou contravenções policiais de um inspetor, observa-se uma teia de fatos e discursos esclarecedores de como a polícia tentava desconstruir a memória da cultura popular. O referido

³²⁴ CARVALHO, Antônio Carlos Duarte de. Conflitos entre um Médiun e a Justiça (1930-1940): Discussão sobre as possibilidades da utilização do documento judiciário na pesquisa histórica. **Pós-História**: Revista de Pós-Graduação em História. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista, 1993. p.35.

inspetor é acusado de se apropriar de objetos roubados por "gatunos". Ao longo de suas 49 folhas, o inquérito traz a questão da ação policial entre os ambientes pobres. A questão da intervenção na religiosidade popular é verificada no relatório do inquérito, onde o escrivão conclui que o inspetor acusado Artur Bezerra Neto já fora anteriormente flagrado em furto:

“Ao tempo em que Artur ainda dirigia serviços na secção de investigações, de uma gaveta da mesa de seu trabalho, foram retiradas algumas garrafas de cerveja pertencentes á uma porção de bebidas apreendidas no Pirambú, numa casa onde realizava secção de catimbó.”³²⁵

Rituais afro-brasileiros reforçam o temor à intransigência católica, branca e ocidental, de estabelecer uma força consensual. Em Fortaleza, a tendência foi de um combate a estes rituais nos bairros periféricos e distantes do raio de ação do poder religioso oficial. Esta questão revela que os costumes populares sofreriam um tratamento com conotação delituosa, ao estilo de um Estado controlador de consciências e manipulador de comportamentos sociais. Aqui, a lei prescrevia o costume, afinando um certo discurso jurídico punitivo sob aquilo que se considerava como abusivo às tradições cearenses. A partir desse tipo de constatação, é possível indagar em que medida esta faceta do controle social conseguiu penetrar na vida cotidiana das classes populares que acreditavam em tais crenças, por isso as praticavam.

O combate às chamadas crendices ou supertições populares reforçava a concepção que se tinha dos pobres como uma população ingênua e escravizada por "exploradores da boa fé". Era necessário demonstrar que este desvio religioso não se coadunava com as finalidades do Estado Novo de corrigir velhos erros, extirpar velhos vícios e

³²⁵ **Inquérito policial** instaurado em 11 mai. 1940.

"libertar" o povo das superstições e credences. A Igreja Católica reforçava este objetivo da representação política do regime de regenerar os costumes. Ela fomentava a intolerância, colocando a questão nos parâmetros de um combate maniqueísta entre o bem e o mal. No Estado laico, a prática, tanto do chamado "baixo" quanto do "alto" espiritismo, condenada à ilegalidade.

A falta de assistência médica e de dinheiro impelia aos pobres a recorrerem aos remédios caseiros, frutos de um conhecimento herdado das tradições indígenas. Era comum encontrar assistência espiritual, emocional e médica entre os "curandeiros" dos bairros, estes - vinculados às várias tendências religiosas - eram figuras prestadoras de um serviço de múltiplas atividades, que eram, minuciosamente, descritas pelo Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda:

[...]as celebres velhas que ganham dinheiro com o Responso de S. Antônio, os falsos dentistas, falsos médicos e, principalmente, as improvisadas e criminosas parteiras, que ministram às infelizes clientes tóxicos e beberagens letais a título de abortivos e remédios para seus males interinos³²⁶.

Muitas e, na maioria das vezes, estas práticas eram enquadradas no artigo de exercício ilegal da profissão, encaradas como transgressoras da lei e das determinações das autoridades. Consideravam-se esses grupos como "núcleos parasitários e anti-sociais", merecedores de extinção. Mesmo assim, pesquisas realizadas percebem que o Estado neste período não conseguia estabelecer predomínio de ação na área da saúde. Na verdade, como constata Carvalho, havia um embate entre medicina erudita (estatal e privada) e os agentes populares da medicina popular (curandeiros, benzedeiros, farmacêuticos, etc).

³²⁶Feiticeiros e charlatães. Departamento de cultura, divulgação e propaganda. **O Estado**, Fortaleza, 17 fev.1939, p.12.

Isto fica evidente quando analisamos a Legislação Penal, que até final da década de 1930, era muito imprecisa quando abordava o delito de 'prática ilegal de medicina', dificultando a ação das autoridades encarregadas da repressão a essas práticas, e que foi alterada em 1940 (com o novo Código Penal) para que se conseguisse enquadrar plenamente, dentro da lei, os agentes populares de medicina³²⁷.

Os "pais" do catimbó e dos xangôs eram considerados espertalhões desocupados, indivíduos inescrupulosos e ávidos do ganho rápido e fácil. Na realidade, a polícia tinha interesse em melhor decodificar as práticas religiosas perniciosas e ameaçadoras aos costumes da população pobre. Aqui, cabe uma distinção a ser considerada no período.

A tendência à criação de federações, uniões e institutos nos anos 30 para proteger os espíritas 'autênticos' da perseguição policial, apontada por Yvonne Maggie (1986:77), trouxe como consequência uma perseguição total aos 'falsos' espíritas. Outro aspecto interessante, apontado por David Hess (1987:44), é o papel de destaque que ocupam intelectuais e personalidades espíritas na tentativa de enfatizar a natureza científica do espiritismo em contraposição ao misticismo das religiões afro-brasileiras (umbanda, candomblé, etc)."³²⁸

Foi possível perceber que, em alguns jornais, era comum apresentar, de forma aberta e tolerante, a presença de alguns "ocultistas" na cidade, de formação comparada aos astrônomos, baseado em estudos profundos, percorridos pelos países da América do Sul, Europa e Ásia. Hospedado na

³²⁷ CARVALHO, op.cit. p.34.

³²⁸ Id., p.40.

Pensão Sobral, um famoso "ocultista" se anunciava em jornal, especificando horário de consulta e "tabela" de preços.³²⁹

Portanto, neste patamar, as investidas policiais e as argumentações, nos autos de uma peça judiciária, exploravam este discernimento entre "baixo" e "alto" espiritismo como forma de estabelecer as fronteiras da tolerância religiosa.

O § 41 Curandeirismo e baixo espiritismo, do livro 'Polícia Política Preventiva' do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, da Polícia Civil do Distrito Federal, refere-se a informações sobre curandeirismo e baixo espiritismo. Notícias sobre a prática de ritos afros-brasileiros, macumbas, etc. Informações sobre se são conhecidos e merecedores de credulidade os curandeiros, 'pais de Santo' etc. Quer isto dizer que a P.C. do Distrito Federal, organizando um Programa para Organização e Realizações dos referidos inquéritos, tem por muito interesse os informes sobre a feitiçaria."³³⁰

Solicitava-se empenho da população em cooperar com a polícia na prática da denúncia. As reportagens da imprensa eram consideradas importantes para o combate ao "curandeirismo". Jornalistas se embrenhavam pelos bairros pobres e afastados, coletando informações, oferecendo pistas à polícia acerca de quem e como se desenvolviam as atividades do catimbó e demais práticas. Descobrir um núcleo de culto afro-brasileiro significava desvendar o submundo do cotidiano das classes populares em Fortaleza. As seguidas campanhas de coação, neste aspecto, tinham amplo e irrestrito apoio da imprensa, inclusive ostentando fotografias dos flagrados em delito, numa pública exposição de pessoas, estampava páginas policiais, e a elas se referiam com comentários pejorativos.

³²⁹ Cartomancia 10\$ 000; Consulta 5 \$ 000; Chiromancia 20 \$ 000. Ver **O Estado**, 22 abr. 1941, p.2.

³³⁰ Feitiçaria. **Unitário**, Fortaleza, 04 mar.1940, p.3.

Muitas vezes, colhidas e checadas todas informações, a polícia infiltrava-se nos ambientes do rito como um "paciente", inventando dores ou qualquer outro problema para ser submetido a cura. Os inspetores Santana e Horácio participaram de um flagrante na casa da "Velha Baiana", "chefe" de um candomblé na Praça S. Sebastião.

Santana, protestando certa dor de 'espinhela caída', aventurou-se a penetrar o outro, procurando ver o livro de S. Cipriano.

A velha não deu pela coisa, e foi logo pondo em cena toda a 'medicina' dos pajés.

No melhor das funções, quando os 'espíritos maus' já davam o fora, entra o Horácio e tudo foi de águas abaixo³³¹.

O resultado foi a prisão de nada menos do que 15 pessoas, encaminhadas a DOPS e fichadas como pertencentes à malandragem de catimbozeiros. O jornal, sugeria, como castigo, duas semanas de trabalho nas obras públicas, recorrendo à metáfora do trabalho como algo dignificador, condição, *sine qua non*, de cidadania.

O universo popular arraigado às crenças afro-ameríndias do Brasil sugere um cotidiano dinâmico e tenso no interior dos bairros pobres. Muitos "ajustes de contas" eram feitos recorrendo a intervenções dos representantes de tais crenças. Descoberta de traições conjugais, pedidos de proteção contra perseguições e demais trabalhos. Tais práticas desafiavam as autoridades no seu trabalho de manutenção da ordem e do controle social. Do lado do Estado, a repressão a tais práticas significava quebra da influência das lideranças religiosas no seio da população.³³²

³³¹ Catimbozeiros nas garras da polícia. **O Estado**, Fortaleza, 17 jan.1941, p.6.

³³² Nunca é demais lembrar que, no caso do Ceará, a religiosidade indígena fora sempre alvo de perseguições, principalmente a partir da colonização portuguesa em que os pajés, líderes religiosos, sofreriam forte oposição dos catequizadores jesuítas,

Não é por acaso que as campanhas falavam de uma faxina na credulidade pública, no extermínio de uma casta de indivíduos que infestavam e perturbavam os subúrbios. Era comum os policiais levarem os praticantes para delegacia com toda indumentária e materiais usados nos ritos, numa clara intenção de considerar tal "equipamento exótico" como prova cabal do crime. Assim ocorreu no bairro Paiol da Pólvora, onde três policiais – Eudes, Herculano e Santana – cercaram a casa de Maria Nazaré e obrigaram todos a comparecerem a D.O.P.S imediatamente ao ato da prisão:

E o Santana entrou mesmo e gritou para a negrada que gingava naquele 'lero-lero' Satânico: 'Tá tudo preso, cambada. Vai tudo assim mesmo p'ra delegacia'.

E a 'negrada' do 'candomblé' foi conduzida para a D.O.P.S como estava vestido.

Objetos Apreendidos

Na busca dada no antro da 'macumba', os policiais apreenderam o seguinte: Santos amarrados com fitas, areia do cemitério, casco de Kágado (apropriado para amores cladestinos, segundo declararam), diversas orações fortes, pós do Pará chamados 'tipi' e principalmente, medalhas, etc." ³³³

No Açude João Lopes, nas imediações do Otávio Bonfim, houve inúmeras investigações de como atuavam os catimbozeiros. Considerado como um bairro perigoso e

pois, além de impor um poder religioso, os pajés gozavam de uma autoridade política através do controle das informações sigilosas obtidas por confissões de membros da tribo. Ver HOONAERT, Eduardo. Catequese e aldeamento. In: SOUSA, Simone (org). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

³³³ Um marido disputado e uma esposa em maos lençoes. **O Estado**, Fortaleza, 28 mar.1941, p.6.

"paraíso da macumba", este tipo de espaço era seletivamente avaliado pelas autoridades, pois se partia do pressuposto de que, no seu interior, habitava a "escória da plebe imbecilizada pela falta de trabalho". Tal constatação distinguia quem eram os "verdadeiros" construtores da cidade, aqueles operários que realmente mereciam confiabilidade. Durante o mês de abril, de 1941, foram realizadas, neste bairro, as prisões de "Maria duas Tranças", Maria Galeguinha, Paulo Oliveira e do "Índio Antenor Vasconcelos". Aqui, a "devassa nas supertições" realizada pela polícia ganhava eco e ouvidos.

Foi neste contexto, que a D.O.P.S. investigou Maria Cipriano de Moura, vulgarmente conhecida por "Maria duas Tranças". Acusada de praticar cura através de danças "satânicas" e uso de "defumadores enfeitiçados", Maria tornara-se uma ameaça por já ter conquistado uma clientela considerável. A polícia atuou com o padrão já esboçado anteriormente, através da prática de "espionagem", infiltrando um investigador como paciente, reclamando de dor na perna.

"Maria duas Tranças" recebeu um banho na perna do paciente para duas horas da tarde. Por volta das 13 horas, a polícia cercou a casa e deu voz de prisão a ela, a Raimundo Rodrigues, seu marido e a um amigo da família, considerados como cúmplices. Os policiais confiscaram terços, pratos, defumadores, pólvora, sarro de cachimbo, cabelo, livros bíblicos, coroas, inúmeras raízes e cascas de pau.³³⁴ Na delegacia, Maria é descrita, pela reportagem, como criatura "repelente", de aparência deformada. Seu marido é considerado um tipo perfeito e acabado daqueles que não gostam de "fazer força", um vagabundo casado com uma pseudoutora, um quadro ideal de malandragem em família.

³³⁴ No mundo dos catimbós o repórter tem o que fazer. **O Estado**, Fortaleza, 01 abr.1941, p.7.



“Maria duas tranças” ao lado do marido. O outro indivíduo é um “amigo”. (clichê que já estampamos, mas que merece uma republicação). O Estado, 04 abr. 1941, p. 4.

Um dos agravantes desta “promiscuidade”, nas classes populares, era a relação dos rituais com o jogo de bicho. Havia a denuncia de que os rituais eram usados para oferecerem resultados do jogo do bicho. Na rua Barão de Aracati, na Vila Zoraide, foi realizada a conhecida “blitzkrieg” policial, a famosa invasão rápida nos “antros” demoníacos, conseguindo prender a dona da casa, bem como inúmeros charutos “D.Carlos”, uma imagem de chumbo de S.Cipriano, amarrada com uma fita; o livro “A tentação de Sto. Antônio”, um revólver calibre 22, imitação “Bull-dog”, e duas orações fortes para o jogo do bicho.³³⁵

A “oração” para auxílio no acerto do jogo de bicho era endereçada a S. Vicente Ferrer e dizia, mais ou menos, o seguinte:

³³⁵ A ‘pajelança’ está em contas com a polícia. Id., 02 abr. 1941, p.8.

São Vicente Ferrer vós fostes aonde estava seu pai, entre grilhões de ferro sem poder sair com o vosso poder assim permita que no dia de hoje vós haveis de mostrar a milhar e a centena do bicho que tem de dar aqui na combuca antes do galo cantar[...]. Assim como as águas correm para o mar assim corra o animal com a milhar para onde eu estiver sem descançar³³⁶.

A oração segue, num misto de louvação ao poder de clarividência de Deus com a estranha presença dos três cavaleiros do Inferno, ambos reverenciados como condutores da milhar e centena do bicho. Tratava-se de uma prova conduzida à delegacia por policiais que reprimiam, indiscriminadamente, estes rituais, portanto o documento – oração – era duvidoso no que se refere ao seu conteúdo que pode ter sido manipulado pelos populares. O que é preciso reter, nestas considerações, é a relação perniciosa estabelecida entre rituais afro-ameríndios com jogo do bicho, ambos esteriotipados como nefastos em relação à conduta das classes populares.

Como já fora ressaltado, anteriormente, muitas denúncias partiam da própria população que freqüentava a macumba e o catimbó. Depois que "Maria duas Tranças" foi presa surgiram queixas à D.O.P.S. de antigos "pacientes", que frustrados pelo tratamento indicado passavam a depor contra os líderes religiosos. D. Antônia Pereira, por exemplo, levou seu marido alcoólatra para ser "curado" pela catimbozeira, mas ela "fez com que ele tudo perdesse, até mesmo uma bodeguinha e, para finalizar a queixa, o marido terminou abandonando-a."³³⁷

"Doca", outro queixoso, disse que sua saúde passou a ficar debilitada depois de ter descoberto que seu retrato estaria sob o domínio da catimbozeira. As razões dos dramas privados

³³⁶ Id.

³³⁷ Novamente no cartaz 'maria duas tranças. Id., 04 abr.1941, p.4.

recaíam sob as "rezas fortes" de macumbeiros, numa demonstração de arrependimento da população em querer solucionar seus problemas através de uma "auto-sugestão imbecilizada", fora dos trâmites legais, reforçando e, de certa forma, legitimando, o trabalho de "saneamento" religioso da polícia. O jornal dizia não estar de acordo com as supertições dos queixosos, porém considerava válida a razão delituosa das queixas.

Era por essa forma que a polícia justificava sua ação repressora, atribuindo às atividades catimbozeiras, uma atmosfera maligna, causadoras de todos os males de casamentos defeitos, loucuras repentinas, desaparecimentos de pessoas e objetos. Antes de considerar um elemento constitutivo da cultura popular cearense, a polícia tratava a macumba e o catimbó como formas de vida avessas ao mundo do trabalho cearense. Mas esses combates não conseguiam pôr fim a essas práticas. É preciso, portanto, considerar as sutis relações estabelecidas nas formas de sobrevivência das classes populares frente às atividades repressoras.

É o que tentaremos demonstrar no capítulo seguinte.

Segunda Parte

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Capítulo 6

RESISTÊNCIA PASSIVA

Algumas situações vividas pelas classes populares em Fortaleza podem sugerir três formas de inserção social: 1) **a resistência passiva**, onde há cumplicidade de populares na atividade policial – apoiar circunstancialmente uma autoridade policial ou qualquer outro membro que detenha influência política que traga benefícios no jogo da sobrevivência; colaboração de indivíduos nas subdelegacias dos bairros, através de participações em investigações e capturas. Essas eram atividades ilegais, porém usuais e recorrentes; 2) **a negociação**, onde o infrator pondera e negocia com a autoridade policial; 3) **a resistência radicalizada**, na qual há reação à prisão, defesa e solidariedade entre os pobres em casos de discriminação social, queixas contra abuso de poder da polícia, casos de insubordinação e conflitos entre moradores e policiais. Especialmente este último item será objeto do capítulo seguinte.

6.1 Cumplicidades

Ler inquéritos e processos judiciais é se movimentar em um labirinto. Cruzar e analisar afirmações de testemunhos, advogados e juízes é uma atividade complexa, cujo desafio se localiza no entendimento da persuasão das falas. Foi justamente neste momento que tentei analisar como as classes populares fazem valer suas estratégias. Um inquérito ou processo é recoberto de pressões, eles traduzem um jogo político de inúmeras alianças, revelam também como os pobres tiram proveito de várias situações.

neste sentido, a leitura de cada processo é sempre uma baforada de ar fresco, de surpresa, baforada esta que pode vir em forma de carta de amor, de xingamento, de ironia, ou, menos politicamente, de violência policial³³⁸.

³³⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.33.

As instituições repressoras em Fortaleza não tinham estrutura suficiente para compor um quadro de funcionários que desse conta do número de ocorrências, principalmente, nas áreas mais empobrecidas da cidade. Nestas atividades, os próprios populares “auxiliavam” os policiais em diligências e investigações, criando-se oportunidades de informações preciosas para a polícia.

No popular subúrbio de Barro Vermelho ocorreu um fato interessante que convém destacar suas nuances políticas e jurídicas. Um famoso advogado local, o Dr. Autran Nunes – hoje nome de conhecido bairro da cidade - enviou um pedido ao Secretário de Segurança Pública, no sentido de afastar do cargo de subinspetor de Barro Vermelho, o Sr. Severino Ataíde. As acusações contra o subinspetor estavam associadas aos procedimentos de representação legal do advogado, coletando vários testemunhos para depois formalizar uma argumentação. Uma série de denúncias pesou sobre o acusado e algumas delas merecem destaque.

O subinspetor foi acusado de proteção a desordeiros que praticavam atos de intimidação aos habitantes do bairro. O advogado denuncia que uma mocinha fora obrigada a abrir a porta de sua casa tarde da noite e, sob a mira de um revólver, forçada a fazer café para Tabajara Juvêncio de Queiroz, que segundo o advogado era um:

“[...] elemento conhecidíssimo pelas suas arruaças, pelo seu constante estado de embriaguez e ainda por ser comunista fichado, cujas idéias não esconde [...]”³³⁹

Em seguida, de acordo com autos do inquérito, o subinspetor atendeu o pedido da denunciante e conduziu o acusado para casa de forma displicente, permitindo que ele fizesse vários disparos em via pública, sem ser feita qualquer apreensão da arma.

³³⁹ **Inquérito instaurado** em 20 mar de 1940.

Outra denúncia é sobre a "jogatina desenfreada" de baralho que se procedia no bairro, onde o subinspetor aceitava suborno dos participantes para permitir a continuação de tal contravenção. Além disso, é assinalado o funcionamento de dois a três "sambas", aos sábados, até alta madrugada, regados a muita cachaça. Neste aspecto, pesa, sob o subinspetor, o fato de ele cobrar:

[...]15\$000 de cada um dos promotores dos sambas, e que essa renda, reverte em seu benefício. Fácil será a verificação disso, na secção expedidora de tais licenças, fazendo-se em confronto entre as festas havidas e as licenciadas por essa Secretaria³⁴⁰.

Espancamentos em via pública e conduta pervertida complementam o leque de denúncias ao subinspetor. O que estava ocorrendo era uma demonstração de força e influência política do advogado e da autoridade policial. O primeiro era antigo morador do local e se dizia amigo da população de quase 7000 habitantes, na maioria pobres, inclusive tal advogado se gabava de ter nada menos do que 200 afilhados no bairro.³⁴¹ Ao segundo, era garantido a posição de "intocável", por ser protegido do Prefeito Municipal, que o garantia no cargo. E a população, como pensava? É aqui onde reside a questão da cumplicidade como dispositivo estratégico de sobrevivência.

Na realidade, a maioria das testemunhas endossa as intervenções da autoridade policial. A moradora da casa onde ocorria a jogatina de baralho confirma sua postura de não consentir e compactuar com tal prática, se dirigindo ao subinspetor como uma pessoa que adotou severas providências moralizadoras, ameaçando de punição aos que quisessem continuar. Ademais, ela ainda abona contra

³⁴⁰ Id.

³⁴¹ Id., Ibid.

qualquer conduta de desvio moral do referido policial, afirmando que:

[...]ao seu modo de proceder, não só público como particularmente, nada tem a declarar contra esse cidadão, visto como, até hoje, o mesmo tem cumprido os seus deveres, não constando portanto, nenhum ato que venha sobremodo, desrespeitar a moral de sua autoridade ou melhor das famílias deste bairro³⁴².

Outro, que assevera a boa conduta do subinspetor, é o Sr. Raimundo Ferreira Neves, mais conhecido por "Raimundo Pedreiro", organizador dos sambas referidos no bairro. Este depoimento confirma o fato de que as licenças:

[...] independentemente de talões ou recibos, eram pagas ao Sr. Sub-Inspetor Severino Ataíde; que relativamente á conduta do referido Sub-inspetor,[...]nada tem a informar porquanto não tem nenhum conhecimento de haver o mesmo praticado qualquer ato que desrespeite a sua moral(dele Severino) ou, ainda, das famílias residentes neste bairro[...]³⁴³

Este mesmo testemunho é dado pelo Sr. Raimundo Ferreira da Cunha, que tem também, por costume, realizar festas dançantes na sede do clube de futebol daquele bairro, as quais afirmou nunca ter pago nenhuma importância para o subinspetor. Enfim, as testemunhas, mesmo a mocinha que teve sua casa invadida por um homem desconhecido, manteve o cuidado de não acusar o subinspetor, assim, criou-se um elo discursivo próprio de uma população que vivia sob a ameaça de retaliações.

³⁴² Id.

³⁴³ Id.

Como se percebe, o apoio ao subinspetor denuncia uma rede complexa de cumplicidades, especialmente porque o bairro estava sendo disputado por forças bem mais influentes do que suporia os modestos habitantes locais, pois em meio a esse fogo cruzado, o subinspetor desfrutava de uma proteção política do prefeito da cidade, figura que detinha poder de mando. Neste sentido haveria uma inclinação da população em apoiá-los, portanto, o mais provável era que a opção temporária recaísse sob o representante da polícia. Romper ou obstruir o jogo de vaivém de favores era arriscar além do aconselhável, não seria interessante à população desguarnecer este espaço do "Forte" da cidade em que tinham que viver.

A cumplicidade neste caso, é fruto de uma leitura não só afetiva e moral, mas complementada por uma postura racional de clara sobrevivência dos mais frágeis dentro desta arena social. O resultado do inquérito demonstrou que, na queda de braço política, o advogado Autran Nunes venceu a disputa, pressionou as autoridades policiais, forçou a renúncia do subinspetor e conseguiu afastá-lo de suas funções. Esta situação representou alguma unanimidade dentro daquela comunidade? Pelos autos do inquérito, conclui-se que não houve consenso neste aspecto. Na verdade, este caso demonstrou que a cultura política dos pobres não é pautada numa fidelidade ideológica revolucionária e autônoma ou a partir da dominação cultural exclusiva das elites, mas produzida na circunstância, em conquistas provisórias, pois as chances de melhorias eram buscadas nas cumplicidades, no aprendizado de ir, se apropriando de situações que lhe dessem margem de força no enfrentamento das relações de poder.

por mais que as classes dominantes apregoem o próprio gênio, os pobres, estúpidos e desvalorizados membros das classes aviltadas merecem ao menos que se reconheça seu talento,

*que nada fica a dever ao da elite, para elaborar teorias em benefício de si mesmos*³⁴⁴.

Interessante notar que os colaboracionistas da polícia não tinham reconhecimento formal. À luz do dia, na legalidade jurídica, os "ajudantes" da polícia eram colocados na clandestinidade, os próprios jornais são testemunhos das práticas de "auxílio" à polícia por parte de populares, criticando-os através de matérias enfáticas que denunciavam esta prática abusiva:

*"Há, aqui em Fortaleza, muitos e muitos indivíduos que gostam de se arvorar do título de agente de polícia, a fim de fazerem, **pelas areias, um luminoso farol.**"*³⁴⁵

O conteúdo da matéria apenas confirma uma prática usual em locais de ausência policial, nos areais da cidade, cuja metáfora do **farol luminoso** é usada como reflexo do olho do poder, cujos efeitos práticos eram usados com certo aproveitamento nas investigações e detenções de populares. Cabe lembrar também que esta luminosidade sugere a idéia de influência social dos pobres nas malhas do poder. Apesar de ser um jogo perigoso, os populares apostavam numa forma de inserção social e política, mesmo que para isso tivesse que "trair a classe". A traição era filtrada nas circunstâncias, a população iria avaliar em que medida o denunciante prejudicaria os códigos e regras de convivência nos bairros. Este risco era inevitável, porém sedutor, pois dependendo da situação, o denunciante poderia tornar-se uma referência de proteção, um aliado da própria população em casos que envolvessem perseguições policiais, enfim o "agente policial" na comunidade poderia aliviar ou amenizar investidas policiais no bairro. Essa era uma conduta que exigia muita

³⁴⁴ GENOVESE Apud FERREIRA, Op.cit. p.36.

³⁴⁵ Agente policial à 'asclepiades'. **O Estado**, Fortaleza, 10 mai.1939, p.12.(Grifos nossos)

perspicácia, só entrava aquele que quisesse pagar para ver, portanto, a incerteza fazia parte do cotidiano desta população.

Além da investigação e captura de "suspeitos" os colaboracionistas cometiam arbitrariedades, efetuando prisões. Nestes casos exacerbados de ilegalidade explícita era o Estado que deveria intervir para manter uma aparência de isenção, prendendo os pseudos policiais. O vendedor ambulante, Sebastião de Castro Alves, foi denunciado à Delegacia de Capturas como um verdadeiro algoz:

Sebastião de Castro Alves – por cujo motivo já conta com inúmeras entradas na Delegacia de Investigações e Capturas – andava bancando autoridade e, como das vezes anteriores, abusando das suas falsas prerrogativas, querendo prender ‘Gregos e Troianos’³⁴⁶

Verifica-se que mais uma vez a polícia estaria agindo sob um indivíduo reincidente, de vida pregressa pouco recomendável, justificando assim a aplicação da medida. Detido e conduzido à Delegacia, Sebastião representaria a quebra de um pacto velado entre polícia e populares. O fato era resultado de um desequilíbrio entre a tolerância por parte da comunidade e a perda de confiança por parte da polícia. Apesar disso, muitos outros colaboracionistas campeavam as fronteiras da (i)legalidade. Havia tensa convivência entre repressão e convivência. A adesão ao regime significava garantia de alguns privilégios. Porém, era necessário não apenas aderir, mas, fundamentalmente, negociar, não radicalizar, ponderar e construir instrumentos de defesa.

6.3- A Negociação

O levantamento realizado nas fontes demonstrou uma densidade numérica maior nos casos de negociação entre pobres e o regime. A qualidade destes dados também revelou

³⁴⁶ Id.

a existência de “barganha” dos pobres na luta pela sobrevivência. Neste caso, os riscos eram enfrentados com uma margem maior de possibilidades de sucesso, mas sem garantias absolutas de vitórias.

As negociações são perpassadas por iniciativas tanto individuais quanto coletivas, veiculadas pela imprensa, através de publicação de notas, abaixo assinados, solicitação de serviços, pedidos de reparos morais, envio de cartas à imprensa, enfim elas representavam as maneiras como as classes populares se dirigiam às autoridades.

Casos interessantes de negociação podem metamorfosear-se em astúcias, reveladoras de resistência. O caso do funcionário dos correios, Leonidas Rocha, ilustra esta questão:

“O FATO DE ONTEM

Ontem à tarde, exatamente áquela hora, o mensageiro Leonidas poz-se nas proximidades do mercado de carne, depois de ter ingerido copos e copos de cerveja, que o deixaram tonto e com as pernas a tremilicar. Colocou-se defronte do mercado de carne e[...]ensaíou logo uma variedade de atos obcenos e indecorosos.

Nos bondes, autos e veículos da Praia de Iracema e demais suburbios, os passageiros, ao passarem por aquele local, eram obrigados a assistir, cabisbaixos a cenas de cabaret, interpretadas da maneira mais cinica possível pelo “indefectível” Leonidas[...]

INTERVEM A POLICIA

Diante de tais atos, o guarda nº 107 tomou as providencias que se faziam necessárias, conduzindo o funcionario postal para o xadrez da 2º Delegacia.

Aí, o funcionario dos Telegrafos declarou que não podia ser detido, porquanto estava de serviço, com varios telegramas urgentes para entregar.

Embora seu estado não permitisse aquele serviço, o funcionario adeantou mais que não se curvava absolutamente á autoridade, querendo provocar uma discussão.

Diante dessa acintosa declaração o inspetor Tavares procurou acalma-lo e imediatamente comunicou o fato á Diretoria dos Telegrafos, pedindo-lhe que enviasse um funcionario para substituir o mensageiro, afim de que não fosse prejudicado o serviço telegrafico.[...]

QUERENDO COMPLICAR O INSPETOR

O “melofito” Leonidas ao verificar que a Diretoria dos Telegrafos atendera prontamente ao pedido do inspetor Tavares, asseverou, interroga-lo pelo colega que lhe pediu os telegramas, que entregara aos mesmos ao inspetor Tavares, procurando, assim, complicar aquela autoridade. Dada a busca no vestuario daquele funcionario, nada foi possivel encontrar, porquanto o mesmo tendo ido ao “water-close” da Delegacia rasgara toda a papelada telegrafica que tinha em seu poder, conforme pode o reporter verificar pessoalmente.

INQUERITO A RESPEITO

A 2º Delegacia, em vista do ocorrido, vai abrir inquerito sobre o fato.”³⁴⁷

Qual foi o álibi do mensageiro para ponderar sua prisão? O uso da categoria do trabalho é a mais provável

³⁴⁷ Proezas do “seu” leonidas: queria transformar a via pública em cabaret. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 02 nov. 1937. p.7-8.

argumentação. Ele alegou estar trabalhando, portanto, exercendo uma atividade que o credenciava como cidadão trabalhador. Fazer uso dessa condição significava minimizar o ato de bebedeira. Ele apostou na sua responsabilidade profissional, ou seja, a da entrega de "telegramas urgentes", indispensáveis ao sucesso do trabalho dos telégrafos, portanto ele assevera sua importância na função de fazer circular as informações.

Importante destacar é a maneira de como o indivíduo se apresenta no conflito. Percebe-se que há um jogo político de intensa vitalidade. Talvez isto demonstre que pessoas desprovidas de direito, liberdade ou condição financeira desfavorável passem a fazer do cotidiano uma arte de improvisar.³⁴⁸

É possível que o mensageiro, detido na delegacia, acusado de provocar desordem pública tenha dado um golpe de destreza e alegria no momento em que destruiu os telegramas no "water-closed". Este comportamento de simulação/dissimulação demonstra algum indicativo do repertório de ação que as classes populares estabelecem e aprendem.

Casos típicos de atmosfera negociadora poderiam se transformar em manifestação de uma consciência política de resistência. Na realidade, em algumas situações, as fronteiras entre negociação e resistência eram tênues, eram movimentos que se metamorfoseavam. Um exemplo desta passagem pode ser vislumbrado no caso em que envolveu as lavadeiras de um bairro suburbano de Fortaleza.

As lavadeiras do açude João Lopes foram até ao jornal **Correio do Ceará** fazer um apelo às autoridades de Fortaleza

³⁴⁸ "Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que "fazer com". Nesses estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade." Ver CERTEAU, op.cit. p.79.

para a garantia do direito ao trabalho, pois o proprietário do açude, o Sr. Olavo Irineu, além de proibir a lavagem de roupas estaria instalando cercas no local. Isso foi o bastante para que uma comissão formada por 10 trabalhadoras fosse negociar no interior da redação do jornal a situação que afligia mais de 500 lavadeiras que aguardavam do lado de fora do periódico.

Interessante perceber que um dos argumentos utilizados pelas lavadeiras era o do costume construído historicamente por processos de pactos e acordos entre direito de propriedade e direito ao trabalho. Por força desta experiência, as lavadeiras insistiam em lutar e garantir o sustento de sua forma de vida, assim como deixa claro o depoimento de D. Maria Luiza da Silva, de 70 anos de idade:

‘Não vejo razão para a medida,[...]pois há mais de 50 anos que lavo roupa no Açude João Lopes, desde os primeiros tempos de sua construção pelo velho João Lopes, que lhe deu o nome. Nunca houve nenhuma proibição neste sentido. Sempre tivemos a nossa liberdade, e dali que extraímos diariamente o nosso pão. São mais de 500 lavadeiras que estão prejudicadas pela medida do Sr. Olavo, os trabalhos de cerca estão adiantados e há mais de uma semana que não lavamos roupas nem mesmo os animais poderão beber no açude’.³⁴⁹

A movimentação das lavadeiras surtiu um certo efeito, pelos menos forçou a presença, no dia seguinte, do proprietário do açude na redação do jornal para dar suas explicações. Segundo seus esclarecimentos, a proibição da lavagem de roupas estaria estabelecida para o interior do lago, argumentando que a água estava imprestável, a ponto de morrerem vários peixes. Entretanto, esta justificativa não

³⁴⁹ Proibida a lavagem de roupa no açude João Lopes. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 25 jul.1940, p.6.

impediu por completo a utilização do local pelas lavadeiras, forçando o proprietário a conceder algum tipo de direito:

[...]afirma o nosso visitante, consentirei que as lavadeiras exerçam ali os seus misteres, desde que a lavagem seja fora das águas do açude.³⁵⁰

Ameaçadas de perderem o trabalho, as lavadeiras perceberam que sua estratégia seria pautada pela iniciativa de tornar pública a injustiça, alimentando o caso com uma dose de sensibilização pública. A negociação requeria apoio político, neste aspecto, as lavadeiras tiveram clara idéia de colocar o jornal como intermediário da questão, apelando para a força da tradição de ocupação do açude. O certo é que este caso não se revestiu de um confronto aberto, mas deixou margem para que o impasse fosse tratado com ponderação.

A experiência social das lavadeiras permitiu a incorporação de suas atividades numa cultura: o ato de lavar se transformou num uso e costume, passível de ser regulamentado por lei.³⁵¹

As lavadeiras perceberam que o proprietário do açude ameaçaria suas necessidades de lavar, sobreviver, interagir e destruiria a autoridade deste ofício conquistado através dos costumes apreendidos dinamicamente no processo histórico de suas vidas.

A intensa propaganda que veiculava a justiça social como um dos pilares do regime ficou sob um questionamento devido aos inúmeros casos tencionados e negociados na esfera

³⁵⁰Explica-se o proprietário do açude João Lopes. Id., 26 jul. 1940, p.6.

³⁵¹ THOMPSON, op.cit. p.15. Thompson ressalta que os costumes tendem a ter um fluxo contínuo, não apresentam identidade com inalterações culturais, os costumes não são consensos, mas provocam mudanças. “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é a razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como ‘cultura popular’.” Ver Id., p.16-17.

da imprensa, onde as questões matriciais, do direito social à propriedade e à moradia, eram extremamente dificultadas quando se tratava de membros pertencentes às classes populares. Sem advogados, sem assistência jurídica e sem amparo institucional, estes membros se aventuravam nas complexas tramas da jurisprudência, negociando direitos sociais com uma noção menos sofisticada, mas com argumentos oriundos da cultura e experiência de sua classe social. Perpassa, nesta constatação, a natureza provisória e aberta que se estabelece nas relações de dominação, na troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, enfim, este diálogo, longe de ser uma relação servil, demonstra uma vitalidade e aprendizado no vivido.³⁵²

A questão do direito à moradia para os pobres nem sempre obedecia a uma pressão organizada e articulada coletivamente. Por falta de canais eficientes de ligação da população com o governo, as classes populares aproveitavam qualquer chance de expor seus problemas, e foi isso o que ocorreu com o caso do fruteiro João Lopes da Silva.

Nos areais do bairro Otávio Bonfim, precisamente na rua da Madama, nas proximidades da Praça S. Sebastião, o fruteiro João Lopes abordou o repórter do **Correio do Ceará** que por ali andava, a fim de reclamar e apelar para que o prefeito lhe garantisse moradia. Inicialmente, o vendedor apresenta sua "biografia" social, dizendo-se viúvo, pai de sete filhos menores e morador de um casebre, que construíra ao longo de sofridos cinco anos. Era vendedor ambulante de frutas, mas teve que modificar completamente sua vida por causa da morte de sua mulher, falecida em consequência de um parto duplo. Daí em diante o drama se complica, suas atividades de sustento da família ficariam reduzidas à venda de bananas na porta de sua própria casa, sua preocupação maior era não abandonar os sete filhos pequenos.

³⁵² Ver THOMPSON, .op.cit.

Logo após esta exposição, João Lopes toca na questão central que o afligia: o despejo, a perda da moradia. Neste aspecto, João explica ao repórter que:

Em dias da semana passada, apareceu em minha casa um engenheiro da Prefeitura Municipal que me intimou a demolir minha casa dentro do espaço de uma semana. É que a Prefeitura Municipal iniciou aqui os serviços de calçamento, e como minha habitação não se encontrava dentro do alinhamento da rua, deve ser retirada do local³⁵³.

Esta situação deixou o fruteiro sem opções, não dispunha de recursos para executar a obra, não tinha para onde ir e nem tinha condições de sair à procura de outra moradia. Sua angústia maior era a impossibilidade de recorrer a quem quer que fosse. Acreditou que sua única chance era dirigir-se pessoalmente ao prefeito municipal, o que fez na presença da imprensa em seu bairro, sugerindo uma solução:

[...]apelar para o dr. Raimundo Araripe, prefeito municipal de Fortaleza, no sentido de que o prazo da intimação que recebi seja prorrogado por mais alguns dias, ou, por outra, que me seja favorecido um auxílio qualquer por parte da edilidade. A construção de meu casebre está por mais de 600\$000. Ademais, com essa mudança o meu pequeno negocio será grandemente prejudicado, não só em virtude da diferença do ponto como também pela sua paralização por alguns dias. É justo, portanto, a favor das criancinhas que estão ameaçadas de ficar em desabrigo e privadas de sua alimentação. É com o pequeno produto de minhas vendas que sustento

³⁵³ Ameaçado de ficar em desabrigo com 7 filhos menores. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 17 nov. 1940, p.6.

*minha família' – concluiu o fruteiro João Lopes da Silva.*³⁵⁴

É curioso observar que nos discursos e ações implementadas sobre o progresso material na cidade estes dramas "anônimos" são suprimidos, principalmente em um período em que a propaganda do governo deu ênfase ao imaginário da harmonia entre o homem e o espaço. As reformas urbanas eram respostas aos desejos de uma elite ávida de viver numa cidade "bela" e de trafegar em ruas largas e pavimentadas. O Sr. João, evidentemente, não era usuário beneficiado pelas reformas.

O trecho embelezado da cidade não ultrapassava os areais, a pavimentação era privilégio de poucos, mas nem por isso deixava de ser almejada por outros. Neste sentido, os moradores do então distante bairro de Porongaba negociaram a possibilidade da inclusão dos serviços de pavimentação em suas ruas e praças. Os moradores organizaram uma matéria jornalística previamente solicitada com a presença de um repórter do **Correio do Ceará**.

A praça da Matriz, no coração da povoação, onde se encontra edificada a estação de Estrada de ferro de Baturité, está coberta ainda, em parte, pelo mais tremendo areial.

*Os moradores dali informaram a reportagem que, há tempos, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, deu início aos trabalhos de pavimentação das ruas principais daquela povoação, deixando, entretanto, a obra em meio caminho*³⁵⁵.

O direito à beleza, nos espaços públicos, era uma clara manifestação dos moradores pelos arrabaldes fortalezenses de reivindicar não só infra-estrutura, mas embelezamento do

³⁵⁴ Id.

³⁵⁵ Calçamento para a praça da matriz, em Porongaba. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 10 jan.1940, p.6.

espaço. Articulado a este direito, os moradores de Porangaba lembravam as autoridades das obras inacabadas, sinal do descaso com que eram tratados os moradores dos subúrbios. A população destes espaços tentava negociar, de qualquer maneira, um mínimo de serviço:

Queremos fazer um apelo por intermédio do Correio do Ceará, á sub-prefeita daqui, d. Laura Frota, no sentido de que ela interceda juntamente ao dr. Raimundo Araripe, pedindo para que a pavimentação de nossa praça principal seja ao menos ultimada, já que não se quer cuidar agora do traçado urbanístico de outras ruas de Porongaba³⁵⁶.

Na medida em que as terras urbanas eram valorizadas, desencadeavam-se processos de despejos e as mais variadas formas de especulações. O Sr. Francisco Joaquim de Oliveira, residente em Messejana, teve que enfrentar o desamparo jurídico e se lançar na negociação pelos seus direitos de serviços prestados em propriedade alheia. Depois de residir por mais de quarenta anos como aforador de um terreno localizado no bairro da Piedade, o Sr. Francisco viu-se na contingência de ter que abandonar o local e obrigado a se conformar com uma indenização irrisória por todas benfeitorias que havia realizado.

Na negociação, o Sr. Francisco pediu ao procurador das aludidas terras aforadas uma importância de quatro contos de réis pelos benefícios feitos durante quase meio século de trabalho. A decisão não satisfez o antigo morador, que se indignou pela forma como foi tratado:

Acontece, porém, ter recebido, apenas, um conto de réis por tudo o que fez, incluindo ainda, [...]um pequeno botequim no arrolamento de bens indenizáveis. O botequim em questão é a única fonte de subsistência de Francisco Oliveira, que

³⁵⁶ Id.

se encontra, assim, desamparado na avançada idade de setenta anos.

O velhinho reclama, apenas, a devolução de sua 'barraquinha para poder continuar a viver' segundo nos declarou em sua linguagem simples de homem do povo."³⁵⁷

Casos como esses só vêm confirmar a existência quase que exclusiva da imprensa como espaço de denúncia e possibilidade de negociação. É preciso lembrar, entretanto, que muitas vezes estas publicações não eram iniciativas exclusivas dos jornais, mas referendadas numa veiculação de cartas, memoriais e demais escritos enviados por indivíduos ou grupos maiores de interessados em negociar. Este cruzamento de cartas com a imprensa sugere pensar nas oportunidades surgidas na busca de barganhas.

Interessante salientar que nem sempre as autoridades locais eram acionadas para o encaminhamento das demandas populares. Como uma cartada decisiva, os pobres apelavam para uma negociação direta com o presidente Getúlio Vargas.³⁵⁸ Esta também foi a opção realizada por estudantes pobres do liceu cearense, ameaçados de interromper seus estudos por falta de um curso colegial noturno.

A situação de pobreza das famílias empurrava os jovens aos mais variados tipos de posições no mercado de trabalho, deixando considerável parte da festejada e idealizada

³⁵⁷ Quer, apenas, a devolução de seu botequim. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 27 jun.1940, p.7.

³⁵⁸ Baseado em cartas e processos administrativos existentes no Fundo da Secretaria da Presidência da República (1930-65) do Arquivo Nacional, foi que Luiz Ferreira desenvolveu sua interessante pesquisa sobre a manifestação de pessoas comuns através de um "efetivo e eficiente canal de comunicação" entre governo central e população. "Ao escreverem o que pensavam, as pessoas comuns no primeiro governo de Vargas nos deixaram, por meio da Secretaria da Presidência, um valioso artefato cultural. Por ele, o historiador pode compreender como os trabalhadores receberam e reagiram ao projeto político do Estado varguista." Ver FERREIRA, op.cit. p.23.

juventude do regime privada de oportunidades em sua formação intelectual. Querendo evitar um destino mais desastroso, jovens pobres do liceu cearense redigiram um memorial ao chefe da nação, expondo sua situação angustiosa:

Rapazes pobres, co-reponsáveis por nossas próprias subsistências, e assim, impossibilitados de estudar, senão após a labuta cotidiana, arcando com as dificuldades inerentes aos que estudam e são pobres, pagando VINTE E CINCO CRUZEIROS mensais, conseguimos terminar o CURSO ginásial pelo governo do Estado³⁵⁹.

Neste período havia ocorrido uma reforma no ensino que dividiu o secundário nos ciclos ginásial e colegial. Até então, a passagem para o colegial era intermediada por um curso chamado de "pré-noturno", de características e equivalências didáticas ao curso ginásial, onde o estudante ainda era obrigado a desembolsar mensalmente a quantia de oitenta cruzeiros. O fato é que o "pré" fora suprido do novo ensino secundário, e que, segundo o argumento usado no memorial, não haveria verba para a manutenção de um curso colegial noturno, deixando os estudantes "4º anistas" impossibilitados de frequentarem o curso.

[...] ficando assim o estudante pobre do Ceará que trabalha e não pode pagar, por mês CEM CRUZEIROS, um curso noturno particular, impossibilitado de estudar logo atinja o 4º Ano ginásial.

A situação angustiosa não é apenas nossa, é de toda mocidade conterrânea pobre³⁶⁰.

³⁵⁹Querem um curso colegial noturno: os estudantes pobres do Liceu, ameaçados de interromper os seus estudos. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 11 mar.1943, p.4.

³⁶⁰ Id.

Geralmente, estes Liceus são lembrados e vangloriados pela formação de ilustres personalidades: governadores, secretários, ministros, presidentes, advogados, médicos, farmacêuticos, agrônomos, literatos, escritores, filósofos, historiadores e toda uma rede de pessoas "bem sucedidas", muitas vezes oriundas das classes sociais mais abastadas. Aos estudantes pobres estava vetado o direito de se inserir neste plantel de "notáveis".

Apelando ao Presidente da República, os estudantes reforçavam estrategicamente a imagem de Getúlio como "defensor legítimo das aspirações e direitos desta geração que será o Brasil de amanhã" e solicitavam, em síntese: a criação e oficialização de um curso noturno colegial no Liceu, assim como já ocorria com o ginásio; isenção da taxa de matrícula; estabelecimento de mensalidades módicas, inferiores às dos colégios particulares, usando ainda uma subvenção do Governo Estadual, proporcional à mensalidade cobrada.³⁶¹ Assim, as cinquenta e três assinaturas que seguiam o memorial lançavam suas esperanças na sensibilidade e deferimento do presidente, num oportuno uso da imagem do "Pai dos Pobres". Infelizmente, não sabemos o resultado da solicitação.

O interessante nestas manifestações é como as pessoas comuns se apropriavam da doutrina do Estado Novo – o trabalho, o bem-estar, o progresso, etc – e contra-argumentavam com base nestes mesmos princípios para exigirem inclusão social. O consentimento ou não das demandas sociais por parte do governo seria fruto de uma negociação, a qual incluía um "afago" ao governo, um reforço ao mito de Vargas, para cobrar do Estado melhoria de vida. Estas atitudes não podem ser reduzidas a conformismo ou resignação.

Como afirmou Jorge Ferreira, percebendo os limites impostos e selecionando a legislação estado-novista em

³⁶¹ Id.

benefício próprio, ao mesmo tempo que deixavam de lado todo o aparato coercitivo e excludente, os personagens apropriavam-se das mensagens dominantes e criavam estratégias de vida que usavam para avançar. Procuravam, na verdade, 'se virar' em um quadro econômico e social de grandes dificuldades.³⁶²

Solicitar a intervenção da Prefeitura Municipal na regularização do preço dos alimentos era um recurso importante. A população era muito atenta aos prejuízos repassados a seu bolso e, conseqüentemente, ao seu minguado orçamento. Os pronunciamentos pediam a volta da fiscalização na venda dos peixes, alimento abundante nestas terras e que foi paulatinamente saindo do cardápio das classes populares.

Do jornal **Unitário** registramos o seguinte comentário:

[...]os pobres ainda podiam 'enganar' o estomago com tal comida, mas hoje em dia, os pescadores alem de explorar os fregueses, não levam a mercadoria ao mercado. Vendem-na pela rua. O preço estabelecido pela Prefeitura para um quilo de peixe era de 3\$000, entretanto, estão vendendo á média de 6\$000³⁶³.

Observa-se que os pescadores, mesmo sendo pobres como os humildes consumidores, não eram poupados da crítica de especuladores da economia popular, deixando claro que as situações eram vividas de formas diversas.³⁶⁴

As populações moradoras dos subúrbios sabiam exatamente estabelecer um diálogo com as autoridades do regime sem que isso implicasse necessariamente uma relação de submissão. Aquilo que afetava diretamente o seu cotidiano era cuidadosamente encaminhado como problema a ser solucionado. Os transportes dos subúrbios, por exemplo, eram

³⁶² FERREIRA, op.cit. p.35.

³⁶³ Pedidos e protestos. **Unitário**, Fortaleza, 11 nov.1940, p.3.

³⁶⁴ THOMPSON, op.cit.

tratados com certa dose de crítica. Insistentemente, os moradores enviavam notas aos redatores de jornais reclamando das péssimas condições dos transportes para os subúrbios:

*A não ser para os bairros centrais, como Benfica, Aldeiota, Praia de Iracema (e isso não são todos os veículos), as linha para os subúrbios são servidos por carros velhos, quase imprestáveis.*³⁶⁵

Os Inspetores de Trânsito eram cobrados para usarem de sua autoridade na cobrança aos proprietários de veículos no sentido de retirarem ou consertarem a "frota" danificada. Solicitar melhores serviços era uma maneira de, indiretamente, criticar o privilégio dado aos bairros "nobres", reafirmando, sutilmente, que os pobres não pertenciam, na prática, à nação una, harmônica e feliz.

Os trens suburbanos também não escapavam das reclamações. Passageiros dos bairros Floresta, Barro Vermelho e Soure expunham as péssimas condições destes meios de transporte. Questionavam porque só havia um carro para transportar passageiros e o restante destinado a cargas, deixando a maioria a fazer o percurso em pé. A situação agravava-se quando o passageiro simples era praticamente obrigado a comprar passagem de "primeira classe", mas, na realidade, viajava de segunda ou terceira:

*[...]porque só um carro é insuficiente para passageiros de la, e ainda mais o referido carro de primeira está com 3 ou 4 cadeiras quebradas, causando quedas desastradas. Os que não quiserem viajar em pé ou nas plataformas (o que é proibido) tem que comprar passagem de primeira e viajar de segunda*³⁶⁶.

³⁶⁵ Ainda sobre as linhas de omnibus dos subúrbios. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 08 jan.1939, p.6.

³⁶⁶ Sobre o transporte nos trens. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 07 mar.1940, p.4.

Esta troca de primeira para segunda classe provoca uma irritação, pois mostrava o engodo em relação à igualdade de direitos de se locomover "dignamente". A população dos subúrbios, além de solicitar mais trens, pedia tratamento justo, pois numa viagem nestas condições deixava clara a diferenciação social, visto que, mesmo num simples percurso, o pobre era preterido.

Um ano depois deste episódio lá estavam novamente os moradores destes subúrbios, incluindo o de Mondubim, apelando ao Sr. Diretor da Rede de Viação Cearense (RVC) para que o mesmo revogasse a decisão de suspender o tráfego daquela linha no horário do almoço. Uma das argumentações do apelo demonstra uma sutil mudança de estratégia, desta vez os moradores destacavam a importância deste transporte para o pobre, enaltecendo a "eficiência" dos vagões ferroviários no "progresso" destes bairros, porém ressaltavam que, acima de tudo, estava a boa vontade dos seus moradores em lutar por significativas melhorias. Nota-se que diferente do primeiro apelo, citado anteriormente, o tom desta vez é mais conciliador, tentando com isso angariar simpatia no processo de negociação.

Falava-se das virtudes climáticas e da importância do bairro Mondubim na cura de enfermidades respiratórias, como um "paraíso" de clima ameno. Na verdade, a medida de suspensão foi alardeada e considerada como uma ameaça de desaparecimento destes bairros:

*Agora, com a supressão dos trens a hora do almoço fica tacitamente lavrada, a sentença de despovoamento das vilas e burgos marginais da estrada férrea, de vez que os seus moradores não dispõem de vastos recursos para conduzir se diuturnamente em automóvel nem, em sua mor parte, de verba que lhes garanta a refeição citadina.*³⁶⁷

³⁶⁷ O caso dos trens suburbanos. *O Estado*, Fortaleza, 09 ago.1941, p.7.

O apelo ganha contornos dramáticos. Cogitava-se da possibilidade de abandono generalizado desses lugares por parte de sua população, falava-se em "atrofiamento e morte" do bairro, pois se, por ventura, fossem instalados ônibus nas precaríssimas condições das rodovias, na certa, haveria concretas possibilidades de acidentes. Por outro lado, os moradores também usaram o argumento do lucro para barganharem o serviço, seduzindo o administrador para a manutenção do tradicional sistema de condução:

as 40.000 a 50.000 pessoas que mensalmente viajam nos carros da R.V.C., fonte de renda apreciável e que acreditamos poder manter, sem desequilíbrio, o trafego dos comboios suburbanos.

Moradores do Mondubim.”³⁶⁸

Cinco dias após o apelo, a R.V.C. vem a público notificar via imprensa que a medida tinha sido suprimida, segundo os termos da nota da instituição:

A Administração da Rêde de Viação Cearense faz publico que, tendo em vista as medidas impostas pelo Governo e relativas a restrição no consumo de gasolina, devendo por isso ser suprimidas as linhas de ônibus para localidades servidas por estradas de ferro, - resolveu tornar sem efeito a supressão dos trens S-1, S-6, e S-3, S-4, que correm entre Central e Soure e Central e Mondubim, os quais serão mantidos.”³⁶⁹

Esta, com certeza, foi uma demonstração da dura e desamparada realidade cotidiana dos pobres, vivida em meio a perdas. Mas algumas conquistas selavam uma trajetória de lutas sociais que, muitas vezes, se escondem por trás de

³⁶⁸ Id.

³⁶⁹ Serão mantidos os trens de Mondubim e Soure. **O Estado**, Fortaleza, 14 ago.1941, p.5.

estatísticas e que são suprimidas na macro análise da história. O aprendizado político das classes populares era enriquecido com estas experiências, longe de partidos, sindicatos, associações, mas que sabiamente não dispensava nenhum apoio institucional para negociar suas questões.

O aumento nos preços dos transportes era um sério motivo de mobilização das populações do subúrbio. Os usuários moradores da linha de ônibus dos bairros Colégio-Damas sentiram-se prejudicados em seus interesses pela elevação do valor nas passagens pela empresa São José de Ribamar, a qual infringira uma portaria recente do Coordenador da Mobilização Econômica. Uma comissão, representando os moradores destes bairros, se dirigiu ao jornal **Correio do Ceará** com o objetivo de divulgar a elaboração e entrega de um telegrama ao Sr. Interventor Federal, solicitando medidas enérgicas que sustassem a referida majoração.

Exmo. Sr. Interventor Federal

Moradores subúrbio Colégio-Damas – lutando falta quase absoluta transporte vg surpreendidos grande e injustificavel aumento passagens imposta pela Empresa José de Ribamar vg flagrante desrespeito recente portaria Coordenador vg vem com a devida vênia a presença Vossencia solicitarem immediatas providencias sentido cessar tal medida de vez que nos bairros atingidos injusto aumento passagens vg desprovidos transporte outra natureza vg são habitados sua maioria pobres operários e auxiliares do comercio que necessitam obedecer horário sob pena de prejuizo próprio e da industria nacional e que nesta hora por que atravessa o pais necessitam auxilio imediato governo pt. Assim esperam espírito justiça

*vossencia que tal esbulho aos seus direitos não
terá continuação*³⁷⁰.

O conteúdo deste telegrama confirma as dificuldades do Estado em estabelecer uma fiscalização no alto custo de vida da população mais pobre. Além disso, os moradores utilizavam o argumento da importância social e econômica do operário na construção da riqueza da nação. Alegavam que tal importância não poderia ser ignorada por injunções privadas e injustas de empresários inescrupulosos. Em tese, eles estavam dando uma demonstração de nacionalidade e, neste sentido, a contrapartida exigida do governo seria uma intervenção exemplar do Estado em defesa dos moradores.

Quase vinte e quatro horas depois, a empresa tornou sem efeito a sua decisão em majorar os preços e os usuários puderam comemorar o feito.³⁷¹ Como agradecimento oficial os moradores voltaram ao mesmo jornal e em forma de telegrama manifestaram sua satisfação e vibração pelo gesto do Interventor. Vitórias como essas sinalizam para uma clara consciência das classes populares a respeito de seus direitos, enfrentando os representantes do poder econômico, ao mesmo tempo em que cobravam as promessas do regime na defesa de seus interesses, tentando tirar proveito da intervenção do Estado nas tensões sociais.

Outras conquistas foram obtidas através da imprensa. A população dos bairros de São Gerardo, Urubu, Açude João Lopes e Jacarecanga foi beneficiada com a pavimentação da rua Pe. Anchieta, que comunicava esses bairros entre si. Esta foi mais uma demanda expressa na coluna "Tribuna do Povo", do jornal **O Estado**; o resultado foi a garantia do serviço pela Administração Municipal, atendendo os apelos da população,

³⁷⁰ Apela para o interventor os moradores de 'Damas' e 'Colégio'. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 02 dez.1943, p.6.

³⁷¹ Nenhuma majoração no preço das passagens para 'Itaoca' e 'Colégio'. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 03 dez.1943, p.5; Agradecem os moradores de 'Damas' e 'Colégio', 06 dez.1943, p.3.

através de insistentes manifestações. O Prefeito, em conversas com um repórter do jornal, ficou sabendo da solicitação dos moradores, dando, em seguida, liberdade ao periódico para que fosse publicada sua autorização oficial visando o início das obras.³⁷² Assim, estas conquistas pontuais constituíam-se em formas políticas de contornar a exclusão social.

Os problemas de infra-estrutura urbana nos subúrbios se agravavam e desencadeavam um processo de abandono por parte das autoridades. No já citado bairro Arraial Moura Brasil, os moradores através de abaixo-assinado reclamavam da falta de escoamento das águas fluviais em Fortaleza. Tudo foi agravado por um aterramento feito pelo Sr. Francisco Gonçalves, na Vila Formosa, que impedia a passagem das águas. Os moradores não titubearam e denunciaram o descaso das autoridades com suas obrigações e, ao mesmo tempo, criticaram a impunidade observada no caso do aterramento, solicitando, assim, providências para o caso:

*Estamos certos de que o Sr. Prefeito não deixará no olvido a reclamação a que nos referimos. Moradores do bairro.*³⁷³

Algumas reivindicações seguiam um ritmo cadenciado, intercalando a exposição e gravidade dos problemas com reconhecimento à sensibilidade do governo em encaminhar soluções. Geralmente, as razões de ser de uma solicitação eram tangenciadas por um problema provocado por terceiros – um comerciante avarento e inescrupuloso, um proprietário de terras autoritário, um policial arbitrário – para depois ser cobrada a proteção do governo.

Outras solicitações usavam a intermediação e influência política do jornal para resolver problemas sociais. Nestes casos, observa-se um trabalho de sensibilização dos moradores, usando a retórica sedutora do sofrimento e “falta

³⁷² Uma vitória da ‘Tribuna do Povo’. **O Estado**, Fortaleza, 26 set.1941, p. 4.

³⁷³ Id., **O Arraial Moura Brasil** alagado, 10 mar.1939, p.8.

de sorte" dos pobres. A exposição dos problemas dos moradores da Lagoa do Tauape é um exemplo apropriado neste sentido. Reclamando do excesso de água no local, os moradores se dirigiam ao redator do jornal sobre a questão da moradia nos recantos de pobreza da cidade:

Creia-nos, Sr. Redator, que mina água no chão de nossas casinhas e assim vivemos com centenas de crianças que começam já a sentir os efeitos da humidade em nossas vivendas. Adquirimos terrenos pagáveis a prestações mensais, construindo pequenas casinhas de taipa, que afinal para nós representam uma aspiração velha – um pouso para nossa família – e eis que o destino, sempre caprichoso, quer nos expulsar de onde, com franqueza, já não podemos sair³⁷⁴.

Com certa prudência, cobrava-se justiça social. Além de expor o fenômeno do excesso da água, os moradores lembram que a moradia fôra resultado de pagamento mensal, portanto, tentaram usar um argumento contratual, solicitando um tratamento adequado a estas condições.

Mesmo nestas circunstâncias difíceis, os moradores não radicalizaram suas posições. A questão foi posta solicitando solução através do jornal, veículo que cotidianamente poderia dar mais "fôlego" às demandas do bairro, haja vista as repetidas reivindicações que são publicadas em edições posteriores. Na realidade, usar o jornal não significou confrontar o governo, ao contrário, esse era um expediente que as classes populares não poderiam lançar mão, pois eram sabedoras dos limites políticos e institucionais de suas barganhas. A arte da política solicitava, neste sentido, a aliança com parceiros circunstanciais e um certo "afago" no tratamento com as autoridades.

O Povo faça-se de nosso advogado, vá olhar as nossas casas no Jardim América.

³⁷⁴Contra o 'excesso dagua'. **O Povo**, Fortaleza, 11 mar.1939, p.7.

Estamos certos de que o Dr. Raimundo Araripe não lhe recusará um pedido nesse sentido e terá V.S. a oportunidade de receber a gratidão eterna de todos nós.

*A totalidade dos moradores do Jardim América.*³⁷⁵

Mantinha-se uma sabia distância ética da imprensa, pois era dela que também se produziam estereótipos, estigmas e uma pejorativa avaliação do comportamento das classes populares. Estas "ofensas" também foram objeto de reclamações e, vez por outra, solicitava-se ponderação nas matérias. Um caso interessante ocorreu na divulgação, por um jornal local, de uma briga entre dois times de futebol de subúrbio: o Dragão do Mar x Palestra.

O jornal utilizou uma narrativa generalizante e estigmatizadora, afirmando que os jogadores destes times são dados à prática da desordem e provocadores de "sururu". Isso foi o suficiente para o diretor do Dragão do Mar publicar uma carta, exigindo retratação na forma como a matéria denegriu seus jogadores e a própria reputação do time.

*[...]os componentes do dragão do mar[...] jamais[...] se deram à prática de desordens ou agressão a quem quer que seja, venho, muito respeitosamente, como representante e responsável único pela disciplina do time[...]encarecer de v.s. se digne de retificar a nota em apreço. este meu gesto é unicamente inspirado no conhecimento que tenho de v.s. que conhece de perto, os humildes trabalhadores da estiva cearense como homens pacatos, respeitadores da ordem e sobretudo cumpridores de seus deveres*³⁷⁶.

³⁷⁵ Id.

³⁷⁶ Sururu suburbano de sensação. **Unitário**, Fortaleza, 22 mar.1939, p.3.

Não se pode desconsiderar este pedido retificador, ele contém um elemento importante de luta pela construção de uma imagem mais digna por parte das classes populares que procuravam denunciar os esteriótipos. Verifica-se a ênfase no comportamento pacato dos estivadores para ressaltar o equívoco do jornal. Este aspecto demonstra que o perfil de indivíduo cumpridor dos deveres é acionado no momento em que a imprensa associa lazer dos pobres com desordem, deixando implícito que o estivador vivia em mundo inferior, inteiramente desprezível para os padrões da cidade "civilizada".

A "dignidade" da classe social compõe o artefato substancial na argumentação das estratégias de sobrevivência. Solicitar reparos de imagem é antes de tudo reconstruir o discurso pejorativo, é inverter uma imagem negativa, usando os pressupostos socialmente aceitáveis dos comportamentos. O conteúdo da carta do time Dragão do Mar demonstra uma vontade de acordo, uma retificação pública em troca de agradecimento.

Com a divulgação daquela nota ficaram os estivadores cearenses numa situação embaraçosa de contraventores da ordem. Queira V.S. ouvir-nos e muito saberemos agradecer.

Às ordens de V.S. fica o criado ato. Obg.

Silvestre Vieira Ramos³⁷⁷.

O fato político tinha sido criado, o jornal ficara na obrigação de se pronunciar. Uma briga de jogadores desdobrou-se em questão política, enfim o jornal ficou sabendo que sua imagem sobre os pobres não seria construída numa única via, mas teria a resposta de setores populares muito atentos aos mecanismos de dominação e que certamente sabiam "jogar" nestas circunstâncias.

³⁷⁷ Id.

Resta uma última forma de inserção social: uma outra forma de resistência em situações-limite. Nestas circunstâncias eram quebrados os laços de tolerância em relação à dominação: ações populares resultaram em enfrentamento com o poder público ou qualquer outra instância que ofendesse a dignidade social dos dominados. Nestes casos, houve confronto direto, para fazer valer os direitos sociais, havendo, então, uma postura mais radicalizante.

Capítulo 7

RESISTÊNCIA RADICALIZADA

Em outras situações podem ser demonstradas posturas de consciência de direitos entre as classes populares. O discurso estigmatizado de órgãos defensores da lógica do conformismo e da completa docilidade das classes populares durante o Estado Novo pode ser contestado pelo viés da vida cotidiana, principalmente nas abordagens de Certeau e Thompson.

Apesar de termos uma consistente historiografia que procura definir os contornos básicos do controle social do Estado neste período, isto não significa que os mecanismos e eficácias destes empreendimentos se realizassem em sua plenitude. Na realidade, é preciso relativizar os efeitos da tentativa de racionalização da vida das classes populares com seus efetivos meios de mobilização, dando atenção agora aos confrontos abertos e deflagrados pelos empobrecidos, criando defesas de sua sobrevivência e sugerindo situações de solidariedade.

Esteve neste jornal o Sr. Venancio José do Nascimento, vendedor de gerimuns, o qual vem apresentar queixa por nosso intermedio contra o administrador do Mercado de Cereais.

Adeantou-nos que, tendo pago a um dos fiscais encarregado o imposto daquelas frutas, foi depois intimado, por outro fiscal, a pagar, de novo, o mesmo imposto, deante do que apelou para o administrador do Mercado. Esse funcionário, entretanto, ao invés de fazer justiça, tentou foi forçá-lo áquela bi-tributação indébita, em atitude ameaçadora.

Por fim, como o pobre vendedor se recusasse a pagar o que, sem direito lhe era exigido, o administrador procurou tomar á força 3 gerimuns, o que não fez devido á intervenção do trabalhador Artur Freire.

O Sr. Venancio José do Nascimento, por intermédio deste jornal, leva o caso ao conhecimento do prefeito, de quem espera providencias no sentido de que não se repitam tais abusos e explorações³⁷⁸.

Esse caso mostra descontentamento e capacidade de denúncia em situações de exploração de setores mais amplos das classes populares. Há outros casos que anunciam protestos contra o preço do pão e as más condições de vida. São casos que expressam conflitos envolvendo uma coletividade mais mobilizada, apesar de terem, aparentemente, um alcance limitado.

Ontem, vieram até a nossa redação vários moradores e proprietarios dos terrenos marginaes do corrego que passa nos fundos do “Cortume Cearnce” e vai desaguar á Praia do Pirambú. Trouxeram-nos aqueles conterraneos uma reclamação ás autoridades competentes, afim de que a saúde dos habitantes daquela zona não continue seriamente ameaçada com as imundicies que o “curtume” deita no riacho acima aludido. [...]

Efetivamente, num injustificavel desprezo pela saude de seus semelhantes, os responsaveis pelo “curtume” fazem lançar ao corrego toda sorte de materia organica em decomposição, oriundos estas de raspas de peles, couros e dos pedaços de carne que estas aderem, quando o animal é abatido.

Os restos putridos lançados ao riacho inutilisam a agua do corrente e produzem uma fedentina insuportavel.

³⁷⁸ Ameaçado de pagar o mesmo imposto duas vezes: um apelo ao prefeito. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 04 abr, 1938. p.4.

*Aí está a queixa, esperando-se da autoridade competente uma providencia pronta e eficaz porque não é só a saúde dos praianos que periclita, mas de todos os que, ignorantes do ocorrido – permitem a lavagem de roupas nas aguas sujas do regato. Só ontem 80 lavadeiras exerciam, o seu mister impregnando as roupas daquela agua infecta e profundamente prejudicial.*³⁷⁹

É possível fazer uma leitura da rede de solidariedade que se estabelece em fatos como esses. Os moradores do Pirambu - hoje bairro pobre e gigantesco - que se incluíam neste protesto contra o que hoje se caracterizaria como poluição ambiental tinham em comum a luta por melhores condições de vida e de trabalho. Fazer valer este protesto pela imprensa representa uma ação popular. Esta referência tem suas peculiaridades.³⁸⁰

Um protesto de moradores do Pirambu de certo não mudará a face perversa da segregação social, mas ativou o poder de negociação de seus direitos. A solidariedade nestas

³⁷⁹ Serio Perigo. **Gazeta de Noticias**, Fortaleza, 05 dez 1937. p. 2.

³⁸⁰ Thompson apresenta três características da ação popular. A primeira é a tradição anônima. O autor afirma que “[...]toda resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento [...]”. A proximidade entre as pessoas em espaços menores, onde haja rápida identificação dos atos, proporciona uma atitude obscura no embate com o poder local. A segunda característica é o contrateatro. É uma linguagem simbólica usada pelos plebeus para comunicarem sua ameaça, isto pode ocorrer através de músicas de insulto aos governantes. Este comportamento prefere o uso indireto da crítica. A terceira característica é a capacidade da ação direta rápida. Esta característica diz respeito à procura de êxitos imediatos, a ação não pode esperar a chegada da repressão, ela precisa ganhar sucesso, mesmo que por alguns momentos. Ver THOMPSON, op.cit. p.64-65-66.

questões de grupos maiores não ocorre mediante uma racionalidade, ela é fruto da ocasião.³⁸¹

De onde menos se espera pode surgir uma ação de enfrentamento entre, por exemplo, os poderosos industriais, auxiliados pela polícia, e do outro lado, os trabalhadores, prontos a deflagrarem movimentos, que apesar de expressamente proibidos pela legislação, ganhavam entusiásticas adesões. Este fenômeno pode ser observado na greve realizada por trabalhadores de uma fábrica de bolo em Fortaleza.

Um operário, Luiz Pacó de Oliveira, foi detido pela polícia como suspeito de furto de um relógio de 300\$000, do Sr. Paulo Elpídio de Menezes, proprietário da referida fábrica de bolo. Sucede que momentos depois da prisão compareceu ali Miguel Serafim Ferreira, operário e colega de trabalho do acusado, exigindo a liberdade do companheiro. Consternado pela injusta acusação, Miguel mobiliza o resto da categoria para juntos pressionarem pela soltura do colega.

“[...]naquela ocasião, regressou fulo de raiva e insinuou os outros a formarem greve contra o dr. Paulo Elpidio, e afastaram-se todos da fabrica.”³⁸²

A reação do industrial fora imediata, denunciando o movimento à Delegacia de Investigações e Capturas no sentido de providenciar a prisão do subitamente líder Miguel

³⁸¹ Esta ocasião poderia estar composta por certo anonimato, elemento raro numa cidade onde a proximidade entre as pessoas era um entrave para se exercer qualquer denúncia sem represálias. Portanto, estas ações populares significam importante recurso para fazer valer os direitos sociais. Neste aspecto, Thompson lembra que os historiadores mal começaram avaliar o volume de violência anônima na Inglaterra do século XVIII, principalmente através das cartas anônimas ameaçadoras. Estas cartas faziam parte do contrateatro dos pobres, faziam as autoridades lembrarem de seus deveres. Ver Idem.

³⁸² Miguel Serafim é de circo: aborrecido, tentou fazer greve e foi parar no xadrez. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 08 jan. 1939, p.3.

Serafim. Com a colaboração do Inspetor Aristides, a polícia recolheu o grevista ao xadrez da referida Delegacia.

Meteorica, mas absolutamente significativa, esta mobilização dos operários desfaz qualquer referência apologética do regime à harmonia entre patrões e empregados. Os trabalhadores demonstraram que há uma defesa contra a arrogância patronal de tratar a classe como potencialmente delituosa. Acima de qualquer coisa os operários tencionavam, entre outras coisas, "limpar" o nome da classe, cobrando um mínimo de confiança dos patrões.

A greve, expediente duramente reprimido no período, foi utilizada para exigir justiça social. Visto por este ângulo de análise podemos considerar que mesmo no regime de cerceamento das liberdades políticas os trabalhadores não temeram a tão famigerada ação policial, desconsiderando no momento do ato de solidariedade toda propaganda ideológica sobre a docilidade dirigida às classes populares.

Entre as classes populares deste período talvez não encontremos uma definição formal do que seja justiça,³⁸³ mas de maneira prática ela vai vivenciando uma noção de direito que legitime uma defesa espontânea de suas demandas, cria-se uma espécie de ideologia defensiva.³⁸⁴

Trabalhava Francisco Pereira de Lima, como engraxate, no "Café Glória". De certo tempo para cá, o caboclo á custa de sub-alimentação e miseria, começou a sofrer crises lipotimicas, desfalecimentos, vertigens e "zum-zum" nos ouvidos – essa musica extranha e muito conhecida de todos os párias.

³⁸³ As classes populares em geral eram conscientes das realizações e benefícios materiais do Estado Novo em relação à Primeira República, mas não vacilavam em cobrar a efetivação da justiça social no seu cotidiano. "O clamor por justiça não surge como o efeito espetacular da propaganda política, desenvolvendo nos trabalhadores uma suposta 'falsa consciência', mas está vinculado ao emprego, ao salário, ao bem-estar dos filhos, enfim, a uma vida melhor. Ver FERREIRA, Jorge Luiz. Op.cit. p.43.

³⁸⁴ THOMPSON, op.cit. p.90.

A assistência, parece, socorreu o mulato, por uma ou duas vezes. E devido á sua doença, que dia a dia o deprimia e exgotava, foi o engraxate Francisco Pereira de Lima doente contestou. Mas, para que teimar, se o "bilhete azul" foi dado imediatamente?

Todavia, um recurso restava ao engraxate: provar que, efetivamente, não sofria de molestia passível de contágio. E foi o que fez. Ontem, ele entrou nesta redação, explicou-nos seu caso e nos exibiu um atestado de que não sofre de molestia contagiosa, firmado pelo dr. Amadeu Furtado.³⁸⁵

As classes populares no processo de sobrevivência em Fortaleza pertencem ao domínio de espaços vigiados, nos quais geralmente desenvolvem-se situações conflituosas. As informações contidas nos jornais até aqui estão perpassadas por uma filtragem, por isso é importante ficar alerta aos significados das falas. Relatar o caso de um pobre engraxate, doente e desesperado pode ter apenas um efeito de furo jornalístico, sem muito reconhecimento social para o jornal, mas para os pobres de fundamental importância no processo de luta por dignidade na vida cotidiana.

O engraxate Francisco Pereira para ter direito à subsistência fez uso da troca de informações, usou a legitimidade da Medicina para combater a discriminação e expôs publicamente seu descontentamento. Este momento para o engraxate era a chance de se vingar da intolerância do gerente do café, Francisco tinha consciência do "perigo" de não trabalhar, ele iria fazer parte do segmento social dos "sem identidade".

Como afirma Maria Helena R. Capelato, no "paraíso do trabalhador" havia uma legião importante dos "sem trabalho" que, além das dificuldades materiais, vivenciava a situação

³⁸⁵ O engraxate não sofre de molestia contagiosa. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 15 out. 1937. p.5.

indigna de seus integrantes serem considerados "não cidadãos", portanto, "não-brasileiros". Estar fora da sociedade "unida e harmônica" significa não existir, ou pior, ser considerado perigoso ou inimigo. Nesse contexto, a sentença de morte era preferível à miséria acompanhada da exclusão social.³⁸⁶

Casos de insubordinação à repressão policial também indicam a existência de um código legal e de outro lado um código popular não-escrito. A repressão à vadiagem, muitas vezes demonstrava uma tensão entre a racionalidade da lei e uma certa conduta moral dos populares. As bases desta observação vêm das tramas cotidianas veiculadas em matérias policiais diárias nos jornais. É aqui onde a reflexão se impõe nos confrontos fragmentados, no interior da improvisação das classes populares. Revoltas contra os métodos policiais, indignação contra arbitrariedades, contestações e intrigas entre populares e a repressão estabeleciam fronteiras da legitimidade da lei formal.

Verificou-se ás 16 horas de ontem, no Café Rex, á rua Barão do Rio Branco, esquina com Guilherme Rocha, séria desordem em que estiveram envolvidos um "chauffeur" e o proprietário daquele estabelecimento, que dista apenas alguns metros da Praça do Ferreira.

O FATO

A' hora acima citada entrou no Café o "chauffeur" Francisco Lopes da Silva, o qual, depois de fazer uma despeza de quatrocentos réis, chamou para a sua companhia três elementos sujos e descalços.

Vendo-os á mesa, o proprietário do Café mandou lhes dizer que ali não era permitida a permanencia de pessoas naquele estado.

³⁸⁶ CAPELATO, op.cit. p. 183.

Foi o bastante para que Francisco Lopes, que no momento recebia em níquel, do garçom, o troco de 20 mil réis, que havia dado para retirar sua despesa, saísse com uma série de desaforos contra o proprietário do estabelecimento. Não satisfeito com isso, atirou ainda sobre o mesmo todo o dinheiro que havia recebido, isto é, 19\$600, pulando e gritando exaltadamente.

ATTITUDE REPROVAVEL

Vendo o freguez naquela atitude hostil, o proprietário da casa, que foi atingido pelas moedas atiradas, lançou mão de alguns copos de vidro e atirou-os sobre o “chauffeur” ferindo-o. Estabeleceu-se aí a confusão, havendo correrias e aglomerações.

O “chauffeur” ferido, saiu ás carreiras, perseguido sempre pelo proprietario, o qual gritava que prendessem o desordeiro.

PRESO O “CHAUFFEUR”

Coube a um guarda conduzir á 2º Delegacia o valente guizador, o qual foi á Assistência afim de receber curativos nos ferimentos que são de natureza leve.

EM LIBERDADE

O “chauffeur” foi posto em liberdade, após ter recebido uma serie de conselhos da autoridade policial.

NOVO DISTURBIO

Mas Francisco Lopes estava sequioso para tirar uma desfõrra do proprietário do “Rex”.

E, logo que saiu da Delegacia, dirigiu-se novamente ao Café. Pedindo ao garçon uma chicara, jogou-a . E repetiu a façanha por mais duas vezes.

No momento, regressava de sua residencia o proprietario da casa, o qual mandou um guarda prender o turbulento e levá-lo novamente á policia.

O DESORDEIRO

Francisco Lopes da Silva, o “chauffeur” desordeiro, conta 29 anos de idade, é casado, reside na estrada nova do Matadouro Modelo s/ numero. É muito conhecido na policia, em cujos xadrezes costuma hospedar- se por desordens ocasionadas quase sempre por embriaguez.

O PROPRIETARIO DO CAFÉ

Chama-se Artur Costa o proprietario do Café Rex. Conta 42 anos de idade, é casado, reside nesta capital, e é cidadão de bons precedentes.³⁸⁷

É preciso observar que ações individuais respondem a anseios de grupos. Não apontam para grandes transformações até porque elas sabem dos limites que se impõem no momento do ato. Muitas vezes, uma discussão pode virar protesto, desdobrando-se em conflitos anteriormente não previstos.³⁸⁸

³⁸⁷ Provocou desordens no Café Rex. **O Povo**, Fortaleza, 07 out 1937, p.8.

³⁸⁸ Thompson, ao refletir sobre a cultura plebéia na Inglaterra do século XVII e XVIII afirma que muitas vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da *gentry* (grupo social distinto da nobreza e que determinava os padrões de poder local), retirar poder de suas mistificações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar. Era uma briga pela “aparência”, porém o resultado da briga podia ter conseqüências materiais – no modo como era administrada a Lei dos Pobres, nas medidas consideradas necessárias pela *gentry* em tempos de preços elevados. Ver. THOMPSON, op.cit. p. 71.

O episódio do "chauffeur" traz a questão social para o imaginário de cidade controlada. O centro de uma cidade como Fortaleza foi, por muito tempo, o termômetro do conflito entre civilidade e hábitos "selvagens". A referência ao centro é hierárquica, obedece a classificações discriminatórias. Ele tornou-se cartão de visitas, assim, os indivíduos sujos e descalços eram alvos prediletos de reação de comerciantes, policiais e mantenedores da ordem em geral. Afastar estas figuras do cenário principal significava torná-lo moderno e civilizado, o espaço da harmonia. Um longo processo de deslocamento dos empobrecidos do centro de Fortaleza provocou inúmeros atritos, configurando um jogo de recuos e avanços na disputa pelo espaço.

O conflito do "chauffeur" com o comerciante é emblemático, ele se estabelece a partir da noção de "sujo" e "descalço" como elemento incompatível ao bom convívio do café. A atitude de jogar as moedas dentro do estabelecimento fez do "chauffeur" um indivíduo contestador, que faz pouco caso do dinheiro, elemento de exclusão dos pobres. Ele demonstrou estar indignado com a forma segregadora de atender as pessoas. A atitude teve caráter político, pois expressou um ato teatral, de luta contra as "aparências" de harmonia social.

Ao contrário do que pode se pensar a respeito de uma sociedade desmobilizada no período, as fontes apontam para uma vitalidade política no social. Percebe-se que as classes populares agem com vigor, denunciavam e desafiavam as ameaças lançadas por policiais, apesar de todas as pressões, elas não ficavam em silêncio. Vez por outra os jornais eram obrigados a publicarem situações de reações populares.

O Sr. Pedro Augusto Pereira, de 27 anos de idade, casado, natural de Cascavel, capitaz do Porto e residente nesta capital em São João do Tauape, rua Parangaba n.60, há alguns dias queixou se á policia do 2º distrito contra o guarda civil n.383, João Candido Ramalho.

A queixa foi formulada pelo fato de ter o referido guarda civil insistido em manter numa festa familiar uma mulher da vida airada, que outras pessoas queriam mandar para fóra. O guarda 383, tendo conhecimento da queixa, jurou vingar-se de Pedro Augusto Pereira, e ontem se lhe afigurou propícia uma ocasião para executar um perverso plano.

Sem motivo fundado, prendeu o homem, espancando-o e rasgando-lhe a roupa.

No momento, o policial agressor se achava acompanhado de alguns colegas de farda.

Varias pessoas intervieram quando já Pedro Augusto sofrêra, entre outros ferimentos um profundo golpe a "casse-tête" na cabeça.

[...]

Na 2ª Delegacia, fomos informados de que o guarda 383 é atrabiliario e reincidente em atos da natureza que agora noticiamos³⁸⁹.

A paz social, imagem fundante do Estado Novo, era abalada nestes casos. A maneira de atuar dos órgãos repressores contradizia a retórica do Estado como protetor dos pobres, que na verdade não conseguem ter, em seu precário cotidiano, um tratamento digno. Embora os formadores de opinião tentem imputar culpas à "selvageria" das classes populares, era na própria ação repressora que as instituições estabeleciam o terror e a exclusão social na cidade.

O exercício puro e simples do terror, implantado pelo Estado, através e com a polícia, representava a prova incontestável de que tudo

³⁸⁹ Um policial perverso e desconhecedor de seus deveres. **O Estado**, Fortaleza, 30 nov 1937. p.7.

*apregoado pelo Estado tornara-se verdadeiro: as crises, o perigo comunista, a ganância anticristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional da política do Komintern, os maus hábitos, ou tudo aquilo que fosse apontado como causador de algum dano.*³⁹⁰

Deste modo, as ameaças e os abusos de poder significam experiências marcantes na formação da memória de resistência dos pobres.

As queixas contra abusos da atividade policial ocorriam num clima de muita tensão. O ato de denunciar se revestia, às vezes, em ação corajosa, pois havia sempre o perigo da retaliação rondando o cotidiano da população. Este perigo se explica a partir do próprio delineamento urbano da cidade. Fortaleza está longe de ser comparada às grandes metrópoles, de enormes contingentes populacionais, aqui ainda não predominava a impessoalidade e anonimato característicos dos grandes centros, os passos dos indivíduos ainda poderiam ser identificados com certa facilidade. Portanto, um guarda poderia identificar e perseguir indivíduos que tivessem denunciando pela imprensa a truculência da polícia. Assim, atuar como denunciante neste palco representava grande risco.

Nestes casos, tanto a credibilidade como a legitimidade do denunciante entravam em questão. Geralmente, o que se apreende nessas situações é a contraposição da palavra de pessoas pobres, sem prestígio social e econômico, com a "respaldada" fala dos órgãos responsáveis pela ordem pública. Era clara a tentativa de se desautorizar a procedência da denúncia; nos processos e inquéritos, o testemunho de muitos era questionado por advogados, delegados, promotores e juízes, que, de uma forma geral, incluíam, em seus argumentos a condição e o agravamento do acusado ser um

³⁹⁰ CANCELLI, op.cit. p. 26.

desordeiro, uma meretriz, um comunista, enfim pessoas de "maus" costumes. Porém, pela insistência, as classes populares conseguiam desfazer essa imagem estigmatizada que tentavam imprimir-lhe.

Outras denúncias também comprovavam a cobrança da população por melhores condições de vida, formulando reclamações contra comerciantes especuladores e inescrupulosos. Era comum encontrar protestos através de cartas e abaixo-assinados, combatendo o alto preço da carne, a desobediência de açougueiros em relação à tabela de preços fixada pela Prefeitura, pela falta de conservação adequada do produto, bem como pelo tratamento moroso e discriminador no atendimento ao consumidor mais pobre. Os moradores do Arraial Moura Brasil e da rua Pero Coelho queixavam-se abertamente na imprensa sobre este abuso.

*A Prefeitura devia designar um fiscal com o fim de castigar o referido desrespeitador das leis municipais, bem como, obriga-lo a atender, com a mesma presteza, a todos os freguezes, quer ricos ou pobres.*³⁹¹

De outra forma, grupos de trabalhadores vinham a público estabelecer resistência política de maneira mais organizada. Este foi o caso dos pescadores da Colônia Z-1 que se dirigiram à imprensa com mais de cem trabalhadores para protestar contra os atravessadores no abastecimento de peixe da cidade e apelar para que a Secretaria de Segurança e a Prefeitura Municipal reconsiderassem as determinações a respeito do referido produto.

Na realidade, a política de abastecimento era, em geral, deficitária, principalmente na falta de fiscalização sobre os abusos praticados por intermediários e atravessadores, que inflacionavam o valor dos alimentos e tornando, produtores e consumidores os maiores prejudicados. Nestes casos, o

³⁹¹ Açougueiro "camarada" **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 20 jan 1939, p.2.

governo querendo proteger o consumidor prejudicou os pescadores com o novo sistema de vendas.

Com o sistema anterior, de venda livre, quando a jangada chegava cedo, ainda lhe era possível libertar-se do intermediário, vendendo, diretamente ao consumidor, parte de sua pescaria ou toda ela.

*Agora, o pescador é obrigado a vender o peixe ao intermediário!*³⁹²

Acrescente-se a isso o fato do pescador ter ainda que salgar o peixe e de ser obrigado a enfrentar calotes praticados pelos atravessadores através das relações de compra a "fiado", deixando os pescadores sem pagamento. Definitivamente, a exploração tinha contornos desumanos, os atravessadores aproveitavam-se da situação de esgotamento físico da intensa jornada dos trabalhadores do mar, os quais não teriam condições de se dirigir ao mercado para vender seu peixe.

A mobilização dos pescadores indica uma postura crítica à falta de um entreposto do peixe na praia, que centralizasse a produção das jangadas, que pudesse ser distribuída pelos próprios pescadores, com instalações adequadas de armazenamento, abrindo o contato livre e direto entre pescador e consumidor.

No referido protesto os pescadores "invadiram" a redação do jornal e registraram sua queixa, numa atitude que demonstrava unidade e organização, expediente importante na conquista de capital político dos pobres nesta conjuntura desfavorável.

³⁹² Queixam-se os pescadores. **O Povo**, Fortaleza, 10 abr 1939, p.1.



Numeroso grupo de pescadores, em frente a este jornal, pela manhã de hoje.
O Povo, 10 abr. 1939, p. 1.

A cidade passou por um processo especulativo no que se refere ao terreo urbano: muitas famílias pobres eram afastadas das zonas nobres devido à especulação imobiliária que possibilitava o enriquecimento dos proprietários. Entretanto, esta situação não ocorreu numa realidade sem conflitos, alguns casos apontam para o uso do confronto direto e organizado de moradores.

Cerca de 350 pessoas residentes no Alto da Paz, na rua Barão de Aratânia, estiveram ameaçadas de despejo por parte de um alemão proprietário das terras. Residentes ali a mais de 25 anos, os moradores do Alto da Paz começaram a ser infelizes por um alemão que, desde 1937, dizia-se o dono do terreno. A partir deste momento, o pretendo proprietário passou a cobrar de cada morador certa mensalidade referente aos palmos de terra ocupados pelas casas. Desprotegidos juridicamente, os moradores foram a cada ano cumprindo com a "obrigação" de pagar as mensalidades, que, por sinal, eram

cobradas por um procurador do proprietário antipatizado pela população do local.

Os moradores, no início, aceitaram esse encargo, pois a ameaça de expulsão ainda não tinha se concretizado. Com o passar dos anos o terreno, valorizou-se e fez com que o alemão - chamado de "galego" pelos moradores - iniciasse o despejo arbitrariamente. Indignado, um morador esboçou uma atitude de revolta e desencadeou, posteriormente, uma reação mais coletivizada.

Trata-se do Sr. Francisco Barbosa Viana que, em consequência do seu ato, chegou até a ser espancado em sua própria residência, ao lado de sua esposa e filhos[...], sendo afinal, expulso da casa que lhe pertence. Agora, o alemão quer desalojar os pobres moradores, dando, neste sentido, ordem ao seu procurador que, dizendo-se autorizado, está intimando todos a se retirarem, sem direito a qualquer indenização³⁹³.

Infelizmente, as informações das fontes não registraram as consequências jurídicas de direito e posse da propriedade. O que se sabe é referente à mobilização dos moradores que, num ato de resistência, foram a público convocar representantes do governo para solucionar o impasse. Neste sentido, é interessante frisar que à frente da liderança dos moradores estavam 50 mulheres que ocuparam a redação do jornal e encaminharam suas questões, inclusive com apresentação de lista de moradores que contavam com mais de 30 anos de residência fixa.

Os trabalhadores estavam atentos para o tema da legitimidade dos sindicatos, na representação fiel de seus interesses, onde muitas vezes a diretoria nem sempre era portadora de respaldo para divulgar acordos com o patronato.

³⁹³ Revoltante ameaça de um proprietário alemão contra numerosas famílias cearences! **Correio do Ceará**, Fortaleza, 04 mar 1942, p.6.

Essa questão pode ser percebida no caso que envolveu os operários das padarias de Fortaleza.

Em nota divulgada pela imprensa, o delegado Regional do Trabalho desautorizou o acordo que teria sido feito entre industriais e operários de panificação, extinguindo o trabalho noturno nas padarias. O jornal **O Povo**, divulgador da notícia, se posicionara totalmente contrário a esse acordo, argumentando que Fortaleza ficaria sem abastecimento de pão pela manhã.

Em forma de apoio aos reparos do jornal, uma numerosa comissão de padeiros se dirigiu à redação para confirmar e denunciar a ilegitimidade do acordo. Os trabalhadores frisaram que este acordo não teria credibilidade, fôra realizado à revelia da grande maioria, tendo à frente apenas o interventor do Sindicato dos Trabalhadores em Padarias e os panificadores, portanto, sem nenhuma consulta ao restante da categoria. Os argumentos dos trabalhadores se referiam aos efeitos ameaçadores do desemprego.

as turmas de padeiros que exercem suas atividades á noite são diferentes das turmas diurnas. Extinto que fosse o trabalho noturno, numerosos operários perderiam imediatamente os seus empregos, sendo de notar que vários deles já estavam recebendo o 'aviso prévio' em tal sentido.”³⁹⁴

Foram denunciadas também as péssimas condições do serviço noturno, inclusive que os salários deste horário seriam idênticos dos trabalhadores diurnos, apesar de a lei conceder vantagens extras aos trabalhadores noturnos. Aproveitando-se do apoio do jornal, os trabalhadores resolveram trazer a público o desenfreado processo de mais-valia desencadeado nas relações de trabalho, afirmando que inúmeros trabalhadores faziam hora extra sem receber nenhum

³⁹⁴ Não queriam a modificação no horário das padarias. **O Povo**, Fortaleza, 23 jan 1943, p.6.

acréscimo salarial. Além disso, os salários vigentes nas padarias raramente iam além do mínimo fixado em lei, “[...]bastando citar que há mestres-padeiros percebendo apenas 210 cruzeiros mensais!”³⁹⁵

Ficou demonstrado que os sindicatos oficializados pelo regime não representavam os reais interesses da categoria. Os trabalhadores desnudaram a nebulosa situação que envolvia suas condições de trabalho, fizeram muito mais que o delegado regional do trabalho, puseram em questão o discurso da legitimidade do regime, detalharam as artimanhas da exploração da mão-de-obra e desautorizaram, não por decreto, mas por experiência vivida, um acordo espúrio, inteiramente recoberto de armadilhas e sem respaldo político.

As resistências das classes populares são dados que certamente entram em desalinho com a apregoada tradição cristã dos pobres cearenses, povo apegado à fé e muito “pacífico”. Este raciocínio pressupõe apontar em direção às mudanças ocorridas neste processo. Se considerarmos a importância destes embates, iremos perceber que não há uma aceitação pacífica dos projetos do Estado Novo. Nesta análise, é fundamental não tomar o fato social como refém de uma conjuntura mental de longa duração, negando a idéia de processo, de movimento e mudança. O tradicionalismo católico e do conservadorismo político que caracterizavam a política cearense contribuíram para a aceitação da política do Estado Novo. Mas tal aceitação não foi nem total nem resignada. É preciso levar em conta que os espaços de sobrevivência de meretrizes, desempregados e “desordeiros” em geral não poderiam ser tomados como algo desprezível, ao contrário, fazem parte de experiências de conflitos que ocorrem no interior de um tenso processo de controle social, mostrando que a história se reconstrói a cada passo e que os sujeitos que nela atuam inventam e reinventam formas de luta para atingir seus alvos.

³⁹⁵ Id.

7.1- Permanências e Mudanças

O descompasso entre a política do Estado e o cotidiano das classes populares reproduziu lutas, não só nesse período. Cabe ressaltar que o Estado Republicano Brasileiro sempre fez cumprir sua função de fiscalizar e policiar a ordem pública, zelando assim os interesses das classes dominantes. A agitação do movimento operário no início do século XX, resultou em regulamentação do trabalho baseada na prática da violência.

Como mostra Esmeralda B. Bolsonaro, o Estado policial atingira, durante a República Velha, sua forma plena na repressão ao movimento operário. No discurso do Estado, escorado, em larga medida, na tendência a negar a existência da questão social, a greve estaria sistematicamente presente como ameaça à propriedade e à ordem pública.³⁹⁶

Na perspectiva dos governantes, a mobilização operária antes de ser uma manifestação da contradição entre capital e trabalho, representava para o Estado o perigo exclusivo da subversão de "bandidos" e "intrusos" agitadores no seio do trabalhador brasileiro, bem notadamente os anarquistas.

Quando se estuda a capacidade do Estado em submeter as classes populares no Brasil ao seu controle, costuma-se estabelecer como marco de referência os anos da década de 1910 e 1920, que se instala uma ação policial de forma mais sofisticada.

Esmeralda considera que neste período, a rigor, a partir desse momento, a postura policialesca do Estado tornar-se-ia mais sofisticada, uma vez que o legislativo e o Judiciário constituir-se-iam ao longo da história da classe operária, em verdadeiras camisas de força. O Estado estaria, então, dando curso a um continuísmo melhor elaborado de sua prática

³⁹⁶ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Um sólido anzol de aço: Estado e ação operária na República Velha". **Revista ADUSP**. São Paulo, N°10, p.47, junho de 1997.

policial, uma vez que o mesmo permitia um certo grau de aquiescência do trabalhador.³⁹⁷

O Estado a partir de 1930, introduziu novos mecanismos de controle social mas aprimorou esta tendência policialesca. Algumas razões confirmam este processo.

Em primeiro lugar, as promessas de justiça social, patrocinadas pelo Estado, não se efetivaram nos parâmetros da igualdade, pois o que se verificou foi uma tutela formal dos pobres e a definição de direitos restritos, que implicaram no controle sindical. A justiça social não beneficiou a população como um todo, porque dela permaneceram excluídos os desempregados que eram muito numerosos. Além disso, a dominação social e a exclusão de muitos elementos das classes populares mostra a continuidade de um longo processo de discriminação e injustiça em relação às classes populares. A truculência policial em Fortaleza confirma a ação do Estado para impedir o comportamento contestador dos pobres. As formas de resistências das classes populares continuavam demonstrando que a questão social não se resolvia unicamente com política, mas também com polícia, apesar de todas as inovações introduzidas.

As formas de controle implementadas no Estado Novo utilizaram recursos antigos de dominação. A surra, a humilhação, o amedrontamento e as ameaças verificados na leitura das fontes são práticas remanescentes de uma Fortaleza dos "coronéis", dos castigos e de "terra sem lei". Não é por acaso que o aparato policial se impunha como instrumento arbitrário; os pobres continuavam sendo vítimas de repressão e é aqui que se revela a face perversa do Novo Estado. Lembramos que o policial envolvido num caso mencionado anteriormente resolveu seu problema através do famoso ajuste de contas, expediente usual em pendengas que expunham o "prestígio" do ofendido. Esta "violência fardada" sugere pensar o tema da pacificação do social através do

³⁹⁷ Id., p. 48

monopólio das armas pelo Estado e a conseqüente violência institucionalizada.

É no momento do conflito que se define a dimensão das mudanças no âmbito da consciência política. O Estado Novo trabalhava numa linha de cooptação política direcionada por um discurso sobre a ideologia do trabalho. Na esfera do cotidiano das classes populares a aprendizagem política se dá num terreno menos formal. Muitas vezes, a população conseguia avanços políticos em lutas pontuais, deflagradas no cotidiano, onde o enfrentamento às autoridades significava ganhos na luta contra o poder repressor. O tema da arbitrariedade e do abuso de poder repercute com muita freqüência e peculiaridade na atuação de delegados e subdelegados de bairros pobres. Sem dúvida, este era um campo de batalha propício a combates significativos.

Tais considerações levam a pensar o conceito de cultura a partir das teorizações de E.P. Thompson, historiador inglês, na tentativa de se decodificar o complexo comportamento das classes populares. Seus estudos concentram-se na importância da experiência social dos indivíduos no cotidiano. O autor tenta retomar o "fazer-se" da classe na direção de seu mundo específico, sem tomar seus integrantes como sujeitos autônomos, livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais determinadas como necessidades, interesses e antagonismos. Trata da consciência e cultura dos trabalhadores revelando a complexidade das relações sociais.

Como desdobramento do conceito de cultura de Thompson surge a expressão "experiência social". Sua riqueza epistemológica passa pela possibilidade de explorar os pontos de disjunção entre estrutura e processo, indo além da exploração do trabalho; demonstra que as pessoas não se expressam apenas por pensamentos, mas também por sentimentos, na cultura; articula a contradição de classes a uma luta acerca de valores. Em cada conflito, manifesta-se interesses e necessidades afetivas, que transformam o

embate ao explicar a mudança social; resgata a questão moral como elemento da contradição para além do material, introduzindo os valores como elementos importantes a serem considerados.³⁹⁸

É nesta perspectiva que se pode fazer a leitura de um inquérito que tem como vítima um trabalhador da rede ferroviária cearense e, como acusado, o subdelegado Ademar Nunes Batista. Desde o início, a postura da vítima é bastante clara em relação ao abuso de poder da autoridade policial: atos arbitrários foram denunciados com vigor pelos envolvidos. A crítica à autoridade sempre foi feita pela população de modo a esvaziá-la de legitimidade. Os depoimentos, na maioria das vezes seguiam por um caminho crítico em relação às experiências cotidianas marcadas pela arbitrariedade policial, aliciamento e tentativa de suborno.

A vítima³⁹⁹, o Sr. Raimundo Rodrigues de Oliveira afirma no auto de perguntas que:

cerca das quinze(15) horas saiu da sua residência com destino a um botequim [...]que ali chegando notou a presença do sargento Ademar[...]o declarante comprou o que necessitava e ficou ali, sem saber que sua presença causou-se algum prejuízo, quando foi interrogado pelo sargento Ademar com as seguintes perguntas: 'O que o Senhor quer, não já comprou? Retire-se', ao que o respondente declarou apenas 'sim senhor vou me retirar'⁴⁰⁰.

Observe-se que o ambiente do botequim, apesar de ser espaço típico para conversas e diversões populares sofre

³⁹⁸ THOMPSON, E.P. Apud FENELON, Dea Ribeiro. **Trabalho e História Social: História de Classes ou História do Povo?** São Paulo, mimeo, 1989.

³⁹⁹ Formalmente este foi o autor da queixa perante a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, entretanto, na medida, em que as denúncias iam surgindo, outras pessoas engrossavam os argumentos, resultando assim numa coletivização da resistência.

⁴⁰⁰ **Inquérito instaurado** em 14 jun.1939

interferências em sua rotina, pois a presença do subdelegado ameaçando o direito de ir e vir da vítima demonstra toda força de poder da autoridade policial nestes locais.⁴⁰¹ A vítima, obedeceu às ordens do subdelegado, como relata em seu depoimento:

*[...]ao sair do botequim ouviu quando o sargento perguntou aos presentes, quem era o declarante, obtendo a resposta de que se tratava de um irmão do Clovis (um rapaz que embriagado não se porta bem); que o sargento Ademar após saber que o declarante era irmão de Clovis, apressou-se em alcança-lo; que com gestos bruscos, intimou-o a ir com ele sargento Ademar até a casa deste, no que foi o sargento Ademar atendido; que ao chegar a residência do sargento este armou-se de um mosquetão e mandou que o declarante entrasse; que diante da atitude do sargento, recusou-se a entrar, sendo o suficiente para que nesse momento fosse agredido pelo sargento esmurrando-o, produzindo-lhe abundante derramamento de sangue[...] que invocando o socorro do Sr Herminho Pereira Lima, visinho do sargento Ademar, este declarou nada poder fazer, de vê-lo que se tratava de uma autoridade[...]*⁴⁰²

A partir deste fato as declarações passaram a ser enfáticas contra a postura arbitrária do policial. É aqui que se constrói uma rede de solidariedade em relação ao caso do trabalhador Raimundo Rodrigues. Inúmeras vítimas resolvem pôr fim ao silêncio e aproveitaram a formalização de um inquérito para participarem como denunciadores das

⁴⁰¹ Os valores burgueses de civilização – o arrivismo, o autoritarismo dos costumes e a nova ética do trabalho – servem de referência para atuação da polícia do Rio de Janeiro nos finais do século XIX em vigiar botequins, ruas e espaços populares como lugares produtores de ociosidade e costumes desordeiros. Resulta deste confronto a coexistência de uma cultura popular vigorosa e insubmissa no contexto de um mercado capitalista de trabalho em formação. Ver. CHALHOUB, op. Cit.

⁴⁰² **Inquérito instaurado...**op.cit.

brutalidades praticadas pelo subdelegado. Espancamento em público, intimidação por meio de força bélica, vítimas de aborto ocasionado por pressão psicológica do subdelegado, tortura através do uso de palmatória, subornos e outras peripécias constituíram as indignadas queixas da população. Os depoimentos seguem a linha de questionamento sobre a legitimidade da autoridade policial.

Um vendedor de carnes de gado aproveita a chance do inquérito e vituperou contra a situação de abandono em que se encontrava o pobre:

[...] esse gesto do sargento Ademar é quase geralmente exercido contra os pobres indefesos deste distrito aos quais o mesmo sargento trata com desprezo trazendo todos debaixo de uma opressão horrível⁴⁰³.

A declaração deste vendedor de carnes destaca uma questão interessante: a dos pobres indefesos. De certa forma ele resume a condição do pobre frente à Justiça e às instituições que muitas vezes bradavam aos quatro cantos serem seus defensores. Aliás, o ícone emblemático do carisma de Getúlio Vargas era sua condição de ser "pai dos pobres", imagem que pode ser aqui discutida. Longe dos benefícios prometidos por Vargas essas classes conheciam o Estado mais como um indiferente "padrastró" do que a figura benevolente do pai.⁴⁰⁴ No exame desta questão tudo leva a crer que as mudanças ocorridas no pós-30 em relação à questão social partiram dos de cima, sem contemplar de maneira mais efetiva os interesses dos de "baixo".

As promessas de melhores condições de vida aos pobres, através de aumento no pagamento salarial, igual representatividade para as classes populares, através de seus sindicatos, e a garantia de igualdade social representam

⁴⁰³ Id.

⁴⁰⁴ Corria à época o trocadilho de origem popular que dizia: "Getúlio é o **pai** dos pobres e **mãe** dos ricos".

mudanças que mostram seus limites na permanência da exclusão de muitos elementos das classes populares e na continuidade da repressão.

A população denunciava as práticas de perseguição, sugerindo assim uma qualidade de participação na defesa dos direitos sociais que muitas vezes o Estado Novo não garantia. É através deste nível de inserção popular que se obtém resultados compensatórios nas questões sobre a dignidade, proporcionando maior auto-estima neste cenário excludente. Neste sentido, um dado interessante é que as denúncias relatadas, no inquérito acima citado, foram formalizadas e encaminhadas ao Cap. Secretário de Polícia e Segurança Pública, entretanto não foi possível descobrir qualquer ato de punição imputado ao sargento Ademar.

Para concluir, é preciso reafirmar que a ação cotidiana não pode ser analisada como um dado estático, mas como um processo multiforme de atitudes em conflito. As variadas tentativas do Estado Novo de controlar os impulsos desordeiros esbarraram numa constante reformulação de "fazer". Este mergulho na coexistência do controle social com as estratégias de sobrevivência apresenta um leque de questões reveladoras de como se pode desmistificar a falácia de Brasil harmonioso, conciliador e justo. O caso de Fortaleza mostra bem os limites da justiça social introduzida pelo Estado Novo.

CONCLUSÃO

O Problema central deste trabalho foi articular inúmeros casos aparentemente dispersos e repensá-los enquanto constituintes de um processo que mostra o controle, o conflito, a harmonia e a resistência, de modo que as tensões sociais também pudessem ser percebidas no ambiente externo às instituições, associações, sindicatos e partidos. Esta tarefa tornou-se mais complexa quando nos detivemos num regime que teve sua imagem construída e atrelada aos pobres e à justiça social.

Sem dúvida, trabalhar neste campo significa enfrentar o desafio de penetrar no cotidiano das classes populares para entender as estratégias de controle social, bem como as diferentes formas de resistência ao controle. Neste aspecto, importa, evidentemente, não negligenciar as potencialidades e fraquezas de ambos: do controle social e das estratégias de sobrevivência.

Dessa análise foi possível concluir que o Estado Novo em Fortaleza encontrou uma predisposição política para sua implantação, pela existência de uma classe dominante que colaborou na afirmação de novas formas de controle aos sindicatos de trabalhadores nos anos 1930. Nesse caso, cabe reconhecer o peso que intelectuais e militantes conservadores tiveram na formação de uma rede de poder que se articulou nas esferas da religião, da repressão, do judiciário, da educação, da cultura e de todo o aparato institucional composto e influenciado por membros desta força política.

Por outro lado, na "anti-cidade", os lugares freqüentados e habitados pelos considerados sujos e maltrapilhos, pulsava uma latente vontade de sobreviver, onde a precariedade do dia-a-dia transformava-os em jogadores contumazes na luta pela sobrevivência. A cidade não lhes era

estranha, embora parte dela não lhes pertencesse. Essa luta resultou numa escala de conflitos, que põem em xeque a imagem de harmonia e de paz social, elementos-chave do discurso do regime.

Os territórios da cidade foram demarcados pelos usos que deles fizeram as diferentes classes sociais. A preocupação do poder público em estabelecer previamente limites ao trânsito pelos lugares demonstrou uma articulação da racionalização da vida urbana com preceitos da ordem pública, que ocultou a crescente especulação imobiliária e as políticas de disciplinarização nas formas de morar, vestir, andar, enfim, de viver, das classes populares na cidade. A cidade-mapa, planejada e idealizada, se impôs com suas referências estéticas ancoradas no surto de urbanização e embelezamento do período, com o discurso do progresso e da harmonia social como pano de fundo.

Para garantir este projeto aparelhou-se a polícia, modernizando-a e monitorando-a com maior eficiência. Entretanto, esta mudança não impediu práticas antigas de aliciamento, tortura física e psicológica, ameaças, humilhações e todo um leque de métodos violadores dos direitos humanos. A cidade policiada, além de se constituir numa utopia da ordem burguesa, era no caso de Fortaleza, uma realidade acrescida da represália e da intimidação, muito comuns em cidades dominadas por redes de poder domesticadas, onde o apadrinhamento credenciava e negligenciava determinadas intervenções arbitrárias.

O combate ao comportamento desviante das classes populares pressupunha uma sistemática vigilância ao vizinho, era a partir deste patrulhamento que as políticas de controle social do período tentavam formar uma consciência moral em torno do desajustado social, daquele que não conseguia sair do ócio, da insolência, da vida ébria, da libertinagem, das supertições demoníacas, do jogo do bicho, do ajustamento do comportamento da mulher, que representavam a desordem social. Regenerar, neste sentido, era absorver os ditames de

uma ordem estatal e religiosa pautada nos bons costumes, na obediência, na docilização dos corpos e das mentes, desintoxicando os vícios adquiridos na experiência da classe social e incentivando práticas de exercícios físicos disciplinados e saudáveis, gestos de "civildade" e participação em programações cívicas.

As práticas de inserção política das classes populares demonstraram o dinamismo das suas ações em situações de enfrentamento que mostram um leque de alternativas. A análise das ações permitiu compreender os significados das mobilizações populares. Para tanto, levamos em conta os elementos da cultura dessas classes, suas vivências, os limites de suas forças no embate com o poder público, seus códigos morais e éticos e seus costumes em situações que motivavam uma resposta ora de adesão, outra de resistência.

As formas de adesão e de resistência mostram que as classes populares não teriam condições de vitórias absolutas em suas demandas, mas que havia certa margem de espaço para conquistar direitos sociais. Entregues à própria sorte, essas classes sociais não detinham prestígio junto à imprensa ou ao meio jurídico, mas utilizavam esses espaços para defender alguns de seus interesses e tirar proveito para denunciar, exigir retratação pública, solicitar serviços e demais ações.

Estas maneiras de inserção envolviam uma postura de cumplicidade. As classes populares sabiam dos riscos de perda, porém, não se comportavam passivamente; elas entravam na luta avançando e recuando em suas decisões. Nesse vaivém iam percebendo suas chances e limites, mas acima de tudo estavam dispostas a barganhar e a lutar de forma mais radical quando necessário.

O comportamento de resistência aberta serviu de reflexão para repensar qualquer idéia de mera resignação dessas classes neste período. O movimento de mobilização social chamou o poder público e demais esferas dominantes para o embate, implícito ou explícito. Situações extremas de

desrespeito aos direitos sociais conduziram as classes populares a radicalizar posições, partindo para o confronto direto.

Mesmo com todo trabalho de cooptação política do Estado Novo e de sua propaganda em torno da justiça social não podemos afirmar que o regime obteve sucesso completo pois, muitas vezes, tal imagem foi desmentida por cenas protagonizadas pelas mesmas classes tidas como de apoio incontestes ao regime. Tal descompasso não foi resultado de casos isolados, mas de uma insatisfação crescente com a desigualdade social, colocando em questão retóricas sem consistências.

Finalmente, é importante ressaltar que tais ações não significaram rompimento com as formas tradicionais de fazer política e de convivência social, elas devem ser entendidas num movimento de permanências e mudanças, principalmente se formos considerar as relações de poder estabelecidas nesta região do País, onde as tentativas de modernização da vida urbana e das relações sociais esbarravam em formas arraigadas de gestão política e relacionamento social avessas à transformação.

FONTES

Fontes Hemerográficas:

Acesso: Setor da hemeroteca da Biblioteca Pública
Governador Menezes Pimentel

Jornais:

- 1- Correio do Ceará
- 2- Gazeta de Notícias
- 3- O Estado
- 4- O Nordeste
- 5- O Povo
- 6- Unitário

Relatório de Governo

Acesso: Arquivo Público do Ceará

Anuário Estatístico do Brasil. Movimento da População, Ano VI, 1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

Censo Demográfico : população e habitação. IBGE, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico, 1950.

Acesso: IBGE-CE

Fontes Judiciais: inquéritos e processos

Acesso: Arquivo Público do Ceará

Delegacia do 1º Distrito

Delegacia do 2º Distrito

Delegacia da Ordem Política e Social
Delegacia de Investigação e Capturas
Cartório Criminal da 5ª Vara
Cartório Criminal da 2ª Vara

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In: SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997

ALVARENGA, Oneyda Apud CARLINI, Álvaro. **Cachimbo e Maracá: o Catimbó da Missão (1938)**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Acervo Histórico Discoteca Oneyda Alvarenga, Centenário de Nascimento de Mário de Andrade, 1993.

ARAÚJO F.º, Francisco C. **Problemas Sociais da Alimentação**. São Paulo, 1945. (mimeo.).

ARAÚJO, Erick Assis de. **Conservadorismo e Desordem na Cidade de Fortaleza (1940-45)**. Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), 1985.

BAKHTIN, Mikail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A Força do Hábito: Condutas Transgressoras na Fortaleza Remodelada (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC (Universidade Federal do Ceará), 1997.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na Contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP (Pontifícia Universidade de São Paulo), 1996.

BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará (1889-1954)**. Fortaleza: BNB, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, Ática, 1991.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Aspásia. "Federalismo e Identidade Nacional." In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. **Multidões em Cena**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. "Estado Novo: Novas Histórias". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/ do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930/1934)**. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____ **A República Nova (1930/1937)**. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____ **O Estado Novo (1937/1945)**, São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. "Conflitos Entre um Médiun e a Justiça (1930-1940): Discussão sobre as Possibilidades da Utilização do Documento Judiciário na Pesquisa Histórica". In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História** (Universidade Estadual Paulista), Assis- SP, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História dos Nossos Gestos**. São Paulo: EDUSP/Editora Italiana Ltda, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ **As Encruzilhadas do Labirinto**. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Liberal de. "Cartografia e Planejamento Urbano". In: **A Administração Lúcio Alcântara**, março 1979/maio 1982.

CERTAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

CESARINO JR, A.I. A Família como objeto do Direito Social. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, 1 (3): novembro 1934.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. "'Cultura Popular': revisando um conceito historiográfico". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural (Entre Práticas e Representações)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil/DIFEL, 1988.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON. Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DA SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, 1986.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, col.Tudo é História, 1988.

DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Contexto, 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. **O Ardil Totalitário: ou a outra face na construção do Estado Novo.** Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Deptº de História, mimeo, 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador (Uma história dos costumes),** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

FARIA, Antônio Augusto, BARROS, Edgar Luiz de. **Getúlio Vargas e sua época.** São Paulo: Global, 1993.

FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo(1930-1945).** São Paulo:HICITEC-HISTÓRIA SOCIAL, USP, 1998.

FAUSTO, Boris(org). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política(1930-1964).** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, t.3, v.3, 6ª ed, 1996.

_____. **A Revolução de 1930,** São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **Crime e Cotidiano.** A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1983.

FENELON, Dea Ribeiro. **Trabalho e História Social: História de Classes ou História do Povo?** São Paulo, mimeo, 1989.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: os trabalhadores na Era Vargas.** São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge Luiz. "A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas", **Estudos Históricos** 3,6 (1990): 180-95.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Vozes: Petrópolis-RJ, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas-SP: Papirus, 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

GARCIA, Nelson John. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo: Loyola, 1982.

GATARRI, Fexix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica-Cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida; o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo, FILHO, Ant^o Martins. **O Ceará**. Fortaleza: ed. Fortaleza, 1945.

_____. "Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História". In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.57, 1993.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979.

_____. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. (Col.História do Ceará, n.12).

_____. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GUEDES, Mardônio e Silva. **O Preço da Recusa: Violência e limites morais no meretrício em Fortaleza(1930-40)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP (Pontificia Universidade de São Paulo), 1997.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JOFFRÉ, Gabriel Ramón. **A Cidade Ordenada: intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PROLAM/Universidade de São Paulo, 1997.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. "A História de Fortaleza através da Imprensa e dos depoimentos dos Idosos.". In: **Trajeto: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, v.1, nº1**. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001, p.45-60.

KOWARICK, Lúcio (org) **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913**. Santos-São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

LEAL, Vinicius Barros. Dom Lustosa e a Política Cearense. IN: **Revista do Instituto do Ceará**, vol.101, tomo CI, Ano CI, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

LINHARES, Maria Yedda L. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés**. São Paulo: Marco Zero/ Universidade de Brasília, 1988.

LOPES, Marciano. **A Fortaleza dos Anos 40**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1986.

LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB: Estudo de um caso em Minas Gerais** Petrópolis: Vozes, 1980.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MANGABEIRA, Wilma. "Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial operário", **Dados 32-2** (1989): 225-240.

MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1986. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1986.

MARTINS, José de Souza de. **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da MetrÓpole**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MATTA, Roberto da e SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas**: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé**: o discurso e prática católica no início dos anos de 1930. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

MONTENEGRO, F.ABELARDO. **Os Partidos Políticos do Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 1980.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Integralismo no Ceará**: variações ideológicas. Fortaleza: Imprensa oficial, 1986.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **O Trono e o Altar**: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará(1817-1978). Fortaleza: BNB, 1992.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará -1930-45**. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989.

MOTA, Haroldo. **História Política do Ceará (1930-45)**. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Um sólido anzol de aço: Estado e ação operária na República Velha". IN: **Revista ADUSP**, São Paulo, n°10, p.47, junho de 1997.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". IN: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v.19, n°37, p.94, 1999.

MUNAKATA, K. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Do Mar ao Museu**: A saga da jangada São Pedro. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

NEVES, Frederico Castro. "Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.5, nº 29.

_____. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo. **Ceará: energia e progresso**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

_____. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1975.

OLIVEIRA, José Cláudio de. **As Polícias Militares e a Segurança Interna (subsídios para a História da PMCe)**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et all. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, , 1982.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARENTE, Josênio Camelo. **A fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das Elites Cearences**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

_____. **Anauê. Os Camisas Verdes no Poder: a Igreja e o Integralismo no Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 1986.

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. "O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1933-1945)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 14, Instituições, mar/ago. 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil (Entre o povo e a Nação)**. São Paulo: Ática, 1990.

PÉLASSY, Dominique. **Le Signe Nazi**. Paris, Fayard, 1983.

PERALTA, Inez Garbuio. "História e semiótica do espaço urbano". IN: **Revista de Estudos Universitários**, v.4, nº 8, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). 1990.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1820-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "A Renovação da Historiografia e o tema da Vida Cotidiana: desfazendo alguns equívocos." IN: MAUCH, Claudia (org). **Porto Alegre na Virada do Século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: EDUFRS/ULBRA/EDUNISINOS, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio(org). **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINTO, Maria Inez Machado Borges Pinto. **Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

PRADO JR.Caio.**História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAGO, Margareth. "Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte." IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.7, nº 13, 1987.

RAGO, Margarth, MOREIRA, Eduardo F.P. **Que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1987.

RIBEIRO, Saboya. "Memorial Justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza". In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza: V.57, 1943.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁ, Adisia. "Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará". In: **Revista de Comunicação Social e Biblioteconomia**, v.12, nº1/2, Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 1982, p.1-17.

SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e História. In: **Cadernos de Subjetividade**, PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1996, p. 246.

SCHWARZMAN, Simon et alli. **Tempos Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Lazer, a contraface do dever: As Linguagens do poder na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP (Universidade de São Paulo), 1995.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. **Paisagens do Moderno: Fortaleza, Paisagem e Técnica nos anos 40**. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC-SP (Pontifícia Universidade de São Paulo), 2000.

SOUSA, Simone(org). **História do Ceará**.Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

_____.**Interventorias no Ceará:** Política e Sociedade (1930-35). Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1982.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria:** ou um planetário de erros. (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em Comum:** estudos sobre Cultura Popular Tradicional São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador et al. **Vida Urbana:** a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VICTOR, Hugo. **Chefes de Polícia do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1943.

VIDAL, Rodrigo. A Cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. In: **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: n° 14, Fev/1997, p. 184.

WEFFOR, Francisco. **Classes Populares e Política**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

WOLFE, Joel. "Pai dos pobres"ou "Mãe dos ricos"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História, Brasil 1954-1964**, São Paulo, Marco Zero, v.14, n.27, p.27-59, 1994.



Mesa Diretora 2007 – 2008

Dep. Domingos Filho
Presidente

Dep. Gony Arruda
1º Vice - Presidente

Dep. Francisco Caminha
2º Vice - Presidente

Dep. José Albuquerque
1º Secretário

Dep. Fernando Hugo
2º Secretário

Dep. Hermínio Resende
3º Secretário

Dep. Osmar Baquit
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente

Antonio Nóbrega Filho

Gráfica do INESP

Equipe Gráfica: Ernandes do Carmo, Francisco de Moura,

Hadson Barros e João Alfredo

Diagramação: Mário Giffoni

Av. Desembargador Moreira 2807

Dionísio Torres Fortaleza Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 3277-3705

Fax: (0xx85) 3277-3707



Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento do
Estado do Ceará

home page: www.al.ce.gov.br

e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br



Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, ***EU ME COMPROMETO*** - em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

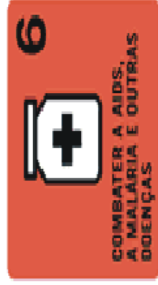
⁴⁰⁵ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência.

Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembléia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.

MEAS DO MILÊNIO

8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO

NÓS PODEMOS



Em 2000, as "8 Metas do Milênio" foram aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiverem presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.

HI NO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva

Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Tomás Lopes

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha - esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-.las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!